



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais

MARCELO VENÂNCIO



**VOZES SILENCIADAS NO TERRITÓRIO INDÍGENA AKWÊ-XERENTE:
expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente
(Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins**

UBERLÂNDIA (MG)

2020

MARCELO VENÂNCIO

**VOZES SILENCIADAS NO TERRITÓRIO INDÍGENA *AKWĒ*-XERENTE:
expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente
(Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti

UBERLÂNDIA (MG)

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

V448 Venâncio, Marcelo, 1979-
2020 Vozes silenciadas no território indígena Akwẽ-Xerente:
[recurso eletrônico] : expressões da colonialidade no Programa de
Compensação Ambiental Xerente (Procambix) pós-construção da
UHE de Lajeado no rio Tocantins / Marcelo Venâncio. - 2020.

Orientador: Marcelo Cervo Chelotti.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-
graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.391>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Chelotti, Marcelo Cervo, 1978-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia.
III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado, Número 199, PPGGEO				
Data:	26 de março de 2020	Hora de início:	14h:00mm	Hora de encerramento:	18h:50mm
Matrícula do Discente:	Número da matrícula: 11613GEO009				
Nome do Discente:	Marcelo Venâncio				
Título do Trabalho:	VOZES SILENCIADAS NO TERRITÓRIO INDÍGENA AKWÊ-XERENTE: expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins				
Área de concentração:	GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO				
Linha de pesquisa:	ANÁLISE, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se por videoconferência a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, assim composta: Professores Doutores: [João Cleps Junior - IG - UFU](#); [Vera Lúcia Salazar Pessôa - IG - UFU](#); [Patrícia Francisca de Matos - UFG - Catalão - GO](#); [Elisângela Aparecida Pereira de Melo - UFT - Araguaína - TO](#) e [Marcelo Cervo Chelotti - IG-UFU](#) orientador(a) do(a) candidato(a).

Todos os membros participaram por videoconferência devido a Pandemia do COVID-19, conforme orientações recebidas via Ofício Circular nº 1/2020/PROPP-REITO-UFU.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). [Marcelo Cervo Chelotti](#), apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovado\(a\).](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Doutor](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Cervo Chelotti, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/03/2020, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA FRANCISCA DE MATOS, Usuário Externo**, em 27/03/2020, às 08:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lúcia Salazar Pessoa, Usuário Externo**, em 27/03/2020, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Cleps Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/03/2020, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisângela Aparecida Pereira de Melo, Usuário Externo**, em 01/04/2020, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1962489** e o código CRC **BB8959C3**.

BANCA EXAMINADORA

**VOZES SILENCIADAS NO TERRITÓRIO INDÍGENA *AKWĒ*-XERENTE:
expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente
(Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins**

Uberlândia, 26 de Março de 2020.

Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti – UFU (Orientador)

Profª. Dra. Patrícia Francisca de Matos - UFCAT

Profª. Dra. Elisângela Aparecida Pereira de Melo – UFT

Profª. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa – UFU

Prof. Dr. João Cleps Júnior – UFU

Aos meus pais Realino Venâncio e Aparecida
Fátima Venâncio, meus pilares!

Ao meu irmão Maércio José Venâncio (*in
memorian*). Não teve a mesma oportunidade
que tive para sonhar!

Aos *Akwê-Xerente*, que teimam em (re)existir
a ordem colonial capitalista que cuja suas
vozes tentam silenciar!

AGRADECIMENTOS

Aqueles que passam por nós, não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.

(Antoine de Saint-Exupery)

Um trabalho acadêmico não é construído sozinho e a conclusão deste trabalho só foi possível com a ajuda de várias pessoas que de forma direta ou indireta colaboraram para a sua construção. Nesse sentido, quero expressar meus sinceros agradecimentos à minha querida família e aos meus queridos amigos de perto e de longe. Primeiramente, agradeço a Deus por guiar meus passos e iluminar-me para seguir em frente com os meus objetivos e não desanimar com as dificuldades; agradeço também pelas pessoas de alma nobre que colocou no meu caminho. Obrigado Senhor!

Aos meus familiares que sempre torcem por mim e suportam minhas longas ausências em virtude do trabalho acadêmico: ao meu pai, Realino, pela inspiração de vida e minha mãe, Aparecida, pelas orações; aos meus tios, tias, primos e primas; aos meus irmãos e irmãs Maria das Graças, Marcos, Miguel, Marcilene, Maércio (*in memorian*) e Marciel; aos meus cunhados e cunhadas Paulo, Nazareno e Tatiana; aos meus queridos e amados sobrinhos e sobrinhas: Yamara (e seu esposo Elialisson), Mayara (e seus esposo Bruno), Cristiane, João (e sua esposa Giovanna), Bruna, Realino, Ana Luisa e a pequena Lavínia. Obrigado família! Esse título também é de vocês!

Aos meus eternos professores e orientadores aos quais devo toda minha formação humana e profissional: ao Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça e ao Prof. Ms. Laurindo Elias Pedrosa, meus orientadores de iniciação científica, quando cursei graduação em Geografia, na Universidade Federal de Goiás (hoje, Universidade Federal de Catalão - UFCAT). Obrigado pelos ensinamentos e por ensinar-me a acreditar em um mundo melhor; à Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa, minha (eterna) orientadora de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU, pelos ensinamentos, pelas contribuições durante as disciplinas cursadas e pela inspiração do *ser* professor e pesquisador. Carinho e admiração sempre! Obrigado por conceder-me a honra de tê-la avaliando esse trabalho; ao meu orientador nesta tese, o Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti, que além de professor e orientador, tenho a honra de tê-lo como amigo desde a época da República Organizações Salazar (nomeada por ele mesmo, em homenagem à Prof. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa). Não tenho palavras para agradecer os ensinamentos, as orientações, os conselhos, as boas risadas e por

apresentar-me o melhor risoto que já comi em toda a minha vida. Obrigado pelas orientações regadas a vinhos e chimarrão, por compartilhar comigo a etapa mais importante da minha trajetória acadêmica e pelas reflexões *descolonizantes*. Minha eterna gratidão!

Aos meus professores do curso de graduação em Geografia da UFCAT, em especial a Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes, Prof. Dr. Idelvone Ferreira Mendes, Profa. Dra. Odelfa Rosa, Prof. Dr. Gilmar Alves Avelar e Prof. Dr. Ronaldo da Silva. Obrigado pelos ensinamentos e pela amizade.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Instituto de Geografia da UFU: ao Prof. Dr. João Cleps Júnior pelos ensinamentos e pela amizade. Obrigado por acompanhar minha trajetória desde o mestrado, por avaliar e contribuir com o meu projeto e com a minha qualificação de doutorado e, ainda, por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa desta tese. Respeito e admiração sempre; aos Professores Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira, Dr. Júlio César Ramires e Dr. Vicente de Paulo da Silva pelas contribuições durante o curso das disciplinas e em especial ao Prof. Vicente pelas ricas contribuições durante o exame de qualificação; à Profa. Marlene Terezinha de Muno Colesanti, coordenadora deste programa de Pós-Graduação.

Aos amigos e colegas do Programa de Pós-Graduação, em especial ao Josimar Souza, Joana Astolphi e Matheus Eduardo; do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) em especial à Natália Campos, Vinícius Fileto e Heitor Nascimento.

Aos técnicos administrativos do PPGEIO, João e Isabel. Obrigado pela atenção e pelas orientações sempre que eu recorria à secretaria com alguma dúvida. Minha eterna gratidão a vocês!

Aos amigos da vida que a Geografia me deu: à Profa. Dra. Joelma Cristina dos Santos (FACIP/UFU), que desde a época da República Organizações Salazar, que além de amiga e confidente, se transformou em uma irmã; à Profa. Dra. Patrícia Francisca de Matos (Regional Catalão/UFG), grande amiga, confidente e incentivadora Obrigado por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa desta tese; ao Prof. Dr. Roberto Barboza Castanho, cuja amizade remonta à época do mestrado. Obrigado pela amizade e pelas boas risadas; à Profa. Dra. Heloísa Vitória de Castro (UFCAT), uma grande amiga com quem dividi as angústias do doutorado. Obrigado pela disposição em ajudar sempre que eu recorria a você. Obrigado por tudo, Heloísa.

À Universidade Federal do Tocantins (UFT), pela concessão da licença para que eu pudesse cursar o doutorado em Uberlândia; ao reitor da Universidade, Prof. Dr. Luis Eduardo Bovolato pela colaboração com o nosso trabalho de campo; aos professores do Curso

de Geografia: Dr. Airton Sieben, Dr. Alberto Pereira Lopes, Dra. Antônia Márcia Duarte Queiroz, Ms. Alisson Almeida dos Santos, Dr. Carlos Augusto Machado, Dr. Elias da Silva, Dr. Eliseu Pereira de Brito, Dr. Jean Carlos Rodrigues, Dra. Kênia Gonçalves da Costa, Dr. Luciano da Silva Guedes, Dr. Marivaldo Cavalcante da Silva, Ms. Marta Sônia Alves Lima e Silva, Dr. Maurício Ferreira Mendes, Dr. Miguel Pacífico Filho, Dr. Pedro Alberice da Rocha, Dr. Roberto Antero da Silva, Ms. Suzete Costa Souza, Dra. Vanessa Lessio Diniz e Dr. Vinícius Gomes de Aguiar e; ao nosso técnico administrativo Marcos Antônio de Sousa. Obrigado a todos pela compreensão e amizade.

Aos amigos de porcelana que trazem à minha vida mais cores e mais sabores: Renan Modesto, Kleber Abreu, Wagner dos Santos Mariano (e seu esposo Eltongil Brandão), Marlon Magno, Márcia Schneider, Samuel Pontes, Antônio Júnior, Regis Fernando, Marcos Veiga e Lúcia Assis Machado; um agradecimento especial à Profa. Dra. Elisângela Aparecida Pereira de Melo, que além de amiga, é minha companheira de pesquisa e de tantas idas e vindas do território *Akwê-Xerente*. Sua colaboração foi fundamental para que esse trabalho fosse possível. Obrigado por ter aceitado em participar da banca de defesa desta tese; ao Adeumar Aquino, que além de vizinho, se tornou um grande amigo. Obrigado por cuidar dos meus gatos (Darwin e Einstein) durante às minhas longas ausências para a realização deste trabalho; ao Ricardo Moraes Rabelo, por tornar meu retorno à Uberlândia mais divertido e por ajudar na montagem da minha nova residência.

Aos profissionais que colaboraram com a parte técnica da pesquisa, em especial à Branca pela revisão das normas cultas da língua portuguesa, ao Andison pela construção dos mapas e ao Nelson pela elaboração do resumo em *Akwê*.

Ao povo *Akwê-Xerente* da Aldeia Salto e da Aldeia Porteira pelo acolhimento e pelos ensinamentos durante os diálogos que estabelecíamos durante a realização dessa pesquisa. A vocês atribuo à co-autoria dessa tese. Minha eterna gratidão!

À todos e à todas, muito obrigado!

[...] que o dono da dor sabe quanto dói.

(Zeca Pagodinho – O dono da dor)

RESUMO

A colonização do Território *Akwẽ-Xerente*, na Amazônia Legal, a partir do século XVI pelas frentes mineradoras causou a fragmentação, a diminuição da área de abrangência e o decréscimo populacional desse povo. Mesmo com o fim da colonização, a colonialidade ainda permanece a partir da imposição de padrões de comportamento, língua, religião, escola e, também, a partir de vários projetos desenvolvimentistas, tais como: rodovias, grandes lavouras e construção de barragens como a de Lajeado no rio Tocantins, objeto de análise deste estudo. A barragem de Lajeado entrou em funcionamento no ano de 2002, trazendo inúmeros efeitos negativos aos *Akwẽ-Xerente*, principalmente no que se refere à alimentação, pois a alteração do fluxo do rio se refletiu negativamente na qualidade e quantidade de roças de várzeas e, também, na quantidade de peixes e outros alimentos disponíveis. Por estar à jusante da barragem, esse povo não foi, *a priori*, considerado atingido, ficando, dessa maneira, às margens do processo de negociação com a empresa construtora. Mas, a partir de muita luta e com o auxílio do Ministério Público Federal, os *Akwẽ* foram reconhecidos como atingidos. Assim, o Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) foi uma medida compensatória com o objetivo de amenizar as perdas sofridas por esse povo. Nesse sentido, a tese que queremos sustentar no decorrer deste trabalho é que, além dos efeitos negativos trazidos pela construção da barragem, o Procambix não diminuiu tais impactos. Pelo contrário, aprofundou ainda mais a precarização do território. Foi implantado de fora para dentro, silenciando as vozes desse povo. As atividades implantadas pelo Procambix não consideraram as especificidades culturais dos *Akwẽ-Xerente*, não surtindo, dessa maneira, os resultados esperados. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo compreender as expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix), implementado em virtude dos efeitos negativos da UHE de Lajeado sobre o Território Indígena *Akwẽ-Xerente*. A pesquisa está assentada em uma revisão bibliográfica referente à temática proposta, revisão esta dialogando com as entrevistas feitas com os *Akwẽ-Xerente* que participaram da implantação do Procambix, além da observação participante com o uso do diário de campo.

Palavras-chave: Colonização e colonialidade. *Akwẽ-Xerente*. Barragem de Lajeado. Procambix.

ROWASKU KTURÊ¹

Wrazvkrârê Tôîsnâkrta hawi, wahu século XVI nã dat krwam trê mnõ hawi, mât aimõ ktêpre wê wamrîkwai nõrî kãtõ dure poze wawê zarkwai nõrî aimõ krsikwa nĩ, are dure krsimpe tka aimõ Akwê wi tẽ smrĩ pibumã. Tô tka, Akwê wi tẽ smĩpar kõwamnê tetõ mnĩ adu sĩm romkmãdkã hkãwê nã, ro tkrê kmã kwamãr. Tanẽ nmẽ, mât aimõ Ktê nnãkrã nãhã bdãdi kãtõ tkai wapsi zawrekãtõ dure Kã zahtã zawre kãwawê wa kmãnã. Are tãkãhã kãzahtã zawre tã dazakru sĩ Lajeado wa mât wahu 2002 nã, mât nnãkrat. Twa, tã kũiptu snã mãtõ romkmãdkã tui nẽhã krãiwatobr, Tô aimõ krêhã snã, kkmã wasimãzus mnõ pibumã tãkãhã kãzahtã zawre hawi, aimõ kãwawê kre mnõ kãto dure kãzdawa mbahã rom mnõ kãtõ tpê mnõ aimõ sikutõr mnõzem hawi kãzahtã hawi. Tãkãnẽ mnõ zemba nãt aimõ dakmãkãkwai nõrĩ ãsenã krsikwa nĩ, kãzahtã kmãnãr tdẽkwa kãtõ dure damrmẽ prẽ Ministério público nã dat krwam trê mnõ nõraimẽ aimõ tẽ tmã pradã pibumã Akwê nõrai mã tãkãhã romkmãdkã tui kãzahdã tẽ hrizem hawi siwapar. Tanẽ nmẽ, nãt aimõ kmãkahõs. Twa, tã tãkãnẽzem hawi nãt aimõ Procambix nã dat krwamtrẽ mnõ nnãkrat, are tã kãzahtã zawre hawi ktêprezu nã Akwê nõrĩ tẽ kmã waihã pibumã mât tmã kmã ropibu. Twa, takãhã danĩpi hêsuka kuĩkre tã aimõ wat kmã kupar pibumã wat kmã wazapka nĩ. Are tãkãhã Procambix nã dat krwam trẽmnõ romkmãdkã tu tẽ kaprãĩ kãdi Akwê nõraimã, tare mât romkmãdã tmã sairrĩwawê. Twa, tãkãhã danĩpi hawi aimõ romkmãdã tui nẽhã ptomnõ pã kãtõ dure panĩpti mnõ pã aimõ wat samãr waihku mnõ pibumã, aimõ tãkãhã Procambix nãhã romkmãdkã tui nẽhã Akwê nĩm tkai wa aimõ tẽ bbarti zem hawi. Twa, tãkãhã romkmãdã tã tãkãhã danĩpi nã aimõ wat kmã sabui psê pibumã kãtõ dure Akwê nõrĩ wat krsõ sdanãr mnõ tã Procambix nãhã romkmãdkã waihkuwa wat aimõ wat krsõ sdanãr.

Rowasku Kturê Nnãkrda: Kãzahtã zawre. Akwê. Kãtõ dure ktêprezum nãhã romkmãdã. Procambix.

¹ Resumo elaborado a partir da livre interpretação feita pelo indígena Xerente e acadêmico de Geografia, Nelson Wakrãwi Xerente, morador da aldeia Mirassol.

RESUMEN

La colonización del territorio Akwẽ-Xerente, en la Amazonía Legal, desde el siglo XVI en adelante por los frentes mineros causó fragmentación, la reducción del área cubierta y la disminución de la población de este pueblo. Incluso con el final de la colonización, la colonialidad sigue siendo consecuencia de la imposición de estándares de comportamiento, idioma, religión, escuela y, también, de los principales proyectos de desarrollo, tales como: carreteras, grandes cultivos y construcción de represas como de Lajeado en el río Tocantins, objeto de análisis de este estudio. La presa de Lajeado comenzó a operar en 2002, trayendo numerosos efectos negativos al Akwẽ-Xerente, especialmente con respecto a los alimentos, ya que la alteración del flujo del río se reflejó negativamente en la calidad y cantidad de los campos barridos y también, en la cantidad de pescado y otros alimentos disponibles. Como están aguas abajo de la presa, estas personas no fueron consideradas, *a priori*, afectadas, quedando al margen del proceso de negociación con la empresa constructora (Investco). Pero, después de mucha lucha y con la ayuda de la Fiscalía Federal, los Akwẽ fueron reconocidos como afectados. Así, el Programa de Compensación Ambiental de Xerente (Procambix) fue una medida compensatoria para mitigar las pérdidas sufridas por estas personas. En este sentido, la tesis que queremos apoyar en el curso de este trabajo es que, además de los efectos negativos traídos por la construcción de la presa, Procambix no ha disminuido sus impactos negativos. Por el contrario, profundizó aún más la precariedad del territorio. Fue implantado desde afuera hacia adentro, silenciando las voces de estas personas. Las actividades implementadas por Procambix no consideraron las especificidades culturales de Akwẽ-Xerente, por lo que no tuvieron los resultados esperados. En vista de esto, el presente trabajo tiene como objetivo comprender las expresiones de colonialidad en el Programa de Compensación Ambiental de Xerente (Procambix), implementado debido a los efectos negativos del Plan Lajeado en el territorio indígena Akwẽ-Xerente. La investigación se basa en una revisión bibliográfica relacionada con el tema propuesto, una revisión que dialoga con las entrevistas realizadas con los Akwẽ-Xerente que participaron en la implementación de Procambix, además de la observación participante con el uso del diario de campo.

Palabras-clave: Colonización y colonialidad. Akwẽ-Xerente. Presa Lajeado. Procambix

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Templo da Igreja Batista na Aldeia Porteira -----	38
Foto 2: O <i>padi</i> escolhendo e trocando sua comida. Aldeia Brejo Comprido, 2008-----	42
Foto 3: Toras grandes pintadas referindo-se aos partidos <i>Htâmhãe Stêromkwa</i> . Aldeia <i>Krite</i> , 2006 -----	43
Foto 4: Corrida da tora pequena. Aldeia Salto, 2012-----	44
Foto 5: Escola Estadual Indígena Waikamase, na aldeia Salto -----	56
Foto 6: Escola Estadual Indígena <i>Srêmtôwe</i> , na aldeia Porteira. -----	57
Foto 7: Laboratório de informática da Escola Estadual Indígena <i>Srêmtôwe</i> , na aldeia Porteira-----	77
Foto 8: Jogo de futebol feminino no Campo de Futebol da aldeia Porteira. -----	77
Foto 9: Moradias da aldeia Porteira. Casa feita de adobe coberta com folhas de babaçu. -----	78
Foto 10: Interior de uma casa <i>Akwe-Xerente</i> , aldeia Porteira. -----	78
Foto 11: Visão parcial dos quintais na aldeia Porteira -----	79
Foto 12: Casas de alvenaria articulada com as casas tradicionais <i>Akwe-Xerente</i> . -----	79
Foto 13: Casas de alvenaria articulada com as casas tradicionais <i>Akwe-Xerente</i> . -----	80
Foto 14: Festa do Daisipsê. O pesquisador acompanhado de líderes indígenas (anciãos e mensageiros)-----	80
Foto 15: Festa do Daisipsê. Corrida de Taquara entre as meninas <i>Akwe-Xerente</i> -----	81
Foto 16: Sr. S. Xerente, mostrando a delimitação do espaço de plantio e o espaço do rio ----	81
Foto 17: A foto mostra uma lavoura de vazante na Aldeia Porteira. Percebe-se que o sistema de várzea impacta de forma reduzida o ambiente. -----	217
Foto 18: Manifestação de barqueiros e canoeiros atingidos em frente ao escritório da Investco em Palmas (TO) exigindo justiça na negociação. -----	227
Foto 19: Manifestação de dragueiros em frente ao escritório da Investco, comparando a boa areia que tinham antes da construção de Lajeado com a areia vermelha (de baixa qualidade) pós-construção de Lajeado. -----	228
Foto 20: Sistema agroflorestal de várzea <i>Akwê-Xerente</i> , aldeia Salto: uma plantação de mandiocas combinada com a vegetação original.-----	232
Foto 21: Sistema agroflorestal de várzea <i>Akwê-Xerente</i> , aldeia Salto: uma plantação de milho, na área de plantio e o espaço do rio. -----	232

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Nacionalidade e área do conhecimento dos membros da rede Modernidade-Colonialidade.-----	105
Quadro 2: Principais sociedades geográficas: fundação, objetivos e principais publicações -	109
Quadro 3: Quantidade de borracha exportada da Amazônia entre os anos de 1825 e 1860 --	138
Quadro 4: Alguns estudos que apontam pistas sobre as antigas terras <i>Akwẽ</i> entre os séculos XVIII e XX-----	155
Quadro 5: População e aldeias Xerente entre 1928 e 1937 -----	160
Quadro 6: Procambix: cronograma financeiro distribuído por subprogramas -----	211

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Território Xerente e Funil, Estado do Tocantins e Amazônia Legal-----	33
Mapa 2: Localização das aldeias Porteira e Salto (áreas de abrangência da pesquisa), rodovias e UHE de Lajeado (UHE de Luís Eduardo Magalhães).-----	34
Mapa 3: Frente colonizadora mais ao sul do antigo norte goiano, atual Estado do Tocantins.-----	156
Mapa 4: Movimento dos <i>Akwẽ</i> mais ao norte, em oposição à frente colonizadora.-----	156
Mapa 5: Distribuição das aldeias em 1999.-----	217
Mapa 6: Distribuição das aldeias Xerente em 2016-----	218

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** As metades Doi e Wahirê ----- 36
- Figura 2:** Representação de uma aldeia antiga *Akwẽ* com a organização das casas e ao fundo o *Warã* masculino onde percebe-se o processo educativo dos jovens conduzido pelos anciãos----- 40
- Figura 3:** Cartazes de propaganda governamental para mobilização de soldados para a “Batalha da Borracha” na Amazônia, 1943. ----- 149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Desmatamento na Amazônia entre 2000 e 2018.-----	185
Gráfico 2: Comparativo de orçamento e despesas realizadas para combate ao desmatamento nos governos Lula e Dilma. -----	186

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO -----	19
2 A PESQUISA E OS AKWĒ-XERENTE: questões metodológicas e configuração Territorial -----	26
2.1 O território -----	27
2.2 Os AkwĒ-Xerente e seu território: as vozes participantes da pesquisa -----	32
2.3 Na trilha da pesquisa: em busca de uma metodologia decolonial -----	45
2.4 O nosso contato com os AkwĒ-Xerente: definição do tema e do método de pesquisa ----	55
2.5 A coleta de dados e o diário de campo -----	65
3 A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA MUNDO MODERNO-COLONIAL E O MOVIMENTO DESCOLONIAL NA GEOGRAFIA -----	84
3.1 O eurocentrismo na constituição do mundo moderno-colonial: os fundamentos do pensamento contemporâneo -----	85
3.2 Dos estudos pós-coloniais ao debate da modernidade-colonialidade -----	97
3.3 O projeto Moderno na Geografia: as Sociedades Geográficas a serviço da colonização	106
3.4 A Geografia Crítica, a Modernidade-Colonialidade e o movimento decolonial -----	120
4 A CHEGADA DO ESTRANHO NA AMAZÔNIA: da colonização à colonialidade do poder -----	126
4.1 A Amazônia, uma acumulação desigual de tempos e espaços: diversidade biológica e de povos -----	127
<i>4.1.1 As “drogas do sertão”: o início da exploração econômica da Amazônia e a exploração da mão-de-obra indígena</i> -----	130
<i>4.1.2 O ciclo da borracha e a apropriação do conhecimento e do trabalho indígena: resistência indígena e migração nordestina para a Amazônia</i> -----	137
<i>4.1.3 A colonização ao sul e ao sudeste da Amazônia e os conflitos com os AkwĒ-Xerente: conflitos, fragmentação e demarcação de suas terras</i> -----	152
4.2 A Amazônia do século XX: “novos” colonizadores com “velhas” lógicas colonizadoras	166
4.3 A Ressignificação da natureza e o novo contexto geopolítico na Amazônia -----	172
4.4 A década de 1990 e a dilapidação da Amazônia: a intensificação do desmatamento e dos conflitos -----	176
4.5 O século XXI e o desenvolvimentismo revisitado: há esperança para a Amazônia? ----	180
5 A COLONIALIDADE PERMANECE: a construção da UHE de Lajeado e o Programa de Compensação Ambiental Xerente -----	189

5.1 A construção de hidrelétricas no Brasil -----	190
5.2 A usina hidrelétrica de Lajeado e os impactos no território Indígena Xerente -----	198
5.3 Os impactos da UHE de Lajeado no território Xerente e o Procambix -----	205
5.4 O Procambix: características e objetivos -----	207
5.5 O Procambix: contradições e conflitos -----	212
6 O LUGAR DE FALA DOS AKWE-XERENTE EM SEU TERRITÓRIO: da barragem de Lajeado ao Procambix -----	222
6.1 Vozes silenciadas: os Akwẽ-Xerente e a construção de Lajeado -----	224
6.2 Vozes silenciadas: os Akwẽ-Xerente e o Procambix -----	240
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	249
REFERÊNCIAS -----	254
APÊNDICES -----	264
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com moradores do território indígena Xerente: representantes de família da comunidade Porteira e Salto -----	265
APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com os Xerente que participaram do conselho gestor do Procambix -----	267

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender as expressões da colonialidade na construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado (depois oficialmente chamada de UHE Luiz Eduardo Magalhães)² no rio Tocantins e no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix), implementado em virtude dos efeitos negativos da referida barragem sobre o Território Indígena Akwê-Xerente. Assim, a tese que queremos sustentar no decorrer desse trabalho parte de uma verificação em campo e por meio de uma reflexão teórica, a de que a construção da barragem trouxe efeitos negativos e o Procambix não diminuiu os impactos e aprofundou ainda mais a precarização do território dos Akwê-Xerente, pois foi implantado de fora para dentro, sem considerar as especificidades culturais desse povo. Partimos, então, da ideia de uma colonialidade que permeia o pensamento moderno na atualidade e que se expressa por um discurso hegemônico de um modelo civilizatório imposto para homogeneizar as relações sociais a partir da colonização das Américas pela Europa no século XV e que se consolida, sobretudo, a partir da emergência da ciência moderna, no Século XVIII. O que não se encaixa nesse modelo é considerado atrasado, arcaico, um estorvo ao desenvolvimento da sociedade. Esse discurso está presente nos livros didáticos, nas matérias jornalísticas, na academia, nas políticas públicas, nos discursos políticos e esteve também na justificativa e na prática da construção de Lajeado e dos técnicos que elaboraram e implantaram o Procambix.

O povo em estudo se autodenomina *Akwê* e seus indivíduos se comunicam entre si pela língua de mesmo nome. Pertence, junto com outros povos indígenas, ao ramo central de falantes das sociedades de tronco macrojê, de família linguística Jê Central, possuindo forte assimetria com os Xavante do Mato Grosso, os Xacriabá e os Akroá de Minas Gerais (este último extinto através do genocídio realizado por frentes colonizadoras). Atualmente, os Akwê-Xerente somam uma população em torno de 2051 pessoas (IBGE, 2010), distribuídos em 81 aldeias, sendo que a maior concentração populacional está nas aldeias Porteira, Salto, Funil e Brejo Comprido. Estão territorializados às margens do rio Tocantins, a 70 km de Palmas (capital do Estado do Tocantins). Organizam-se através de duas metades que formam os clãs ou partidos: *Doi* e *Wahirê*. Assim, os *Kritó*, os *Kuzã* e os *Kbazi* formam a metade *Doi* e os *Wahirê*, os *Kremprehi* e os *Krozakê* formam a metade *Wahirê*. Ocupam atualmente as Terras Indígenas Xerente (TI Xerente), com 167.542ha e Funil (TI Funil) com 15.703ha,

² No decorrer desse trabalho usaremos “UHE de Lajeado”, pois esse é o nome pelo qual a usina é conhecida pela população local.

ambas regularizadas a partir da década de 1970. Trataremos melhor desses temas nas seções dois e quatro desse trabalho.

Os *Akwẽ-Xerente* constituíram seu território às margens do rio Tocantins, numa relação íntima com a natureza e seus recursos e é ela que rege todo o ecossistema e explica toda a cosmologia *Akwẽ*, conforme trataremos na seção dois. Por essa forma de *ser* e *estar* no mundo, esse povo é considerado pelo imaginário da ordem colonial moderna como atrasado, arcaico, primitivo e, portanto, um estorvo para o progresso da civilização, que entende o progresso e a modernidade eurocêntrica como único caminho possível para todos os povos e todos os lugares.

Conforme já mencionamos, a modernidade se inicia com a colonização da América, quando a Europa se lança ao mar em busca de outras terras, o que não está relacionado apenas com a organização colonial do mundo em termos políticos e econômicos, mas também e, simultaneamente, à constituição colonial dos saberes, da linguagem, da memória e do imaginário. Nesse contexto, inicia-se a hegemonia europeia sobre o mundo e que se consolida nos séculos XVIII e XIX (o Século das Luzes), no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo (todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados) numa grande narrativa universal em que a Europa é, simultaneamente, o centro geográfico e a “senhora” do movimento do tempo, como aprofundaremos na seção três.

É nesse contexto de colonização que procuraremos analisar o contato dos *Akwẽ-Xerente* com a população não indígena, que se iniciou com a colonização da região amazônica durante o século XVII. Nesse processo, os *Akwẽ-Xerente* foram dizimados pelos conflitos com as frentes colonizadoras em busca do ouro e também por doenças trazidas pelos europeus. Para se ter uma ideia, na seção quatro mostraremos que essa população chegou, no século XIX, a apenas 300 pessoas, divididas em sete aldeias. Além do decréscimo populacional, esse povo teve suas terras diminuídas e fragmentadas. A população voltou a crescer durante o século XX, principalmente com a demarcação de suas terras a partir da década de 1970. Mas, ainda hoje, os mais velhos reclamam as terras perdidas durante o processo de colonização de seus territórios.

Mesmo com fim da colonização enquanto sistema jurídico-político, a colonialidade ainda permanece nos projetos desenvolvimentistas que rondam seus territórios, e em instituições, como a escola e as igrejas de denominações evangélicas, que impõem padrões de comportamento, de costumes, de normas sociais, de alimentação e de linguagem. Entre os projetos desenvolvimentistas, os principais são a construção de rodovias, os projetos de agricultura moderna nos limites de seus territórios, a urbanização (principalmente com a

construção de Palmas) e a construção da barragem de Lajeado. Nesse trabalho, nos limitamos a analisar as expressões da colonialidade em torno da construção de Lajeado, bem como no seu programa de compensação, o Procambix, por considerá-la a mais impactante, uma vez que ocasionou profundas transformações negativas na natureza, especialmente no rio Tocantins, que rege os sistemas vivos no Território *Akwẽ-Xerente*, conforme mostraremos nas seções dois, cinco e seis.

A barragem de Lajeado entrou em funcionamento em 2002 e está localizada no rio Tocantins. O lago artificial formado por ela abrange 750 km² de área total e atinge os limites territoriais dos municípios de Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. No processo de implantação dessa barragem, os indígenas não foram reconhecidos enquanto atingidos dada a ideia patrimonialista em torno desse conceito, pois os *Akwẽ-Xerente* não tiveram suas terras alagadas pelo reservatório porque estão à jusante do barramento, tendo tido, por isso, suas vozes silenciadas. Acontece que as mudanças do fluxo de água causadas pelo barramento atingiram profundamente as áreas de Vazante do Tocantins. E é das vazantes que os *Akwẽ*, retiram parte significativa de sua subsistência com a prática da roça de toco. As mudanças dos fluxos de água trouxeram, também, uma queda na quantidade de peixes e de outras espécies da fauna e da flora com as quais os indígenas complementam a sua dieta alimentar.

Diante disso, os *Akwẽ-Xerente* iniciaram um processo de muita luta para serem reconhecidos enquanto atingidos. Um dos trunfos para isso fosse possível foram justamente as roças de vazante impactadas pela barragem. Por meio de várias ações judiciais, os indígenas tiveram seus direitos reconhecidos e, nos anos de 2000, inicia-se o processo de elaboração do Procambix. Acontece que os *Akwẽ-Xerente* tiveram novamente suas vozes silenciadas, pois os técnicos do referido programa e da empresa construtora não estabeleceram nenhum tipo de discussão e debates com os *Akwẽ* sobre o tipo de compensação de que eles necessitavam e almejavam. Os subprogramas previstos no Procambix eram completamente alheios as suas necessidades e ao seu universo cultural. Trazendo em seu bojo uma visão utilitarista e colonialista de território, buscaram assimilar os indígenas aos padrões de produção da sociedade envolvente. O Procambix implantou em território indígena lavouras mecanizadas, a pecuária bovina, criação de galinhas poedeiras e debicadas de cativeiro e tanques de criação de peixes, dentre outros. São, portanto, atividades em que os *Akwẽ-Xerente* não estão habituados a praticarem, pois, milenarmente, praticam a pesca, a caça e a plantação de roças de toco em vazante. Nenhum desses programas obteve o sucesso esperado e os indígenas

tiveram o processo de precarização de seus territórios aprofundado, conforme mostraremos na seção seis.

Dessa forma, mesmo com essas medidas compensatória, os *Akwê-Xerente* continuam com sérios problemas no que se refere à autonomia alimentar e à manutenção de sua cultura. O Programa provocou, também, vários conflitos dentro dessa comunidade, ocasionando, inclusive, dispersão territorial com formação de novas aldeias, pois a quantidade delas saltou de 30, em 2008, para 70, em 2016 e para 81, em 2019. Os indígenas relatam que um dos principais motivos para isso foram os inúmeros desentendimentos na implantação do programa.

A construção da barragem de Lajeado no rio Tocantins significou uma precarização territorial, pois dilapidou os recursos naturais e também comprometeu a autonomia alimentar e cultural dos *Akwê-Xerente*. O Procambix não foi suficiente para reduzir os impactos negativos, pois pareceu muito mais uma tentativa colonialista de imposição da cultura capitalista do que uma valorização da cultura e dos modos de vida indígena. Desde já, é importante ressaltar também que, apesar desses percalços, a língua materna é forte e presente no cotidiano desse povo. Muitos dos idosos e a maioria das crianças não compreendem bem a língua portuguesa. As crianças, por exemplo, só têm acesso ao português quando estão no quinto ano do Ensino Fundamental. Esse fator, somado a outros dos quais trataremos no decorrer desse trabalho, faz com que a cultura *Akwê* continue viva.

Nos últimos anos, nas diversas áreas do conhecimento, tem crescido o número de pesquisas que tratam da matriz energética brasileira e dos impactos sobre a sociedade e sobre a natureza que ela acarreta. O crescente interesse pelo tema se justifica pelo aumento da construção de grandes empreendimentos barrageiros com seus impactos sobre o meio ambiente e a população local, principalmente a de camponeses, a de quilombolas e a de indígenas. As medidas compensatórias, quando existem, não têm suprido as perdas sofridas pelos atingidos.

Só no Observatório Socioambiental de Barragens do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e nos cadernos de contribuições científicas disponíveis no *site* dos Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo, foram registrados mais de 200 trabalhos nas últimas décadas. Esses trabalhos destacam os seguintes problemas: a) milhares de famílias perderam os seus territórios; b) várias espécies da fauna e da flora foram extintas e/ou estão em processo de extinção; c) aumento dos problemas urbanos nas cidades próximas ao barramento; d) aumento dos conflitos por terra; e) impactos na saúde da população ribeirinha

dadas as alterações no clima e também a diminuição da fonte protéica das famílias que retiram do rio os seus alimentos; f) perda do patrimônio sociocultural; g) medidas compensatórias insuficientes, dentre outros problemas.

No que se refere à produção da Geografia sobre o tema, especialmente a dos Estudos Agrários, vários trabalhos vêm sendo produzidos e tratam, principalmente, sobre os impactos na terra e seus consequentes processo de *des-re*-territorialização das famílias ribeirinhas (indígenas e camponeses dentre outros) e também sobre a disputa, pelo território, entre capital e trabalho, tendo o Estado como agente mediador e financiador do processo. No entanto, apesar do considerável número de trabalhos sobre esse tema na Geografia, há, ainda, uma lacuna no que se refere à colonialidade por trás da implantação desses grandes empreendimentos barrageiros. Essa colonialidade se caracteriza por um modelo de desenvolvimento imposto por agentes econômicos localizados, sobretudo, nos Países do Norte, em que a natureza e os povos do Sul são, dentro da hierarquia social, inferiorizados, e os que se opõem a isso são considerados atrasados e, portanto, contra o desenvolvimento, conforme já mencionamos. Há também lacunas em pesquisas que tratam dos atingidos à jusante do barramento, pois a maioria se refere às populações que tiveram suas terras atingidas diretamente pelos reservatórios. Nesse sentido, nosso trabalho busca suprir um pouco essas referidas ausências.

Diante disso, os impactos gerados pelas usinas hidrelétricas são bastante conhecidos. Há, portanto, a necessidade de estudos mais específicos que busquem aprofundar a compreensão sobre os impactos nos territórios indígenas, as indenizações feitas pelas empresas construtoras e como elas têm aprofundado o processo de *des-re*-territorialização ou precarização dos territórios indígenas. Nesse sentido, é importante que essa problemática seja analisada mais profundamente sob o olhar da Geografia e considerando a relação entre os projetos desenvolvimentistas e os discursos colonialistas por trás deles.

No caso da UHE de Lajeado e do Procambix, algumas pesquisas já realizadas buscaram aprofundar a análise dos efeitos negativos deles, mas há uma lacuna no que se refere às expressões da colonialidade e às relações de poder e de saber a partir daí, o que espera-se que seja contribuição do nosso trabalho. Falta também, nos trabalhos já realizados na Geografia, a valorização do lugar de fala dos indígenas sobre aquilo que os afeta. As pesquisas, na sua maioria, se fundam no pensamento moderno, em que há a sobrevalorização do saber científico em relação a outros saberes. Mas, acreditamos que os saberes precisam dialogar e é isso que buscaremos nesse trabalho, sobretudo, na seção seis. O nosso trabalho, somado a outros já produzidos, pode ajudar os *Akwẽ* a compreenderem as questões

econômicas e políticas que afetam suas vidas e servir como instrumento para que eles continuem lutando pelos seus direitos e pela sua cidadania.

A preocupação de discutir essas questões começou como nosso contato com os *Akwẽ* em 2012 e, sobretudo, a partir da participação em um projeto de extensão nesses territórios (PROEXT, 2013 e 2014), cujo objetivo principal foi a produção de materiais didáticos para escolas da Aldeia Salto e da Aldeia Porteira, a partir da valorização da cultura desse povo. Nas visitas feitas, percebeu-se durante os diálogos com os *Akwẽ*-Xerente a insatisfação deles em relação ao alagamento do rio, que impactou negativamente seus modos de vida e colocou em risco a sua soberania alimentar, e à ineficiência do programa de compensação, que não conseguiu diminuir os efeitos negativos de Lajeado.

Para uma organização didática da discussão, o presente trabalho foi dividido em cinco seções, mais essa introdução e as considerações finais. A segunda seção foi dividida em cinco partes. Na primeira, fizemos uma discussão teórica sobre conceito de território, onde buscamos aproximá-lo do de natureza, e, na segunda parte, mostramos como esta organiza o território *Akwẽ* e apresentamos, também, dados sobre a localização e população, dentre outros assuntos. Na terceira parte, optamos por fazer uma discussão metodológica sobre a pesquisa e na quarta e na quinta parte apresentamos como se deu nosso contato com o referido povo e como se deu a coleta de dados a partir das entrevistas e da observação participante com o uso do diário de campo.

Já na terceira seção optamos por nos dedicar à uma reflexão teórica sobre a ordem moderno-colonial. Ela foi dividida em quatro partes; na primeira parte analisamos os fundamentos da ordem colonial moderna e na segunda fizemos uma reflexão histórica sobre a emergência do debate da pós-colonialidade e da modernidade-colonialidade nas ciências sociais. Nas partes terceira e quarta, tratamos da História do Pensamento Geográfico e como a Geografia se tornou um importante instrumento de colonização do mundo e, por fim, como a Geografia, mesmo que tardia e timidamente, entra no debate da modernidade-colonialidade.

Na quarta seção fizemos uma abordagem regional da Amazônia e como se deu o seu processo de colonização. Pela complexidade da discussão, dividimos esta seção em sete partes. Nas primeiras partes, mostramos que a colonização da referida região foi um processo desigual e combinado e como ocorreu o contato dos *Akwẽ*-Xerente com as frentes colonizadoras que quase levaram esse povo à extinção. Assim, mostramos que a invasão dessa região foi primeiramente para a exploração das “drogas do sertão” e da borracha, na parte norte, e a exploração do ouro, na parte sul. Nas últimas três partes, mostramos que, com o fim da colonização por parte da Europa, a invasão dos territórios continuou principalmente a

partir de diversos projetos desenvolvimentistas e políticas governamentais e como isso tem devastado a Amazônia.

Na quinta e na sexta seções dedicamo-nos à análise de Lajeado e da implantação do Procambix no Território *Akwẽ*. Na quinta seção, organizamos a discussão em quatro partes: na primeira, nos dedicamos a contextualizar a construção de barragens no Brasil e na segunda nos dedicamos à barragem de Lajeado e seus impactos sobre os *Akwẽ-Xerente*. Na terceira e na quarta partes, traçamos um contexto da implantação do Procambix e as leituras sobre ele. Já a sexta seção foi dividida em duas partes. Nesta seção, mostramos os *Akwẽ-Xerente* nos seus lugares de fala sendo que, na primeira parte, transcrevemos as vozes dos indígenas sobre Lajeado, enquanto segunda, evidenciamos as referidas vozes sobre o Procambix.

Nas próximas páginas seguem as referidas seções.

2 A PESQUISA E OS *AKWĒ-XERENTE*: questões metodológicas e configuração territorial

Como podeis comprar ou vender o céu, a tepidez do chão? A ideia não tem sentido para nós.

Se não possuímos o frescor do ar ou o brilho da água, como podeis querer comprá-los?

Qualquer parte desta terra é sagrada para meu povo. Qualquer folha de pinheiro, qualquer praia, a neblina dos bosques sombrios, o brilhante e zumbidor inseto, tudo é sagrado na memória e na experiência de meu povo. A seiva que percorre o interior das árvores leva em si as memórias do homem vermelho.

Os mortos do homem branco esquecem a terra de seu nascimento quando vão pervagar entre as estrelas. Nossos mortos jamais esquecem esta terra maravilhosa, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela é parte de nós. As flores perfumosas são nossas irmãs; os gamos, os cavalos, a majestosa águia, todos são nossos irmãos. Os picos rochosos, a fragrância dos bosques, a energia vital do pônei e o Homem, tudo pertence a uma só família.

[...].

(Trechos da carta do cacique de Seattle, 1855)

O ponto de partida de toda pesquisa científica é o problema que, via de regra, surge a partir da vivência do pesquisador em um contexto social, econômico, político ou de uma lacuna que ele verifica em determinada teoria. A partir do problema são definidos os objetivos, o referencial teórico e os métodos a serem utilizados. Além disso, é importante que o pesquisador conheça bem, para poder melhor definir a área a ser pesquisada. Esses caminhos são comuns a todo trabalho que se pretende acadêmico. Dessa forma, o objetivo dessa seção é tratar das questões inerentes à configuração do território *Akwe-Xerente* e, por fim, estabelecer os caminhos metodológicos da presente pesquisa, bem como uma reflexão das técnicas utilizadas na coleta de dados.

2.1 O território

Antes de tratarmos o território *Akwẽ-Xerente*, é importante estabelecermos aqui, o conceito de território que utilizamos. As pesquisas em torno do conceito de território tiveram um crescimento significativo nas últimas décadas, não apenas na Geografia, mas também em outras áreas tais como: antropologia, politologia, sociologia e economia, dentre outras, dando ao conceito diversas interpretações. A acepção mais comum de território é a sua definição enquanto um espaço apropriado por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos que nele estabelece relações de poder. Esse espaço pode ser uma pequena comunidade, como uma comunidade indígena ou ao Estado-Nação, por exemplo.

Nessa linha de raciocínio, Raffestin (2011) salienta que espaço e território não são termos equivalentes. Na verdade, de acordo com o referido autor, o espaço é anterior ao território:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. (RAFFESTIN, 2011, p. 128).

Analisando a partir da perspectiva de Lefebvre, Raffestin complementa que a passagem de espaço para território se dá mediante um projeto de energia e informação e que, a partir daí, caracterizam-se relações marcadas pelo poder. Assim, “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. (RAFFESTIN, 2011, p. 128). Dessa forma considerado, a territorialidade seria mais que uma relação entre o homem e o território. É um conjunto de relações construídas a partir de um sistema tridimensional:

sociedade-espaço-tempo, sendo possível a classificação de várias territorialidades, desde as mais estáveis até aquelas mais instáveis.

Sousa (2007) corrobora a ideia de que o território é construído *por e a partir das* relações de poder, mas afirma que analisá-lo apenas sob o ponto de vista da ação do Estado é insuficiente, pois territórios são construídos e desconstruídos em variadas escalas sociais, espaciais e temporais. Assim, o território, sendo um produto social, é dinâmico e, não, estático. Portanto, não depende de um longo enraizamento para a construção de relações de poder, podendo ser construído e desconstruído rapidamente. Nessa perspectiva, o território é um produto das articulações estruturais e conjunturais a partir da submissão de indivíduos ou grupos sociais em um determinado momento histórico e a partir daí constitui-se o processo de territorialização.

Já Haesbaert (2004) ressalta que, por ser o território adotado por várias áreas do conhecimento, o seu conceito se tornou indefinido, dotado de uma polissemia; cada campo apropria-se daquelas dimensões analíticas que mais coadunam com os seus propósitos. Dessa forma, Haesbaert, para o conceito de território, apresenta três dimensões básicas:

1) **Política** (referente às relações de poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes –mas não exclusivamente –relacionado ao poder político do Estado; 2) **Cultural** (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. 3) **Econômica** (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Diante disso, Haesbaert (2004) busca superar essa fragmentação trabalhando com a ideia de território em seu sentido material e imaterial. Assim, o território deve ser pensado, tanto nos seus aspectos da produção material quanto nos seus aspectos jurídicos-políticos. É preciso considerar também o espaço apropriado a partir da produção de identidades, de subjetividades e de simbolismos em um certo lugar.

Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre múltiplas dimensões desse poder, desde a sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações

dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. Em certos casos, como o de grandes conflitos territoriais de fundo étnico e religioso, a dimensão simbólico-cultural do poder se impõe com muita força, enquanto em outras, provavelmente as dominantes, trata-se mais de uma forma de territorialização, a fim de regular conflitos dentro da própria esfera política ou desta com determinados agentes econômicos. (HAESBAERT, 2004, p. 93).

Portanto, para o autor, o território deve ser pensado enquanto relação de dominação e apropriação de um determinado espaço por um grupo social que se desdobra ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica (concreta e funcional) à apropriação mais subjetiva (cultural-simbólica). Dessa forma, a territorialização sociedade-espaço pode assumir um caráter mais funcional ou um caráter mais simbólico a depender da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. É preciso considerar também a territorialização na sua variação histórica e geográfica, pois, de acordo com Haesbaert (2004) territorializar-se para um grupo indígena na Amazônia, não é o mesmo que territorializar-se para os grandes executivos de uma empresa transnacional:

Cada um desdobra relações com ou por meio do espaço de formas as mais diversas. Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global. (HAESBAERT, 2004, p. 97).

Diante dessa característica, o autor afirma a ideia de territorialização com as possíveis e consequentes desterritorialização e reterritorialização. Refuta as teses que apontam questões como a mobilidade espacial e o avanço da ciência, da informação e dos meios de transportes como o fim do território (desterritorialização absoluta). Apoiando-se, principalmente, na obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari, o autor sustenta que não há o fim dos territórios, mas, sim, uma multiterritorialidade, pois, a partir de uma desterritorialização, há sempre uma reterritorialização. Assim, Haesbaert (2004) considera o discurso da desterritorialização um mito, pois toda existência humana se dá através do território. Sugere outras categorias de análise, como território precário, para a análise de processos de segregação, de separação (reclusão territorial) que, como todo processo de desterritorialização, sempre é dialético. Sugere, também, o termo “exclusão” territorial (entre aspas), quando ocorre uma “exclusão às avessas”, no sentido não de grupos diretamente “excluídos” do território, mas, indiretamente, através de territórios parciais ou da não ocupação ou da não circulação humana.

Essas definições de território são fundamentais para se pensar o tema proposto nessa pesquisa. Para enriquecer as ideias acima expostas, Porto-Gonçalves (2006b) traz algumas questões importantes para a reflexão sobre sociedade e território. Para o autor, sociedade e espaço não são excludentes um do outro. Diferentemente das definições eurocêntricas que separam sociedade e espaço (ou sociedade e natureza), toda sociedade, ao se constituir enquanto tal constitui, também, o seu espaço geográfico. Citando Fernando Coronil, Porto-Gonçalves complementa que o espaço geográfico é produto e condição das relações sociais e, assim sendo, é também uma relação natural entre sociedade e natureza, pois, a sociedade, ao se reproduzir, transforma e se apropria da natureza. Assim,

Toda sociedade, ao se constituir a si mesma, constitui seu espaço conformando, assim, seu território. Deste modo, o território não é substância externa, [...] tampouco uma base sobre a qual a sociedade se erige, como queria Hegel. Ao contrário, o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto de suas relações sociais e de poder. (PORTO-GONÇALVES, 2006b, p. 13).

Considerando as múltiplas fontes desse conceito (jurídico-política, antropológica, biológica e geográfica), o território deve ser compreendido a partir da tríade território-territorialidade-territorialização, pois, de acordo com Porto-Gonçalves, um mesmo espaço apropriado e constituído por uma determinada sociedade contém diversas territorialidades distintas constituídas no processo de territorialização.

Em um diálogo com Aníbal Quijano, Porto-Gonçalves (2006b) faz uma reflexão sobre a dimensão territorial do Estado. Para o autor, o Estado não é um ente superestrutural que prescinde um território. De acordo com o autor, nos últimos anos, o Estado sofreu um processo de redefinição, com o realinhamento dos diferentes grupos/classes/estamentos que se fizeram por meio dessa territorialidade que é o Estado Nacional. Sobretudo na América Latina, a partir das políticas neoliberais, o que salta aos olhos é que o Estado Nacional, cada vez mais, se *des-nacionaliza* e se *des-democratiza*, quando é capturado por setores/grupos/classes que se têm outras territorialidades que não o Estado-Nação. Cada vez mais o papel do Estado é redefinido para atender o interesse de grandes agentes econômicos constituindo um novo padrão de poder mundial. Dessa forma,

É interessante observarmos as análises que Quijano faz dos Estados na América Latina e Caribe onde (sic) destaca que, desde o início, os elementos da colonialidade se mantiveram mesmo com o fim do colonialismo, na medida em que uma minoria branca é que controla o poder no interior das diferentes formações dos Estados nacionais. Mais interessante ainda é

quando verificamos ainda na companhia de Aníbal Quijano, que após um curto período de ampliação da participação de outros e maiores setores da sociedade, entre 1930 a 1970 (com as variações anteriores da Argentina, Uruguai e Chile), se vê, nos anos 80 e 90, o Estado ser capturado por uma nova configuração de poder mundial quando passam a ser desterritorializados e comandados cada vez mais por uma dinâmica ditada por uma outra territorialidade (Império/Imperialismo), o que quer dizer por setores/classes/estamentos/grupos que se fazem por meio de outra territorialidade que não o Estado-Nação. (PORTO-GONÇALVES, 2006b, p. 14-15).

Para o autor, esse processo de *des-nacionalização* e de *des-democratização* possibilitou a ação daqueles sujeitos sociais que sempre ficaram às margens da formação do Estado-Nação, como, por exemplo: os índios no Equador e no Brasil, os indígenos-camponeses na Colômbia; os zapatistas no México e na Bolívia; os camponeses, como é o caso dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e no Equador; os afrodescendentes, com seus palenques³ na Colômbia ou com os quilombolas no Brasil.

Como podemos perceber, existe uma infinidade de definições de território, mas o que há de comum entre elas é a ideia de espaço apropriado pelas relações de poder. Essas relações de poder podem ser materiais (poder mais concreto) ou imateriais (poder mais simbólico) a depender das intencionalidades de cada grupo social. O território também serve como abrigo, proteção e fonte de recursos; é onde os sujeitos projetam suas vidas, seus sonhos, suas esperanças e suas crenças. Não existe, portanto, ninguém sem território, pois todo indivíduo ou grupo se reproduz por meio dele, por mais precário que pareça.

Forma-se o território a partir do processo de territorialização, por isso é importante considerar a historicidade do processo de apropriação. Mesmo trazendo a ideia de segurança, o território pode sofrer instabilidade, principalmente a partir das ações de atores externos a ele, como, por exemplo, as ações de grandes empresas multinacionais que, com o apoio do Estado, agem como agentes des-re-territorializadores ou mesmo na precarização do território. Mas, quando se sentem ameaçados, os sujeitos reagem em defesa do território, como por exemplo, aqueles sujeitos atingidos por grandes empreendimentos tais como, barragens, rodovias, condomínios e mineração, dentre outros. Esses sujeitos ameaçados têm se levantado, não somente contra essas obras, mas, principalmente, em defesa dos seus territórios e pelo direito de neles permanecerem e se reproduzirem social e biologicamente. É nessa linha de pensamento que queremos pensar os impactos de Lajeado.

³ Comunidades negras colombianas semelhantes às comunidades quilombolas no Brasil.

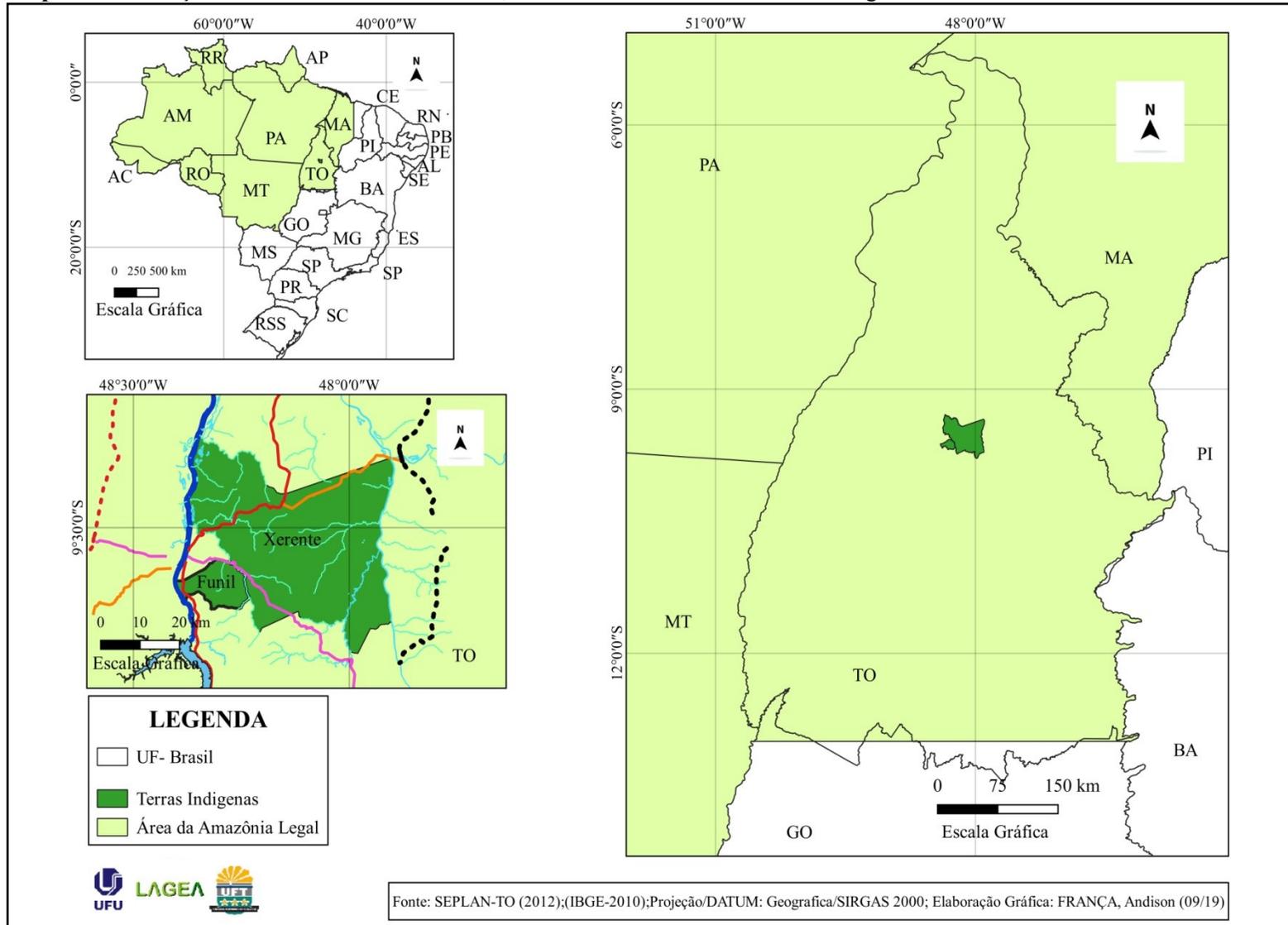
2.2 Os *Akwẽ-Xerente* e seu território: as vozes participantes da pesquisa

O povo *Akwẽ-Xerente* constituiu seu território ao longo da vida com a natureza. Nesse sentido, para esse povo a natureza é sagrada e parte de seu território e, portanto, é em torno dela que os *Akwẽ-Xerente* constroem toda a narrativa de surgimento de seu povo e a ela rendem homenagens a partir de manifestações culturais/festas, nomes e pinturas. Diante disso, pensar o território desses indígenas é pensar a relação entre natureza e sociedade impossível de serem separadas.

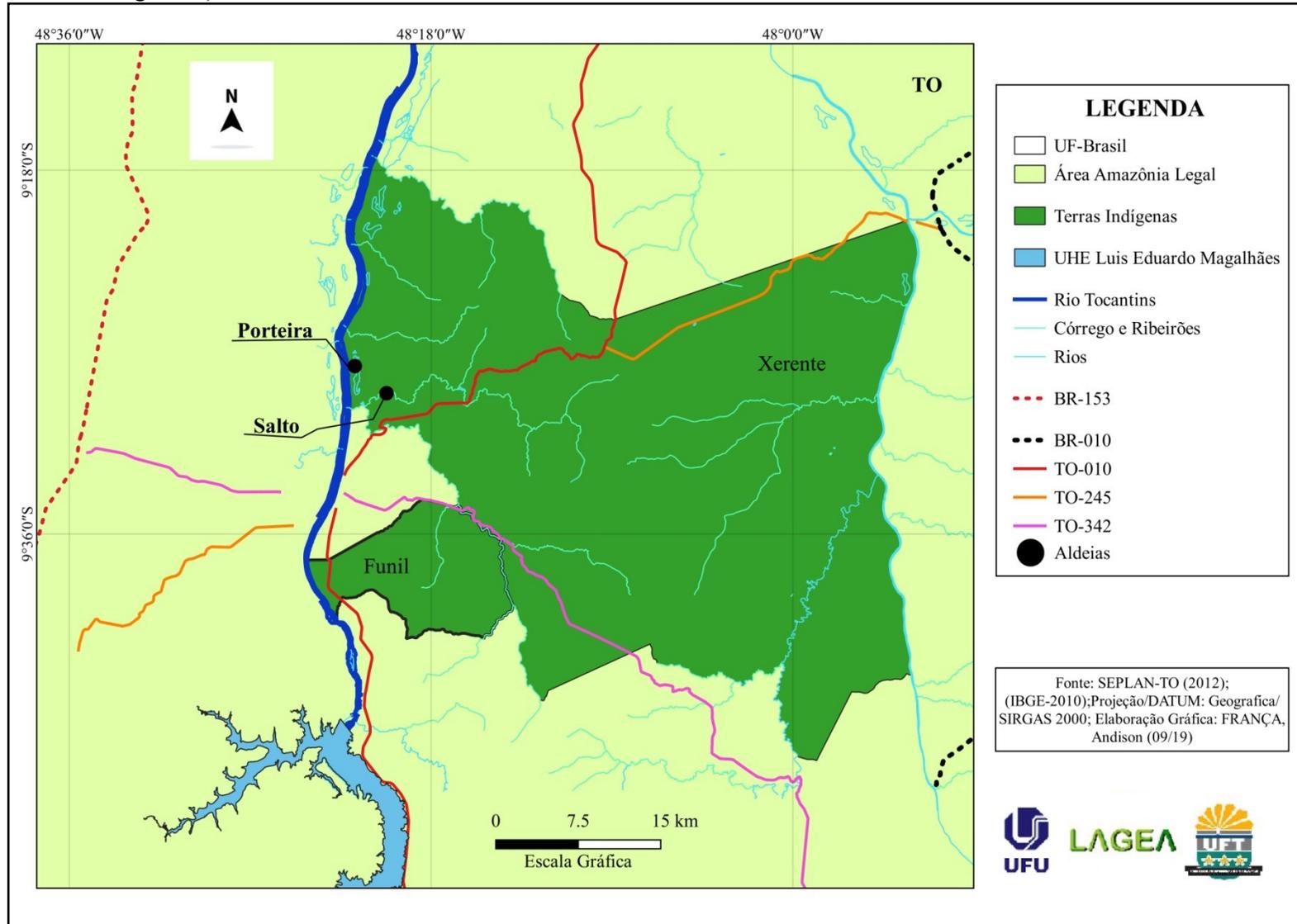
De acordo com a tradição desse povo, os *Akwẽ-Xerente* vieram do *waptokwaré* (sol) e é para ele que os mesmos voltam quando morrem. São considerados grandes guerreiros, povos da floresta e corredores ágeis. Conforme já ressaltado na introdução, eles se autodenominam *Akwẽ* e são falantes da língua de mesmo nome. Pertencem, junto com outros povos, ao ramo central de falantes das sociedades de tronco macro-jê, de família linguística Jê Central, possuindo forte assimetria com os Xavante do Mato Grosso, os Xakriabá e os Akroá de Minas Gerais. Estes últimos foram extintos através do genocídio feito por colonizadores/invasores para a exploração de suas terras para fins agrícolas. A língua *Akwẽ* é forte e presente no cotidiano desse povo; o português é a língua utilizada apenas para comunicação com os não indígenas. Nesse sentido, a língua portuguesa é aprendida apenas na fase escolar. (DE PAULA, 2000; SILVA, 2015; MELO, 2016; LIMA 2016).

Os *Akwẽ-Xerente*, estão territorializados nas terras TI Xerente e TI Funil, na bacia do Araguaia-Tocantins, à margem direita do rio Tocantins, próximo à cidade de Tocantínia (TO) (MAPA 1), município com o qual eles têm fortes ligações políticas e econômicas. Essas TI's distam cerca de 70 km (ao norte) de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Esta localização é estratégica porque a área é considerada o “corredor” de ligação entre o sul e o norte do país e “porta de entrada” para os projetos desenvolvimentistas da região Amazônica, o que faz com que suas terras sejam foco das atenções regionais e nacionais para a construção de hidrelétricas, de projetos agrícolas e de rodovias, como é o caso da Belém-Brasília (MAPA 2). Dentre esses empreendimentos, a construção da UHE de Lajeado é considerada a mais impactante, dadas as alterações que ela causou nos seus territórios, bem como no seu modo de vida.

Mapa 1: Localização do Território Xerente e Funil, Estado do Tocantins e Amazônia Legal.



Mapa 2: Localização das aldeias Porteira e Salto (áreas de abrangência da pesquisa), rodovias e UHE de Lajeado (UHE de Luís Eduardo Magalhães).



De acordo com os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população *Akwê-Xerente* soma 2.051 pessoas. No levantamento realizado por Lima (2016), essa quantidade de população estava dividida em cerca de 70 aldeias e para Melo (2016), 72 aldeias. Todavia, de acordo com a informação verbal de Nelson Wavrâwi Xerente⁴ (2019), devido a alguns conflitos internos, as aldeias sofreram algumas fragmentações e, por isso, elas já somam 81, sendo que a maior concentração populacional encontra-se naquelas mais antigas, como as aldeias Salto (400 habitantes)⁵, Porteira (300 habitantes), Funil (160 habitantes) e Brejo Comprido (94 habitantes). A fragmentação de aldeias no território *Akwê-Xerente* é parte do contexto cultural desse povo, mas, durante a implantação do Procambix essas divisões acentuaram-se devido aos conflitos gerados pelo referido programa, conforme demonstraremos na seção cinco desse trabalho.

A subsistência desse povo vem do artesanato, da coleta de frutos, da caça, da pesca e da produção de alimentos a partir das roças de várzeas. Nas últimas décadas, houve também um aumento de desenvolvimento de outras atividades, de modo que hoje há indígenas que são: professores, enfermeiros, assistentes sociais, motoristas e diaristas, dentre outras profissões. Essas rendas extras permitem que esse povo complemente a sua subsistência, já que houve uma queda na produção e coleta de alimentos devido à pressão das frentes colonizadoras e dos projetos desenvolvimentistas na região.

Conforme demonstraremos na seção quatro, os *Akwê-Xerente* têm um longo histórico de conflitos com a população não-indígena. Foram atingidos por grandes epidemias no século XVIII, no contexto das frentes colonizadoras da Amazônia, fator responsável por um acentuado declínio demográfico. A população só começou a aumentar com a demarcação de suas terras, a partir da década de 1970, quando o que é hoje o estado do Tocantins ainda era parte do estado de Goiás.

De acordo com o estudo realizado por Melo (2016), os *Akwê-Xerente* possuem uma organização social e cultural complexa. Eles estão divididos por meio de “partidos” ou metades exogâmicas patrilineares clânicas, *Doi* e *Wahirê*, que, por sua vez, são regidos por subpartidos ou subclãs, que são os *Krito*, os *Kuzã* e os *Kbazi*, pertencentes ao primeiro e; os *Wahirê*, os *Krãiprehie* os *Krozake*, pertencentes ao segundo. Nessa organização social, os filhos, independentemente do sexo pertencem aos clãs ou aos partidos do pai. Estudando esse

⁴ Acadêmico do Curso de Geografia da UFT, Campus de Araguaína e morador da aldeia Mirassol.

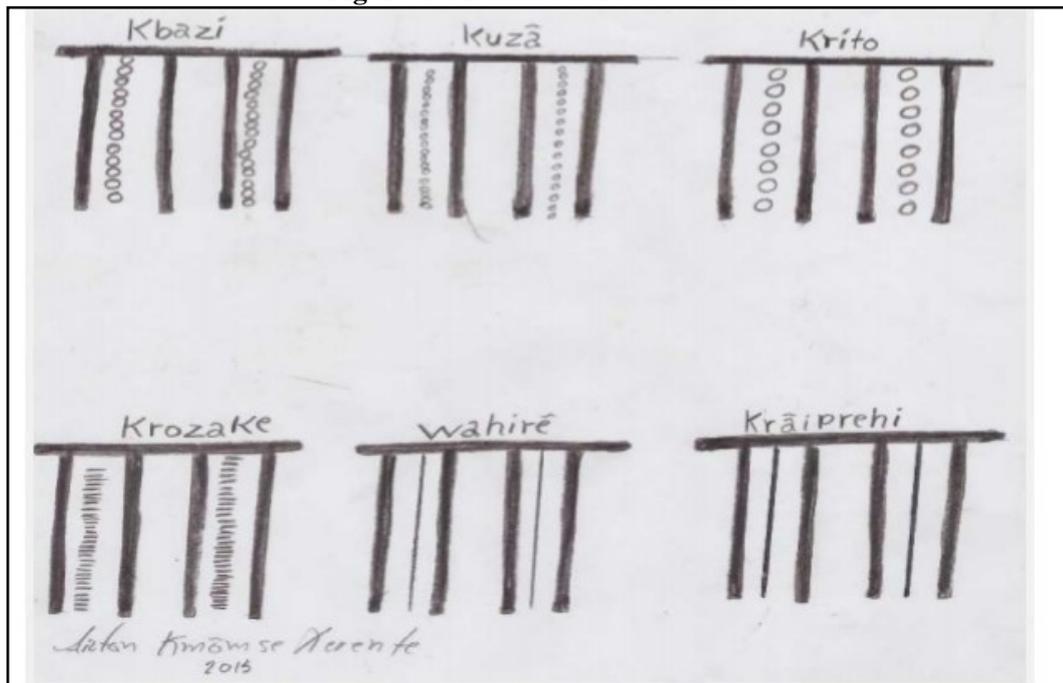
⁵ Os dados relacionados à quantidade de famílias nas aldeias citadas são de Lima (2016) e informações verbais. Os valores são aproximados.

contexto sociocultural a partir de um olhar antropológico, Silva e Farias (2000) ressaltam que os *Akwê-Xerente*

[...] chamam todos os grupos sociais com identidades próprias e [...] articulam em contextos específicos de “partidos”, no sentido de uma totalidade partida, dividida em subgrupos. Assim, são “partidos”, que, para a Antropologia, são clãs, metades, classes de idades, metades rituais etc. (SILVA; FARIAS, 2000, p. 91, grifos dos autores).

Nesse sentido, é pelos partidos a que pertencem que os indivíduos são reconhecidos desde crianças, seja na própria aldeia seja em outras. Esses partidos são representados em pinturas corporais que os índios ostentam, principalmente, durante as datas festivas. A figura 1, que se segue, mostra como os partidos são representados pelas pinturas. A parte superior representa a metade, ou “partido”, *Doi*, enquanto que a parte inferior representa a metade, ou “partido” *Wahirê*:

Figura 1: As metades Doi e Wahirê



Desenho: Ailton Kmõmse Xerente, 2015

Fonte: MELO, 2016

As metades, ou “partidos”, *Doi* e *Wahirê* são elementos da natureza e significam sol e lua respectivamente. De acordo com Silva e Farias (2000), os membros de cada metade têm certos direitos associados, ou propriedades, de onde adquirem sua designação. As pinturas constituem uma linguagem ativa entre seus membros, definindo suas funções na organização da comunidade. Sobre isso, Melo (2016) resalta que:

Estas metades exogâmicas possuem seis subdivisões clânicas que estão distribuídas da seguinte forma: *Kuzâ*, *Kbazi* e *Krito*, pertencem à metade *Doi-Isaptotdêkwainõrĩ* (clã dono das bolinhas/círculos-*kritoizapto*) e se caracterizam visualmente pela pintura corporal em bolinhas (pequenas ou miúdas, médias, grandes ou graúdas) e, *Wahirê*, *Krozake* e *Krãiprehi*, pertencem à metade *Wahirê-ĩsaketdêkwainõrĩ* (clã dono das listras-*ĩhirê*/traço) e utilizam o traço (traços retos, sendo uns finos, entre os retos grossos, e outros, com pequenos traços horizontais e três traços finos retos entre os retos grossos). [...] As representações clânicas vividas entre listras – *ĩhirê* ou traço –*ĩwawikrarê*, bolinhas *kritoizapto* ou círculos –*kuipturê* obedecem à estrutura lógica e cultural das metades patrilineares exogâmicas *Doi* e *Wahirê*, que são retratadas simbolicamente nos corpos dos indígenas. Essas representações têm em si as variações exclusivas das respectivas metades [...]. [...] por meio destas pinturas corporais [...] os indígenas são reconhecidos nos diversos espaços das aldeias como membros pertencentes a uma destas duas metades se filiados a seus respectivos subclãs. (MELO, 2016, p. 61-62, grifos da autora).

De acordo com a autora, essas pinturas corporais que indicam o pertencimento patrilinear fazem parte do ser indígena Xerente. O pertencimento a uma das metades é vitalício e não são permitidas mudanças de filiação, ou seja, também não é permitido pintar-se com as pinturas de outros clãs.

Conforme já mencionamos, o povo *Akwê-Xerente* está organizado em uma estrutura patrilinear clânica em que os filhos pertencem ao clã ou “partido” do pai. Sobre isso, Melo (2016) ressaltou que é no decorrer da educação indígena que as crianças vão compreendendo esse processo de organização e seu pertencimento a um dos dois “partidos” e a um dos seis subgrupos. Assim, no nascimento um Xerente já pertence a uma das metades exogâmicas e clânicas. Dessa forma:

[...] desde pequeno aprendem, por meio da cultura e da educação indígena, a língua materna, a observar para aprender, a respeitar os saberes e os segredos de sua partição clânica. E ao longo da vida vão aprendendo pelo vivenciar das práticas quais são suas obrigações culturais, quais nomes podem receber, que adornos (enfeites) podem usar, por que usar e com quem podem se casar; essas aprendizagens se dão a partir da relação de pertencimento às metades exogâmicas. (MELO, 2016, p. 65-66).

Durante a nossa pesquisa de campo (2016), percebemos a preocupação dos *Akwê-Xerente* com a manutenção da sua cultura. De acordo com Melo (2016), a preservação dos saberes é uma preocupação dos anciãos, que vem desde que se iniciaram os processos de escolarização e inserção da língua portuguesa como uma das formas mais avassaladoras de dominação e subalternização. A autora resalta ainda os processos de catequização, que

levaram os Xerente a práticas de outras doutrinas religiosas que não as suas. Percebemos que nos últimos anos é crescente a presença de igrejas de denominações evangélicas (Foto 1) na aldeia, o que provoca o desinteresse de alguns pelos rituais indígenas. De acordo com Quijano (2005) e com Porto Gonçalves (2006), uma das características da modernidade eurocêntrica é inferiorizar outras práticas culturais que não correspondam aos seus valores, impondo padrões de comportamento, valores, crenças, ideologias e línguas.

Foto 1: Templo da Igreja Batista na Aldeia Porteira



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.
Autor: VENÂNCIO, M.

Melo (2016) salienta que, como reação a esses conhecimentos advindos do contato com os não índios, muitos saberes estão sendo negociados e guardados na memória dos anciãos como meio de preservação. Assim, como esses saberes estão adormecidos na memória, eles podem ser recuperados em momentos distintos da vida social. Sobre isso Silva e Farias (2000) comentam que os Xerente têm a capacidade de:

[...] recuperar e revitalizar práticas, rituais, instituições inteiras de sua vida social que, durante certo período – por razões certamente históricas –, estiveram obscurecidas, parecendo irremediavelmente perdidas, mortas, desaparecidas. Renascem em outros momentos históricos que oferecem condições adequadas. (SILVA; FARIAS, 2000, p. 111).

Além da educação indígena, um dos meios dos Xerente de preservar (ou revitalizar) práticas culturais é a Festa de *Dasipsê* (também chamada por eles de festa grande). Essa festa ocorre geralmente no mês de julho e dura aproximadamente dez dias. No decorrer dela acontecem vários rituais da cultura Xerente, tais como: cantos e danças, a corrida do tamanduá-bandeira (*padi*), a corrida de flechas, as nomeações masculinas e femininas, a corrida de tora grande masculina (*krânkâ*), a corrida de tora pequena masculina e feminina (*iknõ*), corrida das toras grandes de buriti pintadas (*ĩsitro*), a corrida da taquara feminina e ainda reuniões de caciques e líderes, dentre outras atividades de manifestação e fortalecimento da cultura. (MELO, 2016). É nessa festa que os saberes e tradições indígenas são repassados aos mais jovens.

Em seu trabalho de mestrado, Damsõkêkwa Xerente (2016) descreve algumas dessas atividades, relacionando-as com a prática escolar. De acordo com o autor:

O povo Akwê/Xerente possui suas formas específicas de educação e socialização de suas crianças e jovens, tendo em vista práticas tradicionais que são próprias da sua organização social. Alguns desses processos próprios de ensinar e aprender continuam atuais e em prática nas comunidades Xerente e são conduzidos principalmente pelos mais velhos, os anciãos. Outros continuam existindo apenas como saber guardado na memória dos velhos. (DAMSÕKÊKWA XERENTE, 2016, p. 16).

Nesse sentido, o autor afirma que a “casa dos jovens”, chamada de *warã*, é o espaço privilegiado para o processo educativo dos *Akwê*. Trata-se, na verdade, de um pátio público, que funciona como uma espécie de fórum, onde também as questões de interesses de todos são discutidas e decididas coletivamente. No processo educativo e nas suas discussões os anciãos têm espaço privilegiado e também são os responsáveis pela transmissão dos saberes milenares de seu povo. Damsõkêkwa Xerente (2016, p. 16) afirma ainda que esse processo educativo não mais ocorre exatamente como no passado, mas de “maneira compacta e resumida durante os rituais, quando seus valores e padrões são colocados em prática e atualizados”, conforme também ressaltaram Silva e Farias (2000) e Melo (2016). A figura 2 representa uma aldeia antiga *Akwê*, onde percebe-se a organização das casas em semicírculo e ao centro à esquerda o *Warã* masculino e ao centro à direita o feminino onde ocorre a transmissão de saberes dos anciãos para os jovens.

Figura 2: Representação de uma aldeia antiga *Akwẽ* com a organização das casas e ao fundo o *Warã* masculino onde percebe-se o processo educativo dos jovens conduzido pelos anciãos.



Desenho: Albertino Sêikô Xerente.
Fonte: DAMSÔKÊKWA XERENTE, 2016.

Nesse sentido, o *Warã* funciona como o principal espaço educativo dos *Akwẽ* que também frequentam a escola, por imposição da sociedade branca. Durante as nossas conversas com os *Akwẽ-Xerente*, é nítida a luta desse povo para fazer da escola um espaço não apenas de conhecimento da sociedade não indígena, mas também um lugar de reprodução dos seus saberes tradicionais. Por isso, há uma valorização por parte dos professores e dos anciãos de projetos e práticas pedagógicas que versam sobre a língua e os conhecimentos tradicionais desse povo.

Como já afirmamos, a Festa do *Daisipsê* é uma importante atividade formativa do povo *Akwẽ*. Além dos cantos e danças há também os rituais de colocação de nomes próprios ou batizados e de iniciação dos jovens em várias atividades do seu universo cultural. De acordo com Damsôkêkwa Xerente (2016), as nomeações ou batizados são realizados por quatro associações chamadas de *Dakrsu*. As associações são: *Krara*, *Ainãrowa*, *Akemhã* e *Krêrêkmô*. Os dois primeiros e os dois últimos formam cada qual, um outro e novo grupo ou “metade”.

Os batismos, *dakmãhrã*, são realizados pelos *Krara* e *Ainãrowa* (metade *Ïptokrda*/irmãos mais velhos) somente no período da noite, com cânticos específicos para cada nome, que são cantados em volta da aldeia, iniciando

ao anoitecer e indo até às nove da noite aproximadamente, quando há muitas meninas para serem nominadas. [...] Os *Akemhã* e *Krêrêkmõ* (metade *Īkrsuirã*/irmãos mais novos), por sua vez, realizam o batizado no período da tarde, iniciando por volta das 16 horas, indo até o anoitecer. Também existem cânticos específicos, que estão relacionados aos seus clãs e que são cantados pela manhã e pela tarde. Nesses casos também as cerimônias de nomeação não podem ser realizadas pelos próprios clãs e sim por seus clãs parceiros. Por exemplo, os *Īptokrda*/irmãos mais velhos batizam as filhas dos *Īkrsuirã*/irmãos mais novos, e vice-versa. (DAMSÕKÊKWA XERENTE, 2016, p. 16).

Nesse sentido, de acordo com o autor, os cânticos entrados no decorrer das nomeações ou batizados, se referem a algum tipo de animal do qual deriva o nome. No caso das meninas, o nome dado pode ser relacionado a pássaros ou a mamíferos ou a peixes. Um exemplo disso é o nome *Wakrtidi*, cujo significado é seriema. Quando está sendo dado esse nome, os participantes do ritual realizam gestos e danças que imitam a ave. Cada clã é responsável por levar suas crianças ou adultos, que são conduzidos pelos anciãos, que também escolhem os nomes. Nesse momento, os nomes são anunciados e tem que ser confirmados pelos *Dakmãhrakwa*. Estes, ao final do batismo masculino e feminino, também são os próprios batizados os responsáveis pela escolha e confirmação de seus nomes.

Outro evento importante que marca esse ritual está relacionado à figura do tamanduá-bandeira. Macho e fêmea (*padi*) são simbolicamente representados por dois homens, escolhidos pelos anciãos, cujas vestimentas, ou fantasias representam o referido animal e são confeccionadas com palhas de bacaba⁶, como mostra a foto 2. Nesse sentido, esses homens, assim representam o casal de tamanduás-bandeira, acompanham o ritmo das danças e realizam diversas brincadeiras com as crianças ou com os participantes, tudo circulando a aldeia, encerrando-se onde se iniciou: no *warã*. Ao final é feito um ato simbólico de troca e escolha de comida, que são carnes de caça e peixe assados com o acompanhamento especial de farinha. Apesar da rivalidade entre os clãs, todos participam dos rituais, nos quais há reciprocidade entre clãs parceiros e entre clãs rivais. (DAMSÕKÊKWA XERENTE, 2016).

⁶ Bacaba é *Oenocarpus bacaba*, também conhecida por bacaba-açu ou bacaba-verdadeira, é uma planta, uma palmeira, nativa da Amazônia mas pode ser encontrada também na floresta do Pacífico, no oeste da Colômbia. Consultado em: <https://www.greenme.com.br>. Acesso em: janeiro de 2019.

Foto 2: O *padi* escolhendo e trocando sua comida. Aldeia Brejo Comprido, 2008



Fonte: DAMSÔKÊKWA XERENTE, 2016.

Esse ritual na Festa do *Daisipsê*, de acordo com Melo (2016), ocorre na sequência da corrida da tora grande (foto 3) e da corrida da tora pequena (foto 4). De acordo com a autora, além da divisão nos clãs *Doi* e *Wahirê*, entre os *Akwê-Xerente* há também o pertencimento ao gênero masculino em dois “partidos” da tora grande (*ĩsitro*). Esses partidos são: o *Htâmhã*, que representa o jabuti (*kukã*) e sua pintura simboliza o casco desse animal e; *Stêromkwa*, que representa o peixe cachorra (*skraromkwa*), cuja sua pintura simboliza as escamas que cobrem o corpo da cobra sucuri (*Wanêku*), conforme mostra a foto 3.

Normalmente, a corrida da tora grande ocorre na seca do mês de julho, ao findar das cerimônias tradicionais do povo *Akwê-Xerente* e marca acontecimentos importantes como nomeação e casamentos. Nesse ritual, conforme Damsôkêkwa Xerente (2016, p. 27), os mensageiros têm um papel importante, pois cabe a eles “organizar, fiscalizar e manter a ordem, cuidando para que tudo ocorra conforme o previsto”. Cabe também aos mensageiros punir os transgressores e receber as centenas de visitantes que chegam às aldeias nesse período, bem como cuidar de sua segurança. Outra figura importante nesse ritual são os pagés (*sekwa*). Trata-se de líderes religiosos dos povos indígenas que ficam responsáveis “por garantir a proteção dos competidores e consequentemente de todos os participantes contra os espíritos do mal, para que não aconteçam acidentes durante a corrida” das toras. Cabe também

a eles, juntamente com os anciãos, estabelecerem as regras que organizarão a corrida, dentre elas a proibição de manterem relações sexuais durante a noite que antecede a disputa.

Foto 3: Toras grandes pintadas referindo-se aos partidos *Htâmhãe Stêromkwa*. Aldeia Krite, 2006



Fonte: DAMSÔKÊKWA XERENTE, 2016.

Foto 4: Corrida da tora pequena. Aldeia Salto, 2012



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Autor: VENÂNCIO, M.

De acordo com os relatos de Melo (2016), a escolha das toras grandes obedece a um ritual da cultura dos *Akwê-Xerente*. A escolha dos buritis de onde se extrai a tora é feita, sempre, ao findar da tarde. Os anciãos, acompanhados dos mensageiros e de outros indígenas (exceto mulheres) entram na mata em busca das palmeiras, que não podem ser muito velhas ou muito jovens. Têm que estar, portanto na fronteira da vida e também têm que ser machos, pois as fêmeas dão frutos, um dos alimentos responsáveis pela subsistência desse povo. A escolha dos buritis também deve estar relacionada à força física dos indígenas que irão transportá-la em seus ombros, conforme mostra a foto 4.

Feita a escolha dos buritis, bem como a extração das toras, tem-se início o ritual. De acordo com Damsökêkwa Xerente (2016, p. 26), a corrida de tora grande “é uma competição em que dois pares (formados por homens ou mulheres), representando as metades *Htâmhãe* e *Stêromkwa*, correm carregando troncos pesados de buriti”.

Com relação a corrida da tora pequena, o autor descreve que

A corrida de tora pequena (*Īknõ*) também é uma disputa entre dois grupos, também chamados de times, organizados pelo mensageiro, que é orientado pelos anciãos. Diferentemente das corridas de tora grande, nesse caso, ocorre uma disposição aleatória dos participantes em dois grandes grupos, independente de seus vínculos às associações ou metades. Os competidores se posicionam em duas fileiras individuais. O primeiro de cada fila carrega a tora no ombro e, na medida em que se sente cansando, a transfere para um colega do mesmo grupo ou time. A largada ocorre em algum lugar,

aproximadamente, a três quilômetros distantes da aldeia e do *Warã*. O grupo que chegar primeiro ao pátio, *Warã*, centro da aldeia, ganha a competição. Ao término de toda cerimônia, todos retornam para suas casas. (DAMSÕKËKWA XERENTE, 2016, p. 30).

De acordo com o autor, tanto as corridas de tora grande quanto as corridas de tora pequena ocorrem durante todos os rituais da vida social e cultural Xerente, com exceção dos funerais (*Kupre*). No caso do batismo masculino e/ou feminino, as corridas de tora pequena ocorrem todos os dias e durante todo processo ritual. Já as corridas de tora grande acontecem apenas nos momentos finais do ritual.

Dessa forma, a natureza perpassa todo o universo cultural e social do povo *Akwẽ-Xerente*. É a partir da natureza que eles explicam os nascimentos e as mortes, dão nomes às pessoas e coisas e é em homenagem a ela que os rituais acontecem. Esse povo a reconhece enquanto dádiva partir da qual retira sua subsistência e garante a reprodução da vida. Nessa comunidade, quando lhes são impostos valores e projetos da sociedade moderna, o território entra em estado de precarização ou mesmo sofre um processo de des-re-territorialização. Enquanto a sociedade moderna separa homem e natureza, tendo a natureza apenas como fonte de recursos e capital, os *Akwẽ-Xerente*, têm a natureza como fonte de toda a vida.

2.3 Na trilha da pesquisa: em busca de uma metodologia decolonial

Antes de traçar os caminhos metodológicos percorridos durante o levantamento de dados que deu corpo a presente pesquisa é importante estabelecer o que chamamos de metodologia. Esta é parte inerente à produção do conhecimento científico, porém, dotada de complexidades que envolvem uma série de questões tais como: posição política e filosófica do pesquisador, recorte espacial e temporal, viabilidade econômica e de tempo, acesso às vozes participantes da pesquisa e, por fim, a coleta de dados e, também a forma de organização da discussão. Uma metodologia mal executada pode colocar em risco ou até mesmo inviabilizar a realização da mesma. É interessante esclarecer também, que o pesquisador deve deixar claro quais foram os caminhos percorridos pela pesquisa bem como as formas em que o fez chegar aos dados apresentados.

Nesse sentido, Malinowski (1990), em sua etnografia sobre os argonautas do Pacífico Ocidental, salienta que, em um trabalho acadêmico, independentemente da área a que se dedica, é imprescindível que o pesquisador se esforce ao máximo para deixar claro para o leitor todas as condições nas quais os experimentos e as observações foram feitas. Para o

autor, não é difícil citar trabalhos de alta reputação e tidos como científicos sem qualquer informação sobre as experiências reais a partir das quais o autor chegou à sua conclusão. Malinowski refletindo sobre esses trabalhos, complementa que, em uma rápida análise desse tipo de trabalho percebe-se que:

Nenhum capítulo ou parágrafo especial é destinado a descrever para nós as condições sob as quais se fizeram as observações e se coletaram as informações. Considero que as únicas fontes etnográficas de valor científico indiscutível são aquelas nas quais podemos claramente estabelecer uma distinção entre, de um lado, os resultados das observações diretas e das declarações e interpretações dos sujeitos e, de outro lado, as interferências do autor, baseadas no seu bom senso e percepção psicológica. (MALINOWSKI, 1990, p. 40-41).

Para o referido autor, discorrer sobre a metodologia é importante, pois ninguém pode ser levado a sério se fizer qualquer mistério a respeito de suas fontes e discorrer sobre o passado como se o conhecesse por adivinhação. Nessa perspectiva:

[...] o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador, ao passo que as suas fontes são, sem dúvida, facilmente acessíveis, mas também extremamente evasivas e complexas: não se encontram incorporadas em documentos escritos, materiais, mas no comportamento e na memória de homens vivos. (MALINOWSKI, 1990, p. 41).

No caso da ciência geográfica, e no decorrer de sua história, diversas metodologias já foram utilizadas. Na Geografia clássica ou tradicional, seus autores utilizavam trabalhos de campo com a observação e a descrição dos fenômenos geográficos. Por esse motivo, essa ciência geográfica (do século XIX a meados do século XX) ficou conhecida como a Geografia descritiva. Em meados do século XX, com a *New Geography* (ou Geografia Teórica e quantitativa), foram incorporadas os dados quantitativos e a teoria dos sistemas ao cotidiano da ciência. Nesse sentido, nos trabalhos produzidos até esse período havia uma preocupação de seus autores em deixar claro aos leitores as metodologias utilizadas. Já com o advento da Geografia Crítica (ou marxista), agregou-se a essa ciência a utilização de metodologias qualitativas na análise do espaço geográfico, mas algumas metodologias foram taxadas de tradicionais (MORAES; COSTA, 1984) e foram deixadas de lado por um bom tempo⁷. Podemos dizer que com a incorporação da crítica marxista, a Geografia se dedicou muito mais ao método de interpretação da realidade do que ao método

⁷ Trataremos desses temas na seção três.

de pesquisa. A partir desse período, não é incomum encontrar na produção geográfica trabalhos que pouco ou nada se dedicam a sua própria metodologia de pesquisa. No máximo, descreve-se em um ou dois parágrafos, na introdução e de forma bem evasiva, a metodologia empregada.

No entanto, hoje prevalece a compreensão de que, descrever as metodologias utilizadas no trabalho científico é essencial, pois além dessa descrição trazer para o leitor as bases que sustentam as discussões do trabalho, ela, também, dá maior confiabilidade à pesquisa, já que deixa claro para o leitor todas as ações efetuadas.

Nos manuais de normas técnicas dos centros de pesquisas e nos trabalhos acadêmicos, há uma confusão generalizada quanto ao que é metodologia. Tratam-na como se fossem apenas as técnicas usadas para as coletas de dados, enquanto método é tido como um corpo de conceitos teóricos e epistemológicos para interpretação da realidade. Por definição, a metodologia se encarrega do estudo dos métodos, ou seja, o estudo dos caminhos para se chegar a um determinado fim. Via de regra, trata-se de um conjunto de normas e procedimentos para a realização de uma pesquisa científica⁸ e isso engloba os métodos de interpretação, os métodos de pesquisa e os métodos de organização que, juntos, constituem o trabalho acadêmico e o fazer científico.

Moraes e Costa (1984) são autores que procuraram definir o conceito de metodologia. Ao discutir a pesquisa em Geografia Crítica, ele ressalta a necessidade de valorizar o espaço nas pesquisas geográficas para o que a metodologia é fundamental para o discurso geográfico não cair no vazio. Diante disso, reforça que os métodos utilizados são os primeiros pressupostos no processo de construção do pensamento geográfico crítico, pois oferecem uma série de caminhos iniciais e de revisão do pensamento. Assim:

Em primeiro lugar, são as referências oriundas da posição metodológica assumida que permitem a revisão crítica do conhecimento geográfico tradicional; são elas também que propiciam um parâmetro para o resgate das questões aí encontradas, consideradas relevantes e consistentes. Assim, num certo sentido, o método orienta de início a delimitação do que seria o “temário” da Geografia. É ele também que dirige o equacionamento dos problemas próprios de tal temário, pautando a ordenação de sua discussão. Além disso, é a opção metodológica que delinea aquilo que será o “pensamento geográfico” vinculado a concepção em construção, dando também os elementos para a sua leitura. (MORAES; COSTA, 1984, p. 26).

⁸ Definição feita a partir de MICHAELIS. **Dicionário moderno da língua portuguesa**. Melhoramentos: São Paulo, 2004.

O método, então, oferece os instrumentos que utilizaremos ao longo do processo de investigação. Diante disso, Moraes e Costa (1984) avançam no sentido de distinguir os tipos de método inerentes ao processo de produção do conhecimento, são eles: *método de interpretação* e *método de pesquisa*. Conforme o autor, a distinção entre os dois tem sido fonte de vários equívocos. O método de interpretação, de acordo com Moraes e Costa (1984) está relacionado com:

[...] a concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento etc. É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida. (MORAES; COSTA, 1984, p. 27).

Assim, no método de interpretação estão implícitas as posturas filosófica, ideológica e política do pesquisador e também a sua postura relacionada a questões de lógica. O método de interpretação (ou os métodos de interpretação) é facilmente identificado nos conceitos e teorias utilizadas pelo pesquisador para a leitura do real. Nesse sentido, ele é:

[...] o elemento de relação entre os vários campos da ciência e de cada um com a filosofia. Pode-se dizer que ele é o arcabouço estrutural sobre o qual repousa qualquer conhecimento científico. Mesmo a postura de negação ao método é a exteriorização de uma posição metodológica. Concluindo, método de interpretação é uma concepção de mundo normatizada e orientada para a condução da pesquisa científica; é a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho da ciência. (MORAES; COSTA, 1984, p. 27).

O autor traz algumas questões importantes para pensarmos. A primeira é que a pesquisa científica se estrutura por um método e, mesmo quando este é negado pelo pesquisador, isso nada mais é do que uma postura filosófica e política frente à realidade. A outra, que decorre dessa postura metodológica, é a de que não há neutralidade científica. Todo pesquisador tem, portanto, uma postura política e filosófica frente ao mundo vivido e percebido, e, mesmo reivindicando uma neutralidade frente à realidade investigada, isso nada mais é do que a afirmação de uma postura política e filosófica.

Comungando da mesma ideia de Moraes e Costa (1984), Lowy (1988, p. 13) traz algumas questões importantes para pensarmos a relação entre ideologia e ciências sociais. A partir de uma análise fundada em Marx, o autor salienta que a investigação de uma dada realidade expõe nela mesma uma visão social de mundo. A visão social de mundo é todo “um conjunto estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas” unificado por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. O

movimento positivista, que surgiu durante a Filosofia das Luzes (ou Século das Luzes), pregava dentre outras coisas a neutralidade científica e, portanto, uma pureza científica. Para o autor, não existe ciência pura, de um lado, e ideologia, de outro, mas, sim, existem diferentes pontos de vista, de diferentes classes sociais. Assim, considera um erro imaginar que ciência não tem nada a ver com ideologia ou com luta de classes.

Dessa forma, consideramos que o pesquisador é um ser social e, como tal, ele está inserido em um processo histórico e em uma realidade social, política, econômica e cultural. Enquanto sujeito social, toma consciência dessa mesma realidade que definirá sua forma de ver e sentir o mundo e, com isso, a necessidade de transformá-lo. A própria problemática levantada pelo pesquisador define sua forma de ver o mundo e define o conteúdo da investigação. Evidentemente, o pesquisador deve verificar diversas nuances dessa realidade, mas a própria forma de refletir sobre essa realidade diz muito de como o pesquisador se relaciona com ela. O próprio lugar de fala do pesquisador diz muito sobre sua pesquisa. Um pesquisador oriundo de uma família de banqueiros, por exemplo, analisará a economia de uma perspectiva diferente da de um pesquisador oriundo de um sindicato. E nenhuma dessas duas análises é falsa ou verdadeira. São apenas formas de ver o mundo sob diferentes pontos de vista de classes.

Com relação ao método de pesquisa, Moraes e Costa (1984) afirma que ele trata das técnicas utilizadas na pesquisa científica. Enquanto o método de interpretação se refere à forma de analisar a realidade sob o ponto de vista filosófico, o método de pesquisa oferece as técnicas necessárias para chegar à interpretação do real. Relaciona-se dessa forma mais aos problemas operacionais da pesquisa do que a seus fundamentos filosóficos.

Pode-se dizer que a utilização de um método de pesquisa não implica diretamente posicionamentos políticos ou concepções existenciais do pesquisador, é resultado muito mais das demandas do objeto tratado e dos recursos técnicos de que dispõe. (MORAES; COSTA, 1984, p. 27).

Dessa forma, um mesmo método de pesquisa pode ser utilizado numa pesquisa de interpretação positivista e numa pesquisa que recorre à dialética como método de interpretação. Nessa constatação, Moraes e Costa (1984), citando o exemplo de Lênin em seu livro “Desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, ressalta que Lênin usa de forma intensa os métodos quantitativos, apesar de adotar o marxismo como seu método de interpretação da realidade e a via qualitativa. O autor esclarece que:

O que ocorre é que determinadas posturas interpretativas impõem ao trabalho científico o uso exclusivo de certas técnicas de análise (é o caso da “New Geography” com as técnicas estatísticas e as oriundas da teoria dos sistemas). De todo modo, a opção por uma metodologia de pesquisa, não define, *a priori*, os resultados interpretativos do trabalho executado. Estudos orientados por diferentes métodos de interpretação podem fazer uso da mesma metodologia de pesquisa. (MORAES; COSTA, 1984, p. 28).

Podem pesquisadores de diferentes orientações filosóficas e políticas utilizarem o mesmo método de pesquisa e chegarem aos mesmos resultados. O que vai mudar é a forma de interpretação dos resultados. Imaginemos, por exemplo, duas pesquisadoras analisando o mesmo objeto de estudo, uma com orientação metodológica *x* e outra com orientação metodológica *y*. As duas podem chegar a um resultado. Mas, a interpretação que uma dará é *y* e a que a outra dará será *x*.

Podemos incorporar à metodologia (ou estudos ou caminhos metodológicos) o método de organização do trabalho para facilitar ainda mais a compreensão da discussão por parte do leitor. Pouco adianta o cuidado com os métodos de interpretação e de pesquisa, se o pesquisador não transmitir corretamente aquilo que foi pesquisado, mesmo porque o trabalho não é lido apenas por especialistas na área em que a pesquisa foi realizada. Dessa forma, incluiremos aí a organização da discussão: a forma de apresentação; a linguagem utilizada; a utilização de ilustrações, que dará maior confiabilidade aos argumentos apresentados, tais como: gráficos, tabelas, quadros, organogramas e fluxogramas, fotografias, mapas, dentre outras; a adequação do trabalho científico às normas técnicas de apresentação que é uma exigência dos centros de pesquisa, que produzem seus manuais de normas técnicas de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)⁹ e; por último, o recorte temporal e espacial da pesquisa, bem como a configuração territorial das vozes participantes da pesquisa.

Nesse sentido, conforme já salientado, a produção do conhecimento só é possível a partir da utilização de uma metodologia, ou seja, é apenas por meio dela que se pode dar ao trabalho a qualidade de científico, diferenciando-se de outros textos como o bíblico e as poesias, por exemplo. Mas, vale ressaltar que os métodos não podem ser “camisas de forças” na produção do conhecimento. Tratar os métodos dessa maneira inibe a criatividade do pesquisador ou até mesmo compromete a compreensão da realidade que ele se propõe a pesquisar, pois dada as complexidades dos fenômenos geográficos é necessário lançar mão de

⁹A ABNT é o órgão responsável pela normalização técnica no Brasil, fornecendo insumos ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. Trata-se de uma entidade privada e sem fins lucrativos e de utilidade pública, fundada em 1940. É membro fundador da Organização Internacional de Normalização, da Comissão Panamericana de Normas Técnicas e da Associação Mercosul de Normalização. É a representante oficial no Brasil dessas três instituições e também da Comissão Eletrotécnica Internacional. Ver: www.abnt.org.br

várias formas de conhecer a realidade. Há, desse modo, a necessidade de dialogar com outras formas de conhecimento como a arte (poesia, música, narrativas, artes plásticas etc.) e o conhecimento do senso comum, dentre outras formas de representação da realidade. Nesse diálogo de saberes, o saber científico não se pode sobrepor aos outros, tal como reivindica a ciência moderna, iniciada no Século das Luzes¹⁰ e que enalteceu o conhecimento científico e silenciou outras compreensões do mundo e da vida. Temos aqui a primeira premissa do nosso método de interpretação: o *diálogo de saberes*.

Na introdução desse trabalho, trouxemos um preâmbulo de como chegamos ao nosso método de interpretação e na seção três aprofundamos a sua discussão, tanto nos seus aspectos teóricos e filosóficos, quanto nos seus aspectos históricos e geográficos. Para não correr o risco de tornar a discussão repetitiva, abordaremos aqui apenas o que chamamos de *diálogo de saberes*, que definiu nossa forma de compreensão da realidade e guiou o nosso método de pesquisa.

Nesse *diálogo de saberes* é importante estabelecer o nosso *lugar de fala*. Para isso, fomos buscar esse conceito na produção feminista; no Brasil quem melhor o definiu foi Ribeiro (2017). Para essa autora, a origem do conceito de lugar de fala é imprecisa, mas, conforme acredita, ele começou a ser debatido na teoria racial crítica a partir de autoras negras que começaram a discutir algumas questões não só de mulheres negras, mas também de latinas e de indianas. O debate gira em torno de quem pode falar numa sociedade estruturada no machismo e no patriarcado, onde o discurso legítimo é o do homem branco e heterossexual e aqueles que estiverem fora desse padrão são considerados os outros, dessa sociedade.

Em sua produção intelectual, assentada nas obras de feministas negras, Ribeiro (2017) ressalta que esse tema está envolto em muitas polêmicas, principalmente no que se refere a quem fala de opressão e quem a sente. Para a autora, estabelecer o lugar de fala contribui para o questionamento de quem têm direito à voz numa sociedade colonialista que tem como norma a branquitude, a masculinidade e a heterossexualidade. É nesse sentido que o conceito ajuda a desestabilizar essas normas e a pensar no rompimento com uma voz única e, com isso, propiciar uma multiplicidade de vozes. Nesse sentido a autora comenta que:

A nossa hipótese é que, a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem o propõe, percebemos que essa marcação se torna

¹⁰ Trataremos disso na seção três desse trabalho

necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2017, p. 32).

De acordo com a autora, o estabelecimento do lugar de fala não implica a experiência de indivíduos, mas o lugar social, de sua localização nas relações de poder da estrutura societal e, também a liberdade e a igualdade que aqueles silenciados pelas normas vigentes devem ter para acessar seus lugares de cidadania, que lhes foram retirados ou negados. Nesse sentido, é importante um debate estrutural que questione esse modelo da sociedade vigente. Pensar dessa forma, longe de apenas ajudar a compreender as experiências individuais, ajuda também a pensar como e qual é o lugar social que determinados grupos ocupam e como esse lugar social impede que determinados grupos acessem determinados lugares de poder.

De acordo com Ribeiro (2017), as experiências de determinados grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada fazem com que as suas produções intelectuais, saberes e vozes sejam igualmente subalternizados. Nesse sentido, a autora complementa que:

Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos os sexos, existem nas principais redações do país ou até mesmo nas mídias ditas alternativas? (RIBEIRO, 2017, p. 36).

Ribeiro (2017) ressalta que se costuma confundir lugar de fala com representatividade. Essa confusão acaba criando uma visão essencialista pela qual, por exemplo, só o negro pode falar de racismo. Para a autora, quando se fala numa relação marcada pelo racismo e desigualdade de gênero, é importante que aqueles que se encontrem em outros lugares sociais debatam esse tema pensando criticamente sobre o lugar social que determinados grupos ocupam a partir de seus lugares de fala. Assim, todos têm um lugar de fala, pois estão localizados socialmente e podem perfeitamente dialogarem na busca de uma sociedade justa e emancipada.

A nosso ver, e em concordância com a autora estabelecer o lugar de fala não é promover o essencialismo, mas, sim, promover o diálogo entre diversas formas de ver o

mundo na busca de soluções para problemas complexos, tais como: crise ambiental, homofobia, racismo, xenofobia, machismo e misoginia, dentre outros. É compreender, por exemplo, que ninguém melhor do que a população negra para contar a história da escravidão e do racismo; ninguém melhor do que a mulher para falar de machismo e opressão; ninguém melhor do que a população LGBTQI+ poderá falar sobre a homofobia e; ninguém melhor do que o indígena poderá falar de todas as formas de violência que sofreram com a colonização e que sofrem com a colonialidade que ainda permanece e; ninguém melhor do que o que quer igualdade e justiça para escutar e depois também falar. A partir do lugar de fala todos podem refletir criticamente sobre a estrutura da sociedade que faz com que determinados grupos não tenham acesso à sua cidadania e, portanto, são subalternizados.

Dentro dessa compreensão trazida por Ribeiro (2017), a nossa voz de pesquisador está situada dentro de um lugar de poder, que é a universidade. Então o nosso lugar de fala, no presente trabalho, é um centro de produção do conhecimento acadêmico. Trata-se, então, de um não indígena buscando dialogar com o povo indígena sobre as questões relacionadas à colonização e à colonialidade e como essa forma de poder estabelecida precariza seus territórios. É importante salientar que, no Brasil, a maioria da produção acadêmica que trata sobre os povos indígenas foram feitas por não indígenas. Isso ocorre porque a estrutura universitária e os lugares que esses sujeitos foram colocados os impedem de acessar esses espaços de poder. Dessa forma, a historiografia produzida sobre a colonização do território indígena *Akwẽ-Xerente*, a qual, em parte fundamenta esse trabalho, foi feita sob o ponto de vista do colonizador. As dores dos massacres, da escravidão, da expropriação e da perda de seus territórios só eles sentiram e elas ainda continuam vivas apenas na memória desse povo.

É importante dizer que os indígenas lutam para ocuparem determinados espaços de poder dos quais foram historicamente excluídos. No caso dos *Akwẽ-Xerente*, cada vez é mais forte a sua presença nas universidades, nas câmaras legislativas regionais, dentre outros espaços. Mas isso não deve e não pode significar sua “adequação” às normas da sociedade, muito pelo contrário, o acesso a determinados lugares significa a sua reafirmação enquanto povo que está ocupando espaços que historicamente lhes foram negados. Mesmo ocupando esses espaços, ainda são considerados como os *outros* da sociedade moderna. No caso da universidade, por mais que seja crescente o acesso desse povo a ela, ela ainda é organizada de forma que legitima a produção de determinados grupos e dificulta o acesso de outros. Acreditamos, portanto, ser esse um dos principais motivos que ainda hoje a produção acadêmica sobre indígenas ainda é feita essencialmente por não indígenas.

Como geógrafos, é importante pensarmos a relação entre saberes e territórios e como os diversos saberes situados histórica e geograficamente podem dialogar sobre temas estruturais e complexos. No caso dos *Akwê-Xerente*, eles compreendem a importância do diálogo e a importância de ocuparem os seus lugares de fala. Em nossa pesquisa de campo em 2018, o Sr. S. Xerente nos disse as seguintes palavras:

Professor, cês vêm aqui entrevista nós. Pode vir e pode ajudar nós. Eu não sei lê e nem escrevê na língua do branco, mas sei falá do nosso povo Xerente e cês não sabe e sabe falá lá da cultura do branco, né?. Eu sei falá do nosso povo, da nossa cultura, da nossa terra, da natureza.[...]. A gente acha bão, né?! Cês vem, traz coisas boa pras nossas crianças né?, pra nossa escola. Aí cês traz conhecimento do branco pra cá e cês leva do Xerente e tudo bem, né?! [risos]. (Sr. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

O importante nessa fala é que o inquirido ressaltou que mesmo que não saiba decifrar a língua portuguesa escrita, o seu conhecimento está guardado na memória e é importante dividi-lo. Quando ele se refere a “trazer coisas boas” e “levar coisas boas”, significa que ele reconhece a importância do conhecimento e também a importância do diálogo. Nessa relação, o pesquisador também se transforma em sujeito da pesquisa, da mesma forma que os pesquisados se transformam em coautores, estabelecendo uma relação viva, de forma que os dois saberes envolvidos sejam protagonistas na produção do conhecimento.

É muito comum pesquisas acadêmicas trabalharem com a verificação de hipóteses, que devem ser afirmadas ou refutadas durante a pesquisa. Tais hipóteses são formuladas a partir de leis universais e servem para apresentar possibilidades de respostas a determinados problemas. Sendo formuladas a partir de leis universais, os participantes da pesquisa são apenas complementos para negá-las ou afirmá-las. Leis universais negam outras formas de ver o mundo e a vida, e, nessa forma de estabelecer o conhecimento, os colaboradores da pesquisa se transformam no outro, e, portanto, são subalternizados, reafirmando-se a superioridade do conhecimento do pesquisador. A pesquisa deve ser problematizada na realidade e, por isso, pode-se definir e redefinir os métodos de pesquisa a partir do avanço do diálogo que as vozes participantes da pesquisa estabelecem entre si. Isso, a nosso ver, é uma das premissas para uma metodologia decolonial, que é a de *não permitir que um saber se sobreponha ao outro e, os dois, num intenso diálogo, buscarem caminhos para pensar e resolverem problemas complexos.*

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2006b), problematizando os conceitos de saberes e territórios, ressalta que antes de tudo é importante por em questão a ideia eurocêntrica de conhecimento universal. Isso, conforme o autor, não é recusar que o conhecimento seja universal, é, sim, retirar o caráter unidirecional que os europeus impuseram a essa ideia. Pensar assim é compreender que outras formas de conhecimento forjadas a partir de diferentes lugares são passíveis de serem universalizadas:

O que se critica aqui não é a ideia de pensamento universal, mas sim, a ideia de que há *um* e somente *um* pensamento universal, aquele produzido *a partir* de uma província específica do mundo, a Europa e, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII, aquele conhecimento produzido *a partir* de uma sub-província específica da Europa, a Europa de fala inglesa, francesa e alemã. [...] (PORTO-GONÇALVES, 2006b, p. 38, grifos do autor).

Pensando-se assim, conforme o autor, é que outros mundos de vida ganham o mundo, mundializando o mundo. É, também, trazer o espaço para dentro da história e deixá-lo falar. É compreender que essa provincianização do conhecimento a partir de um único lugar de enunciação e a partir da visão unilinear do tempo silencia outras temporalidades que conformam o mundo simultaneamente. Reconhecer que existem diferentes temporalidades e, portanto, diferentes espacialidades contribui para a superação da colonialidade do saber e do poder (QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2005). Dessa forma, nos conceitos de lugar de fala e de saberes e território é que se situa nosso método de interpretação sobre a colonialidade no território *Akwẽ-Xerente*, cujos fundamentos explicitaremos na seção três do presente trabalho. No tópico 2.4 abordaremos a definição do nosso tema de pesquisa, bem como os métodos adotados para a coleta de dados.

2.4 O nosso contato com os *Akwẽ-Xerente*: definição do tema e do método de pesquisa

O nosso contato com os *Akwẽ-Xerente* ocorreu em meados de 2012 através de um convite para participar de um projeto de extensão coordenado pela Profa. Dra. Elisângela Aparecida Pereira de Melo, da Universidade Federal do Tocantins. A referida pesquisadora desenvolve projetos de pesquisa, ensino e extensão nesses territórios há mais de 20 anos. A minha tarefa era pensar algumas práticas de ensino de Geografia para a formação continuada de professores que trabalham com a referida disciplina nas aldeias Salto e Porteira. Na ocasião, fomos apresentados pela pesquisadora aos líderes das duas aldeias e também aos

professores indígenas da Escola Estadual Indígena *Waikamase*, da aldeia Salto e da Escola Estadual Indígena *Srêmtôwe* da aldeia Porteira (Fotos 5 e 6, respectivamente).

As aldeias se localizam no município de Tocantínia (TO). Após esse primeiro contato, outras visitas ocorreram e, diante disso, estávamos certos de que o nosso tema de pesquisa a ser apresentada como tese de doutoramento era pensar o ensino de Geografia nas escolas a partir do conhecimento local.

Foto 5: Escola Estadual Indígena *Waikamase*, na aldeia Salto



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.
Autor: VENÂNCIO, M.

Foto 6: Escola Estadual Indígena *Srêmtôwe*, na aldeia Porteira



Fonte: MELO, 2016.

No ano seguinte (2013), como exigência da Universidade Federal do Tocantins, cadastramos um projeto de pesquisa junto à sua Pró-Reitoria de Pesquisa para pensarmos a prática de ensino de Geografia nas referidas escolas e no mesmo ano iniciamos a elaboração de um projeto de extensão para ser submetido ao Programa de Extensão do Ministério da Educação (PROEXT, 2014). Esse projeto de extensão, coordenado pela Profa. Elisângela, contava com uma equipe multidisciplinar de professores pesquisadores, técnicos administrativos e estudantes. Porém, durante as visitas às aldeias para a aplicação do referido projeto, percebemos, durante aos diálogos que tínhamos com os *Akwẽ-Xerente*, a maior preocupação entre eles eram os impactos sofridos com a construção da barragem de Lajeado. Além de eles comentarem sobre esses impactos, percebíamos também que as medidas compensatórias para amenizá-las não surtiram os efeitos que eles esperavam. Diante disso, tivemos acesso ao Programa de Compensação Ambiental (PROCAMBIX, 2001) e percebemos que os subprogramas propostos não faziam parte da cosmologia *Akwẽ*.

Isso despertou em nós o interesse em aprofundar esse tema e, mediante a autorização de alguns líderes indígenas das referidas aldeias, montamos em 2015 um projeto a ser apresentado como tese de doutoramento junto à Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O projeto foi aprovado na seleção para o ingresso no Programa de Pós-Graduação da UFU. O objetivo inicial da pesquisa era conhecer os impactos da construção de Lajeado sobre

o Território *Akwê-Xerente* e os efeitos do programa compensatório. Na nossa convivência com os *Akwê-Xerente* e à medida que íamos aprofundando as reflexões, nas leituras, nas conversas com o orientador e no curso de disciplinas obrigatórias, percebemos que os impactos negativos da barragem e as inoperâncias das medidas compensatórias eram por demais conhecidos e, portanto quase uma lei universal. Aprofundando as leituras de autores como Carlos Walter Porto-Gonçalves, Aníbal Quijano, Boaventura Sousa Santos e Enrique Dussel, dentre outros, percebemos que os problemas advindos construção daquela barragem, bem como de outras, iam para além dos impactos. Tratava-se, dessa forma, de um problema estrutural; mais do que trazer efeitos negativos, a construção de barragens faz parte de um projeto de colonialidade de poder, cujo objetivo é a “modernização” do território e o favorecimento de grandes conglomerados financeiros. Nesse processo, as populações que vivem do rio, como os *Akwê-Xerente*, são dadas como atrasadas e um estorvo a esses grandes empreendimentos. Em nome desse projeto de poder, os atingidos são silenciados e sofrem todas as formas de violência, tais como: perda de territórios importantes, perda da autonomia alimentar, além de terem suas cidadanias brutalmente retiradas.

Conforme mostraremos nessa seção os *Akwê-Xerente* sofreram com a colonização dos seus territórios, que resultou em fragmentações, conflitos, decréscimos populacionais, além de perdas de partes importantes de suas terras. Nos dias que correm, esse povo continua sendo violentado, não mais pela colonização, mas por uma forma de colonialidade, como projeto de poder, que “permite” que eles permaneçam em seus territórios, agora ainda mais precarizados. Dessa forma, definimos o nosso objetivo da pesquisa que é o de compreender as expressões da colonialidade mediante a construção de Lajeado, bem como na implantação do Procambix enquanto medida compensatória. A partir disso, procedemos a um levantamento bibliográfico sobre o tema, que, por sua vez, compôs o nosso método de interpretação, bem como orientou nossa pesquisa e também a seleção de nossas técnicas de pesquisa. Essas técnicas foram assentadas em três instrumentos diferentes, porém interdependentes: a observação participante, roteiros de entrevistas e a produção de um diário de campo. Assim, nossa pesquisa está diretamente assentada em fontes primárias e em fontes secundárias.

As fontes primárias ou fontes de primeira mão, conforme Abrão (2006) são:

[...] toda fonte escrita (imprensa ou manuscrita), oral ou visual que trata do tema investigado de modo direto, às vezes de maneira original ou em primeira mão. Exemplo: quando se estuda o contexto da década de 1920, os jornais, revistas, filmes, depoimentos, livros, teses, documentos oficiais, produzidos no período em questão constituem em fontes primárias. (ABRÃO, 2006, p. 21).

Nesse sentido, as nossas principais fontes primárias foram as entrevistas por nós gravadas, fotografias do arquivo pessoal do pesquisador e de terceiros, manifestos e os materiais da barragem de Lajeado e do Procambix levantados com os *Akwẽ* e através de *sites* informativos.

Já as fontes secundárias ou fontes de segunda mão se referem a:

[...] toda fonte escrita (manuscrita ou impressa), oral ou visual que trata do tema investigado de modo indireto ou em segunda mão. Exemplo: tudo que foi escrito sobre Tucídides (ou sobre a obra *A guerra do Poloponeso*) constitui-se em fonte secundária. Denomina-se às fontes secundárias também de literatura crítica. (ABRÃO, 2006, p. 21).

As fontes secundárias são análises já feitas sobre o tema, por isso a denominação de “segunda mão”. Diante disso, a nossa pesquisa assenta-se também em diversas fontes secundárias, na produção intelectual de pesquisadores sobre os *Akwẽ*. Essas fontes incluem artigos científicos, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado, dentre outras fontes de segunda mão.

Com relação ao nosso método de pesquisa, dados os aspectos intrínsecos ao nosso tema, adotamos o método qualitativo para a coleta de dados. Isso não quer dizer que em algum momento dessa tese não trabalhamos com dados quantitativos¹¹, mas estes aparecem no texto de forma secundária, com o objetivo de facilitar a compreensão de alguns aspectos da pesquisa, ou seja, seus efeitos são apenas ilustrativos. Assim, durante a pesquisa, o que foi importante para a nossa análise era como os *Akwẽ* percebiam, a partir de seus lugares de fala, a construção da UHE de Lajeado e o processo de implementação do Procambix como medida compensatória aos efeitos negativos da barragem e, com isso, verificar as expressões da colonialidade de saber e de poder dos técnicos para com os *Akwẽ*.

Dessa forma, nos parece que utilizar a pesquisa qualitativa como método de pesquisa é mais coerente o que nos propomos a investigar, dada a infinidade de instrumentos que ela oferece e a flexibilidade operacional que ela promove. De acordo com Matos e Pessoa (2009), a pesquisa qualitativa tem raízes nos estudos da Antropologia e da Sociologia, no início do século XIX, mas, nos últimos quarenta anos, ganhou espaço em outras ciências, como a Geografia, a Psicologia e a administração, dentre outras. Assim, foi escolhida a pesquisa qualitativa por questões teórico-metodológicas. Conforme Matos e Pessoa (2009),

¹¹ Uma das características do método qualitativo é que ele permite o uso associado de método qualitativo com o quantitativo. (CORONEL *et al*, 2013)

Enquanto a pesquisa quantitativa procura estabelecer e seguir um plano elaborado com rigidez, os estudos qualitativos costumam ser direcionados ao longo do seu desenvolvimento. Por ser pesquisa concebida, principalmente numa perspectiva compreensiva, a coleta de dados é baseada em métodos que não implica quantificação e, sim, interpretação do fenômeno estudado. (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 279-280).

Na mesma linha de raciocínio das autoras, Coronel *et al* (2013, p. 309) afirmam que o método qualitativo tem como intuito “explicar os fenômenos sociais através das experiências de indivíduos ou grupos, por meio da análise de documentos e da interação entre os atores sociais”. A partir das ideias de Grahan Gibbs, os autores acrescentam que a pesquisa qualitativa possui várias peculiaridades, tais como: o acesso a experiências e ao contexto de determinado problema, as hipóteses podem ser desenvolvidas e refinadas durante a pesquisa e a forte utilização de notas, manuscritos e transcrições.

Na mesma linha de pensamento, Ramires e Pessôa (2013) apresentam alguns marcos da evolução da pesquisa qualitativa e sua importância para as Ciências Humanas e, sobretudo, para a Geografia. Para os autores, a pesquisa qualitativa,

[...] tem como identidade o reconhecimento da existência, de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas. (RAMIRES; PESSÔA, 2013, p. 25).

Conforme os autores, os pesquisadores que têm a pesquisa qualitativa como instrumento estão mais preocupados com o processo do que com os resultados, têm o ambiente natural como fonte direta dos dados e dão significativos destaques à interpretação do significado das ações sociais. Análise do discurso, análise de conteúdo, diário de campo, trabalho de campo, estudo de caso, entrevista e questionário, história oral e história de vida, observação, pesquisa participante e pesquisa-ação estão entre os diversos instrumentos que a pesquisa qualitativa oferece.

Para Coronel *et al.* (2013),

Na pesquisa qualitativa, os dados são coletados, sobretudo em contextos em que os fenômenos são construídos; no processo de levantamento de dados é que se procede preferencialmente à sua análise; os estudos são realizados de modo descritivo, em que se busca compreender os significados dos próprios sujeitos e de outras referências; a partir da análise de dados empíricos, constroem-se os fundamentos teóricos, que são aprimorados *a posteriori*, com base na revisão da literatura de outros autores; a interação entre o

pesquisador e o pesquisado assume um papel essencial. (CORONEL *et al.*, 2013, p. 308-309).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa é a forma mais indicada para o nosso trabalho, pois pretendemos estabelecer um diálogo de saberes para, a partir dele, perceber como os *Akwê* percebem/sentem a construção de Lajeado; quisemos dar voz àqueles que foram silenciados durante a construção da UHE de Lajeado e na conseqüente implantação de medidas compensatórias; quisemos ouvir como a colonialidade, como um padrão de poder e de saber, afetou suas vidas, colocando-os num lugar subalterno.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é realizada a partir de trabalhos de campo, na com-vivência entre o pesquisador e as vozes participantes da pesquisa. Sobre o trabalho de campo, Chelotti e Pessôa (2009) fazem uma relação entre esse instrumento e a sistematização da Geografia enquanto ciência. Para os autores:

No âmbito da Geografia, identificamos que nossa área do conhecimento, por muitas décadas, teve por característica a descrição dos diferentes lugares da superfície terrestre. Para que isso ocorresse, os primeiros geógrafos aventuravam-se em expedições científicas para coletar informações e realizar mapeamento de lugares inusitados. Portanto, desde o início de seu processo de sistematização como ciência, a Geografia esteve associada à pesquisa de campo, fundada numa densa descrição dos lugares (CHELOTTI; PESSÔA, 2009, p. 453).

Nessa perspectiva, o trabalho de campo, enquanto instrumento incontestado de coleta de dados, confunde-se com a própria sistematização da geografia como área de conhecimento. Chelotti e Pessôa (2009) ressaltam ainda que no campo da Geografia Humana aborda-se, na maioria das vezes, questões de cunho subjetivo, pois trabalha-se com sujeitos sociais. Pensando assim, são questões que não podem ser mensuradas e, nesse sentido, “o trabalho de campo não pode ter a pretensão de verificar ou comprovar, e, sim, de apreender novas realidades”. (CHELOTTI; PESSÔA, 2009, p. 453).

Dessa forma, a pesquisa de campo, como apreensão da realidade, pode ocorrer fora do contexto sociocultural do pesquisador. No nosso caso, lidamos com uma população com práticas culturais diferentes das nossas e isso está expresso na língua, no comportamento, nas formas de vestir, alimentar, enfim, na forma de apreender o mundo e a vida. Isso exigiu de nossa parte muita atenção e persistência na coleta de informações. Nesse caso, a forma mais efetiva de coleta de dados foi a entrevista, pois além da com-vivência com os *Akwê*, ela permitiu-nos apreender suas emoções quando falavam sobre os antepassados, sobre a natureza e sobre a vida. Sobre isso, Briggs (1986) resalta a importância da entrevista nos contextos de

comunidades nativas, pois, por se tratarem de contextos culturais diferentes, o referido instrumento oferece aos pesquisadores de campo diversos meios de apreensão da realidade. Nessa perspectiva, afirma o autor:

Crecer em uma comunidad de habla determinada ofrece aquel que aprende el language inumerables oportunidades para descubrir las reglas que relacionan forma, contexto y significado. Cuando el investigador deja su comunidad lingüística nativa y establece contacto con otro grupo de seres humanos, el conjunto de experiencias comunes no es sempre apto para facilitar los encuentros iniciales. El mismo problema surge cuando el investigador trabaja con una clase social o grupo étnico diferente dentro de su sociedad. Para resolver este problema los investigadores recurren a la estrategia comunicativa considerada por su comunidad lingüística como el mejor médio de obtener gran cantidad de información en menor tiempo possible: la entrevista. (BRIGGS, 1986, p. 14)¹².

Além disso, a entrevista permite ao entrevistador controlar informações que ele transmite, e evitar as usuais dificuldades na transmissão, para ele, de conhecimento em função da idade do entrevistado, grau de intimidade, parentesco, gênero e iniciação, dentre outras dificuldades.

Briggs (1986) comenta ainda que toda comunidade de fala possui uma variedade de dispositivos que caracteriza a comunicação. Esses dispositivos que o autor chama de metacomunicativos, são culturalmente padronizados, dependem da cultura. Por isso, as entrevistas podem obter graus variados de sucesso em virtude de sua relativa incompatibilidade com as normas subjacentes a determinada língua e determinada cultura. Nesse sentido, as rotinas metacomunicativas nativas fornecem uma rica fonte de dados sociolinguísticos e culturais e conhecê-los pode ajudar os pesquisadores de campo a usarem as entrevistas de maneira mais apropriada e eficaz.

Muito tem se confundido entrevista com questionário, isso porque as duas técnicas necessitam de formulação de questões às vozes participantes da pesquisa orientadas para um determinado fim. A entrevista permite o contato direto com os sujeitos que, de acordo com Gil (2008), trata-se de um diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados, e a outra se é tida como fonte de informação. Diante disso, as questões elaboradas são abertas e difíceis de serem quantificadas. À medida que o diálogo avança, a entrevista permite abordar

¹² Texto livremente traduzido do inglês para o espanhol a partir de BRIGGS, C. L. **Learning How to Ask: A Sociolinguistic Appraisal of the Role of the Interview in Social Science Research**. Cambridge: University Press, 1986. A autoria da tradução é desconhecida.

outras questões da realidade, podendo-se, portanto, readequá-la. Essas características fazem com que essa técnica seja a mais escolhida pelos pesquisadores que estudam problemas sociais, dada a flexibilização e a interação que ela oferece.

De acordo com Cicourel (1990), ao fazer uma entrevista estruturada, é necessário que o entrevistador conheça os significados através da participação na ordem social que está estudando. Dessa forma,

Terá um mínimo de sucesso garantido na comunicação pelo simples fato de que lida com a mesma linguagem e com o mesmo sistema simbólico de seus entrevistados. Aqueles que trabalharam com técnicas estruturadas em linguagem não-ocidentais, são testemunhas da dificuldade encontrada em ajustar os seus próprios significados aos significados na sociedade investigada [...]. (CICOUREL, 1990, p. 88).

O autor ressalta que não existe receita pronta para coleta de dados em territórios nativos. Isso dependerá da sofisticação do grupo e da informação prévia que o pesquisador consegue. Dessa forma, é importante estabelecer contatos iniciais com pessoas que comandam a comunidade, que podem ser homens com *status* na hierarquia de poder ou pessoas em posições informais que impõem respeito. O apoio desses líderes pode ser crucial para o bom andamento da pesquisa e auxiliar a se proceder a outros contatos.

Com relação ao questionário, trata-se de uma técnica muito utilizada nas pesquisas quantitativas e é caracterizado por questões mais objetivas, cujas respostas podem ser escritas ou podem ser assinaladas, caso as questões sejam de múltipla escolha. Conforme Fachin (2003), os questionários são preenchidos pelo pesquisado, com ou sem o pesquisador, e se caracterizam pelo:

[...] elenco de questões que são apreciadas e submetidas a certo número de pessoas com o intuito de se obter respostas para a coleta de informações. E para que a coleta de informações seja significativa, é importante verificar como, quando e onde obter. Há várias formas de coletar informações por meio de um questionário. As mais utilizáveis são pessoalmente, via postal, por malote, telefone, via portador etc. (FACHIN, 2003, p. 147).

Pensando em nossa pesquisa de campo no território *Akwẽ*, o questionário traria uma série de desvantagens, dentre elas estão:

- a) Uma parte significativa dos *Akwẽ* não domina a língua portuguesa escrita, o que impossibilitaria que eles preenchessem/respondessem as questões;

- b) Os questionários podem ser perdidos quando deixados com os entrevistados. Durante o desenvolvimento do nosso projeto de extensão em 2014, elaboramos um pequeno questionário e deixamos cópias com os professores da escola para serem respondidas. Quatro meses depois, quando voltamos, percebemos que nenhum questionário tinha sido respondido, pois as cópias foram perdidas.
- c) Quando se trata dos *Akwẽ* mais velhos, o preenchimento, mesmo com a presença do pesquisador, se torna difícil, pois suas falas têm uma lógica discursiva própria. Para responderem qualquer questão, eles recorrem às memórias dos antepassados, da cultura e das dores que sentem com a destruição da natureza, dentre outros recursos subjetivos. Por ser objetivo, o uso do questionário dificultaria a coleta nesse caso;
- d) O questionário não permite o registro de emoções ou opiniões sobre determinados temas por parte do entrevistado.

Independentemente da visão social de mundo do pesquisador, quando ele utiliza esse instrumento de pesquisa, ele está mais preocupado em saber *quantas e quais pessoas sentem*; enquanto quem usa a entrevista se preocupa mais em saber *o que e como as pessoas sentem*. Por isso, preferimos a entrevista por pensarmos ser mais interessante no diálogo de saberes junto ao povo *Akwẽ*.

Mas, a entrevista por si só não é suficiente para a coleta de informações. Quando nos aventuramos em outros contextos culturais diferentes dos nossos, qualquer informação é importante nessa com-vivência. Questões como emoções, gestos e mesmo a percepção de uma paisagem nem sempre são registrados por essa técnica. Por isso, outras duas técnicas foram de significativa importância: a observação participante e a elaboração de um diário de campo. Sobre essa última, trataremos em outro tópico.

Com relação à observação enquanto técnica de pesquisa, esta se torna um importante instrumento para a coleta de dados, pois nem tudo é registrado durante a entrevista, e algumas questões demandam o olhar apurado do pesquisador. Há diferentes tipos de observação; os mais conhecidos são a observação direta, a observação indireta e a observação participante. Conforme Matos e Pessôa (2009), a observação direta é aquela em que o pesquisador opta por efetuar diretamente a coleta de informações *in loco*, sem o auxílio dos pesquisados. Na observação indireta, o pesquisador recorre ao informante para obter a informação desejada por meio de uma entrevista ou um questionário. Com relação à observação participante, as autoras ressaltam que, dependendo do contexto em que a pesquisa é realizada, esta é de grande valia, pois permite que as informações sejam colhidas com

menos superficialidade, uma vez que demanda o envolvimento entre o pesquisador e as demais vozes da pesquisa. Assim, não basta o pesquisador ir duas horas ou meio período em campo e fazer a pesquisa. É recomendável que:

[...] ele sinta, viva com mais intensidade esse momento, dormindo, alimentando e até mesmo fazendo algumas tarefas domésticas para que realmente o pesquisador capture o sentido e o significado das relações sociais, culturais e econômicas daquele lugar. (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 286).

Diante das especificidades do território *Akwẽ* e da abordagem teórico-metodológica da nossa pesquisa, a observação participante foi a mais adequada. Isso não quer dizer que esse instrumento não envolva a observação direta e/ou a indireta, mas, diante do nosso envolvimento que estabelecemos com as demais vozes participantes da pesquisa, a técnica da observação participante foi predominante e a mais coerente.

Nessa linha de pensamento, Cicourel (1990) define a observação participante como um importante meio que permite ao pesquisador manter presença constante numa realidade social para fins de investigação científica. Nesse cenário, durante a coleta de dados, o pesquisador fica em relação face-a-face com os informantes na coleta de dados, ao mesmo tempo em que participa de suas vidas. Nessa relação o observador se torna parte do contexto em observação “ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por esse contexto pesquisado.

Autores como Souza e Brandão (2012), Brandão (2013), Foote-Whyte (1990) e Malinowski (1990) em seus trabalhos de campo, utilizaram a observação participante. Os autores narram em suas pesquisas momentos riquíssimos durante a convivência com os seus informantes. Para além da discussão teórica, os referidos autores optam por apresentar a realidade dos sujeitos através do diálogo e da observação. Apresentam lugares e paisagens percorridos por seus entrevistados; observam seus comportamentos, seus costumes, suas culturas, seus modos de vestir e falar e as relações pessoais entre os membros da comunidade; se banham e pescam no mesmo rio dos nativos, auxiliam na lida com a terra, participam dos rituais sagrados, comem da mesma comida e buscam aprender a língua nativa. Na observação participante, o pesquisador, também, pode atuar na comunidade auxiliando seus membros na resolução de problemas. No tópico 2.5, falaremos da nossa coleta de dados

2.5 A coleta de dados e o diário de campo

Conforme já ressaltamos, nosso contato com os *Akwê-Xerente* ocorreu no ano de 2012 através de um convite para integrar um projeto de extensão de formação de professores indígenas. Desde esse período, nossa pesquisa de campo ocorreu pelo menos duas vezes ao ano. Essa relação com o referido povo permitiu-nos o acúmulo de informações sobre sua cultura, sua economia e suas relações políticas. Além disso, com o auxílio da coordenadora do projeto de extensão, estabelecemos diversos contatos com professores e líderes das aldeias, o que facilitou a realização da presente pesquisa, de modo que não tivemos muita dificuldade para fazer as entrevistas que apresentamos nesse trabalho. Dessa forma, essa pesquisa é fruto de um longo período de convivência e, por isso, há uma dificuldade para separar nossa experiência com os *Akwê-Xerente* com o tempo formal da nossa presença neste Programa de Pós-Graduação. Dessa forma, utilizamos dados colhidos desde o nosso primeiro contato com esse povo.

É importante esclarecer, que o território indígena é dividido em 81 aldeias. Devido a essa quantidade de aldeias e à extensão territorial e à facilidade de acesso, selecionamos duas aldeias para coleta de informações: a aldeia Salto e a aldeia Porteira. A maioria de nossas visitas aos *Akwê-Xerente*, como já mencionamos, foi feita junto com uma equipe multidisciplinar que contava com professores, alunos e técnicos administrativos da UFT para desenvolver diversos projetos nas escolas das referidas aldeias. Nessas visitas, nossa permanência durava em torno de cinco ou seis dias e o nosso ponto de apoio eram as suas respectivas escolas.

Na nossa primeira visita, dada a nossa inexperiência com o contexto cultural dos *Akwê*, tivemos alguns insucessos em cumprir o roteiro de atividades planejadas, pois, escolher um método de pesquisa para um território indígena não é uma tarefa fácil, mesmo porque as ciências hegemônicas, utilizando os termos de Sousa Santos (2010), com seus centros de pesquisa, impõem ao pesquisador o tempo determinado pelo relógio, mas o tempo determinado por esse povo é o tempo ligado intimamente ao da natureza. Nesse sentido, a nossa experiência em projetos no território *Akwê* mostrou que a elaboração de roteiros milimetricamente cronometrados nunca surte o resultado esperado. Às vezes, acontecia de prepararmos diversas atividades para serem aplicadas durante as visitas de campo e não conseguir cumprir boa parte delas. Diante dessas experiências, com o tempo, fomos nos adequando ao contexto dos nossos pesquisados e, com isso, readequando nossas agendas de intervenção.

Cabe ressaltar que:

[...] os *Akwê-Xerente* são muito receptivos quando se trata de pesquisadores, principalmente os da UFT, pois eles reconhecem a importância dessa instituição para a formação dos jovens e no fortalecimento de suas culturas a partir de projetos de pesquisa, ensino e extensão que são desenvolvidos em seus territórios. Alguns falam com orgulho de pesquisadores de reconhecimento internacional que estiveram nas aldeias, como Edgar Morin, por exemplo. Essa boa recepção também foi um facilitador no estabelecimento de relações entre os sujeitos da pesquisa [...]. (DIÁRIO DE CAMPO, 2018, anotações nossas).

Nesse sentido, as coletas de informações ocorriam tanto em momentos *informais* quanto em *formais*. Quando falamos em momentos informais, nos referimos às conversas que estabelecíamos no cotidiano da pesquisa, sem horário marcado e sem roteiro de entrevistas ou gravações, ou seja, eram contextos em que os diálogos aconteciam de forma espontânea. Nesses riquíssimos momentos, a posterior elaboração do diário de campo e com as anotações das observações, como instrumento de pesquisa, foi de grande valia. Muitos pesquisadores quando se aventuram em alguma comunidade nativa ou outro universo de pesquisa, como uma fábrica, um bairro ou uma cidade, não valorizam essas experiências ou não as vivem. Supervalorizam entrevistas ou questionários que, dependendo da forma ou contexto em que são feitos e da pouca relação que os pesquisadores mantêm com os entrevistados, acabam sendo superficiais, pois não foi estabelecida uma relação de confiança entre ambas as partes. Além de aprofundar o contato, esses momentos informais (até mesmo descontraídos) permitem aprendermos mais sobre suas culturas, suas vivências, suas formas de comunicar/falar, de se comportar e de se relacionar com a vida e com o mundo, dentre outros assuntos. Permitem também que os pesquisados conheçam um pouco mais de nós, o que contribui para o estabelecimento de uma relação de confiança entre nós e as demais vozes da pesquisa.

Com relação aos momentos formais, nos referimos àqueles em que o pesquisador se põe diante do entrevistado (com hora marcada ou não) com um roteiro de entrevista nas mãos. Esses momentos podem ser gravados e as respostas podem se “guiadas” pelo pesquisador, a depender dos objetivos a serem atingidos pela pesquisa. O sucesso desses momentos vai depender da experiência do pesquisador e do grau de relação e confiança entre ambas as partes, o que pode ser facilitado pelos momentos informais da pesquisa. Nesse sentido, é que, no nosso caso com os *Akwê*, o uso das entrevistas, da observação participante e do diário de campo foi fundamental e interdependente, ou seja, um instrumento de coleta dependia do outro.

Diante disso, em um universo de 700 pessoas (400, na aldeia Salto e 300, na aldeia Porteira, conforme ressaltado), as entrevistas formais foram feitas com sete pessoas (portanto uma amostragem não probabilística), sendo elas: quatro pessoas que fizeram parte do conselho-gestor do Procambix e três pessoas que eram os membros mais velhos das comunidades. De todas essas pessoas, três são moradores da aldeia Salto e quatro da aldeia Porteira. As entrevistas com os ex-membros do conselho gestor do Procambix foram importantes pelo fato de eles guardarem informações sobre a barragem de Lajeado, sobre o Procambix e como se deram as relações no conselho-gestor entre os indígenas e os não indígenas. A importância das entrevistas com os mais velhos está no fato de eles guardarem em suas memórias informações sobre as histórias do povo *Akwẽ*, os saberes, a cultura da comunidade e como a usina de Lajeado e as respectivas medidas compensatórias impactaram e precarizaram seus territórios. A maioria das entrevistas presentes nesse texto foi feita em abril de 2018, mas, também, há entrevistas de outros períodos. Nesse mesmo ano, também, tentamos estabelecer contato com a Investco, mas não obtivemos respostas.

O tempo de duração das entrevistas ficou entre cinquenta e sete minutos e duas horas e cinquenta minutos gravados. Mesmo trabalhando com os mesmos roteiros entre as vozes participantes da pesquisa, a duração dependia da disposição de fala e das histórias que cada um tinha para contar. Pode-se observar que, principalmente entre os mais velhos, para qualquer pergunta que lhes era feita, primeiro eles faziam uma longa introdução sobre o contexto histórico, a cultura e suas famílias para depois chegarem a nossa questão.

Os diálogos foram registrados em gravação via aplicativo de telefone celular. Inicialmente falávamos sobre os objetivos do nosso trabalho e pedíamos autorização para gravar as falas e utilizar os dados em nosso trabalho; depois da gravação da autorização, fazíamos as questões conforme roteiro (APÊNDICE A e APÊNDICE B). As entrevistas eram livres, sem interferências e às vezes ocorria que, com apenas uma pergunta que fazíamos, eles abordavam todo o nosso roteiro. Outras vezes, à medida que o entrevistado encerrava o raciocínio, lançávamos as perguntas ainda não respondidas. Quando ficava alguma lacuna nas respostas, recorriamos à pesquisadora mais experiente em pesquisas com os *Akwẽ* da equipe ou aos mais jovens da comunidade.

Com relação à transcrição das gravações, foi respeitada a originalidade das falas, sem qualquer interferência de nossa parte, pois consideramos que adequar as falas dos entrevistados aos padrões ditos “cultos” de língua estrangeira (no caso a língua do pesquisador) é uma forma de subalternização do outro que fala dentro do seu contexto sociocultural (portanto, seu lugar de fala). A língua pode se tornar uma forma de

colonialidade de poder e de saber, quando uma se coloca superior às outras e as outras formas de comunicar. Sobre manter a originalidade das falas, nos apoiamos em Whitacker *et. al* (2002) quando ela salienta que muitos pesquisadores que pertencem a camadas sociais diferentes da do pesquisado, cometem barbaridades com as entrevistas, confundindo ortografia com fonética. Dessa forma, a autora complementa que:

É evidente que a sintaxe de qualquer discurso deve ser respeitada para que uma transcrição seja fidedigna. Assim, se o falante comete erros de concordância ou de regência de verbos, por exemplo, deve-se reproduzi-los em qualquer transcrição. Até porque a norma culta da língua é por vezes desrespeitada, mesmo nos grupos que se consideram mais eruditos. Transcrever erros de sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação a fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-los. (WHITACKER *et. al.*, 2002, p. 116).

Conforme já ressaltado, além da aplicação dos roteiros das entrevistas, nosso trabalho de campo se deu, também, através da observação participante com registro em diário de campo, pois a entrevista por si só não permite o registro de momentos importantes da *convivência* com os Akwẽ. É nesse sentido que o diário de campo se torna uma importante técnica, pois permite ao pesquisador os registros do cotidiano da pesquisa e dos contatos com as vozes participantes. Esses momentos, que dificilmente são capturados por uma gravação ou por qualquer outra técnica, são: as impressões do lugar e dos sujeitos, as leituras de paisagens, as emoções das vozes participantes da pesquisa (pesquisador e pesquisados), gestos e nomes, dentre outros. Além disso, pode ser um importante instrumento na reconstrução das histórias de vida e do lugar.

O diário de campo é bastante utilizado por antropólogos, assistentes sociais, agentes de saúde, sociólogos, dentre outros. No caso da Geografia, esse instrumento foi muito utilizado pelos geógrafos clássicos durante suas viagens, para o registro de lugares, de paisagens e de culturas. Com o advento da Geografia Crítica, os geógrafos deixaram de lado algumas técnicas consideradas tradicionais, dentre eles o diário de campo. Diante disso, nos cursos de graduação em Geografia, pouca ou quase nenhuma atenção se dá a esse importante instrumento de pesquisa. Mas, por aguçar a observação, a descrição e a leitura da paisagem e do lugar, ele se torna um elemento importante na formação de geógrafos e em suas pesquisas.

Para Lopes *et al.* (2002), o diário de campo é um instrumento indispensável para grupos de pesquisas. Os autores salientam que além de ser um importante registro de dados colhidos em trabalhos de campo, serve também como fonte histórica e pode ser arquivado para pesquisas futuras. Nesse sentido, o diário pode trazer, também, desenhos, anotações,

símbolos, códigos, que ajudam extraordinariamente a memória do sujeito que pesquisa. Mas, por ser um instrumento pessoal do pesquisador e elaborado *por e para* ele, pode ser de difícil entendimento para outras pessoas, o que pode ser uma desvantagem, ou uma vantagem, dependendo da situação.

Lima (2002) também ressalta a importância do diário de campo na produção do conhecimento. Para o autor, essa técnica é indispensável para a narração de experiências de campo, pois contribui para o aprofundamento do olhar do pesquisador sobre o espaço social. Além da coleta de dados, a escrita do diário de campo favorece a expressão e guia o pesquisador na pesquisa. A sua forma de construção dependerá do pesquisador e das características de sua pesquisa, não existindo, dessa maneira, um receituário para a sua elaboração.

Diante da importância que esse instrumento assume enquanto técnica de pesquisa, registramos nele parte de nossas observações durante nossas visitas aos *Akwê-Xerente*. As nossas anotações, na maioria das vezes, se davam em momentos distintos da ida a campo, pois o ato de anotar o tempo todo poderia causar timidez ou mesmo desconfiança em nossos pesquisados. Nosso registro acontecia sempre ao final de cada dia, ou ao final do trabalho de campo, quando sentávamos em algum local e recorriamos a nossa memória sobre os momentos marcantes das observações. Mas é importante esclarecer que o tempo entre as observações e as anotações não deve ser muito longo, pois, à medida que ele passa, algumas questões importantes podem ser esquecidas. Para facilitar o revivimento de nossa memória, durante o campo sempre usávamos palavras-chave ou símbolos que nos remetiam a determinadas situações e reflexões. Utilizávamos também aplicativos de gravação do telefone celular e depois transcrevíamos para o diário de campo. As fotografias também são um bom instrumento de apoio a nossa memória durante a elaboração do diário.

Dessa forma, para mostrar a importância do diário de campo para a nossa pesquisa, apresentaremos alguns de nossos registros, em sua forma original, feitos em momentos distintos. Depois desses registros, as ideias podem ter evoluído e as informações sobre algumas questões podem ser mais precisas, pois compreendemos o diário como um instrumento de uso exclusivo do pesquisador, para anotações de suas observações, que podem ser posteriormente verificadas. Assim, os primeiros registros foram sobre a nossa ida, o percurso até à aldeia, portanto, do nosso trajeto da Universidade (UFT, *Campus Araguaína*, que era o ponto de reunião da equipe) até à aldeia.

Sáímos da UFT no dia 24 de março de 2014, às 7h.46min. rumo à aldeia Xerente no microônibus da universidade. Fizemos parte da equipe, professores e alunos bolsistas. Nossa saída atrasou mais de quarenta minutos, mas nada que alterasse o roteiro previsto. Em seguida, passamos na residência da Profa. Elisângela para apanhá-la e pegar os colchões, as barracas e os mantimentos para a alimentação da equipe [...] ¹³. Sáímos da casa da professora, por volta das 8h.20min., rumo à aldeia, que fica a cerca de 325km de Araguaína. [...]. O primeiro caminho que leva à aldeia é a Rodovia BR-153 e depois a TO-342. O tempo estava chuvoso e as duas rodovias estavam em péssimo estado de conservação e também com um fluxo intenso de veículos. No caminho, paramos em um posto de gasolina na Cidade de Fortaleza do Tabocão, para fazermos um lanche rápido e continuarmos a viagem. [...] Chegamos à cidade de Miracema do Tocantins, por volta das 12h25min., onde apanhamos a balsa até a cidade de Tocantínia. A linha que separa as duas cidades é rio Tocantins e a travessia de uma à outra durou 22 minutos. A travessia estava tranqüila e havia um baixo fluxo de veículos e pessoas atravessando de um ponto ao outro. [...] Devido ao fluxo de veículos e pessoas nesse ponto do rio e ao barramento de Lajeado à montante, essa parte do rio está bastante degradada e a água, turva. Percebia-se o assoreamento do rio e uma quantidade significativa de lixo, como papéis, garrafas *pets*, cigarros, cascas de laranja e pedaços de peças de veículos. (DIÁRIO DE CAMPO, 2014, anotações nossas).

[...] Chegamos à cidade de Tocantínia, por volta das 13h.30min. no dia 4 de abril de 2018 e seguimos para a Associação Indígena *Akwẽ*, para falar com um de nossos entrevistados, o Sr. R. Xerente, que fez parte do gestor do Procambix. Ao chegar à Associação, o nosso entrevistado não estava presente. Para ganhar tempo, resolvemos seguir viagem para a aldeia Salto, para coleta de outras entrevistas. A estrada que liga a cidade à referida aldeia estava em bom estado de conservação e a paisagem com poucas alterações. [...] No caminho, ao passar por uma ponte sob um pequeno ribeirão, percebemos que a passagem estava interrompida devido à um ônibus escolar enguiçado. De acordo com algumas pessoas que estavam ali, não tinha previsão para a retirada do ônibus e que inclusive isso poderia acontecer só no outro dia. Diante disso, fotografamos o local e retornamos à Associação, onde o nosso entrevistado já se fazia presente. Na ocasião, realizamos a entrevista, que durou mais de duas horas. Esta versava sobre a construção de Lajeado e sobre o Procambix. Mas, ao término da entrevista o nosso inquirido falou sobre a cultura *Akwẽ* e como funciona a divisão deles em partidos. Em seguida, o Sr. R. Xerente nos levou à uma pequena biblioteca da Associação na qual percebemos uma quantidade significativa de livros, CD's, monografias, teses e dissertações e, também, uma estante grande com os relatórios de prestação de contas do Procambix. Na ocasião, nos presenteou com CD's que continham as cantigas de seu povo. [...] A associação estava bem cuidada e limpa. São dois pequenos pavilhões que abrigam salas de trabalho, banheiros, uma pequena cantina, museu e a biblioteca. Em frente aos dois pavilhões tem um local de encontro com formato arredondado e coberto com folhas de babaçu, próprio da cultura *Akwẽ*. No pátio é possível perceber tratores e veículos abandonados, frutos do Procambix que, quando terminou, os Xerente não tiveram condições de mantê-los. (DIÁRIO DE CAMPO, 2018, anotações nossas).

¹³Utilizamos colchetes com reticências quando as anotações foram feitas em momentos distintos.

[...] Saindo de Tocantínia, já dentro do Território Xerente, a estrada que leva à aldeia é bastante íngrime, principalmente próximo às áreas de curso d'água. A estrada está bem preservada e a paisagem, de Cerrado é um misto de formações florestais e formações campestres, onde percebe-se também pouquíssimas cabeças de gado, provavelmente de camponeses da região, para subsistência. [...] O caminho chama a atenção pela quantidade de estradas vicinais, o que leva à necessidade de certa experiência para não errar as entradas que vão para as aldeias. De acordo com a pesquisadora de nossa equipe, esse número de entradas pode ser explicado por uma antiga tradição dos Xerente de construir várias entradas com o objetivo de confundir os não-indígenas e não permitir que eles invadam suas terras. (DIÁRIO DE CAMPO, 2013 e 2018, anotações nossas).

Dessa forma, os registros em nosso diário de campo ocorriam desde o momento em que saíamos do nosso ponto de origem até chegar às aldeias. Anotávamos principalmente observações sobre o trajeto e a paisagem do Território *Akwẽ*. As anotações também ocorriam quando chegávamos às aldeias:

[...] Após permanecermos por dois dias na aldeia Porteira, fomos para aldeia Salto. A distância entre as duas é pequena e o trajeto durou cerca de trinta minutos. São 20h.17min. de domingo, 24 de julho de 2012, e a comunidade está em festa¹⁴. [...] É meu primeiro contato com os moradores da aldeia Salto. Paramos em frente à escola onde nos hospedamos. Fomos recebidos por um mensageiro, que nos desejou boas-vindas e nos disse que colocou um guardião para proteger nosso acampamento contra intrusos ou algum animal. O guardião estava com o rosto pintado, um cocar e uma vara grande nas mãos (provavelmente para espantar algum animal) e permaneceu vigilante durante toda a noite. A escola possui um pavilhão com seis salas amplas e é bem cuidada. Estava cheia de visitantes e pesquisadores de diferentes universidades do Brasil que vieram participar da festa. Da escola já era possível ouvir os rituais cantados dos *Akwẽ* que atravessou a madrugada. (DIÁRIO DE CAMPO, 2012, anotações nossas).

[...] Chegamos à aldeia Porteira por volta das nove horas; fomos recebidos por dois *Akwẽ* que autorizaram nossa hospedagem na escola. Logo em seguida, fomos visitar as casas e a primeira a ser visitada foi a da anciã Dona E. Xerente, que veio ao nosso encontro em prantos, pois tinha acabado de perder sua filha. Depois de ser consolada pela Profa. Elisângela, falamos sobre nossa pesquisa e a mesma se dispôs a colaborar com uma entrevista e que poderia ocorrer a qualquer hora que quiséssemos. Nesse sentido, dado ao estado emocional da Dona E., preferimos realizar o diálogo em outro dia. (DIÁRIO DE CAMPO, 2018, anotações nossas).

O nosso trabalho iniciou com visitas aos moradores que nos conheciam e que sempre ajudavam nossos trabalhos de pesquisa e extensão. A primeira casa visitada foi a da Profa. R. Xerente. Ela se emocionou com a nossa chegada, o que nos deixou emocionados também. Ela nos falou com tristeza dos que morreram e daqueles que estão doentes. Ela nos falou sobre a

¹⁴ Era a Festa do *Daisipsê* (ou Festa Grande), de fortalecimento da cultura originária e tradicional do povo *Akwẽ*.

escola; sobre a criação de gado (herança do Procambix) que, por estar acabando com suas plantações de ervas medicinais e frutas, tiveram que sacrificar. (DIÁRIO DE CAMPO, 2018, anotações nossas).

O diário de campo também foi importante durante as observações que fazíamos da paisagem, na aldeia, principalmente as anotações para as fotografias que fazíamos do lugar. Esses registros também mostram certa evolução de nossas descrições iniciais (muitas vezes preconceituosas) a partir do momento em que as conversas com os *Akwẽ* e nossas reflexões se aprofundavam:

[...] A aldeia Porteira está à margem direita do rio Tocantins e possui uma escola bem cuidada com salas de aulas, banheiros, secretaria e um laboratório de informática [Foto 7]; um cemitério, que fica a uns 500 metros das casas, uma igreja evangélica e um posto de saúde, que se encontra desativado. Ao centro da aldeia tem um campo de futebol, que é a principal fonte de lazer para os mais jovens (homens e mulheres) [Foto 8]. A aldeia possui cerca de 40 casas; que na sua maioria, as paredes são baixas e feitas de adobe e cobertas com folhas de babaçu [Foto 9]. As casas em que entramos geralmente possuem três ou quatro cômodos, que variam de tamanho de uma para outra, sendo dois ou três quartos e uma sala de visita. Como as famílias são numerosas, os quartos possuem várias camas e redes e as salas, sofás ou cadeiras e também aparelhos televisores [Foto 10]. Na parte externa, fica a cozinha, na sua maioria com fogão à lenha, e os banheiros, com sanitários e chuveiros. Na parte da frente das casas, geralmente tem bancos ou cadeiras, onde as famílias ficam no fim de tarde; e os quintais possuem uma variedade grande de fruteiras, tais como: mangueiras, caramboleiras, limoeiros e goiabeiras, dentre outras [Foto 11]. Além de servir como fonte alimentação, as fruteiras colaboram para amenizar as altas temperaturas no decorrer dos dias. Os quintais também possuem uma quantidade significativa de plantas medicinais comuns na cultura Xerente. (DIÁRIO DE CAMPO, 2012, anotações nossas).

[...] a aldeia Salto dista dois quilômetros da margem direita do rio Tocantins. Percebemos uma presença forte de igrejas evangélicas nessa aldeia. Ela possui três diferentes igrejas [Igreja Batista, Congregação Cristã e Assembléia de Deus] e nela mora, também, um pastor não indígena. A aldeia possui uma escola bem organizada, um campo de futebol e um posto de saúde em funcionamento. Este possui salas de atendimento médico e odontológico. [...] Os médicos que atendem na aldeia são dois cubanos e seus trabalhos são bem elogiados pelos Xerente, dada a proximidade que eles mantêm com os moradores, inclusive dividindo momentos de lazer, como no jogo de futebol, por exemplo. [...] As casas da Salto são mais confortáveis do que as da Porteira, pois a maioria é de alvenaria e são amplas com quartos, cozinhas e banheiros, oferecendo melhor qualidade de vida aos seus moradores. As casas de alvenaria foram construídas pelo governo do Estado do Tocantins ao lado ou na frente das moradias antigas, que ainda são preservadas pelos seus moradores. [...] Questionamos o Sr. S. Xerente o motivo de manter as casas antigas, ainda preservadas, e ele respondeu que os Xerente preferem as casas cobertas de babaçu, pois são “mais frescas” e melhor para morar. Nesse sentido, as casas antigas são utilizadas

principalmente para dormir [Foto 12 e 13]. Essa resposta propõe uma reflexão sobre o conceito de qualidade de vida, pois a nossa cultura eurocêntrica estabelece uma ideia de qualidade de vida que pode não ser a mesma para outros povos e culturas. Se para nós uma casa de babaçu significa precariedade, para os Xerente significa conforto e qualidade de vida. (DIÁRIO DE CAMPO, 2012 e 2018, anotações nossas).

[...] Hoje, por volta da 11h., estávamos na cantina da escola [aldeia Porteira] preparando o nosso almoço e chegou uma mulher Xerente com uma conta de energia nas mãos e perguntou à Profa. Elisângela se o valor da energia, de duzentos e poucos reais, estava correto, pois o consumo de seus familiares não justificaria tal valor. Uma questão a se pensar: além de Lajeado precarizar as condições de vida desse povo, os mesmos ainda são obrigados a arcarem com os preços altíssimos da energia elétrica, no mesmo padrão de todo o Estado do Tocantins. (DIÁRIO DE CAMPO, 2014, anotações nossas).

[...] após o almoço, fomos caminhar um pouco pela aldeia para conversar com os moradores. No caminho encontramos com o Sr. S. Xerente embaixo de uma mangueira. Ele estava agachado, vestido com uma bermuda jeans e calçado com um chinelo. [...] O Sr. S. é um homem de mais ou menos 70 anos, muito bom de prosa, bem receptivo e gosta muito de falar sobre a história de seu povo. [...] Ao ser questionado se estava ali para fugir do calor, ele deu uma risada e nos deu uma aula sobre a importância da natureza para a manutenção da vida. Para ele, infelizmente as pessoas não pensam nisso e colocam o dinheiro acima de tudo. Com a sabedoria que lhe é inerente, ele começou a falar da importância do rio para a manutenção da cultura de seu povo e que a barragem não foi uma coisa boa, pois só previu dinheiro e trouxe pobreza para eles. (DIÁRIO DE CAMPO, 2013, anotações nossas).

[...] a língua Xerente é forte e presente na aldeia. O português é utilizado apenas para a comunicação com os não indígenas. Os mais velhos têm dificuldade de comunicar através da língua portuguesa e os jovens só têm acesso a ela na segunda fase do Ensino Fundamental escolar, pois eles são alfabetizados primeiramente na língua-mãe. (DIÁRIO DE CAMPO, 2012, anotações nossas).

[...] A Festa do *Daisipsê* reuniu centenas de pessoas na aldeia Salto. Eram pessoas de diversos lugares e tinha indígenas de outras aldeias e outras etnias, os quais os anfitriões chamavam de “parentes”. Tivemos a oportunidade de conhecer outros pesquisadores que desenvolvem projetos na aldeia e fomos apresentados aos principais líderes indígenas [Foto 14]. Na ocasião, fomos convidados para pintarmos nosso rosto e aceitamos; a pintura era feita com uma tinta preta e outra vermelha, retiradas de frutos nativos. Após esse momento, os rituais aconteciam, com danças, nomeações das crianças, corrida da taquara pelas meninas [Foto 15] e corridas de tora. Foi o momento, também, de os saberes da cultura *Akwẽ* serem repassados dos mais velhos para os mais jovens. A corrida da tora é um momento marcante na vida social dos Xerente. Fomos informados que para esse ritual existe um momento intenso de preparação que começa alguns dias antes. No dia da festa, várias toras de mais ou menos de duzentos quilos foram colocadas no centro da aldeia; vários homens, principalmente jovens, pegaram uma delas e jogaram nos ombros e iniciaram a corrida. É preciso muita resistência

física, pois além da tora ser pesada, o trajeto, de mais ou menos dez quilômetros, é feito descalço e sob um sol escaldante. Nesse momento a corrida da tora também era ensinada às crianças. (DIÁRIO DE CAMPO, 2012, anotações nossas).

Conforme já mencionado nesse item, o nosso contato inicial com os *Akwẽ-Xerente* ocorreu através de um convite para integrar a um projeto de extensão de formação de professores. Posteriormente fomos coautores de outros projetos de desenvolvimento de práticas a partir de uma perspectiva intercultural. Tais projetos englobaram professores de diversas áreas com seus respectivos bolsistas. Nesse sentido, registramos o cotidiano desses projetos em nosso diário:

Hoje encerramos nossas atividades na aldeia Porteira. Ontem foi um dia intenso de trabalho com os alunos do Ensino Fundamental. Desenvolvemos um projeto de construção de mapas mentais no qual os estudantes foram incentivados a pensar sobre o lugar a partir de suas vivências e também sobre a importância dos locais sagrados para a sua sobrevivência de seu povo. Em seguida, eles foram provocados a representar esses lugares de vivência no papel. Três lugares tiveram destaques nessas representações dos Xerente: a escola, o rio Tocantins e campo de futebol da aldeia. Foram momentos de muita troca de experiência e aprendizado, principalmente para os alunos bolsistas que tiveram a oportunidade de refletir sobre a prática pedagógica e a importância do diálogo de saberes para a construção do conhecimento. Uma questão importante é que os indígenas possuem um talento incrível para desenhos e pinturas e a maioria das representações poderiam ser emolduradas para decoração de ambientes. Ao final da oficina, cada um deles falou sobre o mapa e porque eles selecionaram determinados lugares em detrimento de outros. [...] Duas outras oficinas também foram realizadas no dia de ontem: uma sobre matemática com a Profa. Elisângela [curso de matemática, UFT] e outro sobre Educação Ambiental com a Profa. Lylian [curso de biologia, UFT]. (DIÁRIO DE CAMPO, 2014, anotações nossas).

Durante as entrevistas também registramos alguns momentos que julgamos importantes. Trata-se de gestos, de emoções, de afirmações. E também quando as vozes participantes da pesquisa diziam algo que não compreendíamos, tomávamos nota para posterior verificação. Muitas vezes, conforme já mencionamos, o ato de anotar durante uma entrevista pode causar certo incômodo em nossos inquiridos ou até mesmo interromper o raciocínio deles. Por isso, para maior rapidez, utilizávamos palavras-chave, que ao escrever o diário nos serviram como um auxílio a nossa memória:

Eram 17h. e o sol se punha lentamente no céu da aldeia Salto. Chegamos na casa do Sr. S. Xerente e da Sra. M. H. Xerente. Depois de uma boa conversa com o casal sobre os objetivos de nossa pesquisa, indagamo-los se poderiam

colaborar com nosso trabalho nos dando uma entrevista, já que o Sr. S. participou diretamente da implantação do Procambix na aldeia. Eles se mostraram prazerosos com o pedido nos convidando para sentar em frente a sua casa. Ele mesmo organizou dois bancos de madeira (um em frente do outro) e pediu para que eu sentasse em um deles. Nesse ínterim, a Sra. M. H. nos convidou gentilmente para jantar, e, enquanto as mulheres preparavam a refeição, a entrevista Sr. S. acontecia do lado de fora. Iniciamos a entrevista pedindo a ele que contasse um pouco sobre a barragem de Lajeado e como foi o Procambix. Sem darmos qualquer direção sobre sua fala, ele preferiu organizá-la em dois momentos distintos: antes e depois da construção de Lajeado. O Sr. S. sentou no outro banco, cruzou as pernas e ficou uns 30 segundos pensativo e depois começou a contar do seu tempo de jovem e como era diferente a vida, pois o rio fornecia muita fartura de alimentos; além dos peixes se plantava muito nas várzeas do Tocantins. Durante todo o diálogo, ele olhava para o tempo e dava várias pausas, como se revivesse o seu tempo de criança e de jovem. Tivemos a impressão que ele segurou o choro o tempo todo, principalmente quando se referia aos familiares e a quando conheceu a sua esposa. Devido à dificuldade de comunicação na língua portuguesa, algumas partes ficaram incompreensivas para nós, mas a sua emoção e os seus gestos nos diziam muita coisa. Ele contou que os peixes e outros frutos do rio eram abundantes e não tinham muito esforço para pegá-los. Também nos contou que tudo que plantava dava em abundância e os alimentava praticamente o ano todo. Depois começou a falar sobre Lajeado e o Procambix e nesse momento, apesar de sua face sempre calma, percebemos nela uma certa tristeza, quando começou a falar que a barragem destruiu o rio e atualmente não existe mais tanta fartura. Mostrava com gestos o tamanho das plantações antes e depois da barragem. Ele também se mostrou indignado quando se referia ao Procambix, pois foi uma coisa apresentada como boa mas que, a seu ver, não resolveu o problema. Apesar do incômodo causado pela quantidade de mosquitos, a entrevista foi muito produtiva e só terminou quando sua esposa nos informou que o jantar estava pronto. [...] No outro dia, a convite do Sr. S., fomos conhecer a roça de várzeas que fica cerca de dois quilômetros da aldeia. Na ocasião ele nos mostrou (demonstrando muito orgulho) as plantações de abóbora, milho, mandioca, dentre outros, e como era feita a plantação. Ele mostrou como funciona o sistema de plantação e o sistema de roçado e nos disse: **Nós roçamos desse lado aqui. Alí a gente não mexe, pois aquela parte é do rio.**[Foto 16] Percebemos que a vegetação estava preservada; as plantações eram feitas em espaços próprios e era deixada a vegetação, em harmonia com a natureza. (DIÁRIO DE CAMPO, 2018, anotações nossas).

[...] hoje encerramos a jornada de entrevistas com a anciã Sra. E. Xerente. A última entrevista foi realizada na escola e ela falou do seu descontentamento com a construção de Lajeado e como as pessoas estão perdendo a cultura, pois de acordo ela, nem ela, nem sua família nunca tinham precisado recorrer aos medicamentos industrializados e os mais jovens, para qualquer problema recorrem aos médicos. Ela nos afirmou que em todo tratamento que faz com suas plantas medicinais, os pacientes são curados ou têm sua expectativa de vida aumentada. A Sra. E. exemplificou com o caso de seu marido que foi internado com câncer e os médicos havia lhe dado dois meses de vida. Quando visitou seu esposo no hospital de Miracema do Tocantins, a entrevistada nos disse que seu marido estava com a aparência bem degradada e mal cuidada. Diante disso ela reuniu alguns de seus “parentes” e raptaram seu esposo e o levaram para casa e ela iniciou o tratamento com suas ervas

medicinais. De acordo com a Sra. E., depois do tratamento, seu marido “engordou”, “ficou forte” e viveu mais dois anos. Em seguida, ela nos convidou para conhecer seu quintal e suas ervas. Ela nos mostrou todas e a função de cada uma. Havia ervas que curam câncer, diabetes, doença dos rins, do fígado, dor de cabeça, de estômago, dentre outros¹⁵.

Foto 7: Laboratório de informática da Escola Estadual Indígena *Srêmtôwe*, na aldeia Porteira



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.
Autor: VENÂNCIO, M.

Foto 8: Jogo de futebol feminino no Campo de Futebol da aldeia Porteira



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.
Autor: VENÂNCIO, M.

¹⁵Em respeito aos direitos autorais dos saberes de D. E. preferimos não mencionar o nome das referidas ervas.

Foto 9: Moradias da aldeia Porteira. Casa feita de adobe coberta com folhas de babaçu



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014
Autor: VENÂNCIO, M.

Foto 10: Interior de uma casa Akwe-Xerente, aldeia Porteira



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.
Autor: VENÂNCIO, M.

Foto 11: Visão parcial dos quintais na aldeia Porteira



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.
Autor: VENÂNCIO, M.

Foto 12: Casas de alvenaria articulada com as casas tradicionais *Akwe-Xerente*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2104.
Autor: VENÂNCIO, M.

Foto 13: Casas de alvenaria articulada com as casas tradicionais *Akwe-Xerente*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2104.
Autor: VENÂNCIO, M.

Foto 14: Festa do Daisipsê. O pesquisador acompanhado de líderes indígenas (anciãos e mensageiros)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2102.
Autora: MELO, E. A. P de.

Foto 15: Festa do Daisipsê. Corrida de Taquara entre as meninas *Akwe-Xerente*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2102.
Autor: VENÂNCIO, M.

Foto 16: Sr. S. Xerente, mostrando a delimitação do espaço de plantio e o espaço do rio



Fonte: Pesquisa de Campo, 2105.
Autora: MELO, E. A. P. de.

Com relação às casas citadas no diário de campo, para fins de ilustração transcrevemos aqui um diálogo que tivemos com o Sr. S. Xerente, quando ele fala da preferência pela casa de palha e, como ela é fabricada. A fabricação das casas envolve um trabalho cuidadoso que começa com a escolha das palhas, e, envolve também, a comunidade num trabalho mútuo.

Pesquisador: E essas casas de tijolos, de alvenaria, foram construídas pelo Governo do Estado?

Sr. S. Xerente: Foi, pelo Governo do Estado.

Pesquisador: O senhor não quis morar nela?

Sr. S. Xerente: Rapaz, é muito quente.

Pesquisador: Por causa das telhas, essa aqui refresca mais?

Sr. S. Xerente: Essa aqui eu fiz pra mim, tinha uma família, o...aí eu deixei pra ele. Aí essa aqui eu fiz pra mim.

Pesquisador: O senhor não quis da outra não?

Sr. S. Xerente: Não! A outra é quente demais.

Pesquisador: Essa aí é mais tranquila?

Sr. S. Xerente: Mês de setembro, moço quente demais. Agosto. Só que essa aqui não, muito frio.

Pesquisador: Tem que trocar de quanto em quanto tempo essa palha aí?

Sr. S. Xerente: Rapaz, depende da palha. Se a gente cortar palha de coquinho, essa aqui guentou 5 anos, cinco ano...

Pesquisador: Cinco anos?

Sr. S. Xerente: É, agora essa não, essa aqui dura até 15 anos. Depende, se a gente botar bem arrumadim, é bem arrumadim, aguenta mais de 15 anos. Essa fiz uns... em 2014.

Pesquisador: 2014? Então vai trocar só...

Sr. S. Xerente:... 2025, vai aguenta 15 anos.

Pesquisador: Vai trocar lá pra 2025? Ah tá. Nossa, então é bom demais (risos).

Sr. S. Xerente: É (risos). Agora essa aqui num aguenta muito não, guenta não. Fraco demais.

Pesquisador: Qual é a diferença?

Sr. S. Xerente:Essa aqui é de babaçu.

Pesquisador: E essa é de que?

Sr. S. Xerente: Coquinho. Daquele que fica desse tamãezinho aqui, como é que chama?

Pesquisador: Eu sei qual é, aqueles pequenos...

Sr. S. Xerente: É!

Pesquisador: Sei qual é. E deixa secar para colocar aí?

Sr. S. Xerente: Deixa secá, aí bate num pauzinho e a gente bota taboca.

Pesquisador: Não é um serviço fácil não né?

Sr. S. Xerente: Não! A gente fabrica. Aí se, a gente tem pessoa aí que pega assim pra cortar, corta 10 milheiro, esse só numa banda...cinco milheiro e pouquinho, de lá também mais cinco, 10 milheiro pra gente gastar.

Pesquisador: Ah sim! E demora quantos dias pra fazer isso?

Sr. S. Xerente: Não, pra cortar é um dia se fô um muita gente, depois aí ajunta, corta, faz um montoadado assim, pega pra lá e pra cá. Aqui tem palha, só que não é muito boa. E aí, de vez quando.

Pesquisador: Então muita gente ajuda? Cada um ajuda o outro?

Sr. S. Xerente: Ajuda.

Pesquisador: Os *Akwê* chamam isso de que? De mutirão?

Sr. S. Xerente: Não, não tem vez que a gente faz uma troca. Serviço trocado. Depois a gente ajuda. Assim que a gente faz. Hoje mesmo foi uma seis pessoas lá para o correio. Foi rápido.

Pesquisador: Aí depois alguém vem ajudar o senhor? E assim vai...

Sr. S. Xerente: Primeiro foi eu. Agora amanhã é pra vir de novo. Por que a gente plantou o milho... falei, amanhã cedo é pra vir... e aí... 3 horas de serviços, e aí vai servindo assim¹⁶ (Sr. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Dessa forma, os trechos aqui apresentados não são um receituário, conforme já salientamos. Trata-se aqui, de uma das formas possíveis de elaboração de um diário de campo. Cada pesquisador escreve o seu em acordo com os objetivos de sua pesquisa e seu método de trabalho. É importante ressaltar que esse instrumento de pesquisa oferece uma possibilidade ímpar na formação do geógrafo, pois ele pode contribuir para esses profissionais apurarem a leitura das paisagens humanas e naturais, portanto, é importante que os professores incentivem seus alunos a produzi-los desde o início da graduação.

Diante dessa abordagem metodológica e da configuração territorial *Akwê*, na seção três, abordaremos os princípios teóricos e metodológicos que guiarão nossos argumentos no decorrer desse trabalho.

¹⁶ Nesse trecho, o Sr. S. usou como exemplo, os serviços trocados nas roças de várzeas. O mesmo acontece com a construção das casas.

3 A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA MUNDO MODERNO-COLONIAL E O MOVIMENTO DESCOLONIAL NA GEOGRAFIA

[...].

Assim, quando o Grande Chefe em Washington manda dizer que deseja comprar nossas terras, ele está pedindo muito de nós. O Grande Chefe manda dizer que nos reservará um sítio onde possamos viver confortavelmente por nós mesmos. Ele será nosso pai e nós seremos seus filhos. Se é assim, vamos considerar a sua proposta sobre a compra de nossa terra. Mas tal compra não será fácil, já que esta terra é sagrada para nós.

A límpida água que percorre os regatos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos ancestrais. Se vos vendermos a terra, tereis de vos lembrar que ela é sagrada, e deveis lembrar a vossos filhos que ela é sagrada, e que qualquer reflexo espectral sobre a superfície dos lagos evoca eventos e fases da vida de meu povo. O marulhar das águas é a voz dos nossos ancestrais. Os rios são nossos irmãos, eles nos saciam a sede. Levam as nossas canoas e alimentam nossas crianças. Se vendermos nossa terra a vós, deveis vos lembrar e ensinar a vossas crianças que os rios são nossos irmãos, vossos irmãos também, e deveis a partir de então dispensar aos rios a mesma espécie de afeição que dispensais a um irmão.

[...]

(Trechos da carta do cacique de Seattle, 1855)

Conforme já mencionamos, queremos defender neste estudo a tese de que o Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) baseia-se no pensamento eurocêntrico, em que a ciência moderna é o único. Os discursos dos autores do Procambix se caracterizam, por excelência, pelas expressões da colonialidade do poder, do saber e da natureza, presentes desde a sua origem, a partir de seus subprogramas (todos inexistentes na cultura *Akwẽ*), até a sua implantação, porque, conforme os próprios *Akwẽ*-Xerente, mesmo eles fazendo parte do conselho-gestor, seus conhecimentos e suas formas de ver o mundo não foram considerados. Há então a ideia do conhecimento científico como o único válido e o conhecimento indígena é considerado como arcaico e/ou do senso comum.

Dessa forma, o objetivo principal desta seção é realizar algumas reflexões sobre os fundamentos do conhecimento moderno e sobre como ele se apresenta como o único conhecimento válido e os outros apenas como senso comum. Faremos também uma discussão sobre os estudos pós-coloniais e sua evolução para a perspectiva modernidade-colonialidade e sobre a Geografia como instrumento de colonização e como ela se insere no debate da modernidade-colonialidade

3.1 O eurocentrismo na constituição do mundo moderno-colonial: os fundamentos do pensamento contemporâneo

Chegamos ao século XXI com profundas crises globais de ordem ambiental, social, política, econômica e, também, com uma crise de conhecimento. Na América Latina, sobretudo no Brasil, essas crises têm aproximado, uns dos outros, movimentos de sindicalistas, de indígenas, de mulheres, de negros, de homossexuais, de sem-terras, de sem-tetos, de ribeirinhos, de camponeses. Essas aproximações se dão em torno de uma necessidade que é também global: a luta contra a ordem capitalista, desigual, combinada, concentrada e geograficamente eurocentrada, que marginaliza povos e saberes e submete mulheres a um estado de inferioridade em relação aos homens, entre outras ações a partir da imposição e da naturalização de uma racionalidade única: a racionalidade europeia.

Fundada na inferiorização de povos e de raças, a racionalidade europeia traz diversas consequências, denunciadas por diversos movimentos sociais, a saber: a) a expropriação de camponeses, de ribeirinhos e de indígenas dos seus territórios de vida e de trabalho através de grandes projetos: de barragens, de exploração mineral, de implantação de rodovias e de modernização agrícola, dentre outros; b) a concentração fundiária no campo e a monocultura moderna, que não apenas expulsam os trabalhadores e trabalhadoras da terra,

mas que também prejudicam consideravelmente a natureza e a produção de alimentos saudáveis para os habitantes do campo e da cidade; c) a falta de moradia nas cidades e a concentração fundiária para fins de especulação no mercado financeiro; d) a degradação da natureza a partir da exploração desenfreada e os efeitos nefastos sobre os mais pobres do planeta; e) o reforço da ideia conservadora de família “tradicional”, que reafirma o machismo e submete as mulheres às mais diversas humilhações e o policiamento dos seus respectivos corpos e, por fim; f) a negação da existência dos vários tipos de preconceitos: de raça, de gênero, de cor e de credo.

Nesse sentido, essas várias crises são, conforme assinalou Porto-Gonçalves (2006), uma crise civilizatória, resultado de um projeto moderno-capitalista imposto pela Europa (e a partir dela) que se inicia com a colonização das Américas, consolidando, nesse contexto, a hegemonia europeia no mundo. Sobre isso, Porto-Gonçalves (2006) acrescenta:

A descoberta da América foi decisiva para a consolidação da hegemonia europeia no mundo e isso ao preço da servidão, do etnocídio e, até mesmo, do genocídio, de povos indígenas e da escravização para fins de produção mercantil de negros trazidos da África, com a conseqüente desorganização das sociedades originárias e a exploração de seus recursos naturais por todo lado. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 24-25).

Dessa forma, com a colonização da América tem-se o início não apenas da organização colonial do mundo em termos políticos e econômicos, mas também, e simultaneamente, da constituição colonialista dos saberes, da linguagem, da memória e do imaginário que conformam a história posterior. Para Lander (2005), com a colonização das Américas, dá-se início a um longo processo (que culminará nos séculos XVIII, o Século das Luzes, e no XIX), pela primeira vez, de organização do espaço e do tempo em suas totalidades (todas as culturas, todos os povos e todos os territórios do planeta, nos tempos presente e passado) numa grande narrativa universal na qual a Europa é, simultaneamente, o centro geográfico e temporal.

Corroborando essa ideia, Assis (2014) salienta que a colonização das Américas, não as incorporou na economia mundial capitalista já existente porque não poderia ter existido uma economia mundial sem as Américas. Assim,

A expansão colonial iniciada no século XVI, com as grandes navegações e o “descobrimento” das Américas, posteriormente incrementada com o neocolonialismo do final do século XIX, que promoveu a repartição da África e Ásia, é vista, nessa abordagem como condição *sine qua non* para a existência e manutenção do capitalismo industrial. (ASSIS, 2014, p. 613).

Dessa forma, para o referido autor, mesmo com a extinção do colonialismo histórico-político nas Américas com a instituição de nações independentes no século XIX, bem como na África e na Ásia por intermédio da colonização no século XX, não houve emancipação político-econômico e cultural desses países. Diante disso, o grupo de intelectuais da modernidade-colonialidade, como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres e outros, cunhou o termo de *colonialidade* e utilizou-o para compor o substantivo modernidade-colonialidade que enquanto perspectiva teórica, denomina um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, formando assim, o mundo moderno-colonial. Nessa perspectiva de pensamento, a colonialidade sobrevive ao colonialismo, pois as formas coloniais de dominação continuam nas estruturas de poder (economia, política e cultura) e na forma de relacionamento com o mundo.

Maldonado-Torres (2005) diferencia colonialidade de colonialismo. Para ele,

Colonialidad no significa lo mismo que colonialismo. Colonialismo denota una relación política y económica, em la cual la soberanía de un pueblo reside en el poder de outro pueblo o nación, lo que constituye a tal nación en un imperio. Distinto de esta Idea, la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que em vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, mas bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre si, a través del mercado capitalista mundial y la idea de raza. Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo. (MALDONADO-TORRES, 2005, p. 131).

Assim, a colonialidade se manteve viva no nosso cotidiano, nos livros didáticos, nos critérios para um “bom” trabalho acadêmico, na cultura, nas imagens dos povos, nas aspirações do “bem viver” dos povos, nas formas de aplicação das políticas públicas, nos planejamentos dos espaços urbanos e rurais e “en tantos otros aspectos de nuestra experiencia moderna. E nun sentido, respiramos la colonialidad em la modernidad cotidianamente” (MADONADO-TORRES, 2005, p. 131).

Para tanto, é necessário esclarecer que a colonialidade não é simplesmente uma forma residual de qualquer tipo de relação colonial. Para Maldonado-Torres (2005) e Quijano (2005), a colonialidade emerge em um contexto sócio-histórico em particular: o do “Descobrimento” e da “Conquista” das Américas. Assim, esse fato só foi possível com as Américas, pois foi no contexto da empresa colonial que o capitalismo se conjugou com as formas de dominação e subordinação que foram essenciais para manter o controle sobre os sujeitos colonizados (acrescenta-se: e também sobre a natureza) nas Américas.

A colonização das Américas não teve apenas um significado local; foi a base sobre a qual se criou uma identidade moderna ligada ao capitalismo mundial e ao sistema de dominação estruturado através da ideia de raça (QUIJANO, 2005), como veremos ao longo desse trabalho. Nesse sentido, é importante compreendermos algumas características do padrão de poder do mundo moderno-colonial: o epistemicídeo, a hierarquização das raças e a ideia de tradicional e moderno, que nega as diversas modernidades no mundo, dentre outras.

De acordo com Lander (2005), a característica principal do pensamento científico moderno é a evidente naturalização das relações sociais em que a chamada sociedade moderna (liberal e eurocêntrica) é a tendência natural e espontânea do desenvolvimento histórico da humanidade. Essa sociedade, nessa perspectiva, é a ordem única e a mais normal possível: é a linha de chegada, sociedade sem ideologias, modelo civilizatório único, globalizado, universal, que torna desnecessária a política. Dessa forma, não há alternativas possíveis a esse modo de vida, qualquer alternativa que apareça é considerada arcaica, atrasada ou pré-moderna. Assim, toda linha de chegada de toda sociedade, a base é a sociedade moderna, liberal e eurocêntrica. E o pensamento liberal é complementado pelo neoliberal que lhe segue. Lander (2005) argumenta que:

Essa força hegemônica do pensamento neoliberal, sua capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica, como conhecimento objetivo, científico e universal e sua visão da sociedade moderna como a forma mais avançada – e, no entanto a mais normal – da experiência humana está apoiada em condições históricas culturais específicas. O neoliberalismo é um excepcional extrato purificado e, portanto, despojado de tensões e contradições, de tendências e opções civilizatórias que têm uma longa história na sociedade ocidental. Isso lhe dá a capacidade de constituir-se no senso comum da sociedade moderna. (LANDER, 2005, p. 8).

Para esse autor a eficácia hegemônica dessa ideia se mostra nas transformações nas relações de poder nas últimas décadas como o desaparecimento ou a derrota de sociedades que teoricamente se opunham à sociedade liberal, como o socialismo real e organizações e lutas populares anticapitalistas. Outra questão, apontada por Lander, que contribui para a ideia de sociedade liberal como a única possível é a riqueza e o poderio militar sem rivais das sociedades industriais do Norte. No entanto,

[...] a naturalização da sociedade liberal como a forma mais avançada e normal de existência humana não é uma construção recente que possa ser atribuída ao pensamento neoliberal, nem à atual conjuntura política; pelo contrário, trata-se de uma ideia com uma longa história no pensamento social ocidental nos últimos séculos. (LANDER, 2005, p. 8).

Lander aponta duas dimensões constitutivas dos saberes modernos que explicam sua eficácia neutralizadora. A primeira se refere às partições do mundo real que se dão historicamente nas sociedades ocidentais e as formas como se vai construindo o conhecimento sobre as bases desse processo de sucessivas separações. A segunda foi a separação entre o sagrado/profano e natureza/humano que ao longo do desenvolvimento das ciências modernas se multiplicaram e intensificaram tais separações. Assim, o homem se torna o centro do mundo e senhor de todas as coisas podendo, dessa maneira, explorar a natureza sem limites.

Sobre isso, Porto-Gonçalves (2003 e 2006) lembra que, em nome da ciência e da técnica, o Renascimento e o Século das Luzes recuperaram a superioridade da razão, seja contra o obscurantismo da religião, seja contra o chamado senso comum (senso do homem). Essa razão, para o autor, não reconhece outras formas de conhecer o mundo e *nega a própria ideia de que existem outras formas de razão*. A partir dessa ideia Porto-Gonçalves (2003) argumenta que:

O mundo que vivemos é o mundo da crise desses fundamentos instituídos a partir do Renascimento e do Século das Luzes. Nele, a Natureza é dessacralizada. Expulsos os deuses da natureza, ela se transforma em algo objetivo, num mero objeto de nossa dominação antropocêntrica. Afinal, como dominar a natureza, se ela está povoada por deuses? No lugar de um deus como centro do universo - Teocentrismo -, passamos a ter o homem como centro - o Antropocentrismo. Eis a ideia-cheve desse mundo moderno inventado a partir do século XV-XVI. O homem a partir do Renascimento é o centro do mundo, é o senhor do mundo. O Todo-Poderoso desce dos céus à terra, da cabeça sobre o corpo, do espírito sobre a matéria, do homem sobre a natureza. O homem como animal racional reinaria entre os animais por ser racional. Quem de nós não se sente um certo alívio quando acrescentamos o *racional* ao *animal* para falarmos do *homem*? Na frase “o homem é um animal racional” a palavra racional domina a palavra animal e, assim, nos destacamos da animalidade por sermos seres racionais. A partir desse alívio de não mais nos confundirmos com a natureza estaríamos, diante dessa superioridade do racional sobre o animal, autorizado a dominá-los. Esse homem racional, desnaturalizado por meio da Ciência e da Técnica pode, de fora, exercer a dominação da Natureza. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 376-377).

Assim, com o desenvolvimento de uma ciência moderna, uma moral universal e uma narrativa única, o homem se torna exterior à que, dominada, passa a ser desvendada a partir de um pensamento lógico-matemático. O pragmatismo, a razão instrumental e a prática são o fundamento da exploração da natureza, que visa satisfazer a relação custo-benefício para a acumulação de riqueza por uma burguesia mercantil. Nesse sentido, a natureza deixa de

ter um valor sagrado e imaterial para se transformar em mercadoria (valor comercial, dinheiro).

Nessa linha de pensamento, Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) e Porto-Gonçalves (2006) trazem algumas questões para pensarmos a sociedade moderna como um sistema mundo moderno-colonial. Para os autores, na organização do espaço geográfico sob a ótica da sociedade moderna e eurocêntrica, fomos habituados a pensar e a sentir o mundo como se fosse natural a existência de países com suas fronteiras territoriais e relações. No entanto, ressaltam os autores, essa organização é uma invenção histórica europeia que depois se espalhou para o mundo como parte do colonialismo e do imperialismo, enfim, como a constituição de um grande sistema estatal, ou seja, o sistema mundo moderno-colonial constituídos por Estados soberanos. Para a organização desse mundo moderno-colonial acrescenta-se a ideia de raças (o europeu e os outros), uma linha abissal (SOUSA SANTOS, 2010) que coloca o conhecimento da ciência moderna como o único válido.

Para Lander (2005), essas separações se articulam com a conformação colonial do mundo entre o ocidental, ou o europeu (concebido como o moderno, o avançado), e os outros (concebidos como arcaicos, atrasados, pré-modernos). Nesse entendimento, a unidade de medida para todos os povos é que é dada pelos europeus, negando-se, assim, aos demais povos sua própria modernidade, como ressaltou Porto-Gonçalves (2006). Essa construção do mundo pela ciência moderna tem, conforme Lander,

[...] como pressuposição básica o caráter universal da experiência europeia. As obras de Locke e de Hegel – além de extraordinariamente influentes – são neste sentido paradigmáticas. Ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade altamente excludente. (LANDER, 2005, p. 10).

Essa universalidade, baseada na propriedade privada, não é não universal, porque exclui a maioria dos indivíduos que não dispõem de meios para obtê-la e/ou explorá-la nos moldes da sociedade neoliberal. Nesse ínterim, os indígenas, por exemplo, não possuem direito algum, a não ser que eles abandonem seus costumes e integrem-se à ordem neoliberal¹⁷. Essa ideia “universalizante” é comum na linguagem cotidiana em afirmações

¹⁷Aliás, essa ideia de integração dos indígenas ao mundo ocidental está presente na linguagem do senso comum e também nas propostas neoliberais e conservadoras de candidatos de extrema direita, como, por exemplo, do candidato a presidente do Brasil, o ex-militar Jair Messias Bolsonaro, no debate da TV Record no dia 17 de agosto de 2018. Ele disse que em seu governo não terá nenhuma demarcação de terras indígenas e que os índios terão que se integrar à sociedade “moderna”.

como: “índio preguiçoso”, “índio não produz”, “é muita terra para índio não produzir nada”, dentre outros. Esses discursos se fazem presentes no Congresso Nacional Brasileiro em que deputados e senadores se alinham ao discurso do grande capital quando a discussão é o reconhecimento e legalização das terras indígenas.

Outra dimensão constitutiva dos saberes modernos, de acordo com Lander (2005), é a forma como esses saberes modernos se articulam com a organização do poder, especialmente nas relações coloniais/imperiais de poder no mundo moderno-colonial. Nesse sentido, o autor assevera que:

O processo que culminou com a consolidação das relações de produção capitalistas e o modo de vida liberal, até que estas adquirissem o caráter de formas *naturais* de vida social, teve, simultaneamente, uma dimensão colonial/imperial de conquista e/ou submissão de outros continentes e territórios por parte das potências europeias e uma encarnizada luta civilizatória no interior do território europeu na qual finalmente acabou-se impondo a hegemonia do projeto liberal. Para as gerações de camponeses e trabalhadores que durante os séculos XVIII e XIX tiveram na própria carne as extraordinárias e traumáticas transformações (expulsão da terra e do acesso aos recursos naturais), a ruptura com os modos anteriores de vida e de sustento – condição necessária para a criação da força de trabalho “livre” – e a imposição da disciplina do trabalho fabril, este processo foi tudo, exceto natural. (LANDER, 2005, p. 12).

Assim, os trabalhadores e trabalhadores não trocaram o trabalho na terra pelo da fábrica espontaneamente. Foi necessário um processo de expulsão da terra e um regime cabal de normatização na produção fabril que atendesse aos interesses da economia moderna, o que resultou na criação da classe operária, com uma profunda transformação dos corpos, dos indivíduos e das formas sociais, e que resultou, então, no homem econômico.

Sobre isso, Moreira (2004) ensina que, na Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX houve a separação entre o corpo e a mente do homem. O seu corpo é um entre os demais corpos físicos dessa engrenagem. Assim, tanto quanto os demais corpos, o homem faz parte desse mecanismo de forças: é força-de-trabalho. Portanto, a ideia matemático-mecânica desloca-se do campo da Física para o da Economia Política. O conhecimento físico-mecânico converte-se em máquinas fabris. A fábrica é a “célula” orgânica desse novo mundo. Homem e natureza são transformados em “corpos” orgânicos do sistema produtivo. A força/energia de trabalho do corpo humano passa a atuar como força/energia de trabalho para transformar os corpos inorgânicos da natureza e tantos outros corpos em corpos-mercadorias¹⁸.

¹⁸ Para aprofundar a discussão, consultar MOREIRA, R. **O círculo e a espiral**: para a crítica da geografia que se ensina I: Niterói: Edições AGB Niterói, 2004.

Em diversas partes da Europa, a organização do trabalho, o acesso aos recursos naturais e a desintegração de diversos modos de vida sofreram ampla resistência tanto no campo, como nas cidades. Assim, citando Edward Thompson, Lander (2005) ressalta que, em nome do costume, a cultura conservadora dos plebeus resistiu a essa racionalização econômica e a essas inovações (como o cercamento de terras comuns, as disciplinas no trabalho, os mercados “livres” não regulados de grãos) que os patrões, governantes, comerciantes, fazendeiros impunham. Mas, essa resistência não alcançou êxito:

As ciências sociais têm como piso a derrota dessa resistência; tem como substrato as novas condições que se criam quando o modelo liberal de organização da propriedade, do trabalho e do tempo deixa de aparecer como uma modalidade civilizatória em disputa com outra(s) que conserva(m) seu vigor, e adquire como a única forma de vida possível. A partir deste momento, as lutas sociais já não têm como eixo o modelo civilizatório e a resistência a sua imposição, mas passam a definir-se no interior da sociedade liberal. Estas condições históricas da naturalização da sociedade liberal de mercado. A “superioridade evidente” desse modelo de organização social – de seus países, cultura, história e raça – fica demonstrada tanto pela conquista e submissão dos demais povos do mundo, como pela “superação” histórica das formas anteriores de organização social, uma vez que se logrou impor na Europa a plena hegemonia da organização liberal da vida sobre as múltiplas formas de resistência com as quais se enfrentou. (LANDER, 2005, p. 13).

Assim, as ciências sociais surgem neste contexto histórico-cultural eurocêntrico; são moldadas por essa a visão de mundo que sustenta todo o conhecimento moderno. Nesse sentido, Lander (2005) propõe quatro características básicas que articulam a ideia moderna das Ciências Sociais: 1) a visão universal da história associada à ideia de progresso; 2) a “naturalização” das relações sociais como a “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias da sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos. Assim, dois elementos passam a ser essenciais nas ciências produzidas nas academias ocidentais. O primeiro deles é produção de um metarrelato universal que leva todos os povos do primitivo ou tradicional até o moderno, com a sociedade industrial-liberal sendo a expressão mais avançada desse processo histórico. Assim, ela seria o único futuro possível a todos os povos e culturas. O segundo é que o caráter universal da experiência histórica europeia se converteu em categoria única de análise das relações sociais e preposições normativas que definem o *dever ser* para todos os povos do planeta.

Estes conhecimentos convertem, assim, nos padrões a partir dos quais se podem analisar e detectar as carências, os atrasos, os freios e impactos perversos que se dão como produto do primitivo ou tradicional em todas as *outras* sociedades. [...] Este corpo ou conjunto de polaridades entre a sociedade moderna ocidental e as outras culturas, povos e sociedades, polaridades, hierarquizações estabelece pressupostos e olhares específicos no conhecimento dos outros. Neste sentido é possível afirmar que, em todo mundo ex-colonial, as ciências sociais serviram mais para o estabelecimento de contrastes com a experiência histórica universal (normal) da experiência européia (ferramentas neste sentido de identificação de carências e deficiências que *têm* de ser superadas), que para o conhecimento dessas sociedades a partir de suas especificidades histórico-culturais. Existe uma extraordinária continuidade entre as diferentes formas através das quais os conhecimentos eurocêntricos legitimaram a missão civilizadora/normalizadora a partir das deficiências – desvios em relação ao padrão normal civilizado – de outras sociedades. Os diferentes recursos históricos (evangelização, civilização, *o fardo do homem branco*, modernização, desenvolvimento, globalização) têm todos como sustento a concepção de que há um padrão civilizatório que é simultaneamente *superior* e *normal*. (LANDER, 2005, p. 13-14, grifos do autor).

Nessa linha de pensamento, os conhecimentos científicos eurocêntricos legitimam o seu caráter universal e normativo na abordagem de todas as culturas e povos do planeta contribuindo, assim, para ocultar, negar ou subordinar outras formas de vida que não correspondam às *normais*. A Geografia padece dessa herança. O caráter eurocêntrico, a ideia de desenvolvimento, o normal e o *dever ser* estão presentes em várias produções geográficas de diversas matrizes ideológicas tais como: nos manuais de Geografia Urbana, na ideia de planejamento das cidades; nos livros didáticos que excluem povos e culturas... Enfim, uma Geografia sem *grafias* ou uma Geografia de *voces silenciadas*.

Quijano (2005) é outro autor que tem dado uma contribuição significativa para se pensar a constituição da modernidade. Para ele, a América tornou-se o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder, de vocação mundial, nunca antes visto na história da formação social; a modernidade foi possível somente com a colonização da América que é, assim, a primeira *id-entidade* da modernidade. Para o autor, dois processos históricos se associaram e estabeleceram-se como eixos fundamentais nesse padrão de poder. O primeiro se refere à diferença entre conquistadores e conquistados a partir do *constructo* mental de raça, ou seja, uma suposta diferença biológica que situava alguns seres humanos em situação de inferioridade em relação aos outros. Essa ideia, assumida pelos colonizadores, foi a base das relações de dominação na “conquista” da América. O segundo processo histórico presente na conformação do padrão de poder foi a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos, em torno do capital e do mercado mundial.

O estabelecimento de relações sociais fundadas na ideia de raça produziu, conforme Quijano (2005), identidades novas na América: índios, negros e mestiços, e redefiniu estas como as “outras”. Assim, o europeu, que até então se referia apenas a uma procedência geográfica, adquiriu em relação às novas identidades, uma conotação de raça superior e dominante. Hierarquias, lugares e papéis sociais foram, assim, estabelecida para as novas identidades. Dessa forma, com tempo,

[...] os colonizadores codificaram como cor os traços fenótipos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Era, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em consequência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos. (QUIJANO, 2005, p. 107).

Nesse sentido, a ideia de raça na América Latina contribuiu para a legitimação do poder de dominação sobre os povos colonizados¹⁹. Além disso, contribuiu também para a elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e para a naturalização das relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. Historicamente, ressalta Quijano (2005), isso significou, entretanto, uma nova maneira de legitimar as antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados; estava, assim, criado um muito poderoso instrumento de dominação social.

Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o interssexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram colocados numa situação de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenótipos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se em primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no mundo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 107-108).

A nova sociedade, moderna, mundializada – e marcada pela extrema desigualdade – estava formada e seria sustentada por esse novo padrão de poder. Quijano (2005) também ressalta que, assentada na ideia de raça, a produção científica eurocêntrica, por muito tempo, chegou a discutir se os habitantes do “novo” mundo poderiam ser considerados humanos ou

¹⁹ Vide Ratzel em sua Antropogeografia, em que o autor trata das raças humanas.

não. Com a interferência da Igreja Católica, os índios passaram a ser considerados humanos e, portanto, pessoas pagãs que deveriam ser cristianizadas. A intervenção jesuítica, ou evangelização, nos países da América Latina acabou sendo aceita para torná-los mais “mansos” e, assim, se poder melhor e mais facilmente dominá-los.

Quanto às formas de controle do trabalho, Quijano (2005) mostra que elas foram efetivadas conforme os interesses do mercado mundial (e eram novas porque mesmo que algumas tivessem ocorrido antes não estavam mais sendo praticadas com os mesmos interesses de antes nem nas antigas sociedades) e incluem-se nas formas de trabalho a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto,

[...] cada umas dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram históricas e sociologicamente novas. Em primeiro lugar, porque eram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. Em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articuladas com o capital e seu mercado, e por esse meio entre si. Configuram assim um novo padrão de poder, do qual eram conjunta e individualmente dependentes histórico-estruturalmente. [...]. Em terceiro lugar, e como consequência, para preencher as novas funções de cada uma delas desenvolveu novos traços e novas configurações histórico-estruturais. (QUIJANO, 2005, p. 108).

A ideia de raça, obviamente, está clara nessas formas de controle do trabalho, com o europeu sobre o não europeu que foi se impondo a toda população mundial. Os europeus brancos, na hierarquia criada, eram os senhores ou trabalhadores assalariados; os africanos negros destinados à escravidão e assim por diante. Os não europeus, por mais que houvesse gradações na cor da pele: negros, mestiços, pardos, peles vermelhas, amarelos, azeitonados (ou oliváceos) etc. não importa, todos eram os dominados. Para Quijano (2005, p. 109) “isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração social”, As demais raças, no constructo mental europeu eram inferiores e cada forma de trabalho foi destinada a uma raça particular.

A realidade social ficou, assim, dividida em europeus e não europeus. A modernidade eurocêntrica fez os não europeus se tornarem inexistentes, porque dela os excluiu. Para Sousa Santos (2010), porém, as distinções assim produzidas são invisíveis. Dessa forma, o autor coloca que:

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 32).

Os não europeus sequer foram considerados, nessa concepção, como o Outro. Dessa forma, o pensamento moderno eurocêntrico e a ciência moderna eurocêntrica, têm o monopólio de decidir o que é existente e o que não é existente, o que é verdadeiro e o que é falso, o que é conhecimento e o não conhecimento. Só é visível, conforme Sousa Santos, o que está “deste lado da linha”. Não há, para a modernidade ocidental, conhecimento do “outro lado da linha”. O que existe são: crenças, opiniões, magias, idolatrias, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem se tornar objetos para investigação científica, fato esse que caracteriza as metodologias de investigação científica nas ciências.

Para Dussel (2005), a modernidade europeia, ou a civilização moderna coloca-se como “centro” originário e tudo o mais como “periferia”. Ela se faz um *mito* pelos seguintes motivos, conforme o autor:

1. A civilização moderna autodescreve-se como a mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser seguido pela Europa (é de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer, em último caso, a violência se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras); [a] violência [...] é interpretada como um ato inevitável e com o sentido quase ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste as suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, *et cetera*).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente, mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, apresentam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da

“modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, *etcetera*. (DUSSEL, 2005, p. 29).

Dussel ressalta que, ao invés de negar a modernidade, é necessário negar esse mito civilizatório e a inocência da violência moderna, para se poder reconhecer as injustiças do processo de colonização das Américas, da Ásia e da África e, igualmente, superar a limitação essencial dessa razão “emancipadora”, “libertadora” de sua “falácia desenvolvimentista”, de sua hegemonia. O mito da modernidade está presente nos diversos projetos de desenvolvimento regional, como no da construção da barragem de Lajeado, bem como nos programas de compensação, como no caso do Procambix, conforme detalharemos nas seções posteriores.

Nesse sentido, Dussel (2005) sugere a trans-modernidade, não no sentido de negar a razão enquanto tal, mas, a razão eurocêntrica, violenta, desenvolvimentista, hegemônica e como um projeto mundial de libertação em que a alteridade seja considerada, reconhecida. A trans-modernidade precisa superar as “linhas radicais”. Essa realização seria uma transcendência, na qual a modernidade e sua alteridade negada (as vítimas de seu projeto “libertador”) se co-realizariam por mútua fecundidade criadora de solidariedade.

3.2 Dos estudos pós-coloniais ao debate da modernidade-colonialidade

Pretendemos, nesse tópico, promover uma reflexão sobre a modernidade-colonialidade, relacionando-a aos estudos pós-coloniais. Serão tratados apenas alguns pontos que marcaram esse assunto, principalmente em determinados momentos históricos, não sendo, dessa maneira, objetivo deste texto esgotar as discussões. A literatura sobre o tema é ampla e priorizamos alguns pontos para compreendermos aquilo que chamamos de colonialidade e de decolonialidade e poderemos apontar algumas de suas expressões na construção de Lajeado, no Procambix e na produção do território pelo povo *Akwê*.

Vários trabalhos científicos de diferentes áreas do conhecimento (NEVES, 2009; PEZZODIPANE, 2013; BALLESTRIN, 2013; GROSGOUEL, 2010; OLIVEIRA, 2016) ajudaram nessa discussão. Neves (2009, p. 10), por exemplo, salienta que os estudos pós-coloniais se originam dos estudos culturais dos anos 1950, na Inglaterra. Até esse período a modernidade²⁰ tinha se mantido estável e a pós-modernidade ainda era incerta, improvável. Mas esta estabilidade foi abalada pela nova disciplina dos estudos culturais, que fizeram-na

²⁰ O marco inicial da modernidade é o século XVIII, durante o Iluminismo (ou o Século das Luzes).

oscilar perigosamente. Derivam-se daí o multiculturalismo e o conceito de hibridismo cultural. Estava criado um “ambiente de dúvidas e de fragilidade ideológica que irão mais tarde, a partir dos anos de 1980, caracterizarem o panorama da pós-modernidade.”

Os estudos culturais nascem, mais precisamente, após a Segunda Guerra Mundial a partir de uma sugestão feita por Sydney Reybould, diretor do departamento de *Extra Mural Studies*, da Universidade de Leeds²¹. Reybould sugeriu que a *Worker's Educational Association* devia ocupar-se da educação da classe trabalhadora num âmbito universitário, pois era necessário que a instituição acadêmica abrisse espaço para um público mais amplo. Mais tarde (entre os anos de 1960 e 1970), os estudos culturais são consolidados a partir das teorias de Stuart Hall, um autor anglo-jamaicano, diretor do Centro de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham²². Assim, passa-se de uma abordagem economicista para outra ligada às artes, à literatura e aos estudos sociológicos (esse último, incentivado por intelectuais como Karl Mannheim e Karl Polanyi²³, fugidos da Alemanha nazista). (NEVES, 2009).

Os estudos pós-coloniais firmam-se nos finais dos anos de 1970 quando a ideia de modernidade, com sua herança formalista e estruturalista, começa a declinar. Objetivam compreender o espaço político, teórico e poético. Os primeiros usos do termo pós-colonial provêm da crítica literária com: Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak. A ideia de colonizador e colonizado ganha importância. Neves (2009) faz um importante resumo das principais ideias desses autores. Sobre Said, a autora ressalta que:

Em 1978, o escritor palestino, emigrado nos Estados Unidos, Edward Said com seu “Orientalismo”, dá origem aos debates e às polemicas em torno do pós-colonialismo. Segundo a teoria, muito contestada e discutida, de Said, o mundo divide-se em duas partes, a do colonizador e a do colonizado e o próprio conceito do “oriente” não mais seria que uma construção mental dos ocidentais. (NEVES, 2009, p. 236, aspas da autora).

²¹University of Leeds: Fundada em 1904 e é uma das maiores universidades do Reino Unido. É uma das seis universidades cívicas originais.

²²University of Birmingham: é uma importante universidade britânica, localizada na cidade de Birmingham na Inglaterra.

²³ Para Karl Mannheim e Karl Polanyi o bom intelectual deve estar empenhado e vigilante para distinguir as forças sociais para todos os seres humanos daquelas que beneficiam unicamente uma determinada classe social. Mas partindo de uma base teórica próxima do marxismo, os teóricos dos estudos culturais, distanciaram rapidamente dela, tentando operar uma revisão de autores como Gramsci e Althusser e revalorizando alguns estudos como os de Walter Benjamin. Outro aspecto interessante, e que explica o sucesso internacional dos estudos, é a sua posição relativamente à dicotomia estruturalismo/pós-estruturalismo. (NEVES, 2009).

Entendidas como ideias maniqueístas, Neves (2009) salienta que por isso, Said foi contestado por Homi Bhabha, em 1994. Sobre Bhabha, Neves destaca que:

[...] em “Os lugares da cultura” reabre a discussão, afirmando que o relacionamento entre colonizador e colonizado não é tão evidente e homogêneo, mas, pelo contrário, rico de contradições e de “ambivalências”, analisáveis segundo uma perspectiva psicanalítica. Perspectiva que põe em relevo a dimensão inconsciente dessas relações, nas quais, muitas vezes, entre os dois sujeitos, o colonizador e o colonizado se desenvolve uma ambígua relação de repulsa e desejo, de identificação e condenação. Bhabha afirma também que os novos “lugares” da cultura já não são as academias e os centros de poderes institucionais, mas os interstícios em que penetram culturas marginais e híbridas. E é nestes novos lugares que são elaborados a atual reflexão política, filosófica e estética. [...] Bhabha, no seu fascinante livro, dialoga com grandes nomes da cultura universal, como Joseph Conrad, Walter Benjamin, Toni Morrison, Nadine Gordimer, Michel Foucault, Salma Rushdie. (NEVES, 2009, p. 236, aspas da autora).

Os estudos pós-coloniais dialogam muitas vezes com os estudos feministas, tendo Gayatri Spivak um lugar de destaque. Conforme Neves (2009), referida estudiosa é uma:

[...] teórica indiana emigrada nos Estados Unidos, onde ensina na *Columbia University*, torna-se, com o seu “Crítica da razão colonial”, publicado em 1990, uma das vozes mais significativas no panorama dos estudos pós-coloniais e dos estudos femininos. No seu livro, onde apresenta inesquecíveis imagens de mulheres, a autora efetua a passagem do pós-colonialismo para o transnacionalismo, teorizando a figura do “informador nativo” e do “subalterno”, numa procura constante do que a Spivak chama de “violência epistêmica” do colonialismo e do imperialismo. Para Spivak, o sujeito subalterno não se conhece, “não pode falar”, e ainda menos o sujeito subalterno feminino, visto pela autora como o símbolo máximo de esquecimento histórico: “a mais pobre mulher do sul”, como a define, é imaginada como uma mulher vestida com um sari e em constante migração pelo planeta, em perene situação de marginalidade. Perenemente muda. (NEVES, 2009, p. 237, aspas da autora).

Uma questão a se destacar nesses estudos é que além da ideia de colonizador e colonizado, termos como violência epistêmica, sujeitos subalternos, lugares das culturas e violência contra a mulher, dentre outros estão presentes nas obras da maioria dos autores. Neves (2009) salienta também que, a partir dos anos de 1980, os estudos pós-coloniais assumem uma característica predominantemente literária, com referência à produção narrativa das ex-colônias, sobretudo as obras escritas na língua do país colonizador.

Ballestrin (2013) aponta dois entendimentos do termo pós-colonialismo. O primeiro se refere ao tempo histórico posterior ao processo de descolonização do “terceiro mundo” em que prevalecem as ideias de emancipação, de independência e de libertação das

colônias, especialmente nos continentes asiáticos e africanos. O segundo entendimento, conforme a autora, diz respeito ao conjunto de contribuições teóricas, principalmente dos estudos culturais e literários, que ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra a partir de 1980 e penetrou tardiamente nas ciências sociais brasileiras; para esse conjunto de ideias “colonial” faz referência à situação de opressão diversa, definida a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais. Na continuidade do argumento a autora ressalta que nem todas as situações de opressão são consequências do colonialismo, ainda que possam ser reforçadas ou reproduzidas por ele.²⁴

Apesar da maior parte da literatura sobre a genealogia dos estudos pós-coloniais ter como recorte temporal o final da década de 1970 ou o início da década de 1980, há estudos de outras épocas. Ballestrin (2013) afirma que pensadores pós-coloniais estudaram o assunto mesmo antes da institucionalização do pós-colonialismo como corrente ou como escola de pensamento. O pós-colonialismo surgiu a partir do momento em que se percebeu uma relação antagônica entre o colonizador e o colonizado e foi Frantz Fanon²⁵ um dos maiores percussores do argumento pós-colonial. Pezzodipane (2013) mostra que Fanon, em sua obra de 1961 (*Os condenados da terra*), denuncia a brutalidade da colonização francesa na Argélia da qual a maior consequência foi a “destruição de uma sociedade que se desenvolvia economicamente de forma autóctone e teve esse processo interrompido para dar passagem ao imperialismo europeu”.

As teorias pós-coloniais, então, analisam a diferença entre colonizador e colonizado e os seus postuladores defendem o colonizado, e sustentam que é possível a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade. Mas, essas teorias foram passíveis de críticas. Afirmava-se que seus argumentos não eram prerrogativas de autores diaspóricos ou colonizados das universidades periféricas, que a origem ou naturalidade não determinaria a legitimidade para se trabalhar com as ideias do pós-colonialismo. (BALLESTRIN, 2013).

As críticas ao pós-colonialismo permitiram que, de forma paralela, surgisse outro movimento epistêmico, intelectual e político. Reforçando o discurso pós-colonial, na década de 1970, formava-se no sul da Ásia o Grupo de Estudos Subalternos, sob a liderança de

²⁴Ballestrin (2009) cita o exemplo da história do patriarcado e da escravidão. Esses, não são fenômenos do colonialismo, mas foram amplamente reforçados e reproduzidos por ele.

²⁵ Frantz Fanon foi um médico psiquiatra que trabalhou em um hospital do exército durante a Guerra pela Libertação da Argélia. Fanon descreve as patologias psiquiátricas (muitas irreversíveis) geradas pela guerra. A tortura, conforme observou o referido estudioso, foi um dos elementos causadores de grande parte das neuroses de maior complexidade, que marcou de forma definitiva aqueles que a praticaram. Assim os distúrbios causados pela situação de conflito afetaram igualmente dominadores e dominados. (PEZZODIPANE, 2013, p. 90).

Ranajit Guha, com o objetivo de analisar criticamente a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, a historiografia eurocêntrica indiana e também a historiografia marxista ortodoxa. Dessa forma, respaldada na obra de Santiago Castro-Gómez, Ballestrin (2013) salienta que, na década de 1980, os *subaltern studies* se tornaram conhecidos fora da Índia, principalmente através de estudiosos como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Spivak, que mostraram que o colonialismo não é somente um fenômeno econômico e político, mas também possui uma dimensão epistêmica, vinculado ao nascimento das ciências sociais, tanto no centro quanto na periferia. Tendo sido criadas no século XIX no momento em que a América tornava-se independente mas no qual também reforça-se a colonização da África e da Ásia, as ciências sociais criam uma imagem do subalterno que, além de legitimar o poder imperial no nível econômico-político, contribuiu, também, para criar paradigmas dessas ciências e gerar as identidades de colonizadores e colonizados.

O Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos foi o principal inspirador para a criação de outro grupo: o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, grupo esse criado em 1992, nos Estados Unidos da América, por intelectuais latino-americanos que lá viviam. Nesse mesmo ano foi reimpresso um texto, hoje considerado clássico, de Aníbal Quijano, “*Colonialidad y modernidad-razionalidad*”, que traz algumas provocações sobre a colonialidade eurocêntrica nas ciências sociais modernas que guiarão as discussões do referido grupo. O manifesto inaugural do grupo foi originalmente publicado na revista *Boundary 2*, no ano de 1993, editada pela *Duke University Press*; depois foi reimpresso em 1995, também em inglês, pela Coletânea *The Pos-modernism Debate in Latin America*. (BALLESTRIN, 2013). Assim, com a criação do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, a América Latina foi inserida no debate pós-colonial como mostra a introdução da versão do manifesto traduzida para o espanhol em 1998 por Santiago Castro-Gomez.

El trabajo del Grupo de Estudios Subalternos, una organización interdisciplinaria de intelectuales sudasiáticos dirigida por Ranajit Guha, nos ha inspirado a fundar un proyecto similar dedicado al estudio del subalterno en América Latina. El actual desmantelamiento de los regímenes autoritarios en Latinoamérica, el final del comunismo y el consecuente desplazamiento de los proyectos revolucionarios, los procesos de redemocratización, las nuevas dinámicas creadas por el efecto de los mass media y el nuevo orden económico transnacional: todos estos son procesos que invitan a buscar nuevas formas de pensar y de actuar políticamente. A su vez, la redefinición de las esferas política y cultural en América Latina durante los años recientes ha llevado a varios intelectuales de la región a revisar algunas epistemologías previamente establecidas en las ciencias sociales y las humanidades. La tendencia general hacia la democratización otorga prioridad a una reconceptualización del pluralismo y de las condiciones de

subalternidad al interior de sociedades plurales. (GRUPO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SUBALTERNOS, 1998).

O referido manifesto incorpora vários conceitos trabalhados por Ranajit Guha e uma das diretrizes consensuais do recém-criado grupo é a necessidade de construir um mundo mais democrático a partir de uma nova democracia, o que impõe novos desafios às pesquisas acadêmicas e ao trabalho dos professores. Dessa forma, o manifesto aponta a necessidade de se ter uma maior sensibilidade ao se trabalhar com a complexidade das diferenças sociais:

Esto implica, por un lado, una mayor sensibilidad frente a la complejidad de las diferencias sociales y, por el otro, la creación de una plataforma plural, aunque limitada, de investigación y discusión en la que todos puedan tomar parte. Las configuraciones tradicionales de la democracia y el estado-nación han impedido que las clases sociales subalternas tomen parte activa en los procesos políticos y en la constitución del saber académico, sin reconocer sus contribuciones potenciales como capital humano (excepto para explotarlo). (GRUPO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SUBALTERNOS, 1998).

Em 1998, Eduardo Medieta e Santiago Castro-Gomez lançam uma coletânea de artigos intitulada *Teorias sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización* que incorpora o manifesto do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos. Já na introdução os autores ressaltam a importância dos temas trabalhados por Ranajit Guha para avançar na reconstrução da história latino-americana. Essas ideias tornam-se, assim, uma alternativa ao projeto teórico dos Estudos Culturais. Foi dada muita ênfase às categorias de ordem política, a saber: classe, nação ou gênero, para os Estudos Culturais pareciam poder ser substituídas por categorias meramente descritivas, como a de hibridismo (BALLESTRIN, 2013).

Nesta mesma coletânea, no entanto, já é possível perceber alguns descontentamentos com os estudos latino-americanos subalternos. Walter Mignolo, um dos críticos do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, salienta que o grupo tinha adotado os conceitos dos Estudos Subalternos Indianos sem as devidas adequações. Assim, Castro-Gomez (1998) faz a seguinte consideração:

También Walter Mignolo quiere articular una crítica de la autoridad del canon que define cuáles son los territorios de la verdad del conocimiento sobre "Latinoamérica" en las universidades norteamericanas. Pero, a diferencia de otros miembros del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos, que asumen más o menos acríticamente El modelo indio de teorización poscolonial y lo utilizan luego para el estudio de situaciones

coloniales en América Latina, Mignolo piensa que este modelo corresponde a un locus muy específico, anclado en las herencias coloniales británicas de la India. Por ello, en lugar de convertir las teorías poscoloniales indias en modelo exportable a otras zonas periféricas, de lo que se trata es de investigar qué tipo de "sensibilidades locales" hicieron posible el surgimiento de teorías poscoloniales en América Latina. El problema que Mignolo desea resolver es si, análogamente a lo realizado por los poscoloniales indios, también en Latinoamérica existieron teorías que subvierten las reglas del discurso colonial desde las herencias coloniales hispánicas. (CASTRO-GOMEZ, 1998, p. 133).

Para os críticos, ao transportar os conceitos sul-asiáticos para o estudo da América Latina sem a devida crítica, os teóricos não conseguiram se desvincular completamente do eurocentrismo, pois deram mais espaço a Foucault e Derrida (com seus desconstrutivismos e pós-estruturalismos) e a Gramsci e Guha do que às construções intelectuais dos pensadores da América Latina. Para os críticos, a história da colonização da América Latina difere do sul asiático, que tem seu *locus* de enunciação na colonização feita pelo império britânico. É necessária, portanto, uma construção crítica ao ocidentalismo com *locus* nas Américas. Assim, para os críticos, a “inferioridade” epistêmica e ontológica da América Latina permaneceu nas construções teóricas do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos.

Outro ponto importante da crítica aos estudos latino-americanos subalternos é que, ao transportar os conceitos sul-asiáticos para a América Latina, o Grupo não conseguiu elaborar uma crítica a outro grande império: os Estados Unidos das Américas. Mesmo sendo uma ex-colônia britânica, os Estados Unidos é um grande império econômico, político e cultural na América.

Devido às divergências teóricas no Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos ele se desintegrou em 1998 dando origem ao Grupo Modernidade-Colonialidade, que reúne vários críticos do antigo Grupo. Sobre isso, Grosfoguel (2010) assim destaca:

Sendo eu um latino a viver nos Estados Unidos, fiquei descontente com as conseqüências epistêmicas do conhecimento produzido por esse grupo latino-americanista. Isto está relacionado com o segundo aspecto que queria salientar: os latino-americanistas deram preferência epistemológica ao que chamaram de ‘os quatro cavaleiros do Apocalipse’ (Mallon, 1994; Rodriguez, 2001), ou seja, a Foucault, Derrida, Gramsci e Guha. [...]. Ao preferirem pensadores ocidentais como principal instrumento teórico, traíram o seu objetivo de produzir estudos subalternos. (GROSGOUEL, 2010, p. 456).

Nesse sentido, Ballestrin (2013) conta, que o Grupo Modernidade-Colonialidade foi, aos poucos, se estruturando a partir de seminários, diálogos paralelos e publicações. Um

encontro, apoiado pela CLACSO²⁶, na Universidade Central da Venezuela, em 1998, reuniu, pela primeira vez, alguns críticos do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, como: Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil. Esse importante evento resultou na publicação em 2000 que de acordo com Ballestrin, é uma das mais importantes do referido novo grupo: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Essa obra foi editada para no Brasil em 2005, pelo geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, contribuindo de forma significativa para a inserção das discussões decoloniais nas Ciências Sociais, na Geografia, na Educação e em outras áreas das humanidades.

Com essa linha de pensamento, outros dois eventos, que ocorreram em 1998 e 1999, para Ballestrin (2013), contribuíram ainda mais para a solidificação da Modernidade-Colonialidade por agregar outros membros. O primeiro (1998) foi o Congresso Internacional na *Binghamton University* (EUA), organizado por Ramon Grosfoguel e Augustín Lao-Montes, cujo tema foi a herança colonial na América Latina a partir da análise do sistema-mundo, e que reuniu nomes como Enrique Dussel, Walter Mignolo, Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein. O segundo (1999) foi o simpósio internacional que ocorreu na *Pontificia Universidad Javeriana* (Colômbia), organizado por Santiago Castro-Gomez e Oscar Gaurdiola, discutiu a reestruturação das Ciências Sociais da América Latina. O evento reuniu nomes como Walter Mignolo, Edgardo Lander, Fernando Coronil, Aníbal Quijano, Zulma Palermo, selando uma rede de cooperação entre a *Universidad Javeriana de Bogotá*, a *Duke University*, a *University of North Carolina* e a *Universidad Andina Simón Bolívar*.

Nos anos seguintes (2001, 2002, 2003, 2004, 2006) ocorreram mais sete reuniões em diversas universidades das Américas permitindo o diálogo e a incorporação de vários membros e nacionalidades. Participaram desses eventos os seguintes estudiosos: Javier Sanjinés, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, José David Saldívar, Lewis Gordon, Boaventura Sousa Santos, Margarita Cervantes Salazar, Libia Grueso, Marcelo Fernández Osco; e outros estudiosos associaram ao grupo, como: Ana Margarita Cervantes-Rodríguez, Linda Alcoff, Eduardo Mendieta, Elina Vuola, Marisa Belausteguigoitia e Cristina Rojas. (BALLESTRIN, 2013). Um quadro organizado por Ballestrin mostra a diversidade de membros da Modernidade-Colonialidade em termos de nacionalidade e área de conhecimento.

²⁶ Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. A CLACSO é uma instituição internacional não governamental associada à UNESCO. Criada em 1967, atualmente reúne 654 campos de investigação e pós-graduação nas áreas das Ciências Sociais e das humanas em 51 países da América Latina e outros continentes. Mais informações sobre o Conselho em: <https://www.clacso.org.ar>.

Quadro 1: Nacionalidade e área do conhecimento dos membros da rede Modernidade-Colonialidade

Integrante	Área do conhecimento	Nacionalidade	Universidade onde leciona
Aníbal Quijano	Sociologia	peruana	Universidad Nacional de San Marcos, Peru
Enrique Dussel	Filosofia	argentina	Universidad Nacional Autónoma de México
Walter Dignolo	Semiótica	argentina	Duke University, EUA
Immanuel Wallerstein	Sociologia	estadounidense	Yale University, EUA
Santiago Castro-Gomez	Filosofia	colombiana	Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia
Nelson Maldonado-Torres	Filosofia	porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Ramón Grosfoguel	Sociologia	porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Edgardo Lander	Sociologia	venezuelana	Universidad Central de Venezuela
Arthuro Escobar	Antropologia	colombiana	University of North Carolina, EUA
Fernando Coronil	Antropologia	venezuelana	University of New York, EUA
Catherine Walsh	Linguística	estadunidense	Universidad Andina Simón Bolívar, Equador
Boaventura Santos	Direito	portuguesa	Universidade de Coimbra, Portugal
Zulma Palermo	Semiótica	argentina	Universidad Nacional de Salta, Argentina

Fonte: Ballestrin (2013).

Mas, a quantidade de pesquisadores ligados ao Grupo Modernidade-Colonialidade, bem maior. Tanto no quadro 1, organizado por Ballestrin, como na quantidade geral de pesquisadores ainda é pouco o número de mulheres, o que contradiz com o diálogo aberto e constante com o feminismo, especialmente o latino-americano. Nota-se, também, a presença do pesquisador português Boaventura Sousa Santos, que se dá se dá por sua contribuição no debate, pelo que ele chama de “epistemologias do sul”. Boaventura Sousa Santos traz um conjunto de intervenções teóricas e epistemológicas, que denunciam os desperdícios de saberes e de experiências com o advento dos “saberes modernos” nos últimos séculos, e valoriza os saberes que resistem às normas homogeneizantes do eurocentrismo.

Muitos desses estudiosos já desenvolviam suas teorias desde a década de 1970 como: Dussel (Filosofia da Libertação), Quijano (Teoria da Dependência) e Wallerstein (Teoria do Sistema-Mundo). Mas, é nos anos de 1990, que a Modernidade-Colonialidade se fortalece enquanto teoria e práxis a partir da reunião de seus pesquisadores em grupos de

pesquisa e eventos científicos. E a Geografia, como participou do projeto colonial e como participou do movimento decolonial? Como o espaço geográfico entra no debate decolonial? É o que tentaremos mostrar no tópico 3.3.

3.3 O projeto Moderno na Geografia: as Sociedades Geográficas a serviço da colonização

Uma questão relevante ressalta-se a partir da análise do quadro 1 e nas publicações da Modernidade-Colonialidade: é a ausência da Geografia e do espaço geográfico nos debates. O espaço geográfico aparece, por exemplo, nos estudos de Coronil (2005) e de Escobar (2005), mas nunca liderados por geógrafos. Há uma certa timidez, nessa discussão, tanto das escolas de Geografia da América Latina, quanto das escolas de Geografia no Brasil. Nesse sentido, buscar uma análise histórica, por mais atenta que seja, pode correr o risco de cometer erros, e, apontar períodos, nomes, acontecimentos e lugares não quer dizer que outros não tenham feito isso. E não cabe aqui, portanto, percorrer a história do pensamento geográfico, pois há uma infinidade de produções científicas, sobre o tema como, por exemplo, Moraes (1994), Gomes (2005), Santos (2008) e Gonçalves (1978), dentre outros. O objetivo aqui é apontar alguns contextos e eventos em que a Geografia serviu como um instrumento de colonização e aqueles fatos que fomentaram e fomentam as discussões da Modernidade-Colonialidade na Ciência Geográfica.

A Geografia Moderna já nasce, por excelência, como um importante e “moderno” instrumento para a colonização e dominação de povos, de culturas e de territórios. Lacoste (1988) foi um dos geógrafos que desvelou os diversos usos da ciência geográfica ressaltando que, em princípio, ela serviu para fazer a guerra e denunciando a Geografia dos professores. Para o autor, a Geografia serve para conduzir e organizar operações militares, para organizar territórios e para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce a sua autoridade. Assim, é ela um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares que exigem um conjunto articulado de informações sobre um determinado território. Entendida como descrição metodológica dos espaços (físicos, econômicos, sociais, demográficos, políticos...), essa ciência foi colocada como prática e como poder no quadro das funções que exerce o aparelho de poder, no quadro das funções que exerce o Estado, para controle e a organização dos homens que povoam seu território e para a guerra. Um exemplo disso é a Antropogeografia de Ratzel (1990), escrita nos anos finais do século XIX, que desenvolveu um conceito de território inerente ao Estado:

Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a *geografia política*; e embora [...] a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração não poderia jamais [...] ter qualquer fundamento seguro. (RATZEL, 1990, p. 73).

Nesse sentido, para Ratzel, sem o território não é possível mensurar o desenvolvimento da sociedade e muito menos se poderia compreender a potência e a solidez do Estado. Então, cabe ao Estado a proteção do território e à Geografia, como instrumento estatal, cabe o levantamento e a classificação de dados sobre o território para melhor protegê-lo e dominá-lo. A partir daí o autor esclarece o que, para ele, é o papel da Geografia:

[...] todo aquele que atua sobre os povos deve sofrer também a ação destes povos. E estas relações começam já na própria preparação necessária a tal fim, já que para poder atuar sobre os povos é preciso antes conhecê-los. Necessita-se ao menos aprender sua língua e com a língua seu modo de pensar; porém, além disso, é necessário adquirir o conhecimento da situação geográfica e do clima, dos costumes e dos usos de um povo com o qual se quer entrar em relação de intercâmbio. (RATZEL, 1990, p. 42).

A obra de Ratzel é um verdadeiro manual de colonização para os exploradores da sua época. E, para ele, a ciência geográfica era fundamental para a empresa colonial. Para Lacoste (1988), é sobre a carta, forma geográfica de representação por excelência, que devem ser colocadas as informações necessárias para a elaboração de táticas e de estratégias. Ressalta ainda que a formalização do espaço a partir da carta está longe de ser gratuita e desinteressada, como faz entender a Geografia dos professores, pois ela é um meio de dominação indispensável, criado por oficiais para oficiais. A partir deste argumento, Lacoste denuncia os discursos da Geografia escolar e universitária. Para ele, esses discursos serviram para mascarar a utilidade prática da análise do espaço e, sobretudo, para a condução da guerra, bem como para a organização do Estado e a prática do poder. Complementa ainda que:

É, sobretudo, quando ela aparece “inútil”, que o discurso geográfico exerce a função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus objetivos “neutros” e “incoerentes” parece supérflua. A sutileza foi a de ter passado um saber estratégico militar e político como se fosse um discurso pedagógico ou científico perfeitamente inofensivo. (LACOSTE, 1988, p. 25, grifos do autor).

Na mesma linha de análise de Lacoste, Capel (2010) também afirma que, na metade do século XIX, a Geografia se transformou em um importante instrumento a serviço dos interesses imperialistas dos países europeus, tanto que o conhecimento dos países coloniais era prioridade em seus governos. Com estes objetivos, diversos países da Europa estimularam a realização de explorações geográficas e pesquisas, principalmente nas Américas. Criaram-se para isso diversas instituições destinadas a elaborar um corpo de conhecimentos a respeito dos países não europeus e a formar os funcionários coloniais. As áreas que tiveram destacados benefícios são: a geografia, a cartografia, a etnografia e a medicina tropical. Os estímulos a essas áreas atenderam a uma forte demanda social por parte da burguesia, “com vistas a *intercâmbios comerciais* e à difusão da *produção industrial* e da *cultura europeia*”. (CAPEL, 2010, p. 83, grifos acrescentados).

A criação das sociedades geográficas do século XIX em diante seguiu o ritmo do expansionismo dos Estados europeus. Dentre as principais, conforme Capel (2010), estão organizadas no quadro 2.

Quadro 2: Principais sociedades geográficas: fundação, objetivos e principais publicações

Ano de criação	Sociedade geográfica	Grupo fundador e pesquisadores colaboradores	Objetivos	Publicações
1821	Sociedade Geográfica de Paris.	Grupo de sábios, políticos, aristocratas, amigos da Geografia: Barbiédu Bocage, Jomard, Langlés, Malte-Brun, Walckender, Fourier e Letrone. Pesquisadores colaboradores das ciências e das letras: Chateaubriand, Cuvier, Gay-Lussac, Laplace, Vivien de Saint-Martin	Cooperar para os progressos da Geografia; impulsionando o empreendimento de viagens aos territórios desconhecidos; propondo e concedendo prêmios; estabelecendo correspondência com as sociedades científicas, os viajantes e os geógrafos; publicando relatos inéditos e livros e elaborando mapas.	- As viagens de Marco-Pólo. - <i>Bulletin</i> : dedicou-se a relatar os principais descobrimentos que se realizavam no globo.
1828	Sociedade Geográfica de Berlim	Faziam parte desse grupo cartógrafos, militares, geógrafos e escritores: Heinrich Berghaus, Leopold Von Zedlitz-Neukirch, Baeyer, O'Etzel Klöden e Zeune, sob a presidência de Ritter e posteriormente Humboldt.	Impulsionar viagens a territórios desconhecidos e reunir as descobertas em diversas publicações.	- <i>Jährliche Uebersicht der Thätigkeit</i> (1833-1839). - <i>Monatsberichte über die Verhandlungen</i> (1853-1944). - <i>Zeitschrift Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin</i> (1853-1944).
1830	Sociedade Geográfica de Londres.	Geógrafos ingleses, exploradores, cartógrafos. O principal membro dessa sociedade foi Francis Galton, primo de Charles Darwin. Sua obra ficou largamente conhecida graças as suas viagens na África do Sul.	Publicação de descobertas e fatos geográficos interessantes e úteis, a cooperação com as explorações, formação de exploradores e constituição de uma biblioteca geográfica e uma mapoteca.	- <i>Journal of the R. G. S.</i> (1830-1880), transformando-se, em 1893 em <i>Geographical Journal</i> . - <i>Proceedings of the R. G. S.</i> (1855-1878). - <i>Hints for Travelers.</i> (1854). - <i>Metereography</i> (1863).
1833	Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística.	Humboldt, Carl Segismund Kunth, Valenciennes e Boussignault	Organizar e apoiar expedições geográficas.	- Boletim de Geografia e Estatística (1893) -
1858	Sociedade de Geografia de Genebra	Membros ilustres da burguesia genebrina, entre os quais, Casimir de Candolle e Henry Dunant, o fundador da Cruz Vermelha, e sob a presidência de Henry Bouthillier de Beaumont	Estimular trabalhos etnográficos; viagens pela África, linha de comércio de Alexandria, Suez e Mar Vermelho. Publicação de trabalhos sobre Geodésia, Cartografia e Cosmografia, Geografia Física, Botânica, Zoologia, Medicina, Etnografia, Geografia Histórica e Geografia Econômica. Organização de conferências sobre explorações e viagens, propaganda da colonização de atividades missionárias, concessão de medalhas e títulos de membros de honra.	- Memoires (1860), transformada e Le Globe (1866). -

Org.: VENÂNCIO, M.

Fonte: CAPEL (2010)

O quadro 2 mostra que as sociedades geográficas, com exceção da Sociedade de Geografia de Genebra, foram criados e estimulados por países europeus envolvidos na corrida colonial. O principal objetivo delas era incentivar viagens exploratórias e reunir o maior número de informações sobre povos, territórios, economias e recursos naturais, dentre outros. Essas sociedades foram, sobretudo, incentivadas pelos governos e pela nascente sociedade burguesa comercial dos seus respectivos países, pois havia o interesse de exploração de novos territórios e de expansão do comércio ultramar.

No caso da Sociedade de Geografia de Genebra, não existia por parte dos seus fundadores interesses coloniais, mas havia o interesse pelas explorações e viagens. A referida sociedade é uma iniciativa de membros ilustres da sociedade burguesa genebriana. Tratava-se de um grupo de amigos que se reuniam, em suas casas, para comentar suas leituras, bem como expor, para um círculo reduzido, o relato de suas aventuras. Não contou, com o estímulo e apoio financeiro do governo central. Contou, principalmente, com apoio financeiro de Beaumont. Na sociedade europeia havia resistências à Geografia, naquele momento, que estava muito longe de ser tão apreciada pelo público quanto outras ciências. Mas, graças à sua inserção social e ao acúmulo de informação que propiciava e suas respectivas publicações, esse reconhecimento aconteceu na sociedade genebriana logo em seguida (CAPEL, 2010).

A quantidade dessas sociedades teve um aumento considerável, graças à simpatia, à importância e ao reconhecimento que foram ganhando mundo afora. Elas saltaram de 16, em 1865, para 50, em 1878, com um total de 21.263 membros. A maior foi a Sociedade Geográfica de Londres, criada em 1830, que chegou a contar com 3.334 membros²⁷ até 1840, conforme estudos publicados no Boletim da Sociedade Geográfica de Madri. Os sócios dessas sociedades geográficas eram militares, naturalistas, navegantes, comerciantes, políticos, eclesiásticos e, com a institucionalização da Geografia no século XIX, professores universitários. Arcavam financeiramente com as respectivas entidades. Algumas outras contavam com recursos governamentais, principalmente dos governos dos países colonizadores, já que o conhecimento dos novos territórios era fundamental para a expansão colonial (CAPEL, 2010).

Dentre as várias sociedades geográficas criadas nos séculos XIX e XX estão: Sociedade Imperial Russa de São Petesburgo, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), *Koninklij Institutvoor de Taal, Land em Volkenkunde* (Haya), *Società Geografica Italiana* (Roma), *Société de Géographie* (Marcella), Seção da Sociedade Imperial Russa

²⁷ Esse número decaiu em 1840, coincidindo com a crise social e econômica britânica (CAPEL, 2010).

(Oremburgo), *Sociedad Geográfica de Madrid*, *Société de Géographie* (Lyon), *Société Belge de Géographie* (Bruxelas) Seção da Sociedade Imperial (Omsk), *Geographische Gesellschaft* (Viena), *Kon. Danske Geografiske Selskab* (Copenhague), *Société de Géographie Commerciale* (Bordaux), dentre outras (CAPEL, 2010).

Conforme Capel (2010),

As sociedades atuavam por meio da organização de conferências, mediante a concessão de prêmios e medalhas (importantes medalhas a exploradores, ou prêmios a livros ou a estudantes que se destacavam na Geografia) (GILBERT, 1974); por meio da organização de explorações ou da concessão de ajuda para realizá-las; defendendo e apoiando a ideia da expansão colonial – aplaudindo todas as campanhas de expansão – e por intermédio de ações destinadas à institucionalização dos estudos em grau universitário. (CAPEL, 2010, p. 103).

Dessa forma, essas sociedades eram, por excelência, local obrigatório para exploradores exporem suas experiências e os resultados obtidos de suas viagens por diversos lugares do mundo. Fica evidente que esse período da Geografia, considerado por muitos dos seus historiadores como Geografia Clássica ou Tradicional, sempre esteve associada aos processos de expansão colonial, visto que era essa ciência que dispunha de meios técnicos para conhecer e levantar dados sobre os territórios, bem como para organizá-los a partir, principalmente, da cartografia.

A criação dessas sociedades deve ser compreendida dentro das especificidades do seu tempo histórico. Os séculos XIX e XX foram marcados pela Revolução Industrial, pela hegemonia do capitalismo e pelo domínio da burguesia sobre a sociedade que estava se mundializando. Na Europa, principalmente, a França e Alemanha disputavam territórios e mercados na própria Europa, mas, sobretudo, nas Américas, na África e na Ásia. Nesse ínterim, a ciência foi colocada a serviço dos interesses das empresas capitalistas, e a Geografia era fundamental nesse processo.

Sobre a relação entre a ciência e o modo de produção capitalista, Gonçalves (1978) afirma que:

Com o advento do capitalismo, a atividade científica adquire um significado muito particular, dada a própria natureza deste modo de produção que é a de transformar tudo em mercadoria. Neste sentido, a própria força de trabalho é transformada em mercadoria, incluindo-se aí a força de trabalho do cientista desprovido de meios próprios de produção. Uma série de limitações daí decorre com relação à produção do saber, limitações essas que apresentarão variações de grau, segundo a correlação de forças em presença numa determinada formação social capitalista. A partir da crescente concentração

dos meios de produção do conhecimento nas mãos de algumas poucas corporações e do Estado, a tendência que observamos se faz no sentido da monopolização do saber. Não é fortuito que a tecnocracia se afirme cada vez mais e uma nova ideologia se consolide: o cientificismo. Isto porque sendo a acumulação de capital, baseada na extração de mais-valia, o motor propulsor do modo capitalista de produção, tem este a necessidade de estar munido dos conhecimentos que lhe permitam uma forma superior de extrair valor excedente, qual seja, a mais-valia relativa. (GONÇALVES, 1978, p. 9).

O autor, citando Antonio Gramsci, complementa:

A ciência adquire com o capitalismo os foros que possuía a ideologia religiosa sob o feudalismo, não sendo fortuito, aliás, o fato de chamarmos os grandes sábios da matemática, da física, da história ou da geografia de “papas”. São os “papas” de um novo tempo, de um modo de produção que laicizou o saber, porém, para protegê-los construiu novos “templos” que são as novas academias de ensino e pesquisa. Este “novo” intelectual se constitui numa correia de transmissão entre a superestrutura e a infra-estrutura, procurando compreendê-la melhor para reproduzir a própria estrutura que o produziu. (GONÇALVES, 1978, p. 10).

Na Geografia, desde a sua institucionalização, os geógrafos elaboraram diversas formas de compreensão do espaço, tanto do ponto de vista teórico, quanto do metodológico, que, conforme o autor, passaram a denominar as “visões” ou as “perspectivas” da Geografia. Nesse sentido,

A geografia surge como saber institucional, como cátedra universitária, quando da consolidação da burguesia e, conseqüentemente, do capitalismo. Influenciada, de um lado, pelo extraordinário avanço das ciências naturais no século XIX e, por outro lado, pelo caráter expansionista do capital, ela se afirma cada vez mais à medida que o capital conquista o mundo. **Geografia colonial é uma expressão que define bem o contexto em que surge a geografia “científica”.** (GONÇALVES, 1978, p. 12, grifo nosso).

Assim, a Geografia Moderna ou Colonial equivale a Geografia Clássica ou Geografia Tradicional. Bem ambiciosa, assentava-se no domínio da natureza pelo homem, que era visto como homem-meio, e afirmou-se pelo determinismo geográfico. Seu principal representante no século XIX foi Frederich Ratzel.

Mas, para esta abordagem, conforme ressaltou Porto-Gonçalves, as diferentes formas de organização do espaço, suas desigualdades, eram pensadas, sobretudo, de modo a-histórico, como resultado de condições ambientais e climáticas. Também as ciências naturais da época viam os fenômenos espaciais como resultados de condições naturais; o racismo é

filho direto dessa concepção, conforme ressaltou, também, Quijano (2005), ao relacionar a hierarquização de raças à constituição das ciências modernas, conforme demonstramos antes.

Para Capel (2010, p. 106), os interesses políticos dos diferentes Estados coloniais determinaram de forma direta as investigações geográficas. O conhecimento dos territórios estrangeiros, mesmo com o final da colonização, era importante, no sentido de torná-los áreas de influência econômica e política de cada Estado. Conforme o autor, “a ideia de contribuir com a expansão da civilização europeia que, evidentemente, foi aceita por todos e [...] foi a justificativa ideológica das empresas de exploração que precediam a de conquista e a de colonização”.

Outro fator importante foi a preocupação da Europa em intensificar o comércio no último terço do século XIX, período em que se acentuavam a competição e a busca de novos mercados por parte das grandes potências industriais europeias. Esse momento histórico estimula o desenvolvimento da Geografia Comercial e o surgimento de diversas sociedades dedicadas a esse fim. Na França, por exemplo, após a derrota deste país na Guerra Franco-Prussiana em 1870, a Sociedade Geográfica de Paris criou uma comissão para estudar as questões geográficas sob o ponto de vista das relações exteriores da França, a *Société de Géographie Commerciale*, da qual foram estabelecidas filiais em diversas cidades francesas (CAPEL, 2010).

Nas universidades, a estreita relação da Geografia com a política comercial, levou à fundação, na Universidade de Paris, da cátedra de Geografia Colonial. Em exame da obra de Marcel Dubois, Capel escreve que:

Segundo escrevera o próprio Dubois, ao instituir a cátedra, o Estado desejava “ilustrar com o exame minucioso do domínio de Ultramar da França e por meio de explicações comparadas com a obra de outros países, a generosa iniciativa de nossos exploradores e de nossos oficiais, e de procurar leis de uma colonização verdadeiramente racional” (DUBOIS, 1894, p.124). Novas cátedras dessa especialidade seriam criadas mais tarde, em 1937 (2ª cátedra em Paris, atribuída a Robequain), em 1946 (*Strasbourg, Aix-en-Provence e Bordeaux*) e 1947 (2ª cátedra da *l'École de France d'Outre Mer*, fundada em 1889). Os geógrafos universitários com cátedras de geografia geral ou regional colaboraram ativamente com este movimento colonialista. (CAPEL, 2010, p. 108-109, grifos do autor).

No clima de expansão que dominava a Europa de então, várias outras cátedras de Geografia Colonial e sociedades de Geografia Colonial foram criadas. Na Alemanha, criou-se o Instituto Colonial em Hamburgo, cujo interesse foram os problemas geográficos dos países coloniais a partir da colonização alemã do Togo e de Camarões. Na Espanha da segunda

metade do século XIX, a Geografia se volta para a Cartografia Militar porque as preocupações coloniais eram em defesa do império nas Antilhas e no Extremo Oriente, África e Filipinas. Outras instituições de Geografia (cátedras, sociedades) com fins coloniais e comerciais foram também criadas em Portugal e na Itália, dentre outros países (CAPEL, 2010).

Na mesma linha de Capel (2010), Lacoste (1988) e Santos (2008) também entendem que a Geografia foi utilizada como instrumento colonial e isso não foi um fato isolado ou particular de um país. Em todos os países colonizadores, os geógrafos estiveram empenhados nesse projeto de poder ultramar, reforçando a ideia da relação entre Geografia e colonização. Dentre esses geógrafos, por exemplo, Milton Santos (2008) se refere a Mackinder como o mais eficaz dos geógrafos imperialistas a serviço do imperialismo inglês. Já na França, escreve Santos (2008, p. 32), “Paul Vidal de La Blache às vezes deu a impressão de apreciar a obra colonizadora”. O autor se refere os artigos de La Blache nos *Analles de Géographie* e ao seu livro *Principes de Geographie Humaine* em que o geógrafo francês tece elogios a colonização. Assim escreveu La Blache:

Devemos nos congratular porque a tarefa da colonização, que constitui glória de nossa época, seria apenas uma vergonha se a natureza pudesse ter estabelecido limites rígidos, em vez de deixar margem para o trabalho de transformação ou de reconstrução cuja realização está dentro do poder do homem. (LA BLACHE, 1911 *apud* Santos, 2008, p. 32).

Santos (2008) acrescenta que, diante da marcha do imperialismo, o processo de colonização dividiu os geógrafos. O tema não era consenso entre eles. De um lado, aqueles que preconizaram claramente o colonialismo e o império do capital e, de outro, aqueles que faziam dessa ciência a luta por um mundo mais justo, onde o espaço seria organizado com o fim de oferecer ao homem mais igualdade e felicidade, ou seja, o espaço como chave para a construção de uma nova sociedade, como é o caso de Elysée Reclus e Camille Vallaux.

Nesse sentido, é possível considerar que ao longo do século XIX e início do XX, a Geografia viveu um momento de grande ebulição com a criação das sociedades geográficas e com sua institucionalização enquanto curso universitário. Essa evolução atendeu aos estímulos econômicos do momento expansionista que vivia a Europa à época.

Diante disso, o século XX foi marcado por vários acontecimentos que culminaram em várias transformações no espaço mundial: A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) deixou a Europa devastada e em uma profunda crise econômica, política e social. Então, a hegemonia imperialista se desloca da Europa para os Estados Unidos da América. E a Geografia produzida até então se torna obsoleta. Para além de descrever o espaço e seus fatos ou

fenômenos, a Geografia deveria poder ser aplicada objetivamente para visualizar os problemas que se apresentavam e propor soluções técnicas. A *New Geography*, ou Geografia Teorética, responderá bem a essa nova fase da sociedade capitalista com o eixo hegemônico dos Estados Unidos.

Sobre esse período, Gonçalves (1978) comenta que:

Na Europa, a crise do capitalismo receberá como resposta momentânea a solução autoritária dos regimes nazi-fascistas. Nesse contexto geral de crise, surge uma obra que viria marcar profundamente o pensamento geográfico. Trata-se de *The Nature of Geography* de R. Hartshorne, publicada às vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939). É interessante notar que esta obra é produzida por um observador político-militar americano em missão na Europa, para observar problemas de fronteiras na Europa Ocidental. Dada na década de 50. Entretanto, essa nova geografia, sem romper com os fundamentos básicos da chamada geografia tradicional, levará ao paroxismo o positivismo lógico, essência filosófica do que pretendia criticar. O pretenso atributo de “nova” conferido a esta geografia que começava a se tornar hegemônica não nos impede de constatar que esta geografia, no essencial, se mostra tão velha quanto a própria geografia institucional. (GONÇALVES, 1978, p. 15-16).

Lacoste (1978) faz uma análise do papel da Geografia nos períodos pós Primeira Guerra Mundial e pós Segunda Guerra Mundial:

Nos Estados, as pesquisas de geografia “aplicada” se desenvolveram primeiro no prolongamento dos estudos de mercado, realizados pelos economistas, que foram levados por razões de eficácia, a apreender a dimensão espacial, fator evidentemente essencial aos Estados Unidos. Muito cedo se impôs a ideia de que era preciso analisar as zonas de influência das grandes cidades e a irradiação dos serviços implantados em cada uma delas. De outro lado, operações de desenvolvimento regional, como a do célebre Tennessee Valley Authority, começada antes da Segunda Guerra Mundial, demonstraram o interesse de uma análise geográfica. Enfim, a expansão planetária dos interesses americanos e o fato de ter de visualizar intervenções rápidas nos locais mais diversos fizeram com que a pesquisa geográfica fosse considerada uma ferramenta indispensável. As fotografias aéreas, e sobretudo aquelas tomadas por satélites, fornecem centenas de milhares de documentos que é preciso analisar, “tratar”: a operação “Sky-lab”, que durou semanas, acumulou uma documentação extraordinariamente mais variada e sobre um grande número de fenômenos “naturais” e “humanos” para toda a superfície do globo, do que se conseguiria empregando milhares de geógrafos durante anos!. (LACOSTE, 1978, p. 154, grifos do autor).

Utilizando técnicas avançadas e respondendo rapidamente às necessidades do mercado capitalista, a *New Geography* se espalhou rapidamente pelo mundo. No período da Guerra Fria, na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, por exemplo, apenas a

Geografia Física possuía cidadania. Na França, as pesquisas em Geografia aplicada ganham força, mesmo este país não dispondo dos recursos de que dispunham a geografia norte-americana (LACOSTE, 1978).

A *New Geography* se manifestou, sobretudo, através da quantificação, utilizando como instrumento os modelos: matemáticos, a teoria dos sistemas, a tese da difusão de inovações, as noções de percepção e de comportamento e também, as múltiplas formas de valorização do empírico e do ideológico. Adotou-se a partir de então, a visão de unidade epistemológica da ciência, calcada nas ciências da natureza, sobretudo a Física. O método hipotético-dedutivo foi consagrado como o mais pertinente para a avaliação dos problemas, como, por exemplo, no planejamento público e privado, tema que foi intenso nesse período (CORRÊA, 2007; SANTOS, 2008).

Nesse contexto, a ideia de planície isotrópica, de acordo com Corrêa (2007) é exemplo de uma construção teórica que traz uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo; nesta teoria o ponto de partida é a planície uniforme, tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima, à cobertura vegetal e à ocupação humana. Dessa forma:

Na planície isotrópica a variável mais importante é a distância, aquela que determina em um espaço previamente homogêneo a diferenciação espacial, seja ela expressa em anéis concêntricos de uso da terra, como em Von Thünen, seja em gradientes de preço da terra e densidades demográficas intra-urbanas, seja ainda em termos de hierarquia de lugares centrais, tal como aponta Christaller, decorrente da ação conjugada dos mecanismos de alcance espacial máximo e mínimo, seja também na teoria da localização industrial de Weber. (CORRÊA, 2007, p. 21).

O autor mostra ainda que a concepção de centro-periferia, muito cara aos economistas espaciais e aos geógrafos da teoria locacional de base neoclássica é derivada dessa construção teórica marcada pela noção de efeito declinante da distância. Com a *New Geography*, também foram criadas a teoria do valor-utilidade e a lei dos rendimentos decrescentes, fundamentais aos economistas neoclássicos. Para Santos (2008):

O maior pecado, entretanto, da intitulada geografia quantitativa é que ela desconhece a existência do tempo e suas qualidades essenciais. A aplicação corrente das matemáticas à geografia permite trabalhar com estágios sucessivos da evolução espacial, mas é incapaz de dizer alguma coisa sobre o que se encontra entre um estágio e outro. Temos, assim, uma reprodução de estágios em sucessão, mas nunca a própria sucessão. Em outras palavras, trabalha-se com *resultados*, mas os *processos* são omitidos, o que equivale

dizer que os resultados podem ser objeto não propriamente de interpretação. (SANTOS, 2008, p. 74-75, grifos do autor).

Nesse sentido, o espaço reproduzido pela Geografia Teorética não é o das sociedades em movimento e, sim, o da fotografia de alguns dos seus momentos para atender às demandas pontuais do capital e do Estado. “Ora, as fotografias permitem apenas uma descrição e a simples descrição não pode jamais ser confundida com a explicação” (SANTOS, 2008, p. 75). Essa Geografia, recheada de pragmatismo, tomava os objetos de estudo de forma isolada, ou como aspectos singulares da realidade. Assim, à medida que a Geografia se tornava mais utilitária, mais ela se distanciava da construção de uma síntese e também se tornava cada vez menos explicativa. Essa Geografia vai sofrer uma crise quando ela não mais puder responder às demandas dos problemas sociais desse período.

As décadas de 1970 e 1980 serão marcadas pelo aumento significativo das contradições sociais, até então escamoteada pela Geografia Tradicional e pela Geografia Teorética: o aumento generalizado das diferenças sociais, agravando ainda mais a distância entre pobres e ricos; a “modernização” do campo e a criação dos complexos agroindustriais, o que causou a expulsão de milhares de famílias de suas terras de vida e de trabalho; o inchaço das cidades, devido à migração campo/cidade, bem como os diversos problemas decorrentes como a intensificação do processo de favelização e/ou moradias precarizadas nas periferias das grandes cidades; os problemas ambientais, que se intensificaram pelo mundo com o processo de industrialização; o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que agravou os problemas sociais do então chamado “Segundo Mundo”; o fim de regimes autoritários, como, por exemplo, na América Latina, responsáveis por uma crise econômica e social profunda e a intensificação dos movimentos sociais, de luta por terra, por moradia, pela preservação do meio ambiente, pela água, dentre outros. Esse contexto econômico, social e político exigiu outra postura da Geografia e dos geógrafos. Nesse sentido, nascem os pressupostos de uma Geografia radicalmente preocupada com as contradições sociais: A Geografia Crítica.

De acordo com Moraes (1994, p. 92), a Geografia Crítica é uma ruptura frente à Geografia Tradicional ou Pragmática, mas essa ruptura é principalmente outra postura frente os problemas sociais e à ordem capitalista constituída que faz da Geografia, uma arma contra as desigualdades e contradições sociais. Nesse contexto, geógrafos, para esta Geografia Crítica, “São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico,

propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem.”

Milton Santos, um dos postulantes da Geografia Crítica, por exemplo, publica, em 1978, o livro “Por uma Geografia Nova”, fazendo duras críticas à Geografia tradicional e pragmática e seu uso nas práticas coloniais; e ao final, resume um caminho, o que, para ele, deve ser a postura da Geografia e dos geógrafos críticos:

Os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço, verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para seu trabalho, mas não para em seguida os separar entre classes, entre exploradores e explorados; um espaço matéria inerte trabalhado pelo homem, mas não para se voltar contra ele; um espaço natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida e não mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado. (SANTOS, 2008, p. 267).

Nesse mesmo ano (1978), Carlos Walter Porto-Gonçalves publica um importante texto (*A Geografia está em crise. Viva a Geografia!*) em que expõe os motivos das sucessivas crises da Geografia e propõe caminhos para se pensar essa crise, bem como para a sua superação:

Torna-se, portanto, mais que necessário pensar o objeto da Geografia. O espaço deve ocupar o centro dos debates entre os geógrafos, porém não com as definições vagas das "visões" anteriormente expostas. Não mais com a dicotomia natureza e sociedade, pois que nenhuma sociedade está fora do espaço e o espaço do geógrafo é o espaço da sociedade, forjado, construído por ela e condição para a sua reprodução e produção do próprio espaço. Estas as pistas que acreditamos possíveis para a elucidação do nosso objeto de Ciência. Para tal empreendimento de reflexão acerca do espaço alguns conceitos e categorias tornar-se-ão úteis e entre essas categorias e conceitos se inscrevem os de modo de produção e de formação social. (GONÇALVES, 1978, p. 22-23).

Pessôa (2012) considera o ano de 1978, muito importante para a Geografia brasileira, pois foi o ano em que ocorreu o 3º Encontro Nacional de Geógrafos, marco fundamental da ruptura da Geografia com seus postulados tradicionais e pragmáticos. Ressaltando sua experiência nesse Encontro, a autora relata que:

No 3º Encontro Nacional de Geógrafos, a experiência foi gratificante. Além de assistir às discussões inflamadas na Geografia e da possibilidade de conhecer José César de Magalhães (presidente da AGB-Nacional), Milton Santos, Orlando Valverde, Caio Prado Jr., Roberto Lobato, Armém

Mamigonian, dentre outros geógrafos, tive o privilégio de fazer uma “excursão” ao Baixo Jaguaribe, durante três dias, coordenada por José Borzachiello da Silva. Nessa “excursão” a Geografia Agrária se fez presente com as observações apresentadas por Orlando Valverde e Caio Prado Júnior. As “aulas” do prof. Orlando Valverde, nas “paradas” de observação e ao final do dia serão sempre lembradas, somadas as todas as informações que recebíamos em cada lugar pelos quais passávamos. Foi aí que vi o grande desmatamento da Mata Camaúba, para a implantação de um projeto de irrigação, na referida região. (PESSÔA, 2012, p. 17).

Esse relato mostra o tom e as preocupações da Geografia nesse momento histórico. Ainda sobre esse período, Moreira (2007, p. 24) comenta que:

Quando, em 1978, os geógrafos brasileiros reúnem-se em Fortaleza, no 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), da AGB, a geografia brasileira vivia já um estado de grande ebulição. E isso pelo menos desde 1974. Nos vários cantos do país, movimentos de críticas e renovação, espontâneos, difusos e, portanto, sem hegemonia nacional vinham acontecendo. O 3º ENG ensinou o olhar recíproco, o conhecimento dos protagonistas um dos outros, a conscientização dos descontentamentos que promovem a necessidade das mudanças e a aglutinação das ideias que precipitam a crise da ciência (MOREIRA, 2007, p. 24).

Intensifica-se nesse sentido, a ideia da Geografia Crítica. Advogando a favor do uso do materialismo histórico-dialético de Marx, Porto-Gonçalves (1978, 23-24) ressalta que a realidade histórica não se faz homogênea, muito pelo contrário, ela se faz de forma desigual e combinada. Nesse sentido, o conceito de Formação Social é indispensável ao geógrafo crítico, pois diz respeito a como, concretamente, essas desigualdades são estabelecidas ao se submeter modos de produção diversos à hegemonia de um só, dominante. Assim, “o espaço pensado através do conceito de Formação Social emerge como o lugar onde a sociedade se constrói, forjando as características dos lugares”.

As raízes da Geografia crítica se encontram na ala mais progressista da Geografia Regional Francesa, como atesta Moraes (1994):

A Geografia Crítica tem suas raízes na ala mais progressista da Geografia Regional francesa. A figura de Jean Dresch aparece, no seio desse movimento, como um exemplo único de afirmação de um discurso político crítico; suas teorias foram já uma antecipação (Dresch escreve suas obras nas décadas de 30 e 40). Esta ala da Geografia Regional vai progressivamente se inteirando do papel dos processos econômicos e sociais, no direcionamento da organização do espaço. Assim, abre uma discussão mais política na análise geográfica. Tal abertura embasou-se na crescente importância do elemento humano na Geografia francesa, que aparece: na diferenciação entre meio e meio geográfico, na sujeição da Geografia Física à Humana e na ideia da região como produto histórico (e sua valorização como objeto

primordial). Assim, a Geografia Regional francesa aproximou-se da História e da Economia. É no bojo desse processo que germinam as primeiras manifestações de um pensamento geográfico crítico, ao se introduzir na análise regional novos elementos. (MORAES, 1994, p. 95).

Conforme o autor, a Geografia Crítica não rompeu, em termos metodológicos, com a análise regional tradicional Francesa, ou seja, manteve os mesmos procedimentos de análise, porém, acrescentando novos temas e politizando-os. Assim, as metodologias dos geógrafos críticos, apesar de darem uma importante contribuição à crítica aos problemas, não conseguiram romper com a lógica eurocêntrica, o *metarrelato* em que em o único caminho possível é o do tradicional ao moderno e que exclui, nesse sentido, outras modernidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros com suas diversas formas de relacionamento com a natureza e com o mundo.

Outro importante problema da Geografia Crítica é a dificuldade de lidar com temas como gênero, indígenas, grupo LGBTQIs, dentre outros, tratando-os, sobretudo, apenas como aspectos dentro da sociedade de classes, o que significa excluir da análise esses sujeitos como portadores de outras racionalidades. Massey (2008) ressalta que a imaginação geográfica entende as diferenças espaciais em termos de sequência temporal, suprimindo, desse modo, as diversas espacialidades e as multiplicidades e diferenças.

Uma análise dessa forma significa, conforme Cruz (2017, p. 21), “que os lugares, as populações, as comunidades são tratados como se estivessem numa fila histórica que vai do estágio dos mais *selvagens* até os mais *civilizados*, dos mais *atrasados* aos mais *avançados*, dos mais *subdesenvolvidos* ao mais *desenvolvidos*”. Nesse sentido, os debates feitos sobre a perspectiva teórica da Modernidade-Colonialidade trará uma contribuição importante para a Geografia para que ela possa romper com a lógica eurocêntrica no estudo do espaço.

3.4 A Geografia Crítica, a Modernidade-Colonialidade e o movimento descolonial

A partir de meados dos anos 2000, é possível perceber a presença da Geografia no debate na modernidade-colonialidade. Um dos precursores dessa empreitada é Porto-Gonçalves²⁸. Este pesquisador considera que o lugar dos movimentos sociais, na América Latina, é um lugar privilegiado sob o ponto de vista epistêmico, ou seja, em uma possível nova epistemologia do conhecimento espaço-social, como declarou o próprio autor no Seminário de Ecologia Política na América Latina, em 2014 na cidade do Rio de Janeiro. Para

²⁸ Carlos Walter Porto-Gonçalves é Professor de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

Porto-Gonçalves, mais do que refletir sobre a lógica perversa do capital, da contradição do capital e do trabalho, no conflito social é possível perceber a contradição no estado prático. Há que se destacar que o pesquisador mantém um diálogo constante com os teóricos da Modernidade-Colonialidade, com os membros da CLACSO e com os teóricos de um pensamento crítico sobre a América Latina para além do marxismo ortodoxo, como Aníbal Quijano e Boaventura de Sousa Santos.

Porto-Gonçalves vem escrevendo diversos artigos e livros, colaborando com outras publicações e participando como conferencista em eventos científicos no Brasil e na América Latina. Também vem orientando e supervisionando diversos trabalhos acadêmicos (graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado), além de coordenar o Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO), na universidade onde atua. Com essa agenda intelectual, vem contribuindo para a pesquisa descolonial na Geografia, em suas diversas áreas, com foco em territorialidades, nos conflitos e nas resistências descoloniais.

Em 2005, Porto-Gonçalves traz para o Brasil a obra *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Na apresentação da obra, Porto-Gonçalves faz uma análise do livro e aponta sua importância para a crítica à episteme eurocêntrica e para a renovação do pensamento latino-americano a partir da própria América Latina. Aponta o seu caráter geográfico ao refletir sobre o espaço, o tempo, a natureza e a sociedade.

Aqui, nesse livro, a crítica ao eurocentrismo é uma crítica à sua *episteme* e à sua lógica, que opera por separações sucessivas e reducionismos vários. Espaço e Tempo, Natureza e Sociedade, entre tantas. Há, mesmo nos centros hegemônicos, aqueles que apontam esses limites e a própria ciência natural eurocêntrica revela seu diálogo com o pensamento oriental. Espaço e tempo são cada vez mais espaço/tempo e, nas ciências sociais, como aqui nesse livro é destacado, essa compreensão não dicotômica nos permite ver que a modernidade não é algo que surgiu na Europa e que depois, se expandiria pelo mundo, como se houvesse na geografia mundial um *continuum* de diferentes tempos, como no seu evolucionismo unilinear. [...] Estamos, pois, diante de um grande livro que nos abre amplas perspectivas teóricas (e políticas) para entender complexos processos, muitos dos quais postos em marcha por vários movimentos sociais que tomam a nossa paisagem [...]. Abrem-se aqui boas pistas para que os intelectuais se encontrem com a vida e, quem sabe assim, nos ajudem a reinventar a polis, ou melhor, a *plaza*. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3-4).

Assim, para Porto-Gonçalves, a leitura do mundo a partir do eurocentrismo impede a compreensão do “mundo a partir do próprio mundo” e é necessária, por isso, uma episteme que compreenda o mundo a partir do lugar de fala. Não se trata, porém, de uma

ruptura absoluta com o legado eurocêntrico (na maioria dos textos de Porto-Gonçalves é ressaltada a importância desse legado na construção do conhecimento), ou de que um conhecimento possa ser superior a outro, mas, sim, de que um conhecimento pode discutir de igual para igual com outro, mesmo considerando-se as especificidades de cada um, pois

[...] o pensamento está em todos os lugares onde diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus modos de vida. Há assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3).

Essa obra, com seus autores: Edgardo Lander, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Fernando Coronil, Arturo Escobar, Santiago Castro-Gomez, Alejandro Moreno, Francisco López Sagrera e Aníbal Quijano, juntamente com Boaventura Sousa Santos²⁹ contribuíram e contribuem para a renovação do pensamento crítico brasileiro na Geografia e em diversas outras áreas do conhecimento e que conforme o autor, ao “recuperar a simultaneidade dos diferentes lugares na conformação de nosso mundo: abre espaço para que as múltiplas episteme dialoguem”. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3).

Em 2006, Carlos Walter Porto-Gonçalves lança a obra “A globalização da natureza e a natureza da globalização”, que torna-se, juntamente com outros textos, importante referência na Geografia. No referido livro, Porto-Gonçalves desvela os interesses por trás do discurso de desenvolvimento sustentável e racionalidade econômica que têm transformado a natureza em mercadoria. A partir do pensamento descolonial, Porto-Gonçalves (2006) mostra a relação entre globalização e natureza e, em um diálogo com diversos autores do pensamento descolonial (Arturo Escobar, Aníbal Quijano, Boaventura Sousa Santos) mostrou como se construiu o sistema mundo-moderno-colonial a partir da “superioridade” do conhecimento eurocêntrico e da racionalidade capitalista. Salienta que:

A expansão do capitalismo revestia-se de uma aura de missão civilizatória e, dessa forma, absolvía-se o etnocídio e o genocídio que se cometia contra os povos da África, da Ásia e da América Latina, considerados primitivos e atrasados e, portanto, assimilados à natureza [...], estava justificada a sua dominação. A burguesia estaria cumprindo uma missão civilizatória ao destruir povos atrasados. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13).

²⁹ Boaventura Sousa Santos publicou e organizou várias obras, muitas delas com a presença da Geografia e de geógrafos, que têm contribuído para a fomentação do debate do pensamento decolonial na Geografia. Além disso, Sousa Santos tem participado de eventos da geografia na América Latina, inclusive no Brasil.

Há, na verdade, de acordo com Porto-Gonçalves, uma recusa à escala local e uma idealização da escala global, o que mostra quem são os únicos protagonistas da modernidade. Quem determina a valorização ou a desvalorização desse ou daquele conhecimento não são os camponeses, os indígenas, os afrodescendentes das Américas ou os povos da África, da Ásia e da Oceania, muitos dos quais têm suas culturas numa relação mais próxima com a natureza, com forte apelo ao lugar. A valorização ou a desvalorização é feita, sobretudo, por aqueles que se agem em escala global: grandes corporações transnacionais e organizações multilaterais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização do Comércio Mundial e algumas ONG's. Não é possível dizer, portanto, que a globalização não é um termo neutro.

Ao advogar pela compreensão da questão ambiental como sendo de ordem ética, filosófica e política, e que, portanto, não pode ser solucionada só pelo uso da técnica, Porto-Gonçalves (2006) mostra como o eurocentrismo e suas variáveis criou, ou tornou os homens modernos em

[...] prisioneiros de um pensamento herdado que é, ele mesmo, parte de um problema a ser analisado. Há uma crença acrítica de que há, sempre, uma solução técnica para tudo. Com isso ignora-se que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido nele mesmo a sociedade que o criou, com suas contradições próprias traduzidas nesse campo específico. Essa crença ingênua no papel redentor da técnica é uma invenção muito recente na história da humanidade, da revolução industrial para cá, e faz parte do ideário filosófico do iluminismo. [...]. Aliás, o debate ambientalista cada vez mais se torna um debate com fortes conotações esquizofrênicas, onde a gravidade dos riscos com que o planeta se defronta, aliás gravíssimos como frequentemente se anuncia, contrasta com as pífiyas e tímidas propostas do gênero “plante uma árvore”, promova a “coleta seletiva do lixo” ou desenvolva o ecoturismo. Assim, aquele estilo de consumo e modo de produção que nos anos de 1960 que criticamente se chamou de “lixo ocidental” agora mantido sem crítica. Estaríamos, assim, abandonando a crítica do projeto civilizatório europeu (burguês, branco, machista) como, nos anos 1960, se fez com a crítica à ideia de desenvolvimento, ideia chave no *constructo* moderno, e tivéssemos caminhado, nos anos 1980, para a ideia de “desenvolvimento sustentável” e, nos anos 1990, para a ISO 14000, “selo verde”, projeto de coleta seletiva de lixo ou de ecoturismo. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 15-16, grifos do autor).

Para o referido autor, a globalização vem sendo construída *de e por* cima, pelos países do Norte, para os “do Norte” do globo. Mas, ressalta que existe também uma outra globalização, que vem aproximando sindicalistas, ecologistas, mulheres, indígenas, afrodescendentes, camponeses, *rappers*, sem-terras, sem-tetos, *okupas*, palestinos, judeus, árabes, mapuches, quíchuas, aymarás, galegos, catalães, bascos, operários, moradores da

periferia e mulheres em situação de prostituição. Acrescente-se, por necessário, também, a essa lista de Porto-Gonçalves o movimento mundial de gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros, *queer* e intersex... (LGBTQI+’s), sujeitos esquecidos pela ordem hegemônica do pensamento eurocêntrico, que chega a marginalizar os estudos sobre a sexualidade, como denuncia o livro *Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaço*, publicado e organizado em 2013 por Joseli Maria Silva, Márcio Ornat e Alides Batista Chimin Júnior, que se trata das travestis. Com essas pautas em ebulição na ciência geográfica, é possível falar em um movimento descolonial na Geografia.

Em 2014, foi realizado na Universidade Federal Fluminense, o I Seminário Geografia e Giro Descolonial. O referido seminário, com o tema *Experiências, pensamentos e horizontes de renovação do pensamento crítico*, foi organizado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora (NEGRA/FFP-UERJ) e pelo Núcleo de Estudos sobre Territórios, Ações Coletivas e Justiça (NETAJ-UFF)³⁰. O objetivo do evento foi reunir um conjunto de pesquisadores (na maioria alunos, ex-alunos e professores do POSGEO/UFF) com pesquisas baseadas no pensamento descolonial latino-americano. Esses pesquisadores, na maioria geógrafos, são oriundos de universidades de diversas regiões brasileiras: Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo), Sul (Paraná e Rio Grande do Sul) e Amazônia (Pará). Além disso, o evento contou com a participação de pesquisadores do Chile e da Colômbia e também de diversos movimentos sociais como: os de negros, os de indígenas, os de camponeses e os de atingidos por grandes projetos, dentre outros. E, também nesse mesmo seminário, o Professor Carlos Walter Porto-Gonçalves recebeu uma homenagem como forma de reconhecimento pela sua importância no debate descolonial na Geografia brasileira e da América Latina (CRUZ; OLIVEIRA, 2017).

Esse seminário resultou num importante livro para o pensamento descolonial na ciência geográfica, como um “início de um esforço coletivo para se estabelecer um diálogo mais efetivo entre o pensamento descolonial latino-americano e a produção no campo intelectual da Geografia brasileira” (CRUZ; OLIVEIRA, 2017, p. 11). A obra que reuniu as principais participações no evento conta com diversos temas como: Geografia e giro descolonial; Raça, espaço e colonialidade do poder, do saber e do ser; Povos indígenas e comunidades tradicionais e as lutas pela descolonização do saber, do poder e do território e; Representações e imaginários geográficos (des)coloniais. Mesmo com a reconhecida importância dos textos publicados, nota-se a ausência de outras vozes, como as mulheres, os

³⁰ O evento contou com apoio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO-UFF).

LGBTQI's e também pesquisadores do Norte e do Nordeste com seus temas de pesquisa, ainda marginalizados pelo pensamento eurocêntrico na Geografia brasileira.

Atualmente, no Brasil, o pensamento descolonial está pulverizado em algumas metodologias e práticas no ensino de Geografia, em livros e periódicos da Geografia e, timidamente, nos principais eventos na área, como o Encontro Nacional de Geografia (ENG), Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), além de outros eventos nacionais, regionais e locais.

Nessa perspectiva, na seção quatro discutiremos como a região amazônica foi inserida no discurso da modernidade e como esta afetou os povos indígenas, mais especificamente, o povo *Akwê-Xerente*.

4 A CHEGADA DO ESTRANHO NA AMAZÔNIA: da colonização à colonialidade do poder

[...]

Nós sabemos que o homem branco não entende o nosso modo de ser. Para ele um pedaço de terra não se distingue de outro qualquer, pois é um estranho que vem de noite e rouba da terra tudo de que precisa. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga; depois que a submete a si, que a conquista, ele vai embora, à procura de outro lugar. Deixa atrás de si a sepultura de seus pais e não se importa. Sequestra os filhos da terra e não se importa. A cova de seus pais e a herança de seus filhos, ele as esquece. Trata a sua mãe, a terra, e a seu irmão, o céu, como coisas a serem compradas ou roubadas, como se fossem peles de carneiro ou brilhantes contas sem valor. Seu apetite vai exaurir a terra, deixando atrás de si só desertos.

Isso eu não compreendo. Nosso modo de ser é completamente diferente do vosso. A visão de vossas cidades faz doer aos olhos do homem vermelho. Talvez seja porque o homem vermelho é um selvagem e como tal nada possa compreender.

"Nas cidades do homem branco não há um só lugar onde haja silêncio, paz. Um só lugar onde ouvir o farfalhar das folhas na primavera, o zunir das asas de um inseto. Talvez seja porque sou um selvagem e não possa compreender.

O barulho serve apenas para insultar os ouvidos. E que vida é essa onde o homem não pode ouvir o pio solitário da coruja ou o coaxar das rãs à margem dos charcos à noite? O índio prefere o suave sussurrar do vento esfrolando a superfície das águas do lago, ou a fragrância da brisa, purificada pela chuva do meio-dia ou aromatizada pelo perfume das pinhas.

[...].

(Trechos da carta do cacique de Seattle, 1855)

O título da presente seção é uma alusão ao livro de José de Sousa Martins, *A chegada do estranho*. O estranho é uma categoria sociológica que, para Martins (1993) são o grande capital, os empresários, os jagunços, os capatazes, os gerentes, os militares, dentre outros. Esses atores invadem terras e tribos, expulsando camponeses e indígenas, destruindo relações sociais de parentesco e compadrio, marginalizando culturas, quebrando valores e regras construídos em milhares de anos. Nesse contexto, a categoria violência se torna o elemento fundador e que se perpetua, como, por exemplo, no processo de colonização do Brasil em que o outro (nesse caso os indígenas) não tinha sua humanidade reconhecida pelo colonizador. Essas situações, conforme o autor, provocam estranhezas, mas também provocam resistências, tornando as regiões colonizadas palco de intensos conflitos. É a partir desse contexto que analisaremos o processo de colonização da Amazônia.

O povo *Akwẽ-Xerente* está localizado na parte sul dessa região que, por sua vez, foi duramente afetado pelas frentes colonizadoras, principalmente, aquelas que adentraram a região em busca do ouro e de outros metais preciosos. Essa colonização quase extinguiu os indígenas, além de causar a fragmentação de seus territórios. Dessa forma, a título de análise, tomamos a região como o todo, para mostrar as diversas facetas da empresa colonizadora no sentido de apropriação do território.

4.1 A Amazônia, uma acumulação desigual de tempos e espaços: diversidade biológica e de povos

A colonização da Amazônia brasileira não foi um processo rápido e homogêneo em todos os seus “cantos”, pelo contrário, ela se deu de forma lenta e gradativa e em pedaços do território, conforme o que Santos (2008) chamou de apropriação desigual e combinada do espaço geográfico. Na periodização de Becker (2009), a autora aponta três fases de colonização da região amazônica durante a formação territorial brasileira. A primeira ocorreu entre 1616 e 1930 e o processo de controle do território se deu a partir da intervenção em locais estratégicos com a posse gradual da terra e a criação de unidades administrativas ligadas ao governo central de Portugal. A segunda fase ocorreu entre 1930 a 1985; houve uma aceleração da colonização da região para o que a produção do espaço estatal e do planejamento regional foi fundamental. A terceira fase ocorre a partir de 1985 e nela a Amazônia se configura como uma fronteira socioambiental com a implantação de múltiplos projetos e, a partir de 1996, foi caracterizada por políticas paralelas e conflitantes, o que a

autora chama de “a incógnita do *heartland*³¹”. Nesse sentido, a análise de Becker se dá, sobretudo, a partir da invasão europeia na região e da apropriação do território a partir das políticas territoriais.

Já numa perspectiva decolonial, Porto-Gonçalves (2012, 2015 e 2017) oferece uma análise sobre a Amazônia que dialoga com os povos da floresta que construíram suas vidas numa relação íntima com a natureza. O autor entende a Amazônia como uma região complexa e diversificada, ao contrário da ideia homogênea e midiática da região que a vê como natural, como floresta, como atrasada, como vazio demográfico, como reserva de recursos, como o futuro do Brasil e do mundo. Essa compreensão contrasta, então, com a eurocêntrica da Amazônia, em que predomina muito mais uma imagem *sobre* a região do que *da* região, na qual, os povos que vivem nela são vistos como indolentes³², preguiçosos, atrasados, tradicionais, selvagens e, por isso, incapazes de serem portadores de um projeto civilizatório.

Nesse sentido, a análise de Porto-Gonçalves é fundamentada em uma rica contribuição científica, bem como na contribuição do conhecimento ancestral-histórico dos amazônidas, formados por diversos povos com diferentes etnias, nacionalidades e classes sociais com seus saberes e práticas construídos a partir das várzeas e das florestas, como, por exemplo, o povo *Akwẽ*. Esses saberes e práticas, sobretudo indígenas e camponeses, construídos *na* e *com* a floresta são considerados, na visão eurocêntrica, como o “outro” da modernidade (bárbaros, atrasados, antimodernos...), o que justifica, nessa perspectiva, todas as formas de invasão, de escravidão, de genocídio e de todos os tipos de violência sobre esses povos (QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2005).

Essa perspectiva metodológica proposta por Porto-Gonçalves permite reconhecer as múltiplas possibilidades epistemológicas que se abrem a partir do diálogo entre a ciência e outras matrizes de conhecimento, conforme procuramos desenvolver nesse trabalho. Permite, também, uma tentativa de caminhar para a renovação do pensamento crítico, no sentido de “descolonização” das ciências sociais e da filosofia modernas e fundadas na separação natureza-sociedade, na dicotomia espaço-tempo, na visão linear da história (contada pela

³¹Sobre a incógnita de *heartland*, Becker (2009, p. 29) afirma que “Esse conceito, proposto por Sir Halford Mackinder em 1904 para a massa continental eurásiana, fundamenta-se em extensão territorial, autodefesa decorrente de feições geográficas no seu entorno – altas montanhas, mares gelados e possibilidade de grande mobilidade interna – que lhe atribuíram condições para exercer o poder mundial”.

³²Vale lembrar que nas eleições para presidente do Brasil em 2018, o candidato de extrema direita a vice-presidente do Brasil, o General do Exército Hamilton Mourão, atribuiu esse adjetivo aos indígenas para analisar a herança cultural do Brasil. Durante uma reunião na Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul (RS) em 6 de agosto de 2018, disse ele: “o brasileiro herdou a indolência do índio e a malandragem do negro” (O GLOBO, 2018).

Europa) e na colonialidade do saber e do poder, conforme já ressaltamos na seção três. (CASTRO-GOMES, 2005; MASSEY, 2009; QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2005, 2006, 2012, 2017).

A Amazônia é, portanto, uma acumulação desigual de tempos e espaços convergentes que cria formas de vida complexas e diversas. Assim, pensar a Amazônia a partir de sua complexidade e diversidade ecológica e cultural, bem como de suas distintas matrizes de conhecimento, é essencial para a formulação de outras políticas públicas *com* a região e *com* seus habitantes (PORTO-GONÇALVES, 2015). Já, pensar a Amazônia apenas como uma reserva natural, sem levar em consideração sua gente com seus saberes construídos na convivência com a floresta, é desperdiçar experiências (SOUSA SANTOS, 2010), o que inviabiliza a descoberta de outros caminhos de liberdade e de emancipação dos povos da região.

Conforme Porto-Gonçalves (2015), diferentemente do imaginário eurocêntrico que tem a região apenas como vazio demográfico, rio, floresta ou recursos minerais, é importante entender que a Amazônia é habitada há 11.200 anos (conforme os registros mais antigos) por povos que se forjaram juntos com esse meio geocológico e, nos últimos cinco séculos, recebeu outras contribuições, sobretudo, camponesas e quilombolas que souberam aproveitar a enorme produtividade biológica, com a qual se desenvolveram múltiplas culturas, tornando a região detentora de um enorme acervo de conhecimentos, que deve ser respeitado para um diálogo com outras matrizes de racionalidade, considerando-se as relações sociais e de poder.

Assim, a Amazônia evoluiu em diferentes espaços-tempos: o espaço-tempo geológico, o espaço-tempo geomorfológico e o espaço-tempo arqueológico/antropológico. Além da biodiversidade, possui também a diversidade cultural. Na Amazônia, ainda hoje, se fala mais de 180 línguas, fazendo desse complexo espaço geográfico um dos maiores patrimônios culturais do Brasil e da humanidade. Isso se contrapõe à visão colonizadora de “região” que a vê como “natural” e na qual se fala cinco línguas: o espanhol, o português, o francês, o holandês e o inglês, línguas dessas dos países de colonizaram a região. Sobre isso Porto-Gonçalves (2015) nos ensina que:

[...] Assim, sobre a Amazônia além de referirmos à biodiversidade, é importante atentarmos para a diversidade cultural existente na região e nos acostumarmos com a ideia de que existem *Amazônias* e *amazônidas*. Pensar a região com essa extensão, com essa complexidade, como se fosse homogênea, implica tornar invisíveis esses outros povos e suas territorialidades ancestrais/atuais. [...] A problemática indígena coloca-nos

desafios de novo tipo para uma política *com* a região (e não *para* a região) até aqui não enfrentados com toda a riqueza que ela comporta, a começar pelo conhecimento secularmente acumulado (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 70, os dois primeiros grifos são nossos. Os demais, do autor).

Compreender a Amazônia a partir da sua complexidade e para além dos recursos naturais permite criar políticas públicas que não silenciem essas diversas vozes e/ou não inviabilizem os diversos povos/etnias que *com-vivem* com/na região. Enfim, tratar a natureza separada da vida e da cultura dos povos (a concepção presente na criação de muitas reservas ecológicas) é negar a própria essência da constituição de uma região. Assim, conforme o autor, ao mesmo tempo em que há na Amazônia uma natureza dessacralizada, pobre de espírito, enfim, uma natureza capitalizada/eurocentrada, há também quem convive e dialoga com ela, onde indígenas, caboclos, camponeses, ribeirinhos se enriquecem mutuamente na relação com os rios, com a floresta, com os deuses, enfim, com a vida. Essa multiplicidade de “Amazônias e amazônidas” foi silenciada ao longo da ocupação da região, conforme veremos ao longo da análise sobre a invasão/colonização da região. Essa colonização, conforme já ressaltamos, se deu de forma desigual e combinada. Enquanto, na parte mais ao norte, o motor da colonização foram, principalmente, as drogas do sertão e a exploração da borracha, na parte sul e na sudeste foi a exploração do ouro. Nesse contexto de colonização, os indígenas foram escravizados e/ou assassinados, desunidos, além de terem tido suas terras arrancadas de si. Dessa forma, nos itens que se seguem, analisaremos as principais formas de colonização da Amazônia e os impactos sobre os povos da floresta e nos aprofundaremos no caso dos Akwe, objeto desse estudo.

4.1.1 As “drogas do sertão”: o início da exploração econômica da Amazônia e a exploração da mão-de-obra indígena

A organização do espaço amazônico é baseada em dois padrões distintos e contraditórios entre si. Esses padrões, conforme Porto-Gonçalves (2012) e Becker (2009), estão inscritos na paisagem atual da região, sendo eles: a organização do espaço baseada na relação entre a sociedade e o rio-várzea-floresta (como o dos povos indígenas, quilombolas e camponeses, dentre outros) e na relação entre a sociedade com estrada-terra firme-subsolo (como o dos fazendeiros e dos outros exploradores ligados ao grande capital). Essas distintas formas de relação entre sociedade e natureza foram criadas ao longo do processo de formação do mundo moderno e contemporâneo, do qual a Amazônia é sua materialização e no qual ela

se torna foco de diversos conflitos de interesse entre os dois diferentes segmentos e classes sociais que conformam a paisagem: o colonizado e o colonizador. Esses conflitos de interesse se tornaram mais visíveis, sobretudo a partir da década de 1960, quando entram em cena os interesses de gestores territoriais civis e militares de integrar a Amazônia ao resto do país. Assim, até 1960, era em torno dos rios que se organizava a vida da região. A partir disso, o interesse se desloca para o subsolo, visando, sobretudo, seus recursos minerais.

De acordo com Dias (2014), a ocupação da Amazônia é um processo antigo. A autora ressalta ainda que, quando os europeus chegaram à região, existia ali um conjunto de sociedades (povos indígenas), bem organizado por hierarquias e de alta densidade demográfica, que convivia com a natureza. Nessa mesma perspectiva, Oliveira (1983) ressalta que, quando os europeus chegaram à Amazônia, as aldeias mais populosas estavam concentradas nas margens dos rios e a sua população indígena vivia de forma bastante simples, se comparando aos incas, astecas e maias, civilizações consideradas pelos arqueólogos e historiadores as mais complexas encontradas nas Américas.

Oliveira (1983) e Dias (2014) afirmam que a colonização da Amazônia obedeceu aos padrões e interesses da expansão do mercantilismo europeu por meio de núcleos de exploração vegetal, constituintes da economia primário-exportadora. Nessa perspectiva, Oliveira ressalta que essa ocupação assumiu três faces, bastante inter-relacionadas. São elas:

- 1) A de defesa e posse do território, através de encontros militares, construção de fortificações e viagens fluviais como a de Pedro Teixeira;
- 2) A econômica, que, inicialmente, tinha suas atividades voltadas para o plantio da cana-de-açúcar e para a exportação das chamadas “drogas do sertão” e, depois, foi seguida por uma experiência agrícola e pela implantação da pecuária;
- 3) A espiritual ou religiosa, que se preocupou com o descimento, a catequese e “civilização” dos índios, realizados por missionários. (OLIVEIRA, 1983, p. 169).

Assim, o principal marco desse processo de colonização foi a fundação, em 1616, do Forte do Presépio de Santa Maria de Belém. Essa fundação marca a presença de Portugal, dando início ao primeiro núcleo urbano, Santa Maria de Belém. Além de espalhar feitorias e missões pela região, os portugueses também lutaram para expulsar outros invasores recém-chegados (ingleses, irlandeses, franceses e holandeses) (OLIVEIRA, 1983; DIAS, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2015). Nesse período em que ocorreu a fundação do Forte do Presépio e da cidade, que é a Belém de hoje, Porto-Gonçalves (2015) ressalta que as Coroas Ibéricas estavam unificadas, o que permitiu que Portugal avançasse para Oeste e ocasionou a

formação da enorme região, com exceção do Acre, que seria incorporado ao território brasileiro apenas em 1903. Nesse contexto:

De lá prá cá, houve uma disputa generalizada por territórios que, na Amazônia, sempre se fez através de dominação/alianças com comunidades indígenas. Aliar-se a comunidades indígenas era fundamental para os colonizadores que, como se sabe, estavam implicados no mundo todo e não dispunham sequer de efetivos demográficos capazes de ocupar as regiões que dominavam. (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 77).

Dessa forma, a colonização da Amazônia só foi possível mediante uma aliança com os indígenas da região, pois além dos europeus não possuírem uma quantidade ideal de pessoas para que a colonização se efetivasse, eram os povos indígenas que possuíam o conhecimento integral da floresta e dos rios. Essa aliança, conforme argumenta Rocha (2009), significou a soberania portuguesa na região fronteira e, para os indígenas, significou uma estratégia de sobrevivência, já que existia a necessidade de barrar a expansão colonial, e também uma forma de fortalecimento já que existiam muitos conflitos entre grupos e líderes indígenas. Isso mostra que a colonização europeia não se deu num vazio demográfico, como faz parecer a visão eurocêntrica da Amazônia.

Outro marco importante na conformação da região amazônica foi a criação das Capitanias do Maranhão e do Grão-Pará em 1621, nas quais tentou-se implantar o sistema de *plantation*³³, como ocorria em outras capitanias brasileiras. Mas esse sistema não prosperou e um dos fatores para que isso ocorresse foi a falta de capital, pois a burguesia mercantil estava voltada basicamente para a produção do açúcar no Nordeste brasileiro, uma vez que esse produto tinha uma lucratividade segura. Nesse sentido, a agricultura se concentra basicamente no Maranhão e nas áreas próximas ao delta do Amazonas (DIAS, 2014).

Diante do fracasso do sistema de *plantation* na Amazônia, surge a necessidade de uma atividade econômica rentável, para, inclusive, evitar invasões e manter a posse do território e foi na própria floresta que os colonos encontraram uma alternativa importante, que necessitava de pouco capital e, também, tinha um bom preço, garantido no mercado externo: as “drogas do sertão”. Sobre isso, Oliveira (1983) argumenta que

Com a finalidade de expulsar seus concorrentes (ingleses e holandeses), os luso-brasileiros desejavam, na realidade, o mercado de açúcar e das “drogas do sertão” que, para ser realizado, necessitava que Portugal efetivamente

³³ O sistema de *plantation*, ou plantação, é um sistema de exploração colonial bem comum entre os XV e XIX nos latifúndios monocultores do Brasil com foco na exportação; os produtos eram enviados para a metrópole e daí para outros mercados consumidores europeus, gerando altos lucros.

ocupasse a área cobiçada, o que foi feito, inicialmente, através de guerras aos invasores. (OLIVEIRA, 1983, p. 170).

Enquanto os luso-brasileiros afastavam os invasores, perceberam que mesmo que vencessem a batalha as terras não estariam livres para a exploração desejada, pois havia um impedimento: os indígenas. Esses povos, de acordo com Oliveira (1983):

[...] querendo evitar a invasão de seus territórios e a depredação do meio ambiente onde viviam, começaram a ser hostis à caminhada dos portugueses e brasileiros, o que fez com que os missionários fossem chamados a fim de descê-los de suas aldeias para povoações religiosas, deixando as terras livres para a coleta das “drogas do sertão” [...]. (OLIVEIRA, 1983, p. 170).

Assim, a apropriação do território entre os anos de 1616 e 1777, teve como base as “drogas do sertão” voltadas basicamente para exportação para o mercado europeu. Sob uma disputa territorial de uma geopolítica de caráter colonial protagonizada por franceses, ingleses, holandeses, irlandeses, portugueses e espanhóis, essas mercadorias foram uma atividade econômica como a que até então tinha sido desempenhada pelas especiarias indianas, uma solução para os problemas econômicos portugueses. Pela sua abundância, eram consideradas riquezas existentes ao longo das margens do rio Amazonas. As “drogas do sertão” mais comuns, as mais comercializadas eram, de acordo com Oliveira (1983), o pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*), o cacau (*Pachura aquatica*), o urucu (*Bixa orellana*), a canela (*Cinnamomum verum*), a copaíba (*Copaiferasp*), a baunilha (*Vanillasp*), o anil (*Indigoferasp*), a salsaparrilha (*Smilax*) e o puxeri (*Licariasp*)³⁴.

Assim, essas especiarias se tornaram um grande trunfo econômico para a colonização e apropriação do território. De acordo com Porto-Gonçalves (2012), foi a partir da exploração desses produtos que surgiram, em meio à floresta, os aldeamentos e as vilas de missões religiosas ao longo da calha do rio Amazonas. Muitos deles se transformaram em cidades regionalmente importantes tais como: Santarém, na desembocadura do Rio Tapajós; Óbidos, na foz do Trombetas; Manaus, na foz do rio Negro; Tefé, na foz do Japurá, além de Belém, na foz de toda a bacia hidrográfica do Amazonas e que, por isso, ganhará um significado maior em toda a formação histórico-geográfica da Amazônia. Assim:

Começa o devassamento da floresta em busca das especiarias (“drogas do sertão”) destinadas ao mercado europeu. A riqueza da fauna e da flora, das

³⁴ As nomenclaturas científicas das referidas especiarias foram retiradas do Guia de Plantas Medicinais do site IG. Disponível em: <https://saude.ig.com.br/bemestar/guiaplantasmecinais>

florestas e dos rios dá ensejo a um diversificado sistema de caça, coleta e pesca, capturadas pela (e para a) administração colonial e pelas (e para as) ordens religiosas. Tem início o (des)envolvimento da Amazônia e uma valorização efetiva dos seus recursos naturais, tendo em vista as injunções estritamente políticas dos conflitos entre as diferentes potências coloniais para afirmar a dominação territorial da região. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 81).

É importante esclarecer que Porto-Gonçalves (2012, p. 82) usa o “des”, de desenvolvimento, entre parênteses para mostrar a contradição do desenvolvimento quando associado ao meio ambiente, principalmente o que vem se chamando de “desenvolvimento sustentável” que, a seu ver, é uma “armadilha” que separa o natural do social. Essa contradição existe tanto na esquerda quanto na direita e também no senso dos cientistas, pois, na formação dessa palavra, “des” significa quebrar/tirar o envolvimento entre o homem e a natureza. Afinal, argumenta o autor, “ambiente (*environment*) é envolvimento e não (des)envolvimento”. Nesse sentido, no contexto da exploração das “drogas do sertão”, a mão-de-obra utilizada era a indígena. Os povos indígenas começam a ser “distribuídos” e “aldeados” em aldeamentos missionários, “cristianizados” o que altera suas relações com a natureza. Outros fogem para os altos rios, geralmente acima de cachoeiras e corredeiras, onde podem continuar a ser livres.

Várias disputas entre colonos e missionários pela mão-de-obra indígena marcaram a história política da colonização de toda a região amazônica. De acordo com Sousa (2002, p. 2), a perseguição e a escravização “desenfreada dos índios pelos colonos era justificada pelos últimos com a sua própria “incapacidade financeira”, que os impedia de comprar escravos negros, bem mais caros que os índios”. Dias (2014) comenta que diversas formas de recrutamento foram utilizadas para obtenção dessa mão-de-obra. Dentre elas estão:

- **Os resgates:** consistiam na troca de objetos por índios, mas só podiam ser “resgatados” indígenas de corda, isto é, prisioneiros de um território, já que, como foi dito, existiam na Amazônia muitos conflitos por territórios e entre líderes indígenas;
- **As Guerras Justas:** eram promovidas pelas tropas de guerra e consistiam na invasão armada dos territórios indígenas com o objetivo de capturar o maior número de índios, incluindo mulheres e crianças. Pelas leis de 1611, as Guerras Justas só podiam ser realizadas contra índios que atacassem os portugueses ou impedissem a difusão do santo evangelho. Os índios assim aprisionados eram conduzidos ao mercado de escravos e vendidos aos colonos, à Coroa Portuguesa e/ou aos próprios missionários.

- **Os índios de repartição:** eram também índios "livres" em oposição aos escravos. Os índios de repartição eram todos aqueles que aceitavam ser "descidos" de suas aldeias de origem para os aldeamentos das missões através do convencimento, sem oferecer resistência armada. Para isso, eram prometidas melhorias nas condições de vida deles, caso fossem viver nos aldeamentos; quando isso não funcionava, usavam a coação, obrigando-os, através do medo, a aceitarem a convivência indesejada nos aldeamentos. Após o descimento, esses indígenas eram colocados em "aldeias de repartições", pois eram considerados "livres"; a partir daí, podiam ser alugados e distribuídos entre os colonos, os missionários e/ou o serviço real.

Por esse sentido, o processo de colonização da Amazônia nos seus primórdios só se tornou possível mediante o recrutamento da mão-de-obra indígena. Muitos desses povos foram obrigados e/ou convencidos-coagidos a trabalharem para os colonos na extração das “drogas do sertão”; outros não aceitaram ser escravizados e fugiram para outros lugares às margens de rios e continuaram a ser livres, reproduzindo suas vidas dentro do padrão de organização de seu espaço rio-várzea-floresta. Nesse contexto, Porto-Gonçalves (2012) ressalta que:

[...] a conquista dos espíritos indígenas tornou-se fundamental para afirmar as marcas do domínio colonial. Os volumes a serem mercantilizados exigem o domínio de vastas áreas em face da característica da floresta indicada. Os índios começam a revelar sua dificuldade de entender a lógica de viver para trabalhar do homem ocidental, já que eles que trabalhavam para viver. Seus conhecimentos dos ecossistemas regionais lhes davam sempre a possibilidade de fuga, de liberdade. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 81-82).

No governo do primeiro-ministro Marquês de Pombal, a partir de 1750, teve início uma nova fase na adequação da Amazônia ao domínio colonial (SOUSA, 2002; BECKER, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2012; DIAS 2014). Sousa (2002) ilustra que, influenciado pelas transformações de outros países europeus, Pombal promoveu inúmeras transformações em Portugal e também em suas colônias para recuperar a economia portuguesa e modernizar as instituições nacionais, sendo que uma das medidas foi a expulsão dos jesuítas. Nesse sentido, o foco privilegiado da administração pombalina foram as Capitanias do Maranhão e do Grão-Pará e uma das fortes razões para isso foi:

[...]o recém-assinado Tratado de Madri, de 1750, que demarcou as possessões luso-espanholas na América; por esse tratado, Portugal obtivera mais ganhos territoriais em seus limites na parte norte da colônia. Para assegurar os ganhos territoriais e incrementar o comércio - e, portanto, os ganhos da Coroa e dos setores mercantis -, foram postas em prática três medidas articuladas: a formação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, para a comercialização da produção amazônica e a introdução sistemática de escravos africanos na colônia: o fim da escravidão indígena e a retirada do poder temporal dos missionários sobre os aldeamentos indígenas, seguida da expulsão dos jesuítas. (SOUZA, 2002, p. 8).

Nessa linha de reflexão, Porto-Gonçalves (2012, p. 82) ressalta que, com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, o caráter mercantil da colonização da região da Amazônia se torna mais evidente, o que resultou no conflito de interesses com a ordem religiosa, que além de ter tido seus membros, os jesuítas, expulsos, teve seus bens confiscados, “abrindo-se a exploração dos indígenas à sanha mercantil”. O autor lista algumas medidas que foram tomadas no intuito de modernizar a Amazônia. Entre elas estão:

- Doação de terras (sesmarias) a colonos e soldados que se comprometessem a cultivá-las;
- Introdução do trabalho escravo (1756), procurando reforçar a agricultura do cacau, do café, do algodão, da cana-de-açúcar, do fumo, do anil e do arroz;
- Estímulo à implantação da pecuária nos campos de Rio Branco (Roraima), no baixo Amazonas e na região das Ilhas.

Oliveira (1983) ressaltou que uma das características da administração pombalina foi a criação de leis que beneficiavam os colonos com a concessão de terras, doação de ferramentas e isenção de impostos, dentre outras ações. Além disso, promovia-se casamentos entre colonos e indígenas que pretendiam dar liberdade a estes últimos e elevar, da categoria de povoação, de aldeias missionárias e feitorias, para vilas com denominações portuguesas.

Diante desse quadro de colonização europeia, Porto-Gonçalves (2012) ressalta que, o que antes se fazia sob o signo da “cruz e da espada”, na nova fase da modernização da Amazônia, agora juntava o dinheiro e escravidão negra, ou seja, a “cruz” dá lugar ao dinheiro, mas a “espada” continua. O autor ainda afirma que, em face das longas distâncias percorridas para a comercialização do pequeno volume de produtos, uma figura se fará presente na região amazônica: o regatão ou os regatões. Cabia a eles estabelecer a ligação entre as diversas populações dispersas ao longo dos rios e as pequenas vilas e povoados através do escambo ou

do aviamento e, também, a expansão do domínio territorial português para os mais longínquos rincões da Amazônia.

Ao longo das várzeas dos rios, surge um sistema que combina o extrativismo da floresta, a pesca e a agricultura, articulado, por meio dos regatões, com as vilas e cidades. Isso fortaleceu alguns lugares da região e Belém é elevada à condição de capital em 1751. Em 1772, ocorre a separação, do domínio da Capitania do Grão-Pará da Capitania do Maranhão. Dessa forma, Porto-Gonçalves (2012) escreve que apesar de as “drogas do sertão”, em termos regionais nunca terem deixado de ser uma atividade socialmente relevante, a atividade agrícola e a pecuária forjam um grupo que se tornará politicamente importante na configuração geográfica da Amazônia: a oligarquia fundiária. Sua importância se dará, sobretudo, na reorganização da divisão internacional do trabalho, sobretudo após a Revolução Industrial que atinge a região com a exploração da borracha, conforme veremos no item 3.1.2.

4.1.2 O ciclo da borracha e a apropriação do conhecimento e do trabalho indígena: resistência indígena e migração nordestina para a Amazônia

O uso da goma elástica já era praticado por grupos indígenas que habitavam a região do Solimões-Marañon, catequizados pelos jesuítas espanhóis no final do século XVII. Com a expulsão dos espanhóis da região, a catequização dos indígenas ficou à cargo da missão portuguesa dos carmelitas. De acordo com Santos (1980), foi aí que os portugueses aprenderam com os índios o emprego da borracha. De acordo com o autor, mesmo tendo tomado conhecimento do uso desse produto, os portugueses, aparentemente, não conheciam o seu potencial mercantil até entrarem em cena alguns negociantes norte-americanos que começaram a se interessar pela goma crua amazônica e desde 1800 começaram a importa-la do Brasil em garrafas.

A exploração mercantil da borracha na Amazônia ganha importância a partir de 1820, com a exportação de sapatos e tecidos emborrachados, principalmente para os Estados Unidos. Esse comércio se tornou mais forte quando um comerciante de Boston passou a oferecer moldes de madeira aos seus fornecedores do Pará. A partir daí, conforme Santos (1980),

[...] o volume de sapatos exportados tornou-se crescente. Em 1823, venderam-se em Boston 25.000 pares de sapatos; entre 1836 e 1839, apesar das dificuldades políticas internas que ainda assolavam o Pará, a exportação desses artigos para os Estados Unidos atingiu 383.039 pares; e a quantidade

total exportada para diversos portos estrangeiros foi de 454.930 pares (SANTOS, 1980, p. 51).

De acordo com o autor, o preço dos sapatos era cotado a partir do quilo da borracha, que era usado, na confecção. Nesse sentido, é impossível se verificar, nas estatísticas disponíveis sobre a economia brasileira, a quantidade exata de exportação, pois tudo era registrado em tonelagem, não sendo possível discernir que parte da borracha se exportava em estado bruto e qual parte em calçados. De todo modo, nota-se um aumento significativo da exportação da borracha passando de 93 toneladas em 1825 para 2.531 toneladas em 1860, conforme o quadro 3.

Quadro 3: Quantidade de borracha exportada da Amazônia entre os anos de 1825 e 1860

Ano	Toneladas
1825	93
1830	156
1834-35	175
1839-40	418
1844-45	367
1849-50	879
1854-55	2.868
1859-60	2.531

Fonte: SANTOS (1980).
Org. VENÂNCIO, M., 2020

Mesmo com demanda crescente de borracha, essa mercadoria ainda estava longe de se tornar a principal fonte econômica da Amazônia. Mas, a partir da Revolução Industrial e com a descoberta do processo de vulcanização da goma elástica, em 1839, seu uso se torna fundamental em correias de transmissão, amortecedores de impactos das engrenagens industriais, encapamentos de fios, dentre outras utilidades. A borracha, então, deixa de ser um produto marginal e é inscrita como um dos principais produtos, um dos mais importantes, nos novos procedimentos técnicos de industrialização. O uso da borracha, no final do século XIX,

impulsionará no mundo uma série de mudanças no modo de vida urbano e no desenvolvimento do sistema rodoviário, por causa da sua aplicação em revestimentos de rodas que deu origem aos pneumáticos (pneus), o que aumentou sobremaneira a demanda da borracha. Além disso, a borracha é importante matéria-prima de componentes para máquinas industriais e no fabrico de fios para redes elétricas e de comunicação (telégrafo, telefone, energia) (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Mas, de acordo com Santos (1980), o aumento da procura mundial pela borracha só se tornou possível em virtude de mudanças técnicas ocorridas no setor de transportes com a introdução do navio a vapor em 1853.

Esse fato parece ter tido muito mais importância econômica e política do que a abertura do Amazonas à navegação internacional, em 1867, e na verdade suas causas e efeitos foram bem mais complexos do que à primeira vista parecem. (SANTOS, 1980, p. 53).

Esse fato, de acordo com Clément (2008), permitiu a abertura da Amazônia a nível internacional, por exemplo, com a imigração de semitas que se instalaram como comerciantes ribeirinhos nas pequenas cidades do interior e, também, com a fixação de empresários europeus em Manaus. A Amazônia era vista como uma grande reserva de borracha e, com o apoio de bancos e grandes empresas, muitos negociantes e aventureiros se apropriam de grandes pedaços de terra indígenas para a exploração dos seus seringais. Estes, de acordo com o autor, dividiam-se da seguinte forma:

[...] **as colocações**, áreas onde se produzia a borracha e se localizavam as casas dos seringueiros e; **o barracão**, que agrupava a casa do **seringalista** e os lugares de armazéns das mercadorias e da borracha. Além dos **seringueiros** e dos seringalistas, se encontravam nos seringais: **os mateiros**, que determinavam as áreas com mais seringais; **os comboieiros**, responsáveis por levar as mercadorias para seringueiros e a borracha para o seringalista; **o pesador** e classificador da borracha; **o guarda-livro**, que registrava todas as transações do barracão num livro de contas e; **o capacete**, o gerente que supervisionava todas as atividades e substituía o seringalista que tinha ido morar na capital. Os **seringueiros** eram em baixo da escala social, mas era possível que mudaram de função até chegarem algumas vezes a serem seringalistas. (CLÉMENT, 2008, p. 6, grifos nossos).

Nesse sentido, Santos (1980) ressalta que o maior entrave na exploração da borracha era a escassez de mão-de-obra, para trabalhos produtivos e domésticos. Para resolver esse problema, os indígenas foram arregimentados, tornando-se remadores forçados, pescadores dos seringalistas, lavradores, serviçais, soldados de infantaria e, também,

extratores de borracha. Eles eram arrancados de suas aldeias, apesar da resistência de religiosos, eram escravizados e a eles cabiam as alternativas de morte, “amansamento” ou a difícil fuga para as selvas centrais. Mesmo assim, a mão-de-obra indígena não foi uma empresa fácil, pois havia muitos que não aceitavam a escravidão e as fugas e conflitos eram constantes.

Na mão-de-obra, além da escravização dos indígenas, houve também a contribuição da mão-de-obra dos imigrantes espontâneos. De acordo com Santos (1980), trata-se de estrangeiros, cujo trabalho foi de natureza espontânea e não dirigida. Assim tem-se:

[...] a obra dos ingleses no aparelhamento da região quanto à infra-estrutura de portos, energia, telefonia, telegrafia, saneamento básico etc.; a de alemães, americanos, franceses e, ainda, ingleses, no setor da comercialização e do crédito; a dos hebraicos, inclusive judeus-espanhóis e norte-africanos, que remonta a meados do século XIX, nas práticas de escritório e de contabilidade comercial; a dos sírio-libaneses, no comércio de regatão; a dos portugueses, no comércio varejista e também de atacados. Abstração feita das atividades ligadas à infra-estrutura, o traço comum dessas contribuições é a organização dos serviços terciários de natureza privada, numa região em que o tirocínio mercantil se apresentava extremamente atrasado. (SANTOS, 1980, p. 97).

Mesmo com essas contribuições indígenas e estrangeiras, a mão-de-obra continuava sendo o maior entrave na exploração da borracha e no crescimento econômico da região. Mas, a exploração dos seringais ganhou reforço importante a partir da mão-de-obra nordestina que migrou para a Amazônia fugindo da seca (1877-1900) e se tornou, dessa forma, o braço de sustentação das atividades extrativa e agrícola. Sobre isso, Santos (1980) ressalta algumas contribuições nordestinas na região:

Descontando-se os maranhenses, cujas ligações com o Pará remontavam ao período colonial, é provável que as imigrações tipicamente nordestinas hajam começado em fins da primeira década do século XIX, a partir da seca de 1808-1809, acentuando-se lentamente até os anos setenta [do mesmo século]. Muitas vezes essa corrente migratória assumiu papel pioneiro no desbravamento de regiões da Amazônia. Arthur Reis refere algumas das contribuições portadoras de tal caráter: a localização pernambucana no Purus, em 1852; o estabelecimento de 40 famílias do Maranhão e do Ceará no Itapá, próximo à foz do Purus, em 1857, grupo que depois iniciaria o cultivo da salsa no Beruri; em 1869, uma leva de cearenses no Tauariá; a fundação do povoado de Cadajás no Solimões, em 1870, contando centenas de maranhenses e paraenses do Baixo Amazonas; a instalação do povoado de Lábrea, em 1871, também com maranhenses. (SANTOS, 1980, p. 98, palavras em colchetes nossos).

Apesar de que políticas públicas de combate à seca no Nordeste já tivessem sido postas em ação, de acordo com Santos (1983), com a estiagem de 1877 a entrada de trabalhadores nordestinos ganhou impulso na Amazônia. Tem-se aí, conforme ressaltou Nascimento (1998), a primeira corrente migratória de nordestinos, na maioria, populações rurais, para a Amazônia e que contou com o apoio do governo central. Em outros casos, os próprios donos dos seringais se deslocavam para o Nordeste, principalmente para o Ceará, e recrutavam trabalhadores, sob promessas de vários benefícios, principalmente de uma boa quantia a ser paga pelo trabalho nos seringais. No período entre 1890 e 1910, desembarcaram em Belém e em Manaus cerca de meio milhão de trabalhadores que logo eram conduzidos às zonas produtoras de látex. Assim, a contribuição dos nordestinos permitiu a elevação da produção da borracha em 40% do total da exportação brasileira em 1910, fazendo desse produto uma importante fonte econômica do Brasil naquele século.

Nessa conjuntura, a importância da produção da borracha na economia brasileira foi tanta que, além de provocar uma onda migratória para a Amazônia, a maioria dos trabalhadores da região passou a se dedicar integralmente aos seringais. Isso preocupou tanto a elite fundiária do Nordeste quanto a elite fundiária da Amazônia. No caso do Nordeste, o índice migratório foi tão alto que deixou desfalcada a mão-de-obra para lá trabalhar nas lavouras, fato que preocupou bastante os grandes proprietários de terra nordestinos. Já na Amazônia, além de trabalhadores que migraram exclusivamente para se dedicar ao trabalho dos seringais, os trabalhadores se dedicavam às lavouras de cana-de-açúcar, cacau, café e algodão passaram a se dedicar à exploração do *látex*. Esse fato causou descontentamento nas oligarquias fundiárias da época, pois além de perderem suas bases de poder, desorganizava-se também suas bases produtivas e aumentava-se do custo de vida em Belém, gerando, dessa forma, conflitos entre a agricultura e o extrativismo (NASCIMENTO, 1998; PORTO-GONÇALVES, 2012).

Ainda com relação aos trabalhadores migrantes do Nordeste, de eles chegarem com dívidas dos custos da viagem, tinham que pagar pelos utensílios que utilizavam no trabalho e pelos víveres³⁵ que eram antecipados a eles pelos seringalistas que, por sua vez, os recebiam de comerciantes vinculados as casas aviadoras³⁶. Mas, a maior parte dos extratores-seringueiros não conseguia quitar suas dívidas com o barracão do patrão-seringalista, o que

³⁵ Gêneros alimentícios.

³⁶ Para Porto-Gonçalves (2012), é nesse contexto que se estrutura o Sistema de Aviação, uma espécie de crédito sem dinheiro e que se sustentava com bases em relações clientelísticas por todo o vale amazônico.

fazia com que trabalhassem mais. Sobre isso, Porto-Gonçalves (2012) ressalta que, como a maioria dos seringueiros não decifrava os códigos da língua portuguesa escrita, não conseguia, portanto, controlar os mecanismos de preços, que ficava por conta do guarda-livros, ou do gerente, ou do próprio patrão. Dessa forma, era de interesse dos patrões manterem os seringueiros com dívidas, pois um “saldo” poderia libertá-los, realizando seu sonho de retornar ao Nordeste.

Santos (1980) ressalta que, devido ao baixo uso de moedas, o sistema de aviamento desempenhava o papel de elemento sustentador de toda a estrutura social amazônica. Aviar, nesse sentido, significa fornecer mercadorias a crédito e funcionava da seguinte forma:

O “aviador” de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo “aviador”, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar de “juros extras”. Esse “aviador” por seu turno era “aviado” por outro e também pagava “juros extras” apreciavelmente altos. (SANTOS, 1980, p. 159, grifos do autor).

Acima desses aviadores estavam as firmas exportadoras, que eram as principais beneficiárias desse regime. Essas firmas se valiam a partir da concentração de renda com juros extras e com o rebaixamento do preço local da borracha. Nessa cadeia de aviamento, o seringueiro tornava-se cativo, pois suas dívidas com o aviador nunca eram pagas. Além de permanecerem cativos por dívidas nos seringais, os seringueiros eram proibidos de praticar a agricultura, pois obrigá-los a trabalhar apenas na extração da borracha viabilizava também as casas aviadoras, que, além de comprarem a borracha, vendiam alimentos, utensílios e outros produtos supérfluos e, também, quanto maior a dívida dos trabalhadores, mais eles aumentavam a produção da borracha. Porto-Gonçalves (2012) afirma que

[...] a montagem dos próprios seringais estava ligada ao financiamento de alguma casa aviadora. Era esse sistema de mão dupla – subir os rios levando víveres e alimentos e descer trazendo borracha – que viabilizava o sistema de aviamento, as casas aviadoras e os coronéis de barranco, desde que, obviamente, o seringueiro produzisse a borracha que sustentava a todos. O sistema tornar-se-ia praticamente inviável, caso os navios tivessem que subir os rios vazios. [...] O seringueiro se via, assim, submetido a um sistema *sui generis* de dependência, que começava com o custo de viagem e prosseguia no isolamento geográfico no interior da floresta. [...]. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 88).

Em contraste com esse sistema de submissão dos trabalhadores a formas subumanas de trabalho, as cidades onde se concentrava o comércio da borracha experimentavam índices gigantescos de crescimento, com modernizações urbanas, que, conforme Porto-Gonçalves (2012), eram de fazer inveja à capital federal Rio de Janeiro, e mesmo a Nova Iorque. Manaus, por exemplo, disputava com Nova Iorque a primazia de primeira cidade da América a ter iluminação pública ou um moderno sistema de transporte (os bondes). Clément (2008) acrescenta que Manaus absorveu quase todos os benefícios da exploração da borracha, o que dificultou que outros centros urbanos se desenvolvessem. Assim, o lucro da extração da borracha permitiu urbanizar a cidade e construir grandes obras (Teatro Amazonas, Palácio Rio Negro, Mercado Adolpho Lisboa) colocando a cidade como modelo no cenário mundial, atraindo homens e mulheres de todos os lugares.

A exploração da borracha na região amazônica, além de permitir o seu crescimento e a sua modernização, contribuía também para a entrada de divisas no país, chegando, inclusive, a rivalizar com o café, mesmo não contando com nenhuma política de sustentação de preços por parte do governo brasileiro como acontecia com o café. As elites fundiárias da Amazônia, porém, não recebiam a mesma atenção do governo central dispensada às elites do Centro-Sul. Mesmo no caso da política de imigração europeia para o Sul e Sudeste do país, o governo negava-se a fazer o mesmo com a Amazônia com o discurso de que o clima da região era um obstáculo para os europeus, sendo adequado apenas ao trabalho escravo. Mesmo no conflito com a Bolívia, envolvendo o Acre, a interferência do governo na defesa dos interesses brasileiros aconteceu tardiamente, que de acordo com Porto-Gonçalves (2012):

Mesmo assim, após a incorporação do Acre ao Brasil, o governo federal inventou uma figura jurídica, o território federal, desconhecida da constituição de 1891 então em vigor, colocando aquele espaço sob a jurisdição direta do governo federal de onde se retirou, sob forma de impostos, recursos que, entre outras coisas, financiaram o embelezamento da capital, Rio de Janeiro, à época do prefeito Pereira Passos. E, aqui começa a construção da imagem da “cidade maravilhosa”, com dinheiro do Acre, para se afirmar diante do poder econômico de São Paulo. É na Amazônia que se esclarece a rivalidade entre Rio e São Paulo. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 89, grifos do autor).

Apesar do crescimento da produção da borracha na Amazônia, sobretudo com o aumento da mão-de-obra disponível, não se conseguia atender de forma efetiva à demanda do mercado mundial, uma vez que, sempre havia escassez deste produto, o que contribuía para a viabilização do seu alto preço. De acordo com Clément (2008), em 1874, os ingleses

conseguiram extrair mudas de *Havea*, da Amazônia, e iniciaram a produção no sul da Ásia. Então, os asiáticos entraram no mercado da borracha em 1910 com produção em larga escala com custos bem mais baixos. Em 1913, o Extremo Oriente já produzia 48 mil toneladas do produto, o que superava a produção da Amazônia, que era de pouco mais de 39 mil toneladas.

Dessa forma, a entrada da produção asiática de borracha no mercado levou os seringais amazônicos a uma profunda crise. Com a queda dos preços, as firmas exportadoras retiraram seu capital e saíram do país, deixando a função de exportação para as casas aviadoras, que continuaram, por um bom tempo, comprando a borracha. Mas estas, aos poucos, foram sendo descapitalizadas, fazendo ruir o sistema de aviação. Vários seringais foram fechados. Mas, mesmo com essa crise, os amazônidas demonstraram a capacidade de reorganizar suas vidas numa situação desfavorável, pois aqueles que não voltaram para suas regiões de origem permaneceram no interior da floresta em seringais abandonados pelos patrões ou então em seringais que passaram a ser administrados pelos gerentes das casas aviadoras que assumiram os seringais de seringalistas com elas endividados (CLÉMENT, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2012; SANTOS, 1980).

Para manter a mão-de-obra nos seringais, os novos administradores tiveram que fazer uma série de concessões, dentre elas: a permissão da prática da agricultura, para garantir o abastecimento do território (combinação da agricultura com extrativismo) e a constituição de família pelos seringueiros, pois no período áureo da borracha era proibido. Isso permitiu o maior enraizamento dos trabalhadores no interior da floresta, além da queda dos índices de doenças e mortalidade na região com a melhoria na alimentação. Mas, durante a Segunda Guerra Mundial, com a conseqüente alta por causa da retomada da produção de borracha (evento conhecido como a “Batalha da Borracha”), o índice de mortalidade volta a aumentar devido às péssimas condições de trabalho a que os seringueiros eram submetidos. (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Nesse sentido, de acordo com Becker (2004), a colonização da Amazônia teve início com o a exploração das “drogas do sertão” e com o *boom* da borracha, depois vieram os períodos de apropriação do território (1616-1777), delineamento da Amazônia (1850-1899) e definição dos limites territoriais (1899-1930) e, pode-se, conforme a autora, identificar, a partir daí, três características dessa colonização, a saber:

- A) UMA OCUPAÇÃO TARDIA DEPENDENTE DO MERCADO EXTERNO: [...] a ocupação do que hoje é a Amazônia, do Brasil e de toda a América Latina, constitui um episódio do amplo processo de expansão marítima das empresas comerciais europeias, formando-se

essas regiões como as mais antigas periferias da economia-mundo capitalista. Em outras palavras, constituíram-se no paradigma sociedade-natureza denominado “economia de fronteira”, em que o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais, percebidos como igualmente infinitos (BOULDING, 1966; BECKER, 1997). No caso da Amazônia, sua ocupação se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguindo-se longos períodos de estagnação;

- B) A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA: como a ocupação regional se fez invariavelmente a partir de iniciativas externas, só a Geopolítica explica como foi possível controlar tão extenso território com tão poucos recursos. A Geopolítica sempre esteve associada a interesses econômicos, mas estes foram, via de regra, malsucedidos na sua implementação. Permaneceu, assim, o caráter político ideológico da atuação do governo português e depois brasileiro, que conseguiram controlar o território sem correspondente aumento da população e do crescimento econômico, isto é, sem uma base econômica e populacional estável, capaz de assegurar a soberania sobre a área. O controle do território foi mantido por um processo de intervenção em locais estratégicos – fortes na embocadura do grande rio e de seus principais afluentes –, pela posse gradual da terra (*uti possidetis*) e pela criação de unidades, administrativas diretamente vinculadas ao governo central;
- C) EXPERIÊNCIA E O CONFRONTO DE MODELOS DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL: trata-se de duas concepções distintas. Uma, baseada numa visão externa ao território, que afirma a soberania privilegiando as relações com a metrópole; ocorreu na era do marquês de Pombal durante a Colônia, o Império, no “boom” da borracha etc. A outra, baseada numa visão interna do território, fruto do contato com os habitantes locais, e privilegiando o crescimento endógeno e a autonomia local, como ocorreu com o projeto missionário. As missões ainda conseguiram o controle do território com uma base econômica organizada, o que o governo colonial não logrou realizar. Aliás, os feitos econômicos governamentais em surtos dominantes em curtos períodos de tempo e certos espaços, foram desagregadores para o vale do Amazonas, embora tenham constituído condição fundamental para a unidade política da Amazônia. (BECKER, 2004, p. 24-25).

Assim, a fase inicial da colonização da Amazônia foi marcada pela extração de produtos para exportação, como as “drogas do sertão” e a borracha, estratégias de posse e controle do território e dois modelos de ocupação. Conforme a autora, o modelo endógeno de ocupação foi muito menos expressivo após as missões, sendo hoje representado por alguns poucos projetos de colonização e, sobretudo, pelos povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos, que hoje fortalecê-lo.

Com o objetivo de acelerar o processo de colonização e ocupação da Amazônia, a partir de 1930, houve uma crescente intervenção do Estado na economia e no território, dando início à fase do planejamento regional. Esse período corresponde à implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas, quando algumas ações foram implementadas com uma preocupação

regional, tais como: a “Marcha para Oeste” e a criação da Fundação Brasil Central (1944), a inserção de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia na Constituição de 1946, a delimitação da região por critérios científicos e a criação da Superintendência de Valorização Econômica (SPVEA) (BECKER, 2004).

Sobre esse período, Oliveira (1988) ressalta que como todo o resto do mundo, o Brasil também sentiu os efeitos da Crise de 1929. Visando atenuar tais efeitos, Vargas buscou criar um projeto brasileiro de desenvolvimento industrial, fruto de novas alianças de classes e frações de classes ligadas ao aparelho estatal de poder. A Amazônia, nesse contexto, pela primeira vez ganha uma importância estratégica. No programa estadonovista, a floresta era uma preocupação geopolítica e tinha um peso importante nas políticas de fronteira e de segurança nacional. Nesse sentido, Vargas lança uma série de Programas de colonização da Amazônia, denominada “Marcha para Oeste” que consistia na ocupação dos espaços vazios.

Nesse contexto, Fatheuer (2012) salienta que em 1940 Getúlio Vargas faz um discurso em Manaus que pode ser considerado como um dos mais importantes na criação de uma moderna política desenvolvimentista para a Amazônia, que o então presidente o define como uma estratégia nacional. Então, discursou Vargas as seguintes palavras:

Nada nos deterá nessa arrancada, que é no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar, dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra e, equiparado aos outros grandes rios, irá se tornar um capítulo da história da civilização. (VARGAS, 1940, *apud* FATHEUER, 2012, p. 80).

O que marca o discurso de Vargas é a ideia de “modernidade eurocêntrica” (QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006), de região selvagem, atrasada e que precisa ser domada graças ao envolvimento e à vontade dos “civilizados”. Isso, conforme Fatheuer, é uma negação daquilo que lá existia (as culturas indígenas, por exemplo), percebido apenas como parte da natureza, como se isso fosse desvantagem, um *déficit*. Nesse teor, continua Vargas:

O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica do modo de viver dos ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, fixe-se e estabeleça a família com saúde e com conforto. (VARGAS, 1940, *apud* FATHEUER, 2012, p. 80).

Dessa forma, o discurso de Vargas de “domar” a natureza sintetiza aquilo que autores como Porto Gonçalves (2006) e Quijano (2005) chamam de “projeto civilizatório” vigente até os dias de hoje nas políticas desenvolvimentistas. Sobre isso, Porto-Gonçalves (2006) argumenta que:

A ideia de *desenvolvimento* sintetiza melhor que qualquer outra o projeto civilizatório que, tanto pela via liberal e capitalista, como pela via social-democrata e socialista, a Europa Ocidental acreditou poder universalizar-se. *Desenvolvimento* é o nome-síntese da ideia de *dominação da natureza*. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 62, grifos do autor).

Ser desenvolvido é ser, então, tudo aquilo que se afasta da natureza: o urbano, o industrializado e outros *constructos* humanos. Aqueles que se opõem à ideia-chave de desenvolvimento, com frequência, são acusados de serem atrasados, de quererem voltar ao passado, ao estado de natureza selvagem, enfim, de serem contra o progresso e o desenvolvimento. Esse discurso é muito utilizado atualmente para definir aqueles que se opõem à construção de grandes obras como barragens, rodovias, conjuntos habitacionais e de exploração mineral, dentre outros. Essa ideia permeou a política desenvolvimentista de Vargas (conforme sintetiza o seu discurso) e marca todo o processo de colonização da Amazônia, como veremos.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a ocupação japonesa dos seringais da Malásia, os aliados perdem acesso à borracha asiática, dando uma nova chance ao produto extraído no Brasil o que coloca, dessa forma, o país na rota do comércio mundial. Os Estados Unidos estavam em plena expansão e demonstravam um especial interesse pelo produto brasileiro. Ciente desse interesse, o governo brasileiro firma com o governo norte-americano o “Acordo de Washington”. Um dos pontos desse acordo era o investimento no Brasil enquanto o governo brasileiro se encarregava de arregimentar mão-de-obra para os seringais da região, levando à ocorrência da segunda corrente migratória para a Amazônia (PEIXOTO, 2009; NASCIMENTO, 1998).

Nascimento (1998) elaborou um resumo dos principais pontos do referido acordo. Assim, ficaram estabelecidos os seguintes compromissos:

- 1) O Brasil concordava em vender para a *Rubber Reserve Company* toda a borracha excedente às necessidades do consumo interno;
- 2) O preço teto fixado para a borracha era de 39 contos por libra para a qualidade fino-lavada (borracha de melhor qualidade, sem impurezas);
- 3) A *Rubber Reserve Company* concedia um prêmio de 2,5 contos, por libra-peso, para toda a borracha exportada que excedesse a 5.000

- toneladas; ultrapassando este limite, o prêmio seria elevado para 5 contos por libra-peso;
- 4) O produto destes prêmios seria aplicado, conjuntamente com o crédito de cinco milhões de dólares concedido ao Brasil, no imediato desenvolvimento da produção, considerando-se não somente a melhoria de sua qualidade, como as condições gerais da região e do trabalhador, através de um plano de sistematização; o Brasil tudo faria para aumentar a produção e, tendo em vista as necessidades dos Estados Unidos, venderia também a produção de borracha manufaturada excedente ao consumo interno;
 - 5) O Brasil designaria uma única agência de compra e venda para adquirir no interior e colocar no exterior e nas fábricas nacionais toda a produção de borracha;
 - 6) Os Acordos tinha a duração de cinco anos, com direito a reajustamento periódico de preços durante os três últimos anos, levando-se em consideração as circunstâncias que, porventura, viessem a afetar o custo da produção. (NASCIMENTO, 1998, p. 3-4).

Com a assinatura do referido Acordo, a quantidade de extratores de borracha, na década de 1940, chegava a 34 mil, o que produzia uma média anual de 16 mil toneladas. Mas, como era desejo dos Estados Unidos de pelo menos quintuplicar a produção da borracha, o governo brasileiro criou uma ação de política pública chamada “Batalha da Borracha”. Para implementação dessa Batalha, os governos estadunidense e brasileiro criaram uma série de órgãos e instituições que de acordo com Nascimento (1998) são:

- **Banco de Crédito da Borracha:** responsável por fomentar a produção com a concessão de crédito para a empresa extrativista, em como por exercer o monopólio final da compra e venda da borracha, tanto interna como externa; criado através do Decreto de Lei nº4.841, de 17 de outubro de 1942;
- **Departamento Nacional de Imigração:** Ficou encarregado de recrutar e encaminhar trabalhadores para a Amazônia e fiscalizar outros órgãos envolvidos na Batalha;
- **Comissão de Controle dos Acordos de Washington:** responsável por coordenar e auxiliar nas atividades de grupos brasileiros e estadunidenses que atuariam na operacionalização da "Batalha da Borracha", criada através do Decreto de Lei nº4.523, de 25 de julho de 1942;
- **Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico:** responsável por abastecer com gêneros alimentícios o Vale Amazônico e coordenar as medidas a serem tomadas com os Estados da região visando ao abastecimento e incremento da produção de alimentos, providenciando a aquisição das mercadorias, dentro e fora do

país, e seu transporte para a Amazônia, formando estoques; criada através do Decreto de Lei nº5.044, de 04 de dezembro de 1942;

- **Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia**, depois, substituído pela **Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia** que tinha por objetivo recrutar, encaminhar e colocar trabalhadores nos seringais, transportando-os até Belém;
- **Serviço Especial de Saúde Pública**: criado para prestar assistência médica e sanitária aos "soldados da borracha";
- **Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará**: criado para transportar os "soldados da borracha" dos portos de Belém para Manaus, Porto Velho e Acre.

Para colocar em prática a “Batalha da Borracha”, o governo brasileiro desencadeou uma série de propagandas, tentando convencer a população brasileira a apoiar e/ou participar dessa ação, por causa da Segunda Guerra Mundial, em defesa da “pátria ameaçada”, como mostra a figura 3.

Figura 3: Cartazes de propaganda governamental para mobilização de soldados para a “Batalha da Borracha” na Amazônia, 1943.



Fonte: O Etnobotânico. Disponível em: <https://oetnobotanico.wordpress.com>

Dessa forma, apelava para os sentimentos patrióticos dos brasileiros. As propagandas eram divulgadas principalmente no Nordeste, como mostram os dois trechos de discursos de Vargas reproduzidos pelo Jornal O Acre de 1943, transcrito por Nascimento (1998).

Seringueiros: Dediquei todas as energias à batalha da borracha. Precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna, pois são grandes os equipamentos que necessitam da goma elástica, produzidos sem repouso, colhendo o látex abundante das seringueiras do Vale Amazônico. Nas guerras modernas não fazem parte somente os soldados que estão nos campos de batalha, mas, toda a Nação: homens e mulheres, velhos e crianças. A vós, desbravadores da Amazônia, sois os mais importantes soldados. Unidos veremos sibililar a bandeira do Brasil. (JORNAL O ACRE n. 742 de 20.05.43 *apud* NASCIMENTO, 1998, p. 10).

Seringueiros! (...) o instante que atravessa a Pátria não deixa a nenhum filho do Brasil o direito de esquivar-se do cumprimento do dever. Os esforços de guerra que empreendemos para derrotar os soldados tiranos, e as batalhas que travamos nos campos, fábricas, mares, céus, escolas, lares, templos de fé e etc., estão a exigir de todos nós- soldados da liberdade - uma contribuição maior e melhor pela vitória do Brasil e dos aliados. Todas as nossas atenções e preocupações devem estar voltadas neste momento grave de nacionalidade para a voz de comando do chefe nacional Getúlio Vargas obedecendo com energia e boa vontade, afim de que mais tarde, vitoriosos, olhemos com orgulho o passado de cabeça erguida, entreguemos a nossos filhos e legado dos nossos maiores: A Pátria estremecida, com sua história acrescida do nosso exercício e do amor ao Brasil. (JORNAL - O ACRE n. 742, 30.05.43 *apud* NASCIMENTO, 1998, p. 10).

Com essas propagandas, o governo brasileiro conseguiu mobilizar um exército de extratores a caminho da Amazônia. Os trabalhadores, conforme Nascimento (1998), seguiram para a Amazônia como se fossem realmente para um campo de batalha, inclusive com alistamento e concessão de uniformes, já que seriam os “soldados da borracha”.

Além de apelar para os sentimentos patrióticos, os órgãos responsáveis pelo recrutamento dos trabalhadores utilizavam propagandas enganosas de acordo com as quais a Amazônia era um paraíso e aqueles que entrassem na batalha teriam grandes possibilidades de enriquecer. Nascimento (1998), em suas pesquisas, constatou, a partir de entrevistas de quem viveu a época, que cartazes (figura 3) eram colocados nos pontos de recrutamento e mostravam os seringueiros no meio da floresta, extraindo *látex* e enchendo tambores como se fosse nos seringais da Amazônia. Na verdade, as fotografias retratavam os seringais da Malásia, cuja realidade era bem diferente daquela da região amazônica. Nesse sentido, milhares de nordestinos se “alistavam” para participar do “exército” com o sonho de enriquecimento e partiam para a floresta, enfrentando longas viagens em barcos desconfortáveis e perigosos. Assim,

A viagem era longa e cansativa, em navios superlotados, sem o mínimo conforto, onde viajavam mais de mil pessoas, homens, mulheres e crianças, gerando caos e tumulto, num moderno navio negreiro. A alimentação era de péssima qualidade. Ao chegarem a Belém e a Manaus a situação piorava.

Muitos chegavam doentes, outros adoeciam nas pousadas onde eram jogados. Segundo os depoimentos dos "soldados da borracha", eles eram "amontoados como animais, sofrendo fome e humilhações". Nas pousadas ficavam esperando dias ou meses até chegarem aos seringais. Neste "exército da borracha" morreram mais "soldados" do que no exército da Força Expedicionária Brasileira que lutava nos campos da Itália, para onde foram enviados, no período de junho de 1944 a fevereiro de 1945 um total de 25.334, pessoas. Destes, apenas 15.059 constituíam o grupo de artilharia e 10.265 era o pessoal de apoio como o grupo de depósito e das várias divisões dentro dos escalões. (NASCIMENTO, 1998, p. 12, grifos do autor).

Assim, muitos trabalhadores, ao chegarem à região, viviam em condições precárias, sendo alojados em barracões, sem nenhuma assistência por parte do governo e dos órgãos responsáveis, pois as pessoas que trabalhavam em tais instituições e órgãos não cumpriam seu papel satisfatoriamente e/ou não estavam preparadas para tais funções, fato que contribuiu para o insucesso da “Batalha da Borracha. Muitos trabalhadores contraíam doenças, abandonados, morriam e/ou ficavam inabilitados.

Com o fim do ciclo da borracha, muitos trabalhadores voltaram para suas regiões de origem. Outros ficaram, vivendo do extrativismo e da agricultura de várzea no interior da floresta, que garantiam a subsistência. O rio continuou sendo a base de apoio dos amazônidas. De acordo com Porto-Gonçalves (2012):

[...] é possível identificarmos um modelo de ocupação tradicional na Amazônia plasmado por meio de um intercâmbio orgânico com os ecossistemas: o rio, vertedouro natural de toda a água que circula através da floresta, solo e atmosfera, que serviu para diferentes atividades que se desenvolveram explorando a floresta, os campos e as várzeas. [...] Foi pelos rios que se garantiu a conquista da região. O controle geopolítico da foz da bacia, por meio da cidade de Belém, foi decisivo para o domínio da maior parte da região, por Portugal. Na dificuldade de ocupação efetiva das terras pela escassez demográfica do próprio colonizador, o controle das águas foi decisivo. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 94).

Nesse sentido, o autor salienta, também, que a fartura de recursos que a floresta oferecia permitiu que se desenvolvesse uma forte economia de subsistência, o que fez surgir um personagem muito comum na região: o caboclo. Esses caboclos colaboravam para o abastecimento do comércio de muitas cidades da região, principalmente Manaus e Belém que polarizavam tudo que eram trazidos dos longínquos rincões da floresta pelo regatão que subia o rio levando aos ribeirinhos o que não produziam e trazendo os produtos para o abastecimento do comércio.

4.1.3 A colonização ao sul e ao sudeste da Amazônia e os conflitos com os Akwê-Xerente: conflitos, fragmentação e demarcação de suas terras

Como vimos, o que levou a colonização da parte norte da Amazônia foi a ação missionária, as “drogas do sertão”, de resgates e, posteriormente, a exploração da borracha. Ao sul e ao sudeste da Amazônia, a grande “alavanca” da colonização, conforme Oliveira (1983) foi o bandeirante paulista, que ia atrás de metais e de índios, e os sertanistas, que também iam à procura do escravo indígena. Essas empreitadas de busca de metais preciosos e de escravos e, portanto, de domínio do território por parte da Coroa portuguesa, resultaram em diversos conflitos com os indígenas. No caso dos *Akwê*, a colonização do território deles e os conflitos daí decorrentes causaram a fragmentação territorial e o decréscimo populacional.

De acordo com Oliveira (1983), o ouro, a prata e as pedras preciosas sempre foram os principais motivos para se que chegar à Amazônia, mas sua empresa, embora recomendada por Portugal, era bastante difícil, pois ficavam em uma floresta imensa e o caminho era pelas águas. Desse modo, várias incursões na Amazônia com esse objetivo foram feitas. Dentre vários insucessos, uma se sobressai entre todas as outras, por causa do movimento de expansão que ela causou: a Bandeira do padre Antônio Raposo Tavares. Ele saiu de Lisboa e chegou ao Brasil à procura de paulistas que relatavam terem descoberto minas de ouro na cabeceira do rio Tocantins. Nessa busca, em 1651, uma bandeira com 59 paulistas e índios saiu de São Paulo e depois de passar por vários lugares chega à região do Tocantins.

A partir disso, várias excursões à procura de pedras preciosas chegaram à Amazônia do século XVII, Somente a partir do século XVIII o ouro começou a ser desvendado e explorado, em Cuiabá (Mato Grosso), escoado pelo rio Madeira, e no Norte Goiano (atual Estado do Tocantins), escoado pelo rio Tocantins. A exploração do ouro foi fator primordial para a colonização e o povoamento dessa região, bem como contribuiu para que Portugal estendesse seus domínios e posses na América do Sul. Esse povoamento se deu através da criação de “arraiais”, muitos dos quais culminavam em núcleos urbanos, como Cuiabá e Cidade de Goiás (antiga Vila Boa e capital do Estado de Goiás). Isso, também, trouxe autonomia para Goiás e Mato Grosso, visto que até 1749 essas duas regiões pertenciam à capitania de São Paulo (OLIVEIRA, 1983).

A colonização dessa região não foi uma empresa pacífica, pois os bandeirantes encontravam muita resistência dos povos indígenas. De acordo com Oliveira (1983):

[...] a investida dos bandeirantes sobre os grupos tribais que se localizavam em Goiás e no Mato Grosso foi de tal forma violenta que, embora estejamos fazendo apenas um resumo da ocupação ao sul e ao sudeste da Amazônia, parece-nos claro que, tanto aí como ao norte, ao leste e ao oeste dessa mesma região, o processo, com relação aos seus primeiros ocupantes, os índios, foi bastante semelhante: a ocupação das terras indígenas, a escravização do índio e o extermínio de grupos tribais. (OLIVEIRA, 1983, p. 197).

No caso do antigo Norte Goiano, a resistência vinha dos indígenas que habitavam as margens do rio Tocantins: o povo *Akwẽ*. Nesse contexto de corrida pelo ouro é que se inicia o contato com os *Akwẽ-Xerente*, conforme a historiografia já produzida (por não indígenas, porém uma visão sobre os povos indígenas) sobre esse povo. A colonização da Bacia Araguaia-Tocantins por bandeiras em busca de jazidas de ouro assim começou nessa região da Amazônia (SCHROEDER, 2010).

De acordo com Farias (1990), que estudou os escritos existentes, o primeiro contato dos *Akwẽ* com os não indígenas remonta ao século XVI, com a chegada dos jesuítas e pela primeira “ocupação” dos seus territórios tradicionais pelos colonizadores da região amazônica em busca de pedras preciosas e indígenas que eram aprisionados para, então, servirem de mão-de-obra para tal empresa. Mas, foi apenas no século XVIII que se percebeu de forma mais direta uma ocupação dedicada exclusivamente para a mineração, seguida das políticas de aldeamento nos séculos XIX e XX.

De Paula (2000) analisando a historiografia disponível sobre o contato desses povos com os não-indígenas, salienta que o processo de colonização desses territórios foi marcado por fortes conflitos e fragmentações de suas terras. Para o autor, é ponto pacífico entre diversos autores que os Xavante e os Xerente, antes da colonização dessa região da Amazônia, faziam parte do mesmo tronco etnolinguístico, autodenominado *Akwẽ*. A separação geográfica entre esses dois subgrupos teria ocorrido por volta de 1820 com a migração dos Xavante em direção ao rio Araguaia e, posteriormente, ao rio das Mortes, enquanto os Xerente teriam permanecido na bacia do médio Tocantins. Essa separação teria se dado em virtude de uma provável estratégia diante do contato com as frentes colonizadoras instaladas na região.

Ravagnani (1991), a partir de informações de missionários e viajantes, ressalta que diante da invasão do território dos *Akwẽ*, os Xavante fugiram do contato com os brancos, enquanto os Xerente resolveram permanecer. Os Xavante, conforme o autor, eram vistos como bárbaros e indomáveis, enquanto os Xerente, dóceis e desejosos de contato com os não-indígenas.

[...] os favoráveis se mantinham em seu território, indiferentes ou até desejosos de contato com os “civilizados”, enquanto aqueles que se recusavam a isto, com grande mobilidade horizontal, procuravam se afastar, espalhando-se pelo norte da província, atacando arraiais, fazendas e aldeias, como aconteceu em 1824 com Graciosa. A estes os colonizadores começaram a [...] chamar de Xavante e, por suas atitudes deram-lhes os adjetivos “ferozes”, “bravios”, “bárbaros, [...]”, aos outros chamaram [...] de Xerente. (RAVAGNANI, 1991, p. 66, grifos do autor).

Mas, De Paula (2000) questiona as ideias de Ravagnani tratar os Xerente como “desejosos” pelo contato, considerando-a como taxativa e preconceituosa. Para o autor, entre outras coisas, a literatura oficial aponta esse povo como um grupo próprio e aguerrido e não como parte dos *Akwẽ* mansos. Ressalta ainda que os Xerente foram citados como problema nacional durante o primeiro quarto do século XIX. De acordo com Silva (2015, p. 185), os conflitos entre esse povo e os colonizadores eram tão graves que várias tentativas foram feitas no sentido de diminuí-los como a criação da aldeia de Graciosa, que foi uma tentativa de aldeamento desse povo “no bojo de um acordo de paz que determinava que o território abaixo da cachoeira de Lajeado seria território Xerente”.

Alguns autores, como Silva (2015), De Paula (2006) e Schroeder (2010), buscaram nos registros e nas informações orais uma referência sobre o território dos *Akwẽ* antes do processo de colonização e dos conflitos gerados a partir daí. Silva (2015), por exemplo, ressalta que não se pode delimitar a área dos *Akwẽ* com base em fontes documentais, esparsas dos séculos XVIII e XIX, mas aliada a isso, a partir de fontes orais de informação sobre os Xerente pode-se deduzir a localização das aldeias nesse período e o raio de conflitos entre a população indígena e não indígena.

A partir de pesquisa na literatura disponível sobre o tema, Silva afirma que os registros mais antigos encontrados apontando pistas sobre a localização geográfica dos *Akwẽ* foram feitos a partir de 1812. Para uma organização didática dessas informações, o levantamento do autor será apresentado no quadro 3. Já os mapas 3 e 4 mostram que a movimentação dos indígenas foi ao sentido contrário da entrada de frentes colonizadoras.

Quadro 4: Alguns estudos que apontam pistas sobre as antigas terras *Akwẽ* entre os séculos XVIII e XX

Ano	Autor	Publicação	Localização das aldeias <i>Akwẽ</i> registrada pelos respectivos autores
1812	Pe. Luiz Antônio da Silva e Souza	O descobrimento da Capitania de Goyaz (1967)	Cachoeira do Lajeado (Lajeado) no Tocantins, se estendendo até os sertões do Duro, entre o rio Preto e o Maranhão, onde têm sete aldeias.
1812	José Martins Pereira de Alencastre	Anais da Província de Goiás (1864)	Região do médio rio Tocantins entre os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno
1816	Johann Emanuel Pohl (médico, geólogo e botânico austríaco)	Viagem ao interior do Brasil (1976)	Três aldeamentos de Xavantes e Xerentes à direita do Tocantins; e que havia evidências de outras aldeias, como Panela de Ferro, localizada à margem esquerda desse rio.
1823-1826	Raymundo José da Cunha Mattos (tenente-coronel, governador de armas de Goiás)	Chorografia histórica da Capitania de Goiaz (1874-1875)	Abaixo das ilhas da Balisa, no rio do Sono; na aldeia Cocal Grande, situada à margem direita do rio Manoel Alves Grande; e em todo o “sertão”, desde Registro seguindo até as serras de Mangabeiras e Figueiras.
1897	Henri Coudreau (viajante e corógrafo francês)	Voyage au Tocantins-Araguaia (1897)	região do rio do Sono, repartidos em sete aldeias, cinco à margem esquerda do Tocantins e duas à margem direita
1915	José Feliciano de Oliveira (cronista)	Os Cherentes aborígenes do Brasil Central. <i>In</i> : Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil	Às margens do rio Tocantins
1927	Basílio de Magalhães	Prefácio de Algumas notas sobre os Xerente. <i>In</i> : Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1927)	Doze aldeias: sete situadas na margem esquerda do rio Tocantins e cinco à margem direita.
1928	Urbino Viana	Akuen ou Xerente. <i>In</i> : Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Doze aldeias: oito aldeias à margem esquerda do rio Tocantins e quatro a margem direita
1930	Curt Nimuendaju (etnógrafo)	The Serente (1942)	Sete aldeias na margem direita do Tocantins (sendo duas ao norte do Ribeirão Gorgulho, uma nas margens do ribeirão Pendanga, uma situada no médio curso do ribeirão Porteiras, uma erguida junto a afluenta do ribeirão Piranha, uma junto a cachoeira Funil e uma na margem direita do rio Sono) e duas na margem esquerda (uma nas proximidades do rio dos Bois e uma nas margens do ribeirão Sucuriçu.
1930-1934	Julio Paternostro (médico)	Viagem ao Tocantins (1945)	Localizavam-se na vizinhança da vila goiana de Pedro Afonso e expandiam-se para oeste, a pouca distância da foz do rio do Sono.
1950-	David Maybury-Lewis (antropólogo inglês)	Dialectal societies: the Gê and Bororo of Central Brasil	Sete aldeias na margem direita do rio Tocantins (obeserva-se uma aglomeração de aldeias ao redor de dois postos do SPI, um na foz do ribeirão Porteiras e outro na foz do rio Preto)

Fonte: Silva (2015)

Elaboração: Marcelo Venâncio

Com esse levantamento, pode-se compreender a dinâmica territorial; percebe-se uma movimentação dos *Akwẽ* em sentido contrário às fronteiras de colonização. Como De Paula (2000), Silva (2015) também discorda de teses já consolidadas por alguns estudiosos (como Ravagnani, 1991) de que os indígenas optaram por conviver com os colonizadores. De acordo com autor, a localização dos *Akwẽ* mais ao norte do antigo Estado de Goiás (atual Estado do Tocantins) mostra uma contradição nessa tese:

A localização espacial do povo Xerente mais ao norte de Goiás provavelmente aponta para uma perspectiva que contradiz um ponto de vista já consolidado sobre esse povo indígena: o de que os Xerente decidiram ficar e conviver com os não índios. Se observarmos o mapa da área de ação do povo Xerente, percebe-se que a movimentação dos indígenas ocorre em sentido de se afastar das fronteiras de ocupação dos não indígenas. [...]. Nessa movimentação, ocuparam os espaços deixados pelos Xavante quando parte deles foram aldeados no Carretão (Pedro III, em 1788, um aldeamento ao sul do estado) e, mais tarde, quando esse mesmo povo foi habitar na região do rio das Mortes, em Mato Grosso. Nesse tempo, a movimentação dos Xerente levou a uma ocupação mais significativa na margem esquerda do rio Tocantins, porém as fontes indicam sempre uma maior concentração de moradias na margem oriental desse rio. (SILVA, 2015, p. 182).

Silva (2015) argumenta que houve uma redução do território desde o século XVIII com a intensificação da colonização na região e a consequente invasão dos criadores de gado e o estabelecimento de fazendas nessa área da Amazônia Legal.

De Paula (2000) também fez um levantamento da antiga área de abrangência dos *Akwẽ* bem como da composição desse povo. Conforme já mencionado, os Xavante e os Xerente são dois subgrupos dos *Akwẽ*, mas alguns estudos levantados pelo referido autor também apontam semelhanças linguísticas entre esses dois subgrupos e os Xacriabá e os Acroá. A partir da consulta a literatura existente, o autor argumenta que:

De maneira geral, os relatos escritos de época assinalam que, durante os séculos XVIII e XIX, os *Akwẽ*, incluindo os Acroá e os Xacriabá, ocupavam extensa faixa de território com as seguintes fronteiras: ao norte, junto ao rio Manoel Alves Grande, onde se localizavam os Krahô; a oeste, junto à ilha do Bananal, ocupada pelos Karajá e Javaé; ao sul, nos limites dos arraiais então já ocupados pelas frentes pioneiras que seguiram as entradas e bandeiras; e, a leste, um que compreendia uma região entre o nordeste da Província de Goiás, o sul do Maranhão, o oeste do Piauí e noroeste da Bahia, além de parte de Minas Gerais. (DE PAULA, 2000, p. 44).

Para o autor, existem algumas hipóteses de que parte desse grupo migrou de áreas próximas ao litoral bahiano, de Minas, do Maranhão e do Piauí fugindo das frentes

agropastoris, até ser encurralada na bacia do Tocantins-Araguaia por outros grupos indígenas, pelas bandeiras e frentes mineradoras que ocupavam a região. Diante dessas suposições apontadas pela literatura histórica, De Paula (2000) argumenta que isso mais confunde do que esclarece a compreensão e análise da história do contato *Akwẽ* com os não-indígenas:

Essa confusão identitária e de procedência tem implicações substanciais quando nos propomos a apreender e analisar a história do contato dos *Akwẽ*[...]com os segmentos não-indígenas. Ora como *Akwẽ*, ora como Xavante e Xerente; ora ainda como Xacriabá ou Acroá, os relatos que dão conta desta que pode (ou não) ter sido uma única nação indígena, mais confundem do que esclarecem o que provavelmente foi um quebra-cabeça geopolítico extremamente complexo, o que mereceria um estudo bastante detalhado. (DE PAULA, 2000, p. 47).

Diante disso, De Paula comenta que a historiografia oficial tratará de maneira distinta os subgrupos *Akwẽ* a partir do século XVIII, pois são maiores os relatos sobre os primeiros contatos mais intensos com a sociedade não indígena por parte dos Xerente, Xavante, Xacriabá e Acroá.

Schroeder (2010), em sua pesquisa sobre os *Akwẽ* do século XVIII, ressaltou que a resistência destes e outros povos à colonização europeia e à consequente invasão de seus territórios suscitaria reações do poder público e dos colonizadores, alternando-se guerras de extermínio, aldeamentos e proselitismo missionário. Nesse sentido, o autor argumenta que:

O Marquês de Pombal, em 1755, impusera uma política de integração dos índios, através dos aldeamentos, sob a direção de diretores leigos, em lugar dos jesuítas, expulsos em 1759. Segundo Mary Karasch, após as reformas de Pombal, os índios resistiram ao trabalho escravo, fugiram e começaram a atacar as fazendas e cidades mineiras. Punições foram autorizadas e, em 1784, foi fundado o aldeamento do Carretão, após a guerra movida contra os Akroá, Xakriabá e Xavante, pelo governador Tristão da Cunha. (SCHROEDER, 2010, p. 68)

Com relação aos *Akwẽ*-Xerente, o autor relata que este grupo habitava entre as caatingas do médio Tocantins e os rios Manuel Alves Grande e o aldeamento mais conhecido foi o de Theresa Christina que, posteriormente, passou a se chamar Piabanha e, hoje, é o município de Tocantínia. Esse aldeamento, criado em 1851, pelo italiano capuchinho frei Rafael de Taggia, chegou a reunir aproximadamente 2.139 Xerente e Xavante. Schroeder resalta ainda que nos textos deixados por Taggia (1898), o autor escreveu que esse povo foi dizimado pelas epidemias frequentes e pelas Entradas e Bandeiras, mas “como são muito prolíficos, e continuando a viver em paz, ficaram vistosamente aumentados. Recomenda

assim que o governo providencie o sustento deles, tanto mais que os produtos de casa vão ficando diminuídos” (TAGGIA, *apud* SCHROEDER, 2010, p. 69).

Alguns anos depois, já aldeia Piabanha, Schroeder cita outro estudo que mostra um declínio dessa população.

Em 1852, frei Rafael de Taggia registrou 2139 Xavante e Xerente na aldeia que, em 1874, abrigava 3 mil Xerente e Krahô. Seis anos depois, apenas 2 mil Xavante e Xerente eram contados em Piabanhas, habitando 220 casas cobertas de palha, e vivendo da pesca, agricultura e navegação fluvial. A aldeia tinha uma escola primária com 31 crianças, uma capela e um missionário residente, frei Antonio de Gange. Em 1886 apenas cem lares restavam, com 1500 ‘almas’, das quais quase a metade (setecentas) tinha sido batizada em 1882. No final do século, restavam algumas centenas de Xerente; todos os Xavante estavam extintos. (KARASCH, *apud* SCHROEDER, 2010, p. 69).

Assim, antes da demarcação das TI Funil e Xerente em 1971, duas importantes tentativas colonialistas de aldeamento foram feitas. A primeira, com a aldeia de Graciosa em 1824 a mando do Governador das Armas da Província de Goiás, Raimundo José da Cunha Matos, a partir de um acordo de paz, conforme mencionado. Nesse acordo, as terras abaixo da Cachoeira de Lajeado seriam o território Xerente. A segunda tentativa de delimitação foi o aldeamento Theresa Christina. Nessa tentativa, os Xerente foram retirados de áreas que ficavam nas proximidades de Porto Imperial. (SILVA, 2015).

Com essas tentativas colonialistas de aldeamento, o objetivo principal era a “pacificação” dos *Akwẽ*. No aldeamento Theresa Cristina, por exemplo, foi permitida e até incentivada a ocupação de não indígenas na margem do rio Tocantins, pois acreditava-se que o contato poderia pacificá-los. Sobre isso, Silva (2015) escreve que:

Adotando uma prática dos capuchinhos³⁷ de sempre permitir, quiçá estimular, a ocupação nas proximidades dos seus aldeamentos, na década de 1870, frei Antônio de Ganges, na ocasião, missionário responsável pela orientação espiritual dos Xerente no aldeamento de Piabanhas, permitiu a reunião de um grupo de não índios em torno de uma igreja próxima ao aldeamento. (SILVA, 2015, p. 185-186).

³⁷ Citando o estudo de Marta Rosa Amoroso, Silva (2015) ressaltou que a catequese capuchinha seguindo a Lei de 1845 “Estimulava a introdução de moradores não índios (militares, comerciantes, colonos, escravos e ex-escravos negros) nos aldeamentos, propiciava a convivência dos militares e corpos de guarda com os índios nas frentes de trabalho, dava permissão de estabelecimento de pontos de comércio dentro do aldeamento. [...] estes é um dos pontos de divergência do projeto capuchinho com a missão indígena dos jesuítas: a abertura dos aldeamentos para não índios foi evitada no período colonial, pelo menos enquanto a companhia de Jesus impôs as ordens.” (AMOROSO, *apud* SILVA, 2015, p. 186).

Diante disso, no processo de colonização do território *Akwẽ* além de propiciar a diminuição e a fragmentação da área de abrangência, houve, também, um decréscimo populacional significativo, apontado por Schroeder (2010) quando confrontados os dados existentes sobre o número de aldeias e população já no século XX, como mostra o quadro 5.

Quadro 5: População e aldeias Xerente entre 1928 e 1937

Ano	População	Aldeias
1928	1.364	12
1929	800	-
1930	500	9
1937	300	7

Fonte: Schroeder (2010)
Organização: Marcelo Venâncio, 2020

Os dados de Urbino Vianna apontam que no ano de 1928, os *Akwẽ* somavam 1.364 pessoas divididas em 12 aldeias. Em 1929, nos dados do SPI, essa população já era de apenas 800 pessoas. Já Curt Nimuendaju registrou os dados populacionais em 1930 e 1937. Em 1930 havia um contingente populacional de somente 500 pessoas divididas em 9 aldeias e, em 1937, esse número caiu para não mais que 300 pessoas divididas em 7 aldeias.

Schroeder (2010) aponta que durante a sua passagem pelas terras *Akwẽ* na década de 1930, o etnógrafo Curt Nimuendaju descreveu uma epidemia de “bexiga”³⁸ por toda parte. Essa epidemia pode explicar, também, o declínio populacional desse povo. Já no ano de 1941, Schroeder, com base em um senso do SPI, afirma que houve um leve aumento populacional de 300, em 1937, para 374 habitantes divididos em 7 aldeias, mas é importante ressaltar que esse levantamento feito pelo autor foi elaborado a partir de diversos estudos, não podendo assim trazer uma exatidão da evolução ou involução populacional dos *Akwẽ*, mas essas aproximações auxiliam na compreensão dos efeitos da colonização sobre esse território.

Diante desse estado desolador a que os *Akwẽ* estavam submetidos, na década de 1940, o SPI interveio transferindo esse povo para sua atual área (Funil e Xerente). Isso fez com que perdessem locais históricos na margem esquerda do Tocantins, mas essa transferência não surtiu os resultados esperados, pois, 15 anos mais tarde, o antropólogo inglês David Maybury-Lewis relata um quadro de penúria e intensos conflitos.

³⁸ Bexiga era o nome popular que se dava à varíola (Orthopoxvirus) à época.

Maybury-Lewis relata um quadro continuado de penúria, falta de assistência, conflitos com criadores de gado, as suas terras cercadas e se reduzindo. O pesquisador se hospedou com o cacique Jacinto, na aldeia Gorgulho. Os seus informantes reivindicavam sua terra de volta, indicando limites antigos que incluíam uma aldeia conhecida por Panela de Ferro. Quanto aos colonos, eles estavam em estado de perpétua indignação com os Xerente, e estes se queixavam de estar sendo expulsos de Tocantínia. (SCHROEDER, 2010, p. 73).

A demarcação das terras dos *Akwẽ* na década de 1970 não considerou uma parte dessas áreas tradicionalmente ocupadas por esse povo. A demarcação de terras indígenas se dá em meio às várias tensões e conflitos dos indígenas com os não indígenas que se instalaram na região, principalmente os grandes fazendeiros. Schroeder (2010), pesquisando os jornais escritos no período da demarcação ressalta que a situação de conflitos atingiu seu ponto máximo quando os indígenas ocuparam diversas fazendas da região exigindo que os fazendeiros se retirassem dali. Nesse estado de conflitos, o *Akwẽ* Salu que residia na aldeia Funil foi baleado pelo fazendeiro Judiá Pinto, revoltado pela perda de várias reses³⁹ de gado.

De Paula (2000) ressalta as lutas constantes dos *Akwẽ*, a partir de 1970, para a demarcação definitiva de suas terras. A partir de mobilizações, exigiam a saída de fazendeiros que ocupavam a região. O autor traz algumas reportagens de jornais de nível nacional narrando conflitos nunca vistos:

- Aldeias xerentes declaram guerra para retomar as terras dos índios.

Em sete aldeias dispersas numa área de quase 2 mil quilômetros quadrados, 320 xerentes estão vivendo uma atmosfera de trincheira de guerra. Eles prometem abandonar as leis e os códigos dos cristãos, restaurar o espírito guerreiro e abrir a arco e flecha o círculo no qual foram implacavelmente fechados pela civilização [...] No mesmo cenário,... pequenos fazendeiros e roceiros põem-se desordenadamente em fuga. (JORNAL DO BRASIL, 07/09/1971).

- Índios abrem luta em Goiás.

Informações chegadas ontem à tarde em Goiânia dão conta de que 260 índios Xerentes tentam assumir o controle do município de Tocantínia, tendo já saqueado algumas fazendas. Diversas famílias já se transferiram da cidade para Miracema do Norte, à margem esquerda do Tocantins. O prefeito Valperino Gomes dirigiu apelo ao governo goiano. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 03/09/71).

-Índios expulsam brancos de suas terras em Goiás.

³⁹ De acordo com o Dicionário Aurélio (2001) reses é o plural de rês. Refere-se a quaisquer animais que são abatidos e cuja carne é usada na alimentação humana; os animais quadrúpedes, de quatro patas, mortos para alimentação humana.

Aproximadamente 250 índios da tribo dos Xerente, protegidos pela guarda indígena, entraram em choque com a população do município de Tocantínia. (FOLHA DA TARDE, 06/09/71)

Esse clima de tensões e conflitos motivou a formação de uma comissão mista, com representantes da Funai e do governo do Estado de Goiás, cujo objetivo era estudar uma proposta de delimitação das áreas dos *Akwẽ*-Xerente. Assim:

Pressionado pelas autoridades locais, sob o argumento de que a área pretendida alcançaria 80% do território do município⁴⁰, inviabilizando-o economicamente, o grupo de trabalho então constituído pelas Portarias 60/E/71 e 80/E/72 afinal concordou com a redução da área reservada para 167.542 hectares. (SCHROEDER, 2010, p. 73).

Com redução, a área Xerente foi assim delimitada: a TI Xerente, delimitada em 1972 pelo Decreto Presidencial de n. 71.107 de 14 de setembro de 1972 homologado pelo Decreto n. 97.838 de 16 de junho de 1989 e; sua área contínua TI Funil, delimitada pelo Decreto Presidencial n. 1.187 de 24 de fevereiro de 1982 homologado pelo Decreto n. 269 de 29 de outubro de 1991(ver mapa 2 da seção dois). As duas áreas delimitadas somam 15.703,797 hectares (SCHROEDER, 2010; SILVA, 2015; LIMA, 2016).

Mesmo com a delimitação das TI Xerente, os conflitos continuaram, pois, de acordo com Lima (2016), alguns fazendeiros se recusavam a deixar as áreas demarcadas. Os próprios indígenas promoveram a retirada dos invasores de suas terras. Schroeder (2010) relata que, após a demarcação, em 6 de julho de 1976, um conflito ocasionou a morte de 3 pessoas.

Os Xerente começaram a abrir uma roça na região do Baixão. Estavam acampados ali, realizando o serviço, quando, ao amanhecer, chegaram, numa camionete C-10, Deusdete Carneiro, ex-vereador; seu irmão, o tenente Antonio F. Carneiro, da polícia de São Paulo; Cândido, peão dos Carneiros, e o vaqueiro de nome Cristino. No confronto, morreram os irmãos Carneiro e Cândido, enquanto o vaqueiro Cristino fugiu. Do lado dos índios, Marcelino teve um olho vazado por um tiro e João Srênoku foi alvo de vários disparos. Segundo um jornal da época, detonado o tiro que perfurou o olho de João Srênoku, “os Xerente logo se armaram com os pedaços de pau que iam sendo encontrados nas imediações e enfrentaram seus agressores, matando três deles”. O mesmo jornal ainda informa que a Polícia Federal apreendeu “no local da agressão – dentro dos limites do PI Xerentes – as armas deixadas pelos brancos; além de dois revólveres, um mosquetão (privativo das Forças Armadas) e sua munição”. Os dois Xerente gravemente feridos ainda moravam no PI Xerente em 2004. (SCHROEDER, 2010, p. 73).

⁴⁰ Trata-se do Município de Tocantínia.

Com relação às Terras Indígenas Funil, os líderes *Akwẽ-Xerente* reivindicavam a demarcação de 32.400 hectares. Conforme Schroeder (2010):

No entanto, o delegado da Funai, Ivan Baiocchi, efetuou gestões, afinal infrutíferas, para a remoção dos cerca de setenta moradores e chegou a lhes oferecer um projeto agrícola de médio porte, a ser implantado dentro da reserva já demarcada. Somente em 1979, quando outra vez acirraram-se as hostilidades e os protestos dos munícipes, a Funai constituiu um novo grupo de trabalho, através da Portaria 644/E, de 13/11/79, que concordou com uma área de apenas 15.703 hectares, demarcada em 1991. (SCHROEDER, 2010, p. 73).

A retirada definitiva dos invasores da área demarcada só ocorreria em 1983. Essa retirada foi promovida pelos próprios Xerente, com o auxílio dos Xavante e da Funai. Dessa forma, os Xerente começaram um movimento de reocupação da área, tentando recuperar vários sítios e locais de antigas aldeias invadidas durante a colonização. Nesse sentido, Silva (2015) analisando jornais de notícias da época, relata esse fato da seguinte forma:

Findo o processo burocrático, a terras indígena Xerente estava demarcada, porém ainda retalhada por muitos estabelecimentos rurais, e os fazendeiros não abandonavam as terras, porque queriam receber indenizações pelas benfeitorias e instalações que haviam feito [...]. Nesse contexto, os conflitos entre indígenas e não indígenas continuavam. O desmonte e a retirada das últimas fazendas só ocorreram no início da década de 1980 em uma grande ação promovida pelos Xerente com o apoio de índios Xavante, seus parentes de Mato Grosso, e dos chefes dos postos da FUNAI. (SILVA, 2015, p. 191).

O autor salientou ainda que é comum encontrar na cidade de Tocantínia pessoas que se queixam das perdas que tiveram com a demarcação das terras indígenas, pois não foram indenizadas pelas benfeitorias realizadas nas antigas fazendas.

Esse relato é importante, pois ainda hoje os *Akwẽ-Xerente* reivindicam esse território perdido, principalmente os mais velhos. Durante nossa pesquisa de campo em 2014, no decorrer de um diálogo com o Sr. S. Xerente, o inquirido nos relatou sobre um lugar chamado “Morro Perdido” como terra dos *Akwẽ-Xerente* e que toda a terra envolta da bacia do rio Tocantins pertence a eles. De acordo com o *Akwẽ*, com o tempo essas terras foram tomadas pelos não indígenas para destruir “a mãe natureza” em virtude do dinheiro e com isso trouxeram guerras e doenças que mataram os *Akwẽ-Xerente*.

De acordo com Silva (2015, p. 195), a recordação desse território perdido, ou “Morro Perdido” são “quase mitológicas”. Trata-se, de acordo com o autor, de um morro

solitário localizado em uma região de planícies a cerca de 80 quilômetros das atuais terras Funil e Xerente. “É um acidente geográfico que é retratado por uma memória dos Xerente como o lugar de dispersão desse povo e de [...] separação do povo” quando fugia dos não indígenas. Silva, em suas pesquisas com os *Akwê-Xerente* traz alguns depoimentos importantes sobre a memória territorial desse povo. Um deles é o do Sr. Isaac Simnãkru, ex-morador da aldeia Vão Grande e falecido em 2011, outro é o do Sr. Manoel Suken, de 58 anos da aldeia Bupré. Transcreve-se a seguir, primeiro o do Sr. Simnãkru.

Desde quando o Xerente existia, já existiu em Morro Grande [...]. Foram tocados para cá. Deu malária, deu sarampo. As aldeias eram grandes, foram se acabando. [...] Quem interessou, veio pra cá. O padre [Antônio de Ganges] deixou esse quadrado grande. Depois os fazendeiros invadiram.

[...]

Está no mapa do Curt de 1930; a aldeia Esgoto ficou de fora. Se deixasse, o Funil também ficava fora. [...] O diretor do IDAGO⁴¹ disse que podia cortar onde quisesse. Os velhos não sabiam. Todo mundo sabe que Tocantínia era aldeia. Primeiro, Lajeado, rio do Sono. Tinha o Paneiro, do outro lado do rio do Sono, e o ribeirão Perdida. [...] Essa parte que foi deixada, existe gente que veio de lá. [...] A demarcação, foi triste. Se cortasse reto do Piabanha, mas foi pegando cabeceiras. Também o Gorgulho. O primeiro mapa foi marcado no Pau Ferrado, agora está no Perdida. Ali tem um trecho ainda em questão. (SIMNÃKRU apud SILVA, 2015, p. 195-196).

Os relatos do Sr. Simnãkru, além de evidenciar as áreas perdidas durante a colonização da região, menciona também as doenças advindas a partir daí e que assolaram essa população desde o seu contato com os não indígenas. A seguir, o relato do Sr. Suken.

Nossa área era Grande. O branco foi chegando perto. Agora estamos espremidos. Nossa população está crescendo. E os que vêm atrás de nós, nossas crianças? A área foi delimitada sob pressão, meu avô e minha avó até apanharam. Nós perdemos o trecho de Lajeado e o Pau Ferrado. No caso do Funil, eles perderam a Passagem de Pedra. Ficou para o branco. Aqui o limite era o rio Negro e a cabeceira das Porcas; dali era para encostar no Miramatos. O limite era por aí. O Xerente perdeu as duas cabeceiras.

[...]

Os mais velhos pensaram que não ia produzir mais, índio estava sem esperança. Hoje o número do índio cresceu, depois que passou pela FUNAI. Surgiu vacina, chegou o leite, remédio, enfermeiro. Essa parte da reserva que a gente perdeu, quem sabe, não vai passar para as mãos dos Xerente, nossos filhos, nossos bisnetos. (SUKEN apud SILVA, 2015, p. 195-196).

⁴¹ Instituto de Demarcação Agrária de Goiás, órgão que participou da comissão de demarcação das Terras Indígenas Xerente e Funil.

O sr. Suken relata como se deu a demarcação das Terras Indígenas Xerente e Funil e o que perderam nesse processo, pois várias áreas ocupadas pelos *Akwẽ*-Xerente ficaram de fora. Evidencia também o motivo que levou os mais velhos a não exigirem mais terras, além de traçar uma perspectiva para o seu povo. É interessante ressaltar que as memórias sobre os territórios perdidos estão muito presentes ainda no discurso dos *Akwẽ*-Xerente, principalmente no dos mais velhos. Durante nossa pesquisa de campo em 2018, na aldeia Porteira, o Sr. S. Xerente (76 anos, da aldeia Porteira), por exemplo, ao ser inquirido sobre a qualidade de vida na aldeia, relatou que:

A gente tem recurso, que tem terra, né, mas o *Akwẽ* perdeu muita terra que ta aí na mão do homem branco. Terra aqui tem pra trabalhar [...] trabalhar, produzir da terra tem; mas tem do nosso antepassado, que ta ali, né, ela é nossa. Mas hoje em dia tá aí o campo, o campo de futebol. Ta aí o colégio, coisa boa pra estudar. Só acredito naquele ensino. Não tem outro. De forma, cês trabalha. Quando ele morrer, haverá de morrer, e as histórias do nosso antepassado? Tem que vê. Tão destruindo tudo. E aí? Onde é que cês vão comer? Roubar não pode. O 38, bala, cadeia, peia que cês vão tomar. Eu nunca fui por aí, nunca aconteceu. Me pôr lá na justiça, na cadeia. Nunca fui chamado. Andei muito. Pernambuco, Belém, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Paraíso à fora, Goiânia. (Sr. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Neste relato, o Sr. S. Xerente aborda as perdas que *Akwẽ*-Xerente tiveram com a demarcação de suas terras. Mais do que terra para plantar e produzir, as terras perdidas guardam a memória dos antepassados. Para ele, os mais jovens não se preocupam com essas terras perdidas e a falta delas pode trazer malefício para seu povo. Os jovens têm acesso à escola e ao campo de futebol que, para o depoente, são importantes, mas isso não basta. É necessário se preocupar em preservar a memória dos avós e impedir a destruição da natureza, pois isso é necessário até para trabalhar para sobreviver. Relata também que sempre trabalhou e nunca teve problemas com a justiça, mesmo tendo percorrido o país todo. A terra é, para ele, a garantia de sobrevivência material e imaterial; é necessária para que os jovens possam sobreviver e ter uma vida digna.

Como se pode perceber a partir dos relatos, a memória territorial dos *Akwẽ*-Xerente ultrapassa os limites das terras demarcadas na década de 1970. Mas, é importante esclarecer que não se pode confundir terra e território, como comumente se faz. Gallois (2004), a partir da discussão sobre demarcação de terras indígenas, busca fazer essa diferenciação:

São duas noções absolutamente distintas. Como expuseram vários estudos antropológicos a diferença entre “terra” e “território” remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial. (GALLOIS, 2004, p. 39, grifos da autora).

Nessa acepção, o território é algo bem mais amplo, que é formado a partir das relações de poder. A terra, nesse sentido, aparece como condição material para o processo de territorialização, a partir da territorialidade que é material e imaterial. No caso dos *Akwẽ-Xerente* o território vai além da terra, a base física, demarcada. Trata-se de uma relação também material, mas é mais do que isso. É uma relação cosmológica com a natureza e com os recursos que a compõem com os antepassados, cujas almas estão protegidas pela natureza, daí a necessidade de reivindicar esse território perdido. É importante ressaltar o papel do rio Tocantins e seus afluentes na constituição desse território. Além de ser sagrado, é o rio que oferece todas as condições de sobrevivência desse povo, tanto pela pesca como pelo aproveitamento de suas várzeas para a produção agrícola. Nesse sentido, além dos problemas trazidos pela colonização do território a partir do século XVI, os *Akwẽ-Xerente* ainda padecem com a construção de grandes empreendimentos nas proximidades de suas terras. Assim, mesmo com fim oficial da colonização, a colonialidade ainda existe num processo contínuo de precarização do território. Aprofundaremos essas questões na seções cinco e seis.

4.2 A Amazônia do século XX: “novos” colonizadores com “velhas” lógicas colonizadoras

As políticas para a colonização da Amazônia no primeiro governo Vargas, principalmente a partir dos Acordos de Washington, não significaram uma ocupação efetiva do território, pois esse acordo estava muito mais ligado à exploração da borracha do que a uma política efetiva de desenvolvimento em termos de planejamento e integração regional. O discurso de Vargas proferido na cidade de Manaus em 1940 só começa a se concretizar a partir da década de 1953 com a Lei 1.806⁴², que criou a SPVEA. Tal superintendência, com caráter nacionalista e desenvolvimentista trouxe novas perspectivas para a elite regional, fortemente atingida pelo fim do ciclo da borracha. A Lei 1.086 de 1953,

⁴² Para maiores informações sobre a referida Lei, consultar: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>

[...] constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País. (BRASIL, 1953).

Essa Lei previa uma série de medidas práticas, principalmente o desaguamento e a recuperação de terras inundáveis, a exploração de recursos minerais, industrialização da região, a substituição gradual do extrativismo, a integração da região através de um moderno sistema de transportes, a promoção de um sistema créditos bancários para fomentar a economia, o incremento das relações comerciais com o mercado nacional e internacional, pesquisas geográficas naturais, tecnológicas, sociais de preparação, bem como o recrutamento de técnicos e pesquisadores para se fixarem na região, dentre outras medidas.

Com a criação da SPVEA, de acordo com Fatheuer (2012, p. 83), inicia-se uma era do desenvolvimento “moderno” da Amazônia em que a ação do Estado com a criação de novas instituições e instrumentos de financiamento assume um papel decisivo, pois “os objetivos eram integração, segurança nacional e assentamentos, além de um fomento regional, pensando sempre de fora para dentro”. A economia cabocla que se formou com o fim do ciclo da borracha não era considerada um potencial econômico pelos ideais desenvolvimentistas. Era necessário buscar outras fontes econômicas; a esperança de descobrir minerais valiosos continuava tendo um importante papel.

Já Ferreira e Bastos (2016) argumentam que a SPVEA se constituiu como uma primeira experiência nacional de política regional, mas, contraditoriamente, não surgiu de um projeto nacional para a região amazônica. A partir de uma conjuntura política interna, abria espaço para o desenvolvimento regional, mas não como um planejamento central. Nessa mesma linha de raciocínio, Becker (2004) considera que a criação da SPVEA mostrou apenas uma preocupação regional, mas, sem ações correspondentes. O fato é que a referida superintendência germinará uma série de políticas e projetos de planejamento e integração regional que terão a Amazônia como uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Sendo assim, uma das maiores heranças da SPVEA é a construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-153, que liga o Norte ao Sul do país e corta as imediações das terras *Akwê-Xerente*) entre 1958 e 1960 (FATHEUER, 2012) pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, que inaugura a era da construção de grandes estradas na Amazônia, o que se constitui um passo decisivo para a integração logística de uma parte importante da Amazônia. A construção dessa rodovia foi comemorada e considerada “um marco da

modernidade na batalha contra a natureza”, como ressaltam os versos do poeta Lauro Rolim e o discurso de Kubitschek, ambos retirados do texto de Fatheuer (2012). Primeiro, os versos:

Vencida a distância e vencida a floresta...
 Finalmente a vitória!
 O encontro perseguido acaba de se dar após tantos rigores,
 Tanta surpresa cruel, naquele decidido
 E duro morejar dos bravos lidadores!
 Cedera a natureza. O “inimigo” vencido
 Vai agora assistir, no gemer dos motores
 À invasão do progresso e ao profundo estrupido
 Da civilização marchando entre esplendores

Essa comemoração pode ser percebida, também, no discurso proferido por Kubitschek em 1960:

Ainda não apareceu um Euclides da Cunha para fixar, em páginas que seriam imortais, a epopeia da luta contra a floresta. [...] Quando um cedro ou uma maçaranduba gigante parecia irremovível, encaixam-se as bananas de dinamite em fendas, aberta nas raízes, e estrondava-se o tronco. A queda desses reis da floresta era um espetáculo inesquecível. (KUBITSCHEK, 1960, *apud* FATHEUER, 2012).

Assim, a Belém-Brasília significou uma nova era de controle e colonização para a região amazônica e, também, o símbolo de uma “vitória da modernidade” na batalha contra a floresta que até então parecia indomável. Com a floresta assim desbravada, conquistada e domada, tem-se o início de uma série de políticas públicas de desenvolvimento que culminarão em *velhas* formas de usos do território, feitos por novas firmas e novos atores, principalmente a partir de 1964 com a ditadura civil-militar.

Para Porto-Gonçalves (2012), os principais indicativos de mudança da política para a Amazônia e quem são os novos protagonistas do desenvolvimento regional são a criação da Zona Franca de Manaus em 1966 e a extinção, em 1967, do Branco de Crédito da Amazônia, que sustentava com subsídios as tradicionais elites amazônidas. Com isso, os novos atores são: os gestores territoriais civis e militares e o grande capital nacional e internacional, o que tornou marginalizadas as elites tradicionais amazônidas.

Nessa mesma linha de pensamento, Becker (2004) afirma que é nesse período (1966 e 1985) que se inicia o planejamento regional efetivo da Amazônia em que o Estado

assume o papel de implantar um novo e ordenado ciclo de colonização amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e dos territórios nacionais. Nesse sentido, complementa a autora:

Nesse projeto, a ocupação da Amazônia assume prioridade por várias razões. É percebida como solução para tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura. Sua ocupação também foi percebida como prioritária em face da possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários. Em nível continental, duas preocupações se apresentavam: a migração dos países vizinhos para suas respectivas Amazonas que, pela dimensão desses países, localizam-se muito mais próximas de seus centros vitais e a construção da *Carretera Bolivariana Marginal da la Selva*, artéria longitudinal que se estende pela face do Pacífico na América do Sul, significando a possibilidade de vir a capturar a Amazônia continental para a órbita do Caribe e do Pacífico, reduzindo a influência do Brasil no coração do continente. (BECKER, 2004, p. 46, grifos nossos).

Assim, frente à possibilidade de perda do território, ou pelo menos de parte dele diante de uma revolução, influenciada principalmente pela União Soviética, era necessário a sua ocupação efetiva. Nesse sentido, a ideologia econômico-social dos militares, gestada pela Escola Superior de Guerra, era “Integrar para não entregar”. Para isso, o Presidente Castelo Branco lançou a Operação Amazônia e a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (para substituir a extinta SPVEA) e, mais tarde, o Projeto Carajás. Sobre isso, Oliveira (1988) complementa que:

Definida a estratégia, começou a ação. Estava deflagrada a “Operação Amazônia”, consubstanciada na ideologia que serviu de lema ao Projeto Rondon, “integrar para não entregar”. Na realidade, na lógica da ideologia da Escola Superior de Guerra estava inscrita a passagem dos tempos das “fronteiras geográficas” para as das “fronteiras ideológicas”, “era necessário entregar aos americanos para não entregar aos comunistas” (*sic*). [...] (OLIVEIRA, 1988, p. 31, grifos do autor).

Nesse sentido, conforme o autor, essa política significou criar condições para os grandes monopólios multinacionais explorarem os recursos naturais da Amazônia. Assim, baseando-se em “fronteiras ideológicas”, o governo autoritário criou todas as condições possíveis para a internacionalização da economia brasileira, o que resultou na entrega dos recursos naturais do país. É por isso, acrescenta Oliveira (1988, p. 32), “que esclarecemos desde já a interpretação do lema do Projeto Rondon de forma oposta: Integrar para entregar”.

Dessa forma, a intervenção efetiva do Estado colocou as elites tradicionais da região num papel secundário frente às políticas de desenvolvimento da região, pois foram criadas áreas e polos de desenvolvimento subordinadas à tutela federal, retirando dos governos estaduais a gestão de importantes parcelas do território. As áreas criadas são: faixas de 100km de cada lado das estradas federais construídas, sob comando do governo federal; a área do Projeto de Mineração Grande Carajás e; a criação de instâncias administrativas federais para atuar, especificamente, no Baixo Amazonas e no Araguaia-Tocantins, como os Grupos Executivos do Baixo Amazônia (GEBAM) e os Grupos Executivos de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), respectivamente. (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Nesse sentido, Fatheuer (2012) identifica dois aspectos de intervenção dos militares na Amazônia entre 1960 e 1970. Um deles é a criação de uma nova fronteira agrícola através de assentamentos de pequenos agricultores e o incentivo a grandes empreendimentos pecuaristas. O outro aspecto identificado pelo autor é o fomento de grandes projetos nas áreas de mineração e energia: além do projeto de mineração Grande Carajás, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e da Rodovia Transamazônica.

Além da Transamazônica, como uma estrada transversal e grande, o governo militar abriu três eixos rodoviários a partir de Brasília: a Belém-Brasília; a Brasília-Cuiabá-Santarém e a Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco. Do barramento dos rios e a abertura de estradas foram tarefas assumidas pelo Estado. De acordo com Porto-Gonçalves (2012), a estrada e a energia são condições gerais de produção essenciais para que as iniciativas particulares de produção se fizessem presentes, mas, não são suficientes. Além disso, o controle das terras e das minas se tornava necessário; coube ao Estado regular a propriedade do solo e do subsolo.

Todos esses projetos de desenvolvimento implantados pelo governo autoritário significaram, então, uma ruptura com a elite tradicional regional, cujas atividades econômicas estavam ligadas ao sistema de aviação, articuladas com as comunidades caboclas, indígenas e negras e dependiam das várzeas e dos rios. Para as visões desenvolvimentistas, eram consideradas atrasadas, portanto, deveriam ser superadas. Assim, toda a estratégia de ocupação tinha por base as estradas, atendendo aos interesses da burguesia nacional, principalmente aos empreiteiros interessados na construção de grandes obras (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Fatheuer (2012) complementa que, com as investidas do Estado na região, entre 1960 e 1980, a área de floresta foi drasticamente reduzida e que os benefícios econômicos dessas políticas de “desenvolvimento” são altamente duvidosos. Para se ter uma ideia, no

Estado mais industrializado da região, o Pará, a renda *per capita* cresceu apenas 1,29% entre 1975 e 1987 (passou de US\$946 para US\$958). Dessa forma, o crescimento econômico esperado com o projeto de integração não se concretizou; o que ocorreu foi mais ônus ambiental do que bônus econômico e social, pois além da perda de parte considerável da floresta, várias comunidades de ribeirinhos, indígenas e quilombolas foram duramente atingidas, fazendo da região um território de intensos conflitos, que permanecem até os dias atuais. Dessa forma, concordamos com Porto-Gonçalves (2012), quando este salienta que

[...] Essa opção de integrar a região via estradas e pela terra firme, gerou consequências sociais e ecológicas de enormes proporções, particularmente em relação aos desmatamentos, ao avanço da pecuária e de empresas madeireiras e ao destino das populações que já ocupavam a região. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 103).

Ainda sobre as estradas como uma nova forma de ocupação e integração do território, Porto-Gonçalves (2012) acrescenta que

A estrada significa acessibilidade. Embora esteja aberta a todos, nem todos dispõem das mesmas condições e do mesmo poder econômico e político para tirar proveito dessa acessibilidade. É que com as estradas a acessibilidade a recursos como minérios, e sua conseqüente exploração, está sujeita a toda a uma regulamentação jurídica para garantir a propriedade. Enquanto os incentivos fiscais são colocados à disposição de fazendeiros e empresários, sobretudo do Centro-Sul do país e até mesmo de estrangeiros, as 100 mil famílias trabalhadores sem terra, que seriam estabelecidas ao longo da rodovia Transamazônica, não passariam de 10 mil famílias. A própria máquina administrativa do governo se mostrava absolutamente inadequada para atender às famílias camponesas. A rica experiência da Zona Bragantina, e de uma colonização feita com base na propriedade familiar, foi também completamente ignorada. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 103-104).

Dessa forma, os efeitos das rodovias construídas na região Amazônica, que prometiam fazer a integração do território e trazer crescimento econômico e “progresso”, se mostraram socialmente desiguais e excludentes. Se, de um lado, as rodovias permitiram o controle e a exploração do território, de outro, geraram a expropriação e a conseqüente desagregação das populações originárias, pobreza, intensos conflitos por terra e a devastação da natureza. Enfim, as rodovias mudam o padrão sociogeográfico da região.

Sobre isso, Porto-Gonçalves (2015) identifica dois padrões sociogeográficos na Amazônia desde os anos de 1960. Para ele,

[...] de um lado, o padrão antigo que se organiza através do rio, desde o chamado “ciclo das drogas do sertão”. De outro, o padrão que se estrutura a partir da estrada, inspirados em razões geopolíticas, que nos deu, por exemplo, a rodovia Transamazônica em 1970 com o Programa de Integração Nacional (PIN). Este padrão inaugura a fase atual de violência e devastação da Amazônia. São as rodovias Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho, a Porto Velho-Manaus e a Manaus-Caracas, enfim, as rodovias que cortam a Amazônia com absoluto desdém pelos ecossistemas e seus povos. Junto vieram as grandes hidrelétricas como as de Tucuruí e a de Balbina, que davam suporte para a industrialização da Zona Franca de Manaus e do Programa Grande-Carajás e de exploração de alumínio em Barcarena, esses últimos no Pará. (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 81, grifos do autor).

Assim, a ideologia colonial dos militares foi renovada com o discurso de integração do território. *Silenciou vozes*, ignorou a ocupação milenar dos indígenas, dos ribeirinhos e de outros posseiros. Esses últimos, considerados um estorvo para o processo de “modernização”, tiveram seus territórios invadidos, principalmente a partir das hidrelétricas e das rodovias. Muitos fugiram mata adentro para evitar o contato com os novos colonizadores, muitos tiveram que se submeter à lógica do capital colonizador, colocando sua mão-de-obra à disposição dos colonos e muitos vivem nos acampamentos na luta por território e dignidade para se reproduzirem social e biologicamente.

4.3 A Ressignificação da natureza e o novo contexto geopolítico na Amazônia

Se durante a ditadura Vargas e a civil-militar a partir de 1960, colonizar a Amazônia significava uma luta contra a floresta, a década de 1980 dará lugar à crítica a esse modelo de desenvolvimento e ao discurso preservacionista da região e ganhou o cenário internacional. Fatheuer (2015) cita que os principais alvos das críticas são os programas de desenvolvimento regional, bem como as instituições que os financiam, principalmente o Banco Mundial. Um exemplo disso foi o programa de assentamentos agrícolas em Rondônia: o Polonoroeste. Esse projeto, financiado pelo referido banco, se tornou um símbolo mundial de desenvolvimento sob bases equivocadas, levando inclusive, o presidente da instituição (Barber Conable) a admitir, em 1987, que o Banco Mundial é parte do problema.

Fatheuer (2015) também cita três acontecimentos que, entre 1987 e 1989, marcam o fim das expectativas em relação ao desenvolvimento na Amazônia. São eles:

Em **1987**, o presidente José Sarney anuncia **a moratória para a enorme dívida externa brasileira**. A esperança de que graças às imensas riquezas

na Amazônia o Brasil finalmente se tornaria uma potência econômica revelou ser uma ilusão. Em dezembro de **1988**, o **assassinato de Chico Mendes** abala a opinião pública internacional. O líder do movimento dos seringueiros se tornou uma espécie de ícone global da luta contra a destruição da selva amazônica em razão das ações contra desmatamentos. Além dos povos indígenas, os seringueiros são um segundo social que se defende contra a destruição da selva amazônica. Em **1989**, um **protesto contra a megabarragem no rio Xingu** chama a atenção do mundo. A ação faz com que os povos indígenas sejam percebidos internacionalmente como atores e obtêm vitórias: os planos para a construção da barragem são provisoriamente engavetados, o Banco Mundial cancela o crédito de 500 milhões de dólares para o setor energético e os ambiciosos planos do governo de construir 40 barragens na Amazônia. (FATHEUER, 2015, p. 85, grifos do autor).

Assim, diante desses acontecimentos, a opinião pública (principalmente a internacional) de que as políticas de desenvolvimento regional na Amazônia foram um desastre se fortaleceu. O mito de que o desenvolvimento na Amazônia faria do Brasil uma potência só produziu uma dívida externa gigantesca, que até os dias atuais penaliza o país. Além disso, os projetos de desenvolvimento trouxeram inúmeros conflitos, assassinatos, além da devastação sem precedentes da floresta. Assim, ressalta Fatheuer (2015, p. 85, aspa acrescentada) que “no lugar da nova civilização, apenas selva destruída: eis para muitos o resultado de muitas décadas de ‘desenvolvimento’”.

Becker (2004), no mesmo raciocínio de Fatheuer em relação às políticas desenvolvimentistas, aponta dois processos opostos na Amazônia da década de 1980. De um lado, o esgotamento da era desenvolvimentista que vinha desde o governo Vargas. De outro, a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, cujo principal nome é Chico Mendes, que simboliza a resistência das populações locais (tanto as originárias quanto a de migrantes) à expropriação da terra. Esses dois processos, somados à crise do Estado, juntamente com a pressão nacional e internacional, resultaram na mistura de múltiplos projetos, gerando o que a autora chama de vetor tecno-ecológico (VTE) na dinâmica regional, que configurou a Amazônia como uma fronteira socioambiental, predominantemente entre 1985 e 1996. Sobre isso, Becker complementa que:

Os conflitos das décadas de 1970 e 1980 transfiguraram-se, organizando suas demandas em diferentes projetos de desenvolvimento alternativos, conservacionistas, elaborados a partir de baixo. Para sua sobrevivência, graças às redes transnacionais, contam com parceiros externos, tais como ONGs, organizações religiosas, agências de desenvolvimento, partidos políticos, governos. Trata-se de novas territorialidades que resistem à exploração de experimentos associados à bio-sociodiversidade. Cada um desses experimentos se desenvolve em um dado ecossistema, com

populações de origem étnica e/ou geográfica diferente, estrutura socioeconômica e política, técnicas e parcerias diversas. (BECKER, 2004, p. 28).

Assim, a Amazônia passa a ser vista não mais como uma unidade regional e, sim, como uma diversidade dentro de uma unidade regional. Longe de ser uma unidade, há na Amazônia diversos povos e múltiplas formas de se relacionarem com os ecossistemas, forjadas ao longo do processo de ocupação da região. Em qualquer projeto que se queira para a região, essa diversidade deve ser levada em consideração.

Com o vetor tecno-ecológico surgem diversos atores interessados na preservação da natureza, tais como: o G7, o Banco Mundial e o governo brasileiro. Dessa forma, o vetor não se resume apenas na implantação de projetos, pois há também, em nível global, a politização da questão ambiental. Esse interesse global pela Amazônia e a politização da questão ambiental se deram, inicialmente, através do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7) e, depois, com a criação do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, bem como sua secretaria de assuntos da Amazônia Legal, todos com o objetivo de implantar uma política regional voltada para o desenvolvimento sustentável, resultando na implantação de uma malha socioambiental formada por projetos alternativos, além de novas unidades de conservação e demarcação de terras indígenas. (BECKER, 2004).

Ainda como parte desse processo, em 1989 é eleito para presidente da república Fernando Collor de Melo, que quando, em 1990, assume o cargo, uma das primeiras medidas que tomou foi a nomeação de José Lutzenberger para ministro do Meio Ambiente, um ambientalista de renome internacional, e isso agradou os atores interessados na preservação da Amazônia. Em uma entrevista dada a um jornal alemão em 1990 e reproduzida por Fatheuer (2015), o ministro ressalta que há o interesse de Collor em tirar o Brasil do banco dos réus, onde ele está por justa razão, dadas as políticas de desenvolvimento desastrosas. E ainda acrescenta:

O que ocorre hoje na Amazônia é uma guerra, um saque. Uma coalizão de latifundiários e multinacionais está saqueando os recursos do país à custa das populações locais e da natureza. Estão roubando os direitos humanos dos indígenas e seringueiros. (LUTZENBERGER, 1990, *apud* FATHEUER, 2015, p. 85).

Dessa forma, a politização da questão ambiental a nível nacional resulta em efeitos significativos, pelo menos ao nível do discurso, nas formas de pensar e desenvolver a

Amazônia pelo governo brasileiro. A entrevista de Lutzenberger deixa clara a intenção do governo brasileiro de pensar a região diferentemente do que se fazia, principalmente desde o governo Vargas. Sobre essa transformação nas formas de pensar sobre a Amazônia, Fatheuer (2015) acrescenta que:

Essa fascinante transformação, da euforia desenvolvimentista à percepção do desastre, está umbilicalmente ligada a uma nova percepção da mata e da natureza. Se antes, para o discurso desenvolvimentista, a floresta não passava de um obstáculo a ser vencido, nos anos de 1980, uma nova abordagem se impõe gradualmente. A perda da floresta tropical úmida é vista como problemática por uma série de razões. A nova abordagem da natureza tem grande influência nisso. Agora, a natureza passa a ser vista como biodiversidade, cuja perda representa uma ameaça à humanidade. Numa visão ainda tecnicista, isso significa a perda de recursos genéticos. (FATHEUER, 2015, p. 85-86).

Daí percebe-se a diferença entre a visão da Amazônia que predominou nas políticas de desenvolvimento desde a era Vargas, e com mais vigor durante os governos militares e uma visão, mesmo que, ainda tecnicista, porque a perda da biodiversidade é mais apenas uma importante perda de “recursos genéticos”. Mas, pode-se dizer que essa nova visão perde seu caráter predominantemente tecnicista e torna-se socioambiental realmente.

Diferentemente do que ocorria, o desmatamento não é mais visto como uma “luta heróica da civilização contra o atraso”, mas como uma ação devastadora e equivocada que afeta não só a região, mas também, o mundo todo. E também diferentemente da visão colonialista-desenvolvimentista, em que o conhecimento originário era o estorvo que deveria ser vencido, a visão socioambiental permitiu a valorização de novos atores sociais na Amazônia. Os seringueiros são percebidos como usuários ecologicamente compatíveis com a floresta e o conhecimento dos indígenas passam a ser valorizado, pois eles utilizam a floresta há vários séculos sem destruí-la. Assim, seus conhecimentos sobre a biodiversidade passam a ser vistos como importantes fontes de pesquisa e de novas estratégias de processamento (FATHEUER, 2015), que tem, inclusive, atraído grandes empresas farmacêuticas e de cosméticos para a região.

Sobre isso, Porto-Gonçalves (2015) ressalta o protagonismo dos novos atores sociais da Amazônia para as mudanças no modo de pensar novas políticas para a região que valorizam a diversidade. De acordo com o autor, esses novos atores (seringueiros, castanheiros, buritizeiros, açazeiros, balateiros, quilombolas, indígenas e uma série de populações camponesas/extrativistas, enfim, de povos/etnias), aproveitando-se dos meios de comunicação e da fragilização dos Estados Nacionais devido às políticas neoliberais a partir

dos anos de 1980, começaram a resistir ao modelo colonialista-desenvolvimentista de ocupação da região e, com sabedoria, se apropriaram de um vetor da nova geopolítica mundial, o ecológico, e lhe deram um sentido próprio, agregando à luta pela floresta a sua luta fundiária. Porto-Gonçalves ainda acrescenta que:

Por isso, Chico Mendes foi o primeiro líder sindical assassinado no Brasil que, na nova configuração geopolítica, gerou comoção mundial. Chico Mendes era um homem de visão aberta que percebeu que a questão social, sobretudo a questão da terra, estava exigindo uma nova dimensão da preservação da floresta, já que a floresta também era importante não só para os camponeses, mas também para a humanidade e para o planeta. Articulou o local com o global. (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 83).

Chico Mendes, então, foi o primeiro a perceber que o aproveitamento econômico da floresta não estava dissociado da sua preservação. Seu projeto foi elaborado de dentro da floresta, articulando a luta dos seringueiros com as dos indígenas, dos camponeses, enfim, como uma Aliança dos Povos da Floresta. Dessa forma, conforme Porto-Gonçalves (2015, p. 84), a partir de Chico Mendes e da Aliança dos Povos da Floresta, surgem na Amazônia formas inovadoras de pensar as políticas públicas para a região: “juntar valores da tradição com o que se chama de modernidade: uma modernidade indígena e camponesa, termos quase sempre antagonizados” pela modernidade eurocêntrica.

Todavia, diante da força que ganhou o discurso socioambiental, a Amazônia continua sendo devastada. O desmatamento foi aprofundado nos anos seguintes, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso. Vários povos tiveram seus territórios perdidos pela pressão da grande lavoura, por aberturas de rodovias e, também, e pela construção de barragens, como no caso do povo *Akwẽ-Xerente*, atingido pela construção da UHE de Lajeado no Rio Tocantins, conforme veremos na seção cinco. Assim, junto com o processo de colonização-desenvolvimento, desde a década de 1960, a Amazônia se tornou um palco de muitos conflitos com violências, ameaças e assassinatos.

4.4 A década de 1990 e a dilapidação da Amazônia: a intensificação do desmatamento e dos conflitos

Na década de 1990, projetos clássicos de desenvolvimento continuaram sendo implementados na Amazônia, primeiro nos Governos Collor/Itamar Franco e, depois de 1995, quando toma posse o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, que logo coloca em

prática o plano “Brasil em Ação”, em que a Amazônia é vista como espaço para uma “expansão inovadora, apoiada no conhecimento e na valorização do patrimônio ambiental. Ali, para o governo, existem oportunidades de novos “negócios” que “respeitam” a biodiversidade e lhe “agregam valor”, em “benefício do país e da região”. (CARDOSO, 2008).

De acordo com Fatheuer (2015), a política desenvolvimentista, principalmente, de longo prazo, imposta pelos militares cai de moda e Fernando Henrique Cardoso extingue a SUDAM. Estratégias ambientais ganham relevância com a criação, em 1999, de reservas extrativistas; são demarcados importantes territórios indígenas e estabelecidas novas áreas de proteção, além de terem sido feitas mudanças importantes no Código Florestal. De acordo com os dados da Fundação Nacional do Índio, nos oito anos de governo FHC (1995-2002), foram homologadas 145 terras indígenas, o que soma 41 milhões de hectares de terras demarcadas em todo território Nacional.

Mas de acordo com Kohlhepp (2002) tanto o programa “Brasil em Ação” quanto o megaprograma de desenvolvimento “Avança Brasil” do segundo governo de Cardoso, devido aos interesses privados envolvidos, intensificaram os conflitos na Amazônia e o desmatamento atingiu recordes, conforme ressaltou também Fatheuer (2015). A sustentabilidade e o uso dos recursos naturais de modo a garantir bem-estar para a população local a partir de medidas descentralizadoras, com a participação da sociedade civil, não estavam realmente sendo praticadas.

Com o objetivo de melhorar a infraestrutura do Brasil, o governo encomendou um estudo de regiões de desenvolvimento integrado, que identificou e avaliou centenas de projetos que demonstraram enormes potenciais para o desenvolvimento regional. Porém muitos deles ofereciam oportunidades de investimentos para empresas privadas, sozinhas e/ou em conjunto com o governo e com outras formas de participação. Foi a partir desse estudo que surgiram os denominados “eixos nacionais de integração e desenvolvimento”, regiões que têm certa identidade e uma vocação econômica distinta. Para dar início ao programa de desenvolvimento, o governo brasileiro planejou um investimento de US\$ 40 bilhões, principalmente na região Amazônica, divididos em quatro pacotes de projetos, a saber: integração internacional do norte; logística na região do Madeira-Amazonas; logística no Brasil Central e; geração de energia hidrelétrica e construção de linhas de transmissão. (KOHLHEPP, 2002). Dentro desses projetos, conforme descreveu Cardoso (2008), estão empreendimentos estratégicos, como a construção de hidrovias, a do Madeira-Amazonas e a

do Araguaia, pavimentação e melhoria de rodovias, além de construção de usinas hidrelétricas, como a de Lajeado no rio Tocantins, a qual analisaremos na seção cinco.

Diante disso, mesmo com decisões importantes no governo FHC em termos socioambientais, a ausência de fiscalização, somada à contraditória política do “Avança Brasil”, fez com que o desmatamento na Amazônia batesse recorde nesse período, conforme destacou o jornalista Bernadino Furtado, na Folha de São Paulo de 27 de janeiro de 1998. De acordo Furtado (1998), só em 1995 o desmatamento chegou a 29.059 km², bem mais do que foi registrado no período de 1978-1988, que foi de 21.130 km². Já em 1996, o desmatamento atingiu 18.161 km². Apenas em dois anos de FHC, desapareceu uma área de floresta correspondente ao Estado do Espírito Santo (45.733 km²).

Esses números recordes de desmatamento da floresta amazônica causaram reações intensas de ambientalistas dentro e fora do país, o que, em 1996, fez com que o governo fizesse uma mudança no Código Florestal, aumentando as áreas de preservação da Amazônia para 80% de cada propriedade rural. Isso significa que os proprietários rurais só podem desmatar 20% de suas terras. Essa nova regra, conforme Fratheuer (2015), gera, até os dias de hoje, intensos debates e polêmicas, principalmente por ruralistas representados na Câmara de Deputados e no Senado Federal em Brasília.

Evidentemente, essa mudança do Código Florestal renovou as expectativas de ambientalistas, e claro. Se as regras fossem cumpridas, seria um avanço. Mas, há, conforme Kohlhepp (2002), uma contradição entre as atividades econômicas previstas pelo “Avança Brasil”⁴³ e aquelas mudanças feitas no Código Florestal o uso da Amazônia baseado na sustentabilidade da floresta, com respeito à população amazônica, garantindo seu bem-estar. A terminologia utilizada pelo Ministério do Planejamento para falar do “Avança Brasil” mostra que o progresso da região é visto apenas como crescimento econômico, o que se parece muito com a visão dos militares sobre a exploração e valorização da Amazônia.

No caso dos megaempreendimentos, por exemplo, é importante que se faça uma verificação rígida da compatibilidade ambiental. Para isso, devem sérios e corretamente feitos os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e os Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMAs) a fim de se evitar consequências negativas de amplo alcance, principalmente para as

⁴³ Trata-se de um programa desenvolvido para o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), como continuidade do Programa Brasil em Ação do seu primeiro governo (1994-1997). O Avança Brasil é um conjunto de projetos nas áreas de economia, de política e da sociedade, dentre outras, visando à modernização do país. Para alcançar esses objetivos, foram feitos uma série de investimentos em infraestrutura, sendo estes os pilares para sustentar a expansão da economia (CARDOSO, 2008).

populações atingidas. Mas, infelizmente os EIAs/RIMAs indicam apenas os impactos diretos dos grandes empreendimentos. Assim, mesmo com as medidas tomadas pelo governo FHC em termos ambientais, o “Avança Brasil” se mostrou como uma iniciativa de modernização conservadora sem qualquer relevância socioambiental e com a implementação de estratégias de “cima para baixo”, completamente destoantes do meio ambiente e com total desrespeito às populações (KOHLHEPP, 2002).

Outra questão apontada por Kohlhepp (2002) é a contradição no programa ambiental dos países do G-7 para a Amazônia. Para ele se por um lado,

[...] os países do G-7 contribuem para um programa ambiental inovador, ligado à proteção da floresta tropical, mas, por outro, ao menos seus membros europeus e o Japão estimulam direta e indiretamente a expansão da soja na frente pioneira do Brasil Central, saindo dos campos cerrados para as áreas de floresta tropical da Amazônia, com um apoio imenso de investimentos públicos e privados em infraestrutura e pesquisa. No estado do Pará, pode-se observar o plantio de soja nas regiões de Paragominas e Santarém e, no Amazonas, nas proximidades de Humaitá. Na medida em que o mercado europeu, após a crise da vaca louca, precisará de mais ração rica em proteína para substituir os resíduos animais, a exportação da soja ainda não alterada geneticamente do Brasil terá outra fase de *boom*. (KOHLHEPP, 2002, p. 51).

Então há uma nítida contradição entre o programa de proteção à biodiversidade, principalmente dos países europeus, e aquilo que acontece na prática. Impulsionada pelo mercado global, a soja se expande na Amazônia à custa da expulsão dos amazônidas de suas terras (na maioria camponeses) e da devastação da floresta, já que o cultivo da soja exige grandes extensões de terra. O geógrafo Maurício Torres em um artigo, cujo título é “A rainha da selva: soja destrói a ‘Amazônia e chantageia o país’” publicado no *The Intercept Brasil* em fevereiro de 2017, mostrou que o agronegócio avança de forma assustadora na Amazônia, transformando, dessa forma, os campos cerrados e a floresta amazônica em monoculturas para exportação, lideradas pela soja. Só no Estado do Mato Grosso, Torres (2017) mostrou que a área de cultivo pulou de 1,2 milhões de hectares em 1991 para 6,2 milhões de hectares em 2010 e para 9,4 milhões de hectares em 2016. A participação do governo federal, a partir de novas tecnologias desenvolvidas pela Embrapa, órgão de pesquisas agropecuárias, para os solos ácidos do Cerrado e para os solos amazônicos foi um fator-chave. Entretanto, a grande expansão da soja aconteceu no final dos anos 1990, “beneficiada pelo *boom* das *commodities* e pela liberalização da economia impulsionada pelo governo FHC”, conforme ressaltou Torres (2017) que ainda complementa que o agronegócio chantageia o país, pois a economia

nacional foi se tornando cada vez mais dependente das divisas oriundas da exportação desse bem primário devido à proporção da soja na balança comercial brasileira, que garante o poder político aos sojicultores de influenciar a implementação de infraestrutura e logística, como a pavimentação das estradas e até a construção de hidrovias.

Dessa forma, a soja sempre é promovida, principalmente pelos setores do capital, como sinônimo de “riqueza”, “modernidade” e “desenvolvimento”. Mas, tudo isso é questionável quando se analisam os impactos dela oriundos. No caso da Amazônia, seus recursos naturais foram dilapidados e, ao mesmo tempo, cresceram as tensões sociais que poderão contribuir com a irradiação de violentos conflitos.

4.5 O século XXI e o desenvolvimentismo revisitado: há esperança para a Amazônia?

O século XXI se iniciou marcado por grandes esperanças no campo social e ambiental. Em 2002 foi eleito – com o apoio de movimentos sociais, sindicalistas e ambientalistas – para presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, o governo empossado, buscando dialogar com o mercado, assumiu o discurso de que não há incompatibilidade entre desenvolvimento e distribuição da riqueza. Uma das primeiras ações do governo Lula foi a nomeação de Marina Silva como ministra do Meio Ambiente. Ela, tida por muitos como uma figura carismática e que representa, juntamente com Chico Mendes, a luta pela preservação da floresta, trouxe, para o governo, a aprovação e a esperança dos movimentos socioambientais.

Mas, as primeiras ações no governo Lula da Silva foram, no mínimo contraditórias diferentes daquilo que se esperava com a nomeação de Marina Silva. Inspirado no programa varguista, o governo Lula retoma a ideia de planejamento e de uma política desenvolvimentista governamental ativa. Assim, o novo governo inicia uma série de programas concretizando, uma nova era de planejamento com a construção de megaempreendimentos na Amazônia. Dentre eles, a aprovação da construção de hidrelétricas no rio Madeira e de outras grandes barragens na Amazônia visando transformá-la, numa espécie de região-potência de produção de energia, vetor de desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo, Lula fez uma aliança com setores do *agrobusiness*, simbolizada na figura do ex-governador de Mato Grosso Blairo Maggi, um dos maiores plantadores de soja do mundo. (FATHEUER, 2015).

Lisboa (2011) faz um importante balanço da política ambiental do governo Lula, bem como dos grandes e duradouros impactos de tais programas sobre as populações e a

natureza. Para a autora, o governo, que acreditava-se que seria um marco na história ambiental do país, já no seu início, através do Ministério de Minas e Energia, alardeava a tese de que seria inevitável a exploração energética da Amazônia, se opondo às recomendações da Comissão Mundial de Barragens, que não se construíssem mais barragens devido aos seus altos custos, aos impactos ambientais e sociais e aos prejuízos para as populações que nunca eram devidamente indenizadas pelas suas perdas, como no caso da população indígena *Akwẽ-Xerente*, atingida por Lajeado, objeto de estudo deste trabalho. Naqueles países em que, a construção de barragens fosse imprescindível, o Relatório de 2001 da referida comissão propunha que tal decisão fosse alcançada de forma participativa e antecedida por amplo processo de consulta junto à população local.

Mas, com o objetivo de pôr em prática os megaempreendimentos previstos, o governo tomou uma série de medidas para dar celeridade à aprovação dos projetos pelos órgãos ambientais. Dessa forma, para Lisboa (2011):

[...] o torniquete governamental visando obter a aquiescência do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama às dezenas de novos projetos de hidrelétricas iniciou-se por um ataque sistemático ao Ibama, acusado de morosidade e incompetência nos processos de licenciamento ambiental. A rigor, embora lhe faltassem recursos humanos e técnicos para o cumprimento dos seus deveres, era injusto acusar o Ibama de lentidão, pois grande parte dos projetos de obras foram rejeitados devido à péssima qualidade dos seus estudos ambientais, enquanto outros nem chegavam a dar entrada ao processo legal, preferindo entupir a mídia com acusações contra os órgãos ambientais, acusações frequentemente respaldadas pelo Presidente da República e que deixaram a ministra do Meio Ambiente inteiramente na defensiva. Sem carreira de funcionalismo público aprovada, sem concurso para preencher cargos vagos e com salários defasados, o Ibama viveu várias greves e terminou por ser dividido em dois órgãos, um encarregado de gestão das Unidades de Conservação e outro com todas as atividades remanescentes, sem que tal divisão tenha vindo a sanar a falta de recursos humanos e técnicos, bem como o problema da carreira. (LISBOA, 2011, p. 24)

A partir dessas pressões e sob a ameaça de retomar o projeto nuclear para sanar uma falta de energia que não existia, o Ministério do Meio Ambiente concordou com a construção de duas hidrelétricas no rio Madeira. A solução nos EIAs/RIMAs foi buscar diminuir os impactos e a resistência para que, enfim, os projetos fossem aprovados. Lisboa (2011) comenta ainda que as audiências públicas realizadas sobre a construção de tais obras foram feitas de forma que as populações ribeirinhas não pudessem sanar suas dúvidas e fazerem seus protestos. Assim, como forma de forçar a aprovação desses projetos, o governo também agiu para silenciar órgãos públicos envolvidos no processo de licenciamento como o:

Ibama, Funai, IPHAN, Ministério Público Estadual, autoridades municipais e estaduais e talvez até o governo da Bolívia, com a promessa de compensações pelo impactos ambientais que seriam gerados à montante do rio, já em terras bolivianas.

Lisboa (2011) comenta também sobre a construção de Belo Monte no Rio Xingu. Este projeto, além das evidentes falhas técnicas apontadas por ambientalistas, o custo da implantação era exorbitante. E ele encontrou forte oposição local e nacional com a organização de movimentos sociais de mulheres, ribeirinhos, agricultores, povos indígenas e entidades ambientalistas, provocando-se, dessa maneira, inúmeros debates na mídia nacional e internacional. O licenciamento de Belo Monte ocorreu da mesma forma problemática que ocorreu a do Complexo Madeira, conforme ressaltou a autora:

O licenciamento da obra foi obtido por meio das mesmas pressões ilegítimas observadas no caso do Complexo do Rio Madeira, com a FUNAI atestando a realização de oitivas indígenas que não ocorreram efetivamente, com pareceres técnicos do Ibama desconsiderados pelo seu Presidente à hora de conceder a licença prévia e com audiências públicas nas quais os afetados não tiveram oportunidade efetiva de informar-se sobre os impactos das obras e de obter respostas às suas indagações e críticas. Quatro liminares para suspender o leilão da obra, interpostas pelo Ministério Público Estadual do Pará e concedidas pela Justiça Estadual, foram cassadas em poucos minutos pelo juiz do Tribunal Federal de Recursos (TFR), em posicionamento explicitamente político a favor da obra. (LISBOA, 2011, p. 25).

Dessa forma, essa política desenvolvimentista encontrou respaldo em grandes empresas do país, um respaldo que existe desde o governo militar dos anos de 1960. Essas empresas são energo-extensivas, necessitam de enormes quantidades de energia, como a mineração, a siderurgia, a metalurgia, e do setor elétrico público e do privado. Com isso, conforme ressaltou Lisboa, o governo Lula foi perdendo apoios importantes, principalmente entre povos indígenas e populações tradicionais, os mais atingidos pelas políticas desenvolvimentistas na Amazônia.

Com relação ao desmatamento, este, no geral, teve uma queda no governo Lula, dadas algumas ações implantadas. Mas, essas ações não foram suficientes para essa redução em longo prazo e o desmatamento voltou a aumentar nos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer.

Nesse sentido, após anos de estabilidade no desmatamento da Amazônia, com as políticas implantadas por FHC, nos anos de 2002 e 2003, a taxa de devastação da floresta começou a subir (GRÁFICO 1). Um dos motivos foram as grandes obras de asfaltamento, como a da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, bem como o *boom* das *comodities*

agropecuárias, piorando ainda mais o problema na região. Para evitar tal alta, foi criado, em 2004, no governo Lula, o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (GPTI), que envolvia 15 ministérios. Dessa forma, a Amazônia passou a ser vista de forma holística, reconhecendo-se, assim, que o desmatamento tem causas complexas, podendo ser combatido apenas com ações complexas, ou seja, o combate ao desmatamento só se efetivaria se todo o governo estivesse envolvido e não apenas o Ministério do Meio Ambiente e/ou órgãos ambientais como o Ibama. Como resultado do GPTI, o governo lançou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), como estratégia oficial de combate ao desmatamento. Esse plano de ação foi estruturado a partir de três eixos temáticos que receberam orçamentos independentes. Esses eixos são⁴⁴:

- **Ordenamento fundiário e territorial:** a regularização fundiária, o combate à grilagem de terras públicas e o fortalecimento de instrumentos de governança fundiária e gestão do território, viabilizando a implementação de assentamentos diferenciados e adequados à Amazônia; a criação e a consolidação de unidades de conservação; a demarcação e homologação das Terras Indígenas e; a elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico para subsidiar o ordenamento e a gestão ambiental territorial, orientando o processo de ocupação da região de acordo com suas limitações e potencialidades.
- **Monitoramento e controle ambiental:** melhoria dos instrumentos de monitoramento, controle, licenciamento e fiscalização ambiental, bem como de novas abordagens de ação integrada; incentivo à regularização ambiental dos imóveis rurais de acordo com o Código Florestal; responsabilização administrativa, civil e criminal pelo desmatamento ilegal, por meio da cooperação e integração de ações de instituições competentes e; prevenção e combate aos incêndios e queimadas nas zonas rurais.
- **Fomento as atividades produtivas sustentáveis:** valorização da floresta e de seus recursos por meio do manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros; incentivo ao melhor uso de áreas já desmatadas, contemplando inovação tecnológica e sistemas sustentáveis de produção, tais como o manejo de pastagens, sistemas agroflorestais, agricultura ecológica, integração lavoura-pecuária-floresta, recuperação de áreas degradadas e aumento da produtividade; apoio a processos de certificação e

⁴⁴ Maiores informações em: www.infoamazonia.org.

de valorização dos produtos oriundos da biodiversidade, por meio da agregação de valor e do incentivo à comercialização.

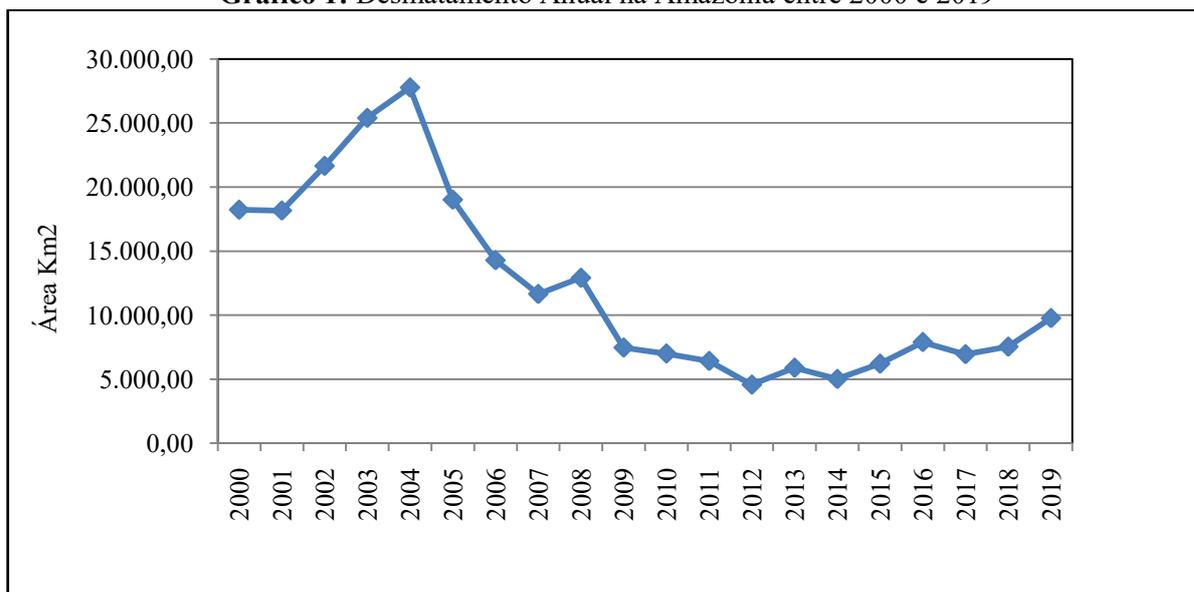
Para viabilização do referido programa, foram investidos 6,4 bilhões de reais só no segundo governo Lula. De acordo com o Portal Infoamazonia.org., desse total foram destinados 819 milhões para ordenamento fundiário e territorial, 958 milhões em monitoramento e controle ambiental e 4,584 bilhões em fomento as atividades produtivas sustentáveis. Essas mudanças fizeram com que o desmatamento diminuísse drasticamente, alcançando a menor taxa desde 1.988, conforme mostrou o gráfico 1.

Sobre a política de desmatamento do governo Lula, Lisboa (2011) explicou que

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (PAS), coordenado por Marina Silva no início do primeiro governo Lula, adotava uma abordagem holística do problema do desmatamento ao considerá-lo como resultante de diversos fatores, dos quais eram fomentadores órgãos do poder executivo federal, estaduais e municipais, bem como agências públicas de financiamento. Ministério de Minas Energia, Transportes e Agricultura e Pecuária, juntamente com políticas estaduais e financiamentos concedidos por órgãos públicos, estimulavam obras e atividades agrícolas na região que fatalmente conduziam ao desmatamento. Assim, os órgãos ambientais se viam condenados a uma luta interminável, em que tratavam de mitigar os impactos negativos de empreendimentos financiados e estimulados pelos demais órgãos públicos federais e estaduais. Tratou-se, portanto, de buscar um compromisso entre ministérios, governos estaduais e agências de desenvolvimento para a adoção de políticas coordenadas e ambientalmente sustentáveis. (LISBOA, 2011, p. 26).

Mas, o maior problema é que as forças responsáveis pelo desmatamento na Amazônia são grupos de interesses locais e nacionais e com forte expressão política em todas as áreas executivas. Por mais que se percebesse uma vontade do Ministério do Meio Ambiente de diminuir o desmatamento, os acordos do governo com a bancada ruralista e com a classe empresária brasileira que tinha interesse em investir na região, não permitiam uma diminuição efetiva e no longo prazo. Os esforços se mostraram insuficientes, devido às ambiguidades na política de desmatamento, pois no governo de Dilma Roussef (2011-2016), a taxa de desmatamento volta aumentar.

O governo Dilma foi marcado por uma forte instabilidade econômica e política o que levou à diminuição dos investimentos no combate à derrubada da floresta e, conseqüentemente, aumentou a taxa de desmatamento, conforme mostra o gráfico 1:

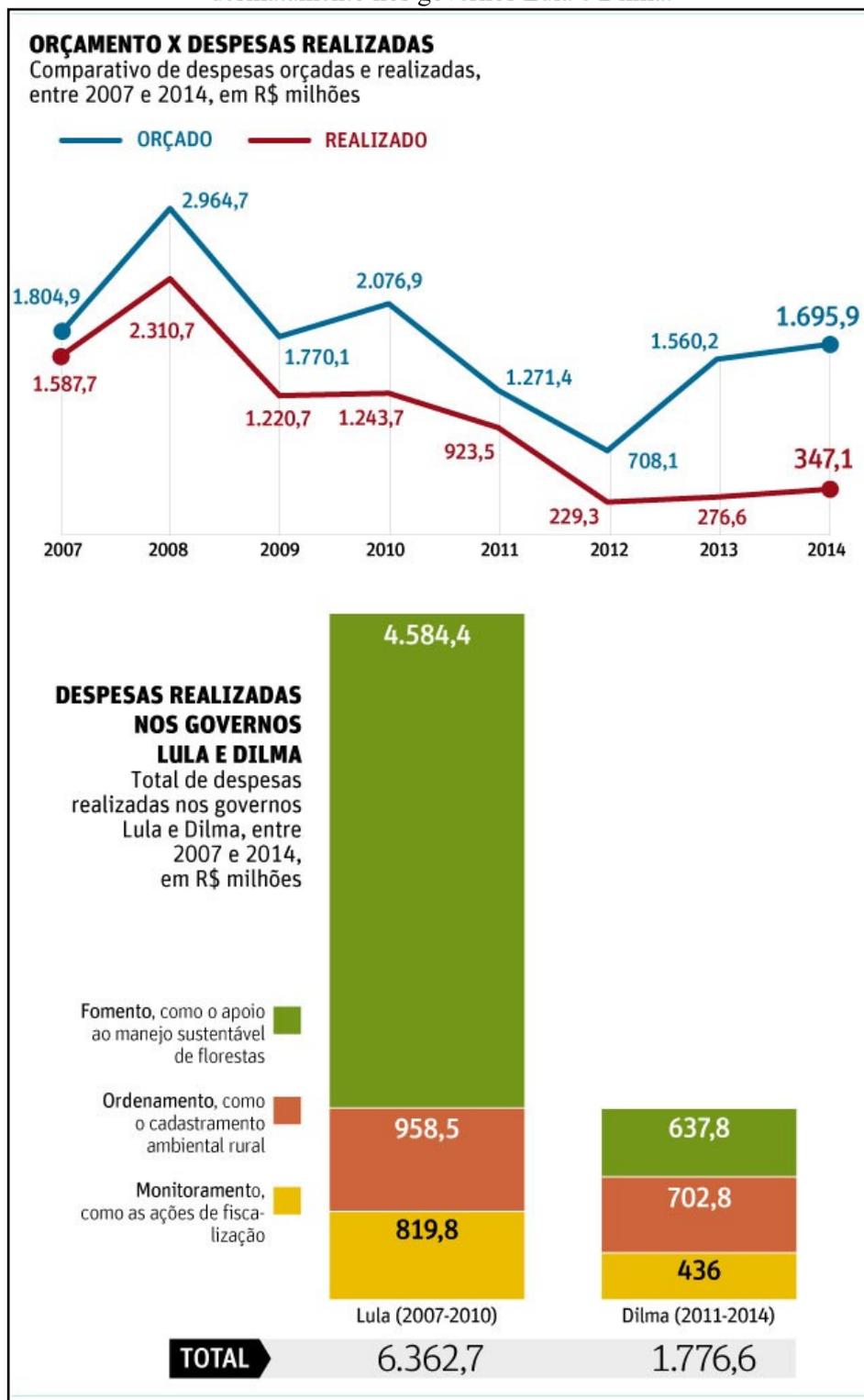
Gráfico 1: Desmatamento Anual na Amazônia entre 2000 e 2019

Fonte: INPE (PRODES), 2019.

O gráfico 1 mostra que depois de uma alta no início do governo Lula, o desmatamento caiu drasticamente a partir de 2005, em virtude das ações implantadas pelo governo através do Ministério do Meio Ambiente; este volta a crescer a partir de 2013, já no governo Dilma. Este crescimento das taxas de desmatamento da Amazônia coincide com a queda dos investimentos já no final do governo Lula, mas é no governo Dilma que os cortes no orçamento são mais significativos, conforme mostra o gráfico 2, organizado pela Folha de São Paulo de 31 de março de 2015. De acordo com o Portal Amazônia.org., a queda do investimento para coibir o desmatamento é o motivo do aumento das referidas taxas.

Dessa forma, comparando com o governo Lula, Dilma diminuiu 72% dos recursos no combate ao desmatamento na região. Ainda, ainda conforme estudos do Portal Infoamazonia, várias ações marcaram a política de Dilma para as florestas, dentre elas: mudanças no Código Florestal; a redução (ao invés de aumento) no tamanho das Unidades de Conservação para permitir a construção de hidrelétricas no Tapajós (em janeiro de 2012, o governo federal excluiu 91,3 mil hectares de sete unidades de conservação, cinco delas nessa região); a paralisação da demarcação de Terras Indígenas; e o sucateamento dos órgãos ambientais (ICMBio, Funai e Serviço Florestal Brasileiro em particular), conforme ressaltaram também os estudos de Lisboa (2015). Isso, conforme o referido Portal, se explica devido às mudanças no orçamento e parece ter relação com o aumento do desmatamento verificado em 2013.

Gráfico 2: Comparativo de orçamento e despesas realizadas para combate ao desmatamento nos governos Lula e Dilma.



Fonte: Folha de São Paulo, 2016

Um dos mais importantes investimentos, que na sustentabilidade, caiu de 4,6 bilhões de reais no segundo mandato de Lula para 638 milhões de reais no primeiro governo Dilma. De acordo com o Infoamazonia, o investimento em atividades sustentáveis, aliado a

ações de ordenamento territorial e fundiário, é visto como solução duradoura para superar o desmatamento ilegal da Amazônia. Assim, o pleno alcance da meta de redução de 80% do desmatamento até 2020 depende de investimentos para se passar de práticas econômicas predatórias para aquelas que considerem a manutenção da floresta em pé e o melhor aproveitamento das áreas já desmatadas.

Diante do exposto, concordamos com Fatheuer (2015) que afirma que

O paradigma da conservação florestal com o manejo sustentável dos recursos também encontrou seu lugar no modelo desenvolvimentista, e isso também pode ser personificado – no caso, na figura de Marina Silva, primeira ministra nomeada por Lula depois de sua eleição para presidente em 2002. Internacionalmente, ela representa a luta pela conservação da floresta e da herança de Chico Mendes. Fiel ao lema *Brasil para todos*, Lula vê na Amazônia espaço para povos indígenas e comunidades tradicionais, assim como para megaprojetos e o *agrobusiness*. Em muitos documentos oficiais se encontra essa visão ambígua: de um lado, uma região dominada por floresta preservada; do outro, uma região de grande crescimento e desenvolvimento. (FATHEUER, 2015, p. 88).

O maior problema disso é a gestão do conflito de interesses entre o grande capital e das populações locais. Para isso, há necessidade de melhorar a fiscalização, a partir do investimento em tecnologias de controle e gestão, e ainda incentivar iniciativas econômicas que dialogam com a biodiversidade e/ou sejam menos predatória ao meio ambiente. Isso se mostrou eficiente no governo Lula, com os altos investimentos feitos, conforme mostrou a ilustração o gráfico 2.

Em 2018 foi eleito ao cargo de presidente da república o candidato de extrema direita, Jair Messias Bolsonaro com o apoio, principalmente, de ruralistas brasileiros, setores conservadores da igreja (principalmente de segmentos evangélicos) e militares. Bolsonaro toma posse em 2019 com diversas teorias conspiratórias e negacionistas, como por exemplo, a de que o desmatamento da Amazônia é tratado de forma sensacionalista pelo Inpe a partir de uma articulação com ONG's que atuam na região (portanto minimizando o desmatamento que já vinha crescendo desde 2015), conforme declarou seu ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles em coletiva para a imprensa, veiculada pela TV Brasil em 1 de agosto de 2019.

De acordo com Fearnside (2019), desde a sua campanha eleitoral Bolsonaro já deixou clara a sua posição quanto às questões ambientais e aos direitos humanos:

A eleição de Jair Bolsonaro sinaliza uma redução significativa da proteção tanto para o meio ambiente quanto para os direitos humanos. Diversas ameaças começaram ainda na campanha, como: retirar o Brasil das Nações

Unidas e do Acordo de Paris, despir o Ibama do poder de licenciamento, abolir o Ministério do Meio Ambiente e repassar funções destes para as pastas de Minas e Energia e de Agricultura. (FEARNSIDE, 2019, p. 38).

Dessa forma, quando tomou posse, Bolsonaro procurou colocar as suas promessas em prática, o que resultou no aumento do desmatamento na Amazônia de forma considerável. Conforme Fearnside (2019):

Uma vez empossado, o presidente recuou de algumas dessas promessas, mas outras ações danosas ao ambiente têm sido implementadas nos poucos meses de governo, como: a indicação de ruralistas para ministérios estratégicos como Meio Ambiente e Agricultura, perseguição às ONG's e suspensão de contratos destas com o BNDES, promessa de não permitir a demarcação de "um único centímetro" de terras indígenas adicionais e retirada da Funai da função de demarcação de terras indígenas. As ações práticas e as ameaças do governo Bolsonaro já têm impactos imediatos, como o aumento nas taxas de desmatamento no período recente, mesmo antes do início do seu mandato. (FEARNSIDE, 2019, p. 48).

As investidas danosas de Bolsonaro sobre a Amazônia e o conseqüente aumento do desmatamento, causou uma comoção mundial, fazendo com que o governo recuasse, provisoriamente, em diversos projetos desenvolvimentistas para a Amazônia, como a exploração mineral em terras indígenas. Diante de tantos caminhos e descaminhos, há esperança para Amazônia? Por isso, concordamos com Fatheuer (2015) quando ele argumenta que existe na Amazônia uma situação complexa sobre a qual não se pode ter conclusões apressadas. Há necessidade de compreender melhor a diversidade de oportunidades da região, onde podem coexistir extrativismo e alta tecnologia; grandes projetos de infraestrutura energética e pequenas centrais hidrelétricas e; atividades agropecuárias e unidades de conservação.

Na seção cinco, analisaremos a construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado, barragem essa, resultado de políticas desenvolvimentistas para a Amazônia de FHC, conforme já mencionamos. A partir disso, discutiremos os impactos desse empreendimento para o povo *Akwẽ-Xerente*, bem como as políticas compensatórias: o Procambix.

5 A COLONIALIDADE PERMANECE: a construção da UHE de Lajeado e o Programa de Compensação Ambiental Xerente

[...].

O ar é precioso para o homem vermelho, pois dele todos se alimentam. Os animais, as árvores, o homem, todos respiram o mesmo ar. O homem branco parece não se importar com o ar que respira. Como um cadáver em decomposição, ele é insensível ao mau cheiro. Mas, se vos vendermos nossa terra, deveis vos lembrar que o ar é precioso para nós, que o ar insufla seu espírito em todas as coisas que dele vivem. O ar que nossos avós inspiraram ao primeiro vagido foi o mesmo que lhes recebeu o último suspiro.

Se vendermos nossa terra a vós, deveis conservá-la à parte, como sagrada, como um lugar onde mesmo um homem branco possa ir sorver a brisa aromatizada pelas flores dos bosques.

Assim consideraremos vossa proposta de comprar nossa terra. Se nos decidirmos a aceitá-la, imporei uma condição: o homem branco terá de tratar os animais desta terra como se fossem seus irmãos.

Sou um selvagem e não compreendo de outro modo. Tenho visto milhares de búfalos a apodrecerem nas pradarias, deixados pelo homem branco que neles atira de um trem em movimento. Sou um selvagem e não compreendo como o fumegante cavalo de ferro possa ser mais importante que o búfalo, que nós caçamos apenas para nos manter vivos.

Que será do homem sem os animais? Se todos os animais desaparecessem, o homem morreria de solidão espiritual. Porque tudo que aconteça aos animais pode afetar os homens. Tudo está relacionado.

Deveis ensinar a vossos filhos que o chão onde pisam simboliza as cinzas de nossos ancestrais. Para que eles respeitem a terra, ensinai a eles que ela é rica pela vida dos seres de todas as espécies. Ensinai a eles o que ensinamos aos nossos: que a terra é a nossa mãe.

Quando o homem cospe sobre a terra, está cuspidando sobre si mesmo.

[...]

(Trechos da carta do cacique de Seattle, 1855)

Como vimos na seção quatro, a construção de grandes obras foi o vetor de “desenvolvimento” da Amazônia, sobretudo a partir da década de 1960, com o governo ditatorial. Nesse ínterim, o estado do Tocantins se tornou uma espécie de “corredor” que liga o norte ao sul do país e, por isso, foi alvo desses grandes empreendimentos, que causaram impactos significativos aos espaços onde foram implantados. Além dos impactos ambientais, a implantação deles resultou, na maioria dos casos, na expropriação de milhares de pessoas de seus territórios de vida e de trabalho, dentre elas as comunidades de camponeses, as de quilombolas e as de indígenas. Os que permaneceram, vêem suas vidas transformadas, negativamente, ao longo dos anos, muitas vezes tendo que lidar com a violência, com a fome e com os seus modos de vida ressignificados, como no caso do povo indígena *Akwê-Xerente*, tema de estudo deste trabalho. Consideramos grandes empreendimentos aqueles que demandam altos investimentos de capital e que causam fortes impactos nos lugares onde eles são implantados. Sendo exemplos de tais obras: rodovias, hidrelétricas, *shoppings*, condomínios, projetos turísticos, pontes, projetos de modernização agrícolas e indústrias, dentre outras. Essa geograficidade se manifesta por meio de devastação, de injustiças sociais e ambientais, de violência e de dramas sociais.

É nessa perspectiva que o objetivo dessa seção é fazer uma leitura da construção desses grandes empreendimentos no Brasil, sobretudo, a construção de hidrelétricas e o processo de indenização dos atingidos. Dessa forma, a partir da construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins, no Estado do Tocantins, analisaremos os impactos socioambientais sobre o território indígena *Akwê-Xerente* e as relações de poder decorrentes a partir daí. Por fim, faremos uma discussão sobre o Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) e os impactos sobre o território.

5.1 A construção de hidrelétricas no Brasil

No Brasil, a construção de grandes empreendimentos tem sido questionada por vários estudiosos, como Vainer (1992), Porto-Gonçalves (2006) e Benincá (2011), dentre outros, e, também, pela sociedade civil organizada. A questão central está no fato de que esses empreendimentos geram efeitos negativos e irreversíveis ao meio ambiente e à sociedade, com a expulsão de várias famílias de seus lugares de vida e de trabalho.

Para Vainer (1992), os grandes empreendimentos são um modo de produção do espaço; o autor ressalta que há uma vasta literatura que aponta os impactos negativos desses projetos nas regiões em que são implantados e que, ao invés da modernização e do progresso

prometidos pelos discursos apologeticos ou com pretensões teórico-conceituais, o que se tem observado, em geral, é a “[...] desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento da população, desemprego, favelização, marginalização social e, quase sempre, degradação ambiental” (VAINER, 1992, p. 33).

Além disso, a população impactada tem que lidar com os riscos que esses grandes empreendimentos oferecem, pois em muitos, considerando o objetivo de aumentar os lucros, os empreendedores investem pouco em segurança e em informação. Conforme apontam Veyret (2007) e García-Tornel (2001), as catástrofes geradas por grandes projetos de investimentos resultam de cálculos mal feitos e da diminuição de gastos em materiais e sistemas de segurança. No Brasil, um caso recente e emblemático foi o rompimento das barragens de Mariana (2015) e de Brumadinho (2019), ambas no estado de Minas Gerais, que causou centenas de mortes, poluição de rios, desapropriações, mortes de espécies da fauna e da flora e impactos negativos à economia, dentre outros.

De acordo com Vainer (1992, p. 34), os grandes projetos de investimentos têm uma lógica, sobretudo, econômica e se apropriam de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território “respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos”. Assim, as populações atingidas são excluídas dos processos de decisão na implantação desses projetos e, em alguns casos, sequer são ouvidas, como no caso da população indígena *Akwẽ-Xerente*, atingida pela barragem de Lajeado e tiveram suas vozes silenciadas e seus direitos desrespeitados como analisaremos nesta seção e na seção seis.

Dessa forma, sob um viés estritamente econômico e colonialista, os grandes empreendimentos são agentes transformadores do espaço. Apropriam-se do território, desterritorializando pessoas e grupos sociais, criando novas territorialidades, impondo a necessidade de ressignificação do lugar pelos grupos sociais envolvidos. Esses empreendimentos se territorializam no espaço por meio de sua capacidade de aquisição de grandes volumes de capital e pela influência política de seus empreendedores.

Diante disso, há que se considerar que os empreendedores não agem sozinhos. Há, a necessidade da intervenção do Estado, com seus sistemas jurídico-legais, para tornar possível a construção desses empreendimentos. Harvey (2014) faz entender que o Estado é um terceiro agente na relação capital-trabalho. Dessa forma, age como um mediador dessa relação garantindo a expansão das relações capitalistas a partir da defesa da propriedade privada, da construção de infraestrutura (pontes, estradas) da concessão de financiamentos para sua circulação, e, principalmente, com o uso da força militar, para coibir (muitas vezes

de forma violenta) movimentos que colocam em risco sua reprodução. Considerando que a construção de usinas hidrelétricas se encaixa no conceito de grandes empreendimentos, faremos uma discussão sobre a implantação de hidrelétricas no Brasil e o papel do Estado nesse processo.

Os grandes projetos de investimentos são, conforme muitos estudiosos, como Vainer (1992) e Porto-Gonçalves (2006), perversos e excludentes, devido aos danos ambientais causados e à expropriação de milhares de famílias camponesas e indígenas de suas terras. Ao ser expulsas, uma parte dessas famílias é empurrada para as periferias das cidades e passa a viver de forma precária e a outra parte vai engrossar as fileiras dos trabalhadores rurais desterrados na luta para voltar à terra e viver com dignidade. No caso dos grandes projetos hidrelétricos, o levantamento feito pelo MAB (2010) aponta que no Brasil já foram construídas quase 3.000 barragens, que trouxeram e ainda trazem vários problemas sociais, como a expulsão de milhares de famílias ribeirinhas dos seus lugares de trabalho e de reprodução – a terra.

Vainer (1992) ressalta que os grandes aproveitamentos hidrelétricos causam o deslocamento maciço e compulsório de grupos que são obrigados a abandonarem as terras onde se instalam os reservatórios. Produzem milhões de desempregados, que se dirigem, na maioria das vezes, para os centros urbanos regionais ou nacionais, na ilusão de que as indenizações recebidas permitirão recomeçar a vida em situação favorável. Outros ingressam movimentos de resistência na tentativa de barrar a obra e/ou por melhores indenizações, como, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Para compreender esse processo, torna-se importante fazer uma breve reflexão sobre o modelo energético no Brasil ao longo de sua história e o papel do Estado nessa situação, pois concordamos com Santos e Silveira (2005, p. 20) quando eles salientam que, para se compreender os diversos *usos* do território, um esforço de periodização é necessário, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos, “marcados por manifestações particulares que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais”. Sobre o papel do Estado na produção e reprodução do capital, Harvey (2005) faz a seguinte afirmação:

A produção e troca capitalista são inerentemente “anárquicas”. Os indivíduos, todos em busca de seus interesses privados, não podem levar em consideração “o interesse comum”, mesmo o da classe capitalista, em suas ações. Portanto, o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Ele desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do

trabalho [...] e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infra-estruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo. (HARVEY, 2005, p. 83, grifos do autor).

Partindo desse princípio, Benincá (2011) considera que a história do setor energético brasileiro pode ser dividida em quatro períodos principais, aos quais há o aprimoramento da intervenção do Estado na medida em que os interesses de classes ficam mais visíveis. O primeiro começa com a Proclamação da República (1889) e vai até a Revolução de 1930. A economia brasileira nesse período se caracterizava “pela produção primário-agroexportadora e a energia estava baseada em fontes vegetais” (BENINCÁ, 2011, p. 29). Assim, o Estado não intervinha na produção e na distribuição de energia. Ele apenas conferia autorizações para o funcionamento das companhias e não havia qualquer legislação sobre a energia elétrica e sobre os recursos hídricos. Os estados e os municípios gozavam de grande autonomia para estabelecer contratos e autorizações para as empresas privadas de energia. Já havia alguns indícios de conflitos (MAB, 2010). Conforme o MAB,

[...] as companhias tinham direito a corrigir suas tarifas e a receber o equivalente em ouro (a chamada “cláusula-ouro”), de maneira a ficarem protegidas da inflação e da desvalorização da moeda brasileira – naquela época era o “mil réis”. Era o paraíso para as grandes empresas privadas estrangeiras: usavam a água à vontade, produziam a quantidade de energia que queriam e onde queriam. E, para completar: cobravam o preço que achassem necessário... e, ainda por cima, o governo convertia isso em ouro (MAB, disponível: http://www.mabnacional.org.br/setor_eletrico.htm).

A produção de energia era feita por grandes empresas nacionais e estrangeiras (dentre elas a Light e a Eletrobrás) e nela não tinha a interferência direta do Estado. O segundo período apontado por Benincá (2011, p. 29) vai de 1930 a 1945 quando o país “deu seus primeiros passos rumo à estruturação de uma política energética, que ocorreu em função do início do seu processo de industrialização”. A demanda de energia para as indústrias e para as cidades aumentou. Esse período, ressaltam Santos e Silveira (2005, p. 36), é o começo de uma integração nacional do setor e início de uma hegemonia de São Paulo no processo de industrialização do país e um esboço de um mercado localizado, sobretudo, no Centro-Sul.

Paralelamente a esse processo, “aumentavam as demandas de eletricidade, com a difusão de bondes elétricos, da iluminação pública e das primeiras indústrias” (na sua maioria com financiamento de recursos advindos da borracha explorada da Amazônia, conforme já ressaltamos na seção quatro). Nesse contexto, foi criado, em 1934 (no Governo de Getúlio Vargas), o Código de Águas, que vai estabelecer algumas regras para a produção e o fornecimento de energia elétrica. Em relação à situação anterior, foram feitas muitas modificações; de acordo com o MAB (2010), as mais importantes foram:

- A propriedade dos rios deixava de ser do proprietário da terra. Conforme o caso, poderia ser propriedade do município, do estado ou da União;
- A propriedade das quedas d’água e do potencial hidrelétrico deixava de ser do proprietário da terra e passava a ser patrimônio da Nação;
- As tarifas passaram a ser fixadas segundo os custos de operação e o valor histórico dos investimentos, o que significava o fim da “cláusula-ouro” e da correção monetária automática conforme a variação cambial;
- O Estado passava a deter o poder de concessão e de fiscalização, estabelecendo, pelo menos teoricamente, as condições para controlar as atividades das empresas privadas.

Juntamente com essas medidas, o governo brasileiro iniciou uma série de construções de usinas hidrelétricas, distribuídas fundamentalmente entre os estados do Sudeste, do Sul e o estado de Pernambuco, no Nordeste. Concomitantemente, se iniciou uma ligação entre linhas de transmissão e distribuição e a construção de novas, que foi acompanhada por um processo de centralização estatal das empresas elétricas (SANTOS; SILVEIRA, 2005).

Já o terceiro período, citado por Benincá (2011), vai de 1945 ao final da década de 1980, e foi marcado pela intervenção direta do Estado no setor energético. Mesmo com o aumento de produção de energia, com o avanço da urbanização e da industrialização no Brasil, faltava energia elétrica para o abastecimento das cidades e para a expansão industrial. Muitos bairros pobres das grandes cidades e/ou as favelas não tinham abastecimento de luz elétrica. Para tentar amenizar a situação, em 1954, no segundo governo de Getúlio Vargas, foi criado o Plano Nacional de Eletrificação, que comprometia o Estado com intervenções voltadas para acabar com a falta de energia elétrica. É nesse período, conforme já ressaltamos,

que o processo de colonização da Amazônia se intensifica, sendo seus rios alvo de construção de barragens para a produção de energia.

Benincá (2011) esclarece que:

[...] o Estado brasileiro assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas ao interesse do capital transnacional. O modelo estatal de energia promoveu ocupação violenta de territórios; gerou sérios impactos ambientais; praticou graves agressões culturais e físicas contra populações tradicionais; ampliou o êxodo rural e a subsequente marginalização social nas periferias das cidades. Tudo em nome do *progresso da nação!* (BENINCÁ, 2011, p. 30, grifos do autor).

Nesse sentido, o autor ressalta que, durante a ditadura militar, período de grandes mudanças na economia e de intensa repressão social e marginalização de movimentos sociais e dos partidos de esquerda, o Estado optou por embasar o desenvolvimento industrial na megaeletricidade, dado o potencial existente nos rios para a construção de barragens. Este é o início de um período que se estendeu e se consolidou na década de 1970, numa integração do setor em torno da Eletrobrás, convergindo para interligar boa parte dos sistemas antes isolados. A intervenção do Estado e o financiamento de órgãos estrangeiros, para o desenvolvimento de ajustes estruturais estratégicos e para o enfrentamento da crise do capitalismo, fizeram com que a construção de barragens se ampliasse de forma significativa no Brasil. Sobre essa situação, Germani (2003) salienta que

[...] uma das funções do Estado capitalista moderno é criar condições favoráveis para o desenvolvimento do processo de acumulação de capital. Cabe assim, a esse Estado realizar grandes investimentos em infraestrutura, não assumidos diretamente pelo capital privado, quer seja pelo volume de capital necessário, quer pelo lento ou baixa de retorno que esses investimentos proporcionam. (GERMANI, 2003, p. 13).

Nesse sentido, cabe ao Estado a construção de obras e de toda a infraestrutura que beneficiem a produção, por exemplo, para a geração de energia. Com a crise do petróleo na década de 1970 e a divisão territorial do trabalho pelas grandes potências, o Brasil se reestruturou, buscando redefinir, internamente, a forma de desenvolvimento do capitalismo. Nessa conjuntura, implementou-se o projeto *Brasil Potência*, articulado no Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (1975/1979) (MENDONÇA, 2004). É desse período a matriz dos projetos de grandes barragens. A energia hidrelétrica é uma grande alternativa para a abertura de novas opções de “progresso”, e tudo isso acarreta grandes transformações espaciais.

No final da década de 1970 e no início da década de 1980, os países centrais passam a transferir para países periféricos e dependentes, ricos em potencial energético, como o Brasil, várias indústrias que consomem muita energia. Assim, o Brasil, juntamente com outros países periféricos, passou a ser um exportador de produtos eletrointensivos, isto é, que exigem grande quantidade de energia para serem produzidos. O Japão, por exemplo, praticamente fecha sua indústria de alumínio primário e passa a importar de países como o Brasil (MAB, 2010).

Nesse contexto, as pesquisas sobre a construção de barragens ganham destaque na Geografia, na medida em que se percebem os impactos sobre o espaço, as grandes transformações nos territórios em que esses grandes empreendimentos são implantados. Como, por exemplo, a construção da UHE de Lajeado, no rio Tocantins, causou a expulsão da terra de centenas de famílias camponesas e indígenas, que deixaram de produzir para tornarem-se meros consumidores. Assim, com a construção de hidrelétricas muitos acabaram sem-terra, outros tantos foram morar nas periferias das cidades (MENDONÇA, 2004). Desta realidade, surge a necessidade de organização e de luta dos atingidos por barragens no Brasil como forma de resistir ao modelo energético imposto.

Para Germani (2003), a construção de uma usina hidrelétrica, com reservatório implica numa reestruturação espacial, ocasionando a remoção das populações ribeirinhas atingidas, com violência e total desrespeito aos seus direitos. Em Sobradinho, por exemplo, ressalta a autora, a construção da usina expulsou cerca de 70 mil pessoas, que quase foram atingidas pelas águas não tinha sido providenciado nem mesmo seu reassentamento quando o reservatório começou a se encher. Em Itaipu, houve tentativas de resistência e a repressão por parte do governo autoritário foi brutal, resultando em mortes, torturas e prisões.

Por fim, a quarta fase, apontada por Benincá (2011), se inicia em 1990 e se estende até os dias atuais. É marcada pelo fortalecimento do Plano Nacional de Energia Elétrica a partir da construção de grandes hidrelétricas, de acordo com o modelo neoliberal de economia que promoveu a privatização do setor elétrico a partir de um forte discurso de escassez de energia e de necessidade de construir mais barragens. A partir daí,

Com a privatização do setor, a energia ficou sob o controle de um pequeno número de empresas transnacionais. Disso derivou a apropriação privada de vastos territórios, florestas, rios (e de seu potencial hidrelétrico), a cobrança de altas tarifas pela utilização da luz, bem como a geração de desemprego (BENINCÁ, 2011, p. 31).

Também o MAB (2010) aponta que com o processo de privatização houve um aumento significativo de desemprego, pois havia no setor cerca de 200 mil trabalhadores o que foi reduzido para pouco mais de 100 mil trabalhadores.

Para Benincá (2011), a partir da década de 1990, o Estado passou a subsidiar e financiar grandes empresas (a maioria norte-americanas) na construção de grandes hidrelétricas através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Conforme o autor, entre as maiores empresas do setor elétrico financiadas estão: *Tractebel-Suez* (Belga/Francesa), *Alcoa* (EUA), *Alcan Alumínios* (Canadá), *BHP Billiton* (Inglaterra), *Citigroup* (EUA), *AES* (EUA), *American Eletrical Power* (EUA), Eletricidade de Portugal (Portugal), *Southern Company* (EUA), *Electricité de France* (França), *Duke Energy* (EUA), *Endesa* (Espanha), *El Passo* (EUA), Banco Santander (Espanha), Banco Bradesco S.A., Companhia Brasileira de Alumínio e Cimentos Votorantin S.A. (Brasil).

É importante ressaltar que o Brasil possui uma das maiores reservas hídricas do mundo e com grande potencial hidroelétrico. Aqui, nos últimos anos, tem se verificado a construção de usinas hidrelétricas na região amazônica como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC 2). Conforme Sieben (2013), com base no relatório do referido programa, o PAC tem como objetivo estimular o crescimento econômico, aumentar a oferta de empregos e melhorar a qualidade de vida da população brasileira. Para isso, há a necessidade de construção de usinas hidrelétricas. De acordo com o autor os investimentos no setor giram na faixa de trilhões de reais, feitos pelo BNDES.

Vainer (1992) observa que a natureza lógica dos grandes aproveitamentos hidrelétricos é tão só:

[...] de explorar determinados recursos naturais e espaços, mobilizar certos territórios para uma finalidade específica – produção de eletricidade. Tudo que contraria ou escapa a esse fim aparece como obstáculo e surge, no cronograma financeiro, sob a rubrica de custos. Nestes termos, não espanta que sejam vistos como obstáculos tanto a população que ocupa áreas a serem inundadas como os usos da água feitos por essa população – e, de maneira geral, todas as atividades econômicas e sociais que preexistam ao projeto (VAINER, 1992, p. 41).

A construção de usinas hidrelétricas com essa perspectiva tem causado sérios problemas às populações locais. No caso do estado do Tocantins, além dos graves problemas ambientais e sociais que têm atingido terras indígenas, altera modos de vida construídos há milhares de anos, como no caso do Povo *Akwẽ-Xerente*, territorializados às margens do rio Tocantins. A construção da Usina de Lajeado desterritorializou povos tradicionais, alagou

idades e, além disso, alterou o fluxo de água, atingindo a soberania alimentar, principalmente, dos indígenas que *com-vivem* com o rio.

A UHE de Lajeado entrou em funcionamento em 2002. É parte dos grandes projetos de desenvolvimento implantados pelos governos federais e estaduais no Estado do Tocantins que, na sua maioria contam com o apoio do capital internacional. O barramento está localizado no rio Tocantins; sua potência é de 950MW e abrange 750km² de área total. Atingiu os municípios de Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras (INVESTCO, 2010; ZITZKE, 2007).

Essa usina foi construída pela INVESTCO S.A, um consórcio formado pelo grupo REDE, EDP Lajeado Energia S.A., CEB Lajeado Energia S.A. e CMS *Energy*. Seu projeto foi considerado pelos seus construtores um dos mais arrojados projetos hidrelétricos brasileiros, constituindo um marco na produção de energia do país, com um tempo de construção recorde (39 meses) (INVESTCO, 2010). No item 4.1.1 analisaremos o processo de construção da Usina de Lajeado e seus impactos socioespaciais, sobretudo no território Xerente.

5.2 A usina hidrelétrica de Lajeado e os impactos no território Indígena Xerente

A UHE de Lajeado, logo depois de construída oficializada como “Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães”, é, ao lado da construção de rodovias hidrovias e projetos agrícolas, dentre outros, o grande empreendimento previsto na região amazônica pelo programa “Avança Brasil” no governo Fernando Henrique Cardoso, conforme já ressaltamos. Com sua construção, o território ganhou novos usos para atender às demandas do capitalismo global, deixando uma parte da população mais empobrecida por causa das transformações causadas com a implantação desses sistemas técnicos (SANTOS; SILVEIRA, 2005). A implantação da UHE de Lajeado alterou o fluxo do rio Tocantins e trouxe efeitos significativos para população local dentre eles, os mais danosos foram:

- a) Inundação de terras agricultáveis e a expulsão dos camponeses para a periferia das cidades;
- b) Diminuição dos espaços de socialização das cidades às margens do rio Tocantins, visto que grande parte delas tinha como espaço de lazer as praias formadas pelas areias do rio – e que tinha o turismo como principal fonte econômica –, alteradas profundamente com o barramento do rio;

- c) Extinção de fontes de trabalho e de geração de renda;
- d) Perdas ou diminuição de parte significativa da fauna e da flora;
- e) Inundação de alguns patrimônios socioculturais de algumas populações locais construídos há várias gerações;
- f) E por último, atingiu também, as aldeias *Akwẽ-Xerente*, em especial as que ficam às margens do rio Tocantins.

A construção de Lajeado se deu em um contexto em que a política econômica brasileira na década de 1990, caracterizada pela abertura do país ao capital estrangeiro, teve como um dos seus principais eixos a construção de barragens para a produção e transmissão de energia elétrica, para o fortalecimento do Modo de Produção Capitalista. Aliada a isso, como ressalta Zitzke (2007), havia a lógica da criação, com a constituição de 1988, e da consolidação do estado do Tocantins, nos anos seguintes. O Estado, recém-criado e comprometido com uma elite capitalizada e uma proposta econômica desenvolvimentista e permissiva ao capital privado, influenciou diretamente no processo de remanejamento e compensação pelas perdas das comunidades ribeirinhas atingidas pela usina hidrelétrica. Nesse contexto, o autor ressalta que, mesmo estando localizada num rio federal, a obra foi, por negociações políticas, licenciada pelo órgão ambiental estadual, o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). Assim, o “empreendedor não teve muitas dificuldades para cumprir o cronograma da obra (que aconteceu em ritmo acelerado), bem como atender os itens previstos nos Planos Básicos Ambientais (PBA)”. (ZITZKE, 2007, p. 28).

As etapas de construção da UHE de Lajeado foram descritas por Araújo (2003) e, conforme o autor, aconteceram de forma acelerada e, ao mesmo tempo, aumentaram os problemas e acirraram os conflitos sociais. Nesse sentido, para o autor, a construção de Lajeado foi cercada de irregularidades em todas as suas etapas. Estas tiveram início no dia 31 de Janeiro de 1996, quando a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins) – empresa de energia já privatizada e sob o comando do grupo Rede de empresas elétricas – entrou com o primeiro pedido de Licença Prévia junto à agência ambiental estadual do Estado, a Naturatins. Mas, a construção foi questionada pelo Ministério Público a partir de uma carta expedida pelo promotor de justiça Edson Azambuja, em 08 de julho de 1996, e enviada ao Naturatins em ele aponta os efeitos negativos da obra e também a falta do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e do Relatório de impacto ao Meio Ambiente, o EIA/RIMA. Além disso, o mesmo promotor enviou, em 10 de julho de 1996, outra carta ao Procurador da

República do Estado do Tocantins, questionando a inexistência do EIA/RIMA e afirmando que, por isso, não era possível dar-se início à construção das obras da UHE de Lajeado.

O pedido de Licença Prévia foi feito sem os devidos estudos ambientais. Conforme constatou Araújo (2003), a primeira Licença Prévia foi emitida em 06 de maio de 1997 pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), do Ministério de Minas e Energia, departamento extinto no mesmo ano. O EIA, elaborado pela Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda., ficou pronto em meados daquele ano. Com a Licença Prévia concedida, no mês de setembro de 1997, começou então, uma maratona de audiências públicas, organizadas pelo Naturatins, para apresentação de Lajeado. Tais audiências aconteceram em um ritmo tão acelerado que muitos autores, como Zitzke (2007) e o próprio Araújo (2003), consideram tal empreendimento uma inovação pelo tempo recorde entre a Licença Prévia e a Licença de Instalação.

Assim, foram realizadas três audiências públicas consecutivas, sendo uma na capital do Estado do Tocantins, Palmas (03/09/1997), uma na cidade de Miracema (04/09/1997) e a última na cidade de Porto Nacional (05/09/1997), conforme ressaltou Araújo (2003). Essas audiências foram marcadas por fortes manifestações sociais, principalmente de ambientalistas, que denunciavam as mazelas e as manobras políticas feitas para a realização da obra. Diante disso, em 1998, o Ministério Público do Tocantins entrou com uma ação contra a empresa, apontando várias irregularidades na construção da usina. Uma delas é a de que os povos indígenas atingidos pelo empreendimento não foram ouvidos e não foram convidados a participarem das audiências. Apontou vários problemas no EIA, uma vez que este não contemplava os povos indígenas, além de outras deficiências no levantamento dos impactos. Em pesquisa de campo em 2018, os *Akwẽ-Xerente* responderam que mesmo sabendo da construção da UHE e dos problemas de dela decorreriam, não foram ouvidos pelas empresas e muito menos foram convidados para participarem das audiências como atingidos.

Logo após a realização das audiências públicas, foi feita, em 25/11/1997, em Brasília (justamente ao apagar das luzes do antigo Dnaee e antes da criação da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel), a licitação da UHE de Lajeado e, com a intervenção do Ministério Público Federal, o Ibama entra oficialmente no “caso Lajeado”, estabelecendo com o Naturatins, em 06/02/1998, um termo de cooperação técnica. Diante disso, a Investco apresenta, no dia 03/03/1998, um conjunto de seis Planos Básicos Ambientais (PBAs) e solicita a autorização para a instalação do canteiro de obras. Mas, a autorização só foi concedida para a empresa no dia 08/05/1998 quando a Investco apresentou mais 27 PBAs, depois de solicitada e aceita a prorrogação da primeira Licença Prévia. (ARAÚJO, 2003).

Após a autorização, com a instalação do canteiro de obras, a construção desse grande empreendimento continuou evoluindo de forma muito rápida. Em 21/05/1998 foi requerida a Licença de Instalação e, após avaliação e parecer do Ibama e do Naturatins, foi concedida em apenas 39 dias (29/06/1998). Araújo (2003) relata que diante da rápida evolução da obra, muitas questões nas áreas sociais, fundiária e ambiental ficaram pendentes. Esse fato trouxe inúmeras preocupações para a sociedade civil organizada. Muitas pessoas se mostravam preocupadas e/ou se sentiram prejudicadas pela falta de informações corretas de como o processo de construção da barragem evoluía. Nessa conjuntura,

Formou-se uma coligação de várias pequenas entidades com as seções locais de entidades nacionais: entidades de trabalhadores rurais e de pequenos agricultores com a sua Federação Estadual – FETAET, a Alternativa para a Pequena Agricultura – APA/TO, a Cooperativa de Prestação de Serviços em Assistência Técnica e Extensão Rural – COOPTER, mais as entidades sindicais, como a seção local da Central Única dos Trabalhadores – CUT, o Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação – Sintet, a Assessoria Sindical – IFAS, mais duas entidades locais de Defesa dos Direitos Humanos e uma entidade de apoio aos índios, com o Conselho Indigenista Missionário – CIMI. (ARAÚJO, 2003, p. 85).

Essas entidades realizaram, no dia 31/10/1998, o I Seminário da Hidrelétrica de Lajeado. Estiveram presentes nesse evento 333 pessoas, representando diversas entidades e órgãos públicos. Falaram a representante do Procurador Federal, a presidente e técnicos da Naturatins, representantes e técnicos da Investco, um dirigente e um assessor jurídico do CIMI nacional, dois caciques *Akwẽ-Xerente* e, por fim, um assessor do IFAS, que fez uma detalhada análise dos grandes empreendimentos na região e na bacia do Araguaia e do Tocantins. O referido seminário contou com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, seção local (OAB/TO), que ofereceu o auditório da sede em Palmas com cerca de 300 lugares, conforme ressaltou Araújo (2003). A motivação do evento encontra-se nos Anais do Seminário:

As entidades, ao verem tanto descaso por parte da empresa, sentiram-se na obrigação de puxar um Seminário onde fosse possível buscar esclarecimentos sobre a construção da UHE. Quais são os impactos? Quais os benefícios? E inúmeros questionamentos. A implantação de uma usina precisa ser transparente, para que a sociedade possa analisar e avaliar se é realmente viável sua construção. Somente através de informações concretas, a população poderá formar a sua opinião em relação a esse grande empreendimento. (ANAIS, *apud* Araújo, 2003, p. 86).

O Seminário foi marcado por fortes manifestações e reclamações, dentre elas a de que os representantes da Investco não foram claros em suas falas. A empresa levou vários advogados e técnicos que, em suas exposições, confundiram números e se mostraram muito inseguros. Para os organizadores do evento, diante das manifestações feitas, ficou claro que as três audiências públicas realizadas não foram suficientes para que a sociedade tivesse informações sobre essa grande obra, conforme uma matéria divulgada nos Anais pelo CIMI Nacional, assinada por Kátia Vasco:

[...] para os organizadores, o debate do dia 31 prova que as três audiências públicas realizadas em Palmas, Miracema e Porto Nacional não permitiram o debate. Programas atrasados, falta de esclarecimento e principalmente descumprimento de metas, como a realização do Diagnóstico Etno-Ambiental nas aldeias Xerente, foram alguns problemas apresentados. A quantidade e qualidade das intervenções e questionamentos do plenário surpreenderam. Revelou que apesar de estar com o cronograma adiantado, a obra apresenta vários problemas que tanto o empreendedor, a Investco, quanto o órgão ambiental Naturatins, não conseguiram esclarecer. (VASCO, *apud* ARAÚJO, 2003, p. 61).

Nesse sentido, vários problemas de ordem ambiental, fundiária e social marcaram a construção da UHE de Lajeado. Com relação às indenizações, quando foi concluído o EIA da UHE de Lajeado, entre 1998 e 1999, a Investco contratou a empresa Agropastoril para fazer o levantamento das propriedades com títulos definitivos, com o intuito de comprá-las dentro do sistema de “porteira fechada”. As indenizações foram negociadas pela Arque Engenharia, empresa contratada para fazer as negociações. (ARAÚJO, 2003). Conforme as pesquisas do referido autor, vários ribeirinhos se sentiram prejudicados com as negociações, pois o valor pago era aquém do valor das propriedades.

Foram atingidas diretamente com o barramento do rio, 3.970 famílias. Destas, 600 famílias foram remanejadas para os 13 reassentamentos rurais; 500 famílias foram reassentadas na zona urbana; outras receberam indenizações que variaram de R\$ 1.000 e R\$ 105.000, dependendo da atividade agricultável e da área alagada em sua propriedade e; do restante das famílias que foram atingidas, centenas delas não foram indenizadas, pelo fato de viverem em terras somente arrendadas.

Nessa conjuntura de lutas por indenizações é que se forma o MAB/Tocantins a que se juntam aos atingidos na luta por seus direitos. De acordo com Foschiera, Batista e Thomaz Júnior (2009, p. 4) posteriormente amplia o MAB “sua ação para junto de futuros atingidos de outras usinas que passaram a ser construídas e também junto com atingidos de usinas hidrelétricas que ainda não tiveram suas construções iniciadas”. Dessa forma, a atuação

desse Movimento Social organizado foi fundamental para denunciar as mazelas de Lajeado e, para que os atingidos tivessem seus direitos assegurados.

Com relação aos reassentamentos rurais, conforme o contrato firmado pela Investco e incluído no PBA 23, seriam fornecidos aos atingidos todos os insumos básicos para o manejo da agricultura e o plantio de hortaliças e legumes, meios para gradear a terra e a construção de postos de saúde e centros comunitários e de casas para moradia, além de isentar a todos os usuários do custo de água e energia por algum tempo. Mas, esse contrato não foi totalmente cumprido. Conforme Araújo (2003), em 2002, quando a represa já estava formada, os atingidos entraram com uma ação contra a empresa empreendedora,

[...] com denúncias de várias irregularidades, que haviam sido constatadas pelo Ministério Público Estadual. Eram mencionados: atraso de fornecimento dos insumos agrícolas na maioria dos reassentamentos, comprometendo o plantio e colheita dos legumes; nos postos de saúde implantados faltavam medicamentos e profissionais adequados; o centro comunitário continuava vazio, sem atividades. [...] Foi possível verificar “in loco” várias casas construídas com materiais de segunda mão e mal acabadas, confirmando os comentários dos próprios moradores [...]. (ARAÚJO, 2003, p. 91).

Sobre os assentamentos urbanos, as famílias foram remanejadas para uma área residencial ao norte de Palmas, conforme contrato firmado pela Investco no PBA 22. Conforme pesquisas feitas por Araújo (2003), os moradores se mostraram insatisfeitos, devido às condições precárias das moradias e de vida.

A construção da UHE de Lajeado também trouxe inúmeros prejuízos àquelas pessoas que tiravam seu sustento e o de suas famílias do rio Tocantins, dentre elas estão: os barraqueiros/garçons, que montavam barracas para as temporadas de praias, principalmente em Palmas e em Porto Nacional; os barqueiros/canoeiros, que faziam as travessias no rio; os dragueiros, que exploravam areia e seixos para a construção civil; os caçambeiros, que faziam transporte de areia e seixos para a cidade de Palmas e região; os ceramistas, que fabricavam telhas e tijolos para a construção civil e; os patroleiros, que trabalhavam na melhoria ou abertura de estradas vicinais na área alagada. Estes, na sua maioria não foram reconhecidos como atingidos, mas depois de muita luta, manifestações e ações judiciais uma parte significativa foram reconhecidos como atingidos e receberam suas respectivas indenizações. (ARAÚJO, 2003).

Esses problemas apresentados têm sido bastante recorrentes na implantação desses projetos e, por isso mesmo, a política de indenização de grandes empreendimentos tem

sido alvo de críticas de vários estudiosos, como Vainer (2008), que aponta que várias famílias não são indenizadas e, quando são, não se leva em consideração as questões sociais e culturais do território. As indenizações se dão a partir da avaliação das benfeitorias e pelo valor de mercado da terra (visão patrimonialista de atingido por grandes empreendimentos), sem levar em consideração as relações de identidade e valores culturais construídos por anos pelos atingidos.

Vainer (2008, p. 2) ressalta ainda, que para licenciar grandes obras e para ter apoio financeiro para a construção de usinas hidrelétricas, o Estado exige das empresas o EIA/RIMA. De acordo com o autor, esses Estudos são “monótonos”, pois, por mais diferentes que sejam as realidades econômicas, políticas, culturais e sociais das diferentes áreas onde essas barragens são implantadas, eles “parecem uns com os outros tanto quanto duas gotas das águas que serão represadas”. Lembra ainda que os estudos costumam ter um capítulo sobre “social” ou sobre o “chamado meio ambiente sócio-econômico” (como na visão eurocêntrico-moderna que separa homem e natureza, conforme já abordamos no decorrer desse trabalho), no qual as populações atingidas são naturalizadas e destituídas de subjetividades. São representadas,

[...] *ipso facto*, como incapazes de se constituírem em sujeitos aptos a se conceberem enquanto portadores de direitos e interesses e, em consequência, a se constituírem em atores em condições de operar autonomamente na transformação do ambiente de implantação das barragens em arena de conflito social e político. (VAINER, 2008, p. 2).

Nessa linha de pensamento, convém pensar que esses relatórios não dão conta da complexidade das relações territoriais construídas por várias gerações que vão muito além da simples avaliação de benfeitorias ou valor de mercado da terra, como esses EIA's teimam em considerar. Diante desse contexto, no próximo tópico analisaremos os impactos decorrentes da construção de Lajeado sobre o território *Akwẽ*-Xerente e como se deu o processo de indenização a partir do Programa de Compensação Ambiental Xerente, o Procambix, programa esse que analisaremos com maior profundidade nesse trabalho.

5.3 Os impactos da UHE de Lajeado no território Xerente e o Procambix

Conforme destacamos na seção dois o território indígena Xerente está localizado ao centro do Estado do Tocantins. Essa localização estratégica faz com que ele seja alvo de grandes projetos de desenvolvimento, como barragens, rodovias, hidrovias, projetos agrícolas

modernos, dentre outros. No caso da construção da UHE de Lajeado, os *Akwẽ-Xerente* tiveram dificuldades de serem reconhecidos como impactados pelo fato de suas terras estarem localizados a mais ou menos 15 km à jusante do barramento do rio Tocantins, ou seja, suas terras não seriam diretamente alagadas pela construção da UHE, dado a visão patrimonialista de atingidos. Nesse sentido, os indígenas não foram ouvidos nem antes e nem durante a construção de Lajeado, conforme informou um indígena durante a pesquisa de campo realizada em março de 2018.

O fato de os indígenas não serem diretamente reconhecidos como atingidos gerou inúmeros conflitos e uma batalha de ações judiciais envolvendo os próprios indígenas, os movimentos sociais organizados, o CIMI e o Ministério Público Federal, dentre outras instituições. Mesmo não sendo impactados diretamente, o barramento do rio, à montante, trouxe uma série de problemas ambientais, econômicos e sociais para os *Akwẽ-Xerente*, pois, com a mudança do fluxo do rio, que o seu barramento acarretou, diminuiu a quantidade de peixes, espécies da fauna e da flora e também foram destruídas as várzeas, interferindo, dessa maneira, na soberania alimentar, uma vez que a principal fonte alimentos dos *Akwẽ-Xerente* vem basicamente da pesca, da caça e da roça de várzea, conforme relatou o Sr. S. Xerente em pesquisa de campo (2018):

[...] A barragem leva tudo né?! Tinha muito peixe. De primeiro [antes da construção da UHE] pegava com a mão, hoje é difícil, né?! Joga a rede às vezes não dá nada [...] E, de primeiro, a gente plantava muito, plantava que não dava conta de colher [...] agora, com essa barragem aí [...] a gente plantava feijão que até perdia, o milho a gente plantava só às vezes, né?! E tinha muita melancia também, né?! A gente plantava outubro, novembro e dezembro [era a época] de colher, de comer né?! A gente plantava 50 braços né?! E o rio, porque o rio naquele tempo, [19]70, [19]80 até pra [19]90, o rio enchia muito, aí enchia, aí acabava aquele mato todinho, depois o rio ía descendo [e a gente] plantava melancia, a gente plantava o milho, plantava feijão. Agora, hoje a gente vai vivendo esse córrego⁴⁵ aí né?! (risos). Agora de primeiro... (S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes acrescentados).

Dessa forma, durante a construção da barragem, mesmo *Akwẽ-Xerente* não tendo sido reconhecidos como impactados, os problemas com as terras indígenas foram pautas das audiências públicas realizadas pela Investco. De acordo com Araújo (2003), já na audiência pública realizada na cidade de Miracema no dia 04 de setembro de 1997, os impactos sobre o povo indígena já foram mencionados. No entanto, as menções dedicadas a eles, a partir de um

⁴⁵Ao se referir ao rio como córrego, o entrevistado dizia sobre a diminuição das águas do rio com o barramento.

relatório elaborado pela empresa poucos dias antes do evento, deixaram muito a desejar, pois não condiziam com a realidade desse povo. A partir desse evento, inicia-se uma série de negociações (com a intervenção do Ministério Público) que só terminaria (pelo menos aparentemente) no ano de 2002, quando a UHE entra em funcionamento.

Quando, em 1998, foi autorizada a construção do canteiro da obra, os *Akwê-Xerente* começaram a sofrer uma série de problemas com o tráfego intenso de veículos e pessoas em seu território. Conforme eles mesmos informaram durante a pesquisa de campo, sofriam constantes ameaças e assaltos dentro de suas terras, alterando profundamente suas culturas e seus ritmos de vida. Sobre isso, Araújo (2003) ressalta que os problemas eram tantos,

[...] eles [os *Akwê-Xerente*] não aceitaram mais o fluxo intenso de veículos em suas terras e informaram ao Ministério Público Federal e ao empreendedor que iam interditar a rodovia TO-050. Vários veículos que faziam o trajeto, entre Palmas e Tocantínia e ligando com Miracema ou com Pedro Afonso, eram barrados pelos índios Xerente, que paravam os veículos e cobravam pedágios. Para amenizar a situação, foi construída uma nova área de travessia, uns 500m à jusante da barragem. (ARAÚJO, 2003, p. 101, colchetes acrescentados).

Mas, conforme já mencionado, a construção de Lajeado avançava de forma bastante acelerada e a empresa ainda não havia finalizado o Diagnóstico Etnográfico e Ambiental das aldeias rio abaixo. Enquanto isso, os conflitos envolvendo os indígenas na luta para serem indenizados e terem seus direitos reconhecidos, iam se agravando. Diante de várias cobranças, durante o seminário de outubro de 1998 a Investco assumiu, diante de várias entidades e órgãos presentes, o compromisso de fazer um novo Diagnóstico Etno-Ambiental (PBA 27) das aldeias. A partir daí, Araújo (2003) relata que as cobranças dos órgãos judiciais e ambientais foram intensas, mas, mesmo assim, os impactos sobre os indígenas só iam se agravando.

Mas foi só a partir de 2000, e devido a várias ações judiciais, que a Investco contratou, a partir da indicação da Funai, o Núcleo de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado da Universidade Federal do Mato Grosso (GERA/UFMT) para mapear todas as 35 aldeias⁴⁶ e fazer um levantamento étnico, social e cultural, catalogando línguas, costumes e tradições. Esse trabalho foi feito em parceria com a ONG Operação Amazônia

⁴⁶ Quando a UHE foi construída existiam no território Xerente 35 aldeias. A implantação do Procambix ocasionou vários conflitos entre eles levando algumas famílias a criar outras aldeias. Hoje são cerca de 81 aldeias.

Nativa (OPAN). O diagnóstico etno-ambiental elaborado pelos pesquisadores dessas instituições gerou o que os indígenas chamam de “Programa-Mãe”: o Procambix. As contradições apresentadas pelo Procambix durante a sua implantação causaram muitos conflitos entre os povos indígenas, entre estes e os membros conselho-gestor e também com a empresa Investco. Além disso, os subprogramas previstos pelo programa não faziam parte da cultura Xerente, o que aprofundou as contradições e, por fim, intensificou ainda mais a precarização do território *Akwẽ-Xerente*, tese que defendemos nesse trabalho. No item 4.2 apresentaremos o Procambix, priorizando objetivos, os subprogramas e seu funcionamento.

5.4 O Procambix: características e objetivos

Nesse item, apresentaremos os principais pontos do Procambix, para então analisarmos suas principais contradições. Conforme já mencionamos, no item 4.1, a Investco contratou o GERA/UFMT em parceria com a ONG OPAN para fazer o Diagnóstico Etno-Ambiental, gerando, a partir daí, o Procambix, denominado com um título bem sugestivo: “Preservação Xerente é o X da questão”. Os pesquisadores envolvidos levaram apenas seis meses para fazer o diagnóstico etno-ambiental em trinta e cinco aldeias, em uma área de 183.245 ha de todo o território (TI’s Xerente e Funil).

Os *Akwẽ-Xerente* salientam que o Procambix foi resultado de muita luta travada contra a empresa para serem reconhecidos. Conforme nos respondeu o Sr. R. Xerente, a lei vigente sobre a indenização não os reconhecia como atingidos diretos. Dessa forma, reforçou que, se não fosse a luta deles, com o apoio de vários movimentos sociais e outros apoiadores, só sobriariam para eles os impactos, como a fome e a miséria.

O referido diagnóstico (PROCAMBIX, 2001) priorizou quatro grandes áreas temáticas de atuação, a saber: (a) a área de antropologia, que buscou levantar dados etnográficos, no sentido de verificar os impactos diretos e indiretos da UHE de Lajeado, sobretudo suas conseqüências junto aos *Akwẽ-Xerente*; (b) a área de zoneamento ambiental e sensoriamento remoto, a fim de produzir uma série de cartas imagens e cartas temáticas para serem usadas no trabalho de campo e para definir os ecossistemas das terras indígenas e os impactos diretos e indiretos nelas; (c) área de agroecologia, para buscar caracterizar o sistema de produção das comunidades indígenas, bem como as alterações que iriam ser geradas em decorrência da construção de Lajeado e, por fim; (d) área de saúde e educação, para levantar as condições de saúde dos *Akwẽ-Xerente*, bem como estratégias institucionais e a necessidade de investimentos para o atendimento deles, e a situação educacional nas aldeias, bem como a

necessidade de investimentos, no sentido de, conforme o Procambix, dar condições a esse povo de suportar os impactos gerados pela construção da usina.

Esse diagnóstico feito pelos pesquisadores responsáveis pela elaboração do Procambix identificou alguns problemas e dificuldades a serem enfrentados pelos *Akwẽ-Xerente* durante a construção e o funcionamento da barragem. Dentre esses problemas e dificuldades, os pesquisadores do Procambix destacaram alguns. Cabe ressaltar que a maioria deles foi também citados pelos *Akwẽ-Xerente* em nossas pesquisas de campo:

- Alterações no ecossistema das Terras Indígenas Xerente e Funil, interferindo diretamente em processos produtivos e culturais dos *Akwẽ-Xerente*;
- Redução da capacidade produtiva da comunidade com a perda das roças de vazante;
- Comprometimento dos níveis de segurança alimentar da comunidade;
- Redução da proteína animal, principalmente o pescado;
- Aumento da pressão de não índios no entorno das TI's Xerente e Funil;
- Alterações nas microbacias dos rios nas TI's Xerente;
- Reordenamento da ocupação territorial;
- Aumento do fluxo de não índios pelo uso das estradas estaduais que cortam o território.

Diante desses problemas identificados pela equipe de pesquisadores do diagnóstico, viu-se a necessidade de implantação de um programa multidisciplinar e interinstitucional que tenha, sobretudo, a *participação* dos *Akwẽ-Xerente* a fim de “compensá-los” a curto, médio e longo prazo, pelos danos sofridos em virtude da construção de Lajeado. A partir desse diagnóstico é que surgiu o “Programa-Mãe”, o Procambix. Porém, como para os pesquisadores, os impactos são duradouros no tempo, viu-se a necessidade de se implantar, ações duradouras também. Isso, conforme o relatório, seria fundamental para os *Akwẽ-Xerente* lidarem com impactos ao longo do tempo. Nesse sentido, o Programa, ao ser implantado, deverá durar por oito anos e passará por avaliações e ajustes anuais. Além disso, no último ano, previu a adequação de algumas ações que não fossem mais necessárias; as devidas adaptações têm o objetivo de garantir a sobrevivência física e cultural dos indígenas e a integridade de suas terras.

Diante dos resultados apontados pelo diagnóstico etno-ambiental, o objetivo principal do Procambix foi o de:

- Implementar ações que venham a mitigar e compensar os Xerente quanto a impactos ambientais decorrentes da construção e funcionamento da UHE Luiz Eduardo Magalhães, garantindo assim a sobrevivência física e cultural do grupo e a integridade física das Terras Indígenas Xerente e Funil.

A partir desse objetivo principal, o Procambix apontou os seguintes objetivos específicos:

- Reduzir os impactos ambientais decorrentes da implantação da UHE;
- Garantir a sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas;
- Viabilizar a geração de excedentes de renda;
- Garantir a integridade das Terras Indígenas Xerente e Funil;
- Viabilizar o processo de fortalecimento da organização interna dos Xerente
- Fortalecer procedimentos educacionais;
- Fortalecer a cultura Xerente; e
- Preparar os Xerente para a sua inserção e adaptação nesse contexto desenvolvimentista decorrente da implantação e funcionamento da UHE.

Para alcançar esses objetivos, foram previstos pelo Procambix (2001) quatro subprogramas, abrangendo três eixos fundamentais, a saber: cultura e cidadania; território e recursos naturais; segurança alimentar. Esses subprogramas são:

- 1) **Subprograma de redução de impactos ambientais ao ecossistema das terras indígenas:** teve como objetivo reduzir impactos ambientais nas Terras Indígenas Xerente em suas 9 microbacias; viabilizar procedimentos de fiscalização das Terras Indígenas Funil e Xerente no sentido de protegê-las das pressões vindas de seu entorno e; capacitar as comunidades indígenas em questões ambientais com o objetivo de torná-las aptas a promover gestão sustentável de seus territórios;
- 2) **Subprograma de segurança alimentar e geração de renda:** teve como objetivo compensar e garantir níveis satisfatórios de segurança alimentar com planos de ações para implementar atividades sustentáveis em seus aspectos econômico, cultural e ambiental; viabilizar ações para geração de renda para suprir necessidades não

atendidas internamente; capacitar as comunidades indígenas para que possam, pelo menos no médio prazo, assumir integralmente ações executadas e, assim, reduzir o grau de dependência deles de informações e conceitos de tecnologia sustentável. Nesse subprograma foram previstas a formação de um banco de sementes, a criação de galinha caipira e o plantio de quintais agroflorestais, implementação de atividades extrativistas, a capacitação na área de sistemas agroflorestais, a implementação de apicultura e meliponicultura e a implementação de piscicultura e técnicas de manejo de recursos pesqueiros;

- 3) **Subprograma de cultura e cidadania:** teve como objetivo compensar os impactos ambientais viabilizando o fortalecimento e a valorização da cultura Xerente, além de ações para fortalecer a organização interna dos Xerente, no sentido de prepará-los para a autogestão de suas atividades, tendo a escola como espaço fundamental para as ações programadas. Nos planos de ação desse subprograma está a criação de um centro cultural e de apoio à execução do programa e ainda, a capacitação de lideranças e associações indígenas;
- 4) **Subprograma de apoio administrativo e técnico para execução do programa:** esse subprograma contemplou ações que tiveram como objetivo oferecer suporte técnico e administrativo para o programa com a criação de uma equipe de técnicos e a instalação de infraestrutura de equipamentos e bens imóveis, pois a estrutura da Funai sofreria um considerável aumento na demanda proveniente dos Xerente em decorrência do Procambix. Nesse sentido, teve-se a necessidade de dar maior suporte às suas atividades sob pena de comprometer o atendimento de outras etnias não inclusas no referido Programa.

Para maximizar os recursos a serem aplicados foi criada uma infraestrutura para gerenciar e executar o Programa que conta com uma equipe técnica para fazer as consultorias para o desenvolvimento das ações, principalmente no que tange à capacitação, e outra para atuar na área administrativa, prestando serviços como: compras, licitações, controle contábil e contratação de pessoal, dentre outros. Em todos esses setores da execução do Programa, a participação efetiva dos indígenas seria de fundamental importância, conforme ressalta o Procambix.

Nesse contexto, para a execução, a fiscalização e a avaliação do Procambix, foi criado um conselho-gestor formado por seis Akwẽ-Xerente eleitos por Posto Indígena em assembleia e seis não indígenas, representando a Funai, o Ministério Público Federal, o Ibama, a Investco, a Naturatins, além de representante do Fórum das ONG's. Esse conselho

tem as seguintes atribuições: analisar e aprovar o Programa Anual de Trabalho; aprovar a prestação de contas dos serviços aplicados; estabelecer normas de uso para equipamentos, bens e serviços; estabelecer as normas em conjunto com a equipe de apoio do GERA para a contratação e avaliação de pessoal a ser contratado para atuar no Programa; intermediar possíveis tensões existentes entre a comunidade indígena e as equipes de apoio à execução e equipe de campo; representar o Procambix em eventos, fiscalizar a execução física do Programa em campo e; atuar como interveniente em qualquer convênio a ser firmado visando implementar o Programa. Coube também a esse conselho elaborar o regimento do Programa no prazo de dois meses após a sua aprovação para regularizar sua situação jurídica.

A sede do Procambix ficou em Tocantínia, cidade localizada a cerca de 20 km das Terras Indígenas Xerente. A equipe de campo do referido Programa, responsável para desenvolver as ações previstas, foi formada um por profissionais de várias áreas e com experiência em populações rurais, tais como contador, engenheiro agrônomo, profissionais com formação em sistemas agroflorestais e desenvolvimento sustentável, pedagogo, tratoristas, vigias, motoristas, dentre outros profissionais, conforme a necessidade dos trabalhos.

O Procambix teve vigência de 8 anos e foram investidos pouco mais de 10 milhões de reais e assim dividido conforme o quadro 4:

Quadro 6: Procambix: cronograma financeiro distribuído por subprogramas.

SUB-PROGRAMAS	TOTAL EM R\$
Sub-Programa de Segurança Alimentar	
Projeto de meliponicultura e apicultura	528.362,00
Projeto de Apicultura	197.970,50
Projeto de Extrativismo	428.434,00
Projeto de Roça Mecanizada	4.234.381,00
Roça de Quintais (projeto de criação de galinhas)	1.056.097,00
Projeto de Piscicultura e Manejo	1.004.680,00
Projeto de Banco de Sementes	123.938,00
Sub-Programa de Redução de Impactos	
Projeto de Curso de Controle de Queimadas	50.230,00
Projeto de Educação Ambiental	658.090,00
Projetos de Microbacias	670.000,00
Projeto de Fiscalização	1.109.828,00
Sub-Programa Cultura e Cidadania	
Projeto do Centro Cultural	675.034,00
Organização das Comunidades Indígenas	143.750,00
Sub-Programa de Apoio Administrativo e Técnico	
Execução do Programa	2.225.600,00
Apoio Administrativo	1.532.940,00
TOTAL GERAL	10.639.334,50

Fonte: Programa de Compensação Ambiental Xerente, 2001.

Org.: VENÂNCIO, M., 2019.

Os recursos previstos foram liberados semestralmente durante o tempo de vigência do Programa. Em anexo ao relatório estão também os projetos para os subprogramas contendo uma contextualização, metodologias, objetivos, metas e também o cronograma de execução. Assim, esse preâmbulo que fizemos no Programa é de fundamental importância para proceder a uma análise entre o que foi apresentado e aquilo que percebemos em nossas visitas de campo e pelos depoimentos dos *Akwẽ-Xerente*. Desde já é importante adiantar que foi possível perceber, nas visitas, que os impactos da construção da UHE de Lajeado para os povos indígenas são bem perceptíveis e o Procambix, além de não ter amenizado esses impactos, aprofundou ainda mais a precarização do território. Apesar da aplicação de todo o recurso previsto pelo programa, as ações previstas não se sustentaram a médio e em longo prazo, conforme previu o Procambix; a maioria, inclusive, foram extintas, por não dialogarem com a cosmologia *Akwẽ-Xerente*, conforme demonstraremos.

5.5 O Procambix: contradições e conflitos

Nesse item faremos a apresentação da literatura de autores que buscaram analisar o Procambix para, na seção seis, darmos vozes aos *Akwẽ-Xerente*, vozes que, conforme estamos demonstrando, foram silenciadas desde o processo de construção de Lajeado e a criação vigência do Procambix. Ao serem questionados sobre as ações implementadas, as vozes participantes da pesquisa (PESQUISA DE CAMPO, 2018) disseram que a escolha das ações contém um erro significativo: o de não ouvir os anciãos, pois estes “são sábios e conhecem a cultura deles”.

Nesse sentido, Lima (2016) ressaltou em seu trabalho as tensões e críticas do Procambix. Para a autora, apesar de o recurso previsto ter sido todo aplicado, a burocracia que demandava a sua liberação resultava, muitas vezes, no atraso dos repasses. Por causa desses atrasos, as roças eram plantadas fora de época, comprometendo o resultado do cultivo e da colheita. Os projetos de piscicultura e de criação de galinhas não tiveram o acompanhamento adequado. O atraso do repasse dos recursos ocasionou a falta no fornecimento de ração para a alimentação dos animais e fez com que essas atividades fossem extintas. Dessa forma,

As críticas dos indígenas e organizações de apoio a estes, ao programa foram extensas, especialmente em relação à burocracia e aos resultados alcançados abaixo do esperado, principalmente em relação às roças e à criação de galinhas. (LIMA, 2016, p. 169).

Pela falta de resultados precisos do Procambix, Lima (2016) e Santos (2015) lembram que foram inúmeras as reuniões entre as lideranças indígenas, a Funai, o Ministério Público, a Investco e o Naturatins para a renovação do Programa, mas não obtiveram sucesso, pois a prorrogação não foi aprovada pela empresa, o que, de acordo com os indígenas entrevistados em nossas pesquisas de campo, comprometeu ainda mais os resultados do Programa, pois muitas ações demandam altos recursos financeiros para a sua manutenção, como a roça mecanizada, por exemplo.

Com relação à implementação do Procambix, Santos (2015) escreveu sobre as formas de interação e os conflitos existentes entre os representantes dos indígenas do conselho e a comunidade. Conforme já descrevemos, o conselho gestor foi formado por 12 membros, sendo seis indígenas e seis não indígenas, sendo que os indígenas foram escolhidos em assembleias realizadas por eles mesmos. De acordo com Santos (2015), entre o povo *Akwê-Xerente*, o processo de escolha de representantes sempre foi marcado por muito conflito. Isso, conforme o autor, se dá devido ao sistema de clãs e partidos que caracteriza a organização social dos *Akwê-Xerente*; por isso, os diferentes grupos não conseguem chegara consenso acerca de um determinado assunto. Dessa forma, havia muitos questionamentos em relação a certos representantes, que eram muitas vezes vistos como parciais, pois faziam reivindicações que beneficiavam apenas a sua aldeia. Além disso, para cada conselheiro, havia um suplente, sendo comuns os conflitos entre eles.

Lima (2016) também lembrou os conflitos entre as lideranças indígenas e os membros do conselho-gestor do Procambix. Destacou as lideranças tradicionalmente legitimadas (como os caciques e os anciãos) e as novas que iam surgindo a partir do Procambix (os membros do conselho gestor). Lembra que mesmo participando da escolha dos conselheiros, os caciques questionavam a atuação das novas lideranças e, muitas vezes, cobravam ações que não podiam ser resolvidas ou executadas pelos conselheiros, uma vez que os mesmos não podiam fugir do que foi previsto no Programa.

Dessa forma, Santos (2015), quando ressalta que eram constantes os questionamentos sobre a atuação dos conselheiros por parte dos caciques, escreve que:

[...] Evidenciava-se, neste contexto, uma tensão entre lideranças tradicionalmente legitimadas e sujeitos recentemente “empoderados”. Os caciques cobravam ações que não necessariamente podiam ser executadas pelos conselheiros, mas estes, considerando o respeito que devia aos primeiros, não se viam em condições de contestar. (SANTOS, 2015, p. 212, grifos do autor).

Conforme o autor, ficou claro o desconhecimento dos conselheiros indígenas sobre questões burocráticas, principalmente sobre administração e aplicação dos recursos, sendo necessário qualificá-los para isso. Durante a nossa pesquisa de campo (2018), ficaram constatadas as afirmações de Santos (2015). Um dos membros do conselho-gestor nos disse que o motivo dos conflitos era a desconfiança por parte de alguns que, consideravam que uma aldeia recebia mais recurso que outra, e que muitos não compreendiam bem como era feita a divisão dos recursos. Mas alguns disseram, também, que nem os membros do conselho-gestor não compreendiam bem como o recurso era dividido, pois a decisão sobre isso não cabia a eles.

Dessa forma, Lima (2016) observou que a articulação com outros espaços de poder se dava muito mais a partir das entidades do que pela participação dos indígenas, pois estes eram considerados apenas como beneficiários do Procambix. Assim, a partir dessa revisão bibliográfica e das entrevistas que realizamos, consideramos que os *Akwẽ-Xerente* foram destituídos de sua própria identidade. Por mais que as ações previssem a participação deles, eles eram inferiorizados em suas relações de poder com os técnicos do Programa. Dessa forma, conforme ressaltamos na seção três, a colonialidade, para a qual a ciência é o único conhecimento válido e que, por isso, inferioriza os de outros povos, ainda se mantém viva no cotidiano (QUIJANO, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006; DUSSEL, 2005), o que é perceptível no Procambix. Assim, Lima (2016) complementa que o

[...] entendimento de que os conselhos, enquanto órgãos colegiados, ao se apoiarem numa concepção consensual de participação, naturalizam o embate político entre interesses diversos em vez de politizar os conflitos sociais. Assim, nessa linha de pensamento, um terceiro elemento que merece menção relaciona-se ao fato de que, dentro de uma perspectiva consensual, planejamento e gestão acabam resultando numa identidade territorial reificada que corrobora para formas específicas de organização territorial, sem questioná-las, às quais, por sua vez, reforçam a centralidade das instituições criadas para operarem o Programa. (LIMA, 2016, p. 172).

Dessa forma, conforme a autora, o Procambix contribuiu tão somente para incluir uma pequena parcela dos *Akwẽ-Xerente* nas ações, de forma acrítica, portanto, com a geração de conflitos entre eles, que se acirraram de tal maneira que inclusive, levaram à desintegração de várias aldeias, como abordaremos mais à frente.

Outra questão levantada por Santos (2015) foi em relação à sustentabilidade nas atividades produtivas nas terras indígenas *Akwẽ-Xerente*. O maior interesse dos indígenas era, na roça mecanizada, que exigia uma maior aplicação de recursos financeiros anuais, mas, o

Procambix tinha data para acabar e o pedido de renovação não foi atendido. Dessa forma, conforme o autor, ficou evidente que esse objetivo do programa não foi bem sucedido. A roça mecanizada foi a atividade mais lembrada pelos indígenas durante os diálogos que estabelecíamos com eles durante nossa pesquisa de campo. Elas foram pensadas em substituição às roças de várzea (essas foram destruídas devido a alteração dos fluxos de água devido a construção de Lajeado) para o plantio de arroz, feijão, milho e mandioca, mas de acordo com os mesmos não são suficientes para alimentá-los durante o ano, como acontecia com as de várzeas.

Nessa linha de pensamento, Lima (2016) concluiu que

[...] do ponto de vista produtivo, pode-se verificar que não foram expressivos os resultados alcançados pelo Programa. Ao contrário, parecem indicar uma maior fragilização das condições de reprodução da própria existência. (LIMA, 2016, p. 171).

Santos (2015) ressalta também que, como complemento à lavoura mecanizada, a coordenação do Programa apresentou projetos alternativos, como a piscicultura, a bananicultura e a apicultura. Mas grande parte dos caciques não se interessava por essas atividades; davam preferência à pecuária, o que para o autor, é compreensível, dada a necessidade de encontrar proteínas para a substituição da caça que foi reduzida no território *Akwê-Xerente*, e também pela facilidade do manejo.

Dessa forma, fica evidente que os projetos desenvolvimentistas, sobretudo os grandes empreendimentos, vêm aumentando a pressão sobre o território *Akwê-Xerente*, interferindo sobremaneira na soberania alimentar desse povo. Eles nos informaram também, que, com o fim do Procambix, não foi possível continuar com a maioria dos projetos, pois os recursos acabaram e esses projetos demandavam altos gastos financeiros.

Dos projetos do Procambix que ainda restam, Lima (2016) ressalta a bovinocultura. Conforme a autora, algumas cabeças de gado que ainda restam são criadas soltas no Cerrado, apesar das várias reclamações dos indígenas de que eles destroem as roças. Em nossa pesquisa de campo na aldeia Porteira em 2018, os indígenas nos informaram que foi necessário abater todo o gado, pois ele destruía os seus quintais e as plantações.

[...] Era uma tentação. O gado entrava aqui e comia tudo, comia as frutas, as plantações, os remédios... não tinha como não. Nós teve que matar e dividiu tudo entre os parente. (Sra. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Com relação às vazantes (roças de várzeas), o que ainda é nelas produzidos como o arroz, feijão, banana, mandioca, batata etc., (Foto 16) não são suficientes para alimentá-los o ano todo, sendo necessário, portanto, complementar a alimentação com gêneros alimentícios da cidade.

Na seção seis, aprofundaremos na discussão sobre as várzeas e sua importância na cultura dos indígenas, que mesmo com a alteração do fluxo do rio, essa continua sendo uma atividade importante.

Com relação a desintegração das aldeias e a formação de novas, Santos (2015), salientou que

É sabido que a lógica faccionalista que tange a organização social Xerente, favorece a criação de novas aldeias, situação comum após desentendimentos e conflitos de diferentes ordens (familiares, políticos, produtivos etc.). Contudo, a implementação do Procambix fomentou um incremento ainda maior neste processo, que já vinha se intensificando em virtude do aumento populacional ocorrido nas últimas décadas, após a homologação das áreas indígenas e a conseqüente melhoria nas condições sanitárias e alimentares. Com a possibilidade de cada comunidade, através de seu cacique, definir os tipos de atividades produtivas aos quais queriam se dedicar, muitas famílias extensas ou pequenos conjuntos destas optaram por abandonar suas aldeias de origem, criando novos núcleos populacionais. (SANTOS, 2015, p. 2013).

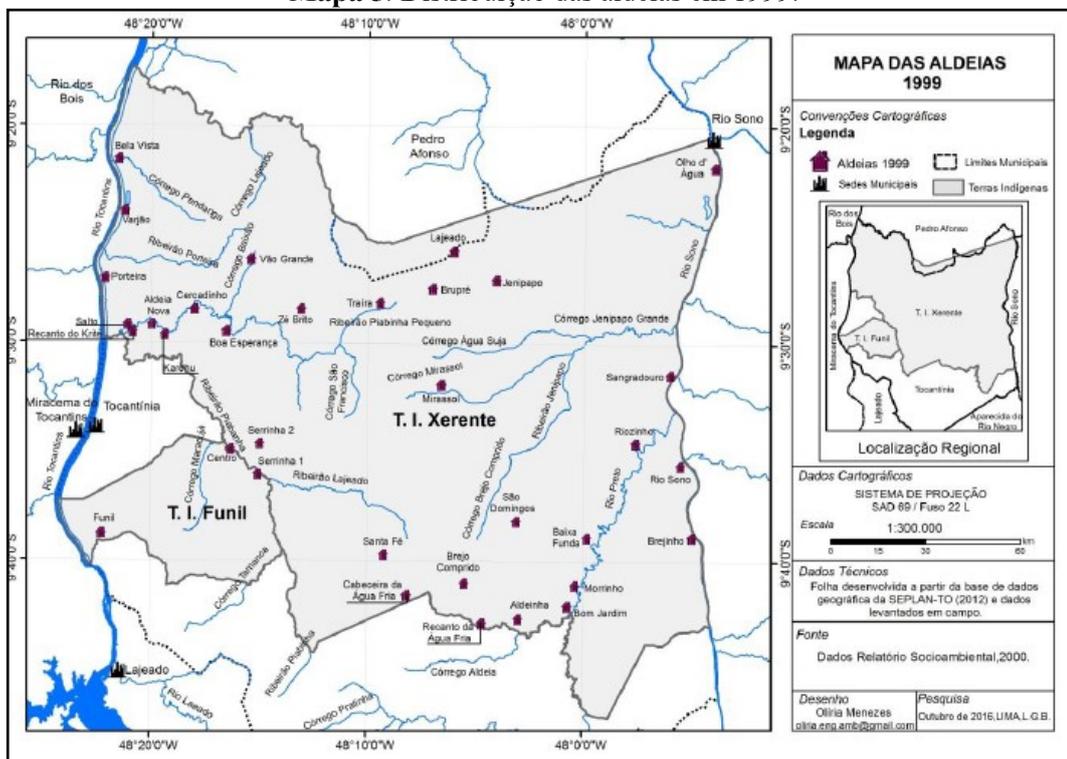
Em pesquisa de campo, percebemos que os *Akwẽ*-Xerente reconhecem que o Procambix favoreceu a criação de novas aldeias. O estopim para isso foram, segundo eles, os desentendimentos que ocorriam entre eles em relação a quais atividades iriam se dedicar. As desconfianças que existiam em relação aos conselheiros acirravam ainda mais os conflitos. Conforme os indígenas, antes da implementação do Procambix existia no território cerca de 30 aldeias. Hoje (2020) elas passam de 80 aldeias. Os mapas 5 e 6, organizados por Lima (2016) mostram as quantidades de aldeias antes do Procambix (1999) e pós Procambix (2016).

Foto 17: A foto mostra uma lavoura de vazante na Aldeia Porteira. Percebe-se que o sistema de várzea impacta de forma reduzida o ambiente

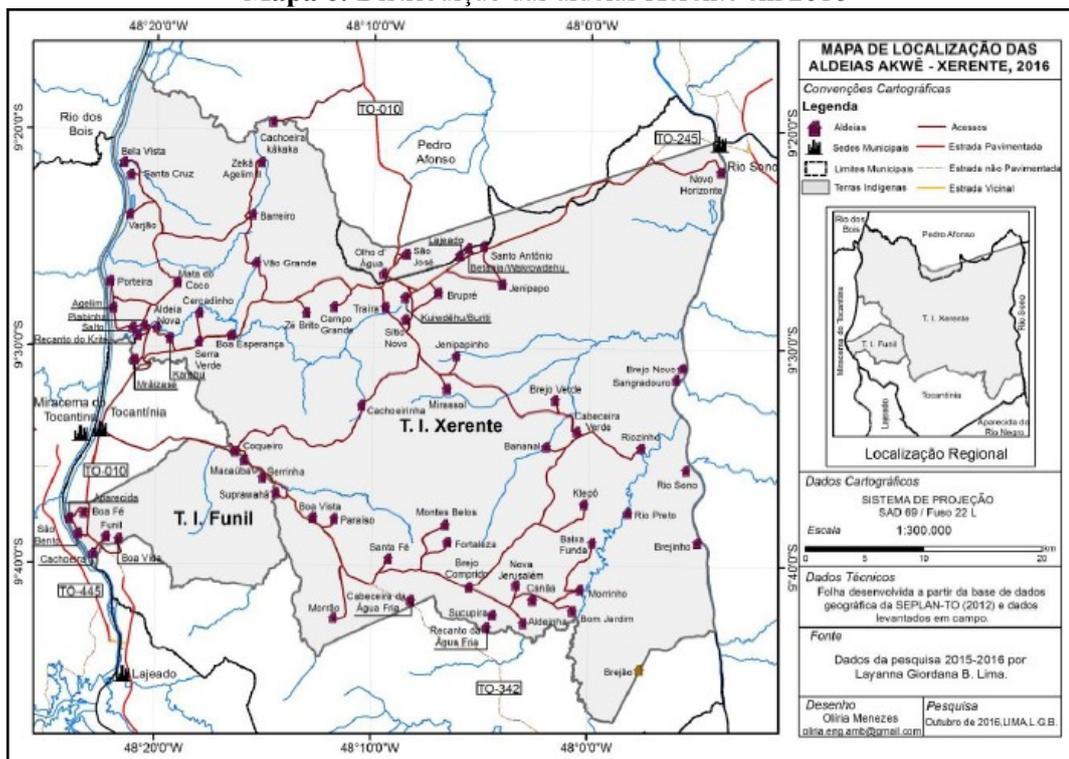


Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Mapa 5: Distribuição das aldeias em 1999.



Fonte: LIMA, L. G. B., 2016

Mapa 6: Distribuição das aldeias Xerente em 2016

Fonte: LIMA, L. G. B., 2016

Sobre o aumento da desintegração e a conseqüente multiplicação de aldeias durante a implementação do Procambix, Lima (2016) concorda com Santos (2015) e afirma que os conflitos gerados em torno do Programa (apesar de ele não ser o único motivo, pois os conflitos continuaram depois dele), contribuíram para a divisão e a expansão de aldeias, o que conforme a autora, torna evidente que os objetivos iniciais do Procambix não foram alcançados, pois a organização do território *Akwê-Xerente* e os modos de vida nele foram sobremaneira modificados depois da construção da UHE de Lajeado.

Dessa forma, diante desses estudos, e reforçados pelos diálogos que mantivemos com os *Akwê-Xerente*, ficou evidente que o Procambix, cujo objetivo era o de “implementar ações que venham a *mitigar e compensar* os Xerente quanto a impactos ambientais decorrentes da construção e funcionamento da UHE Luiz Eduardo Magalhães, garantindo assim a *sobrevivência física e cultural do grupo e a integridade física das Terras Indígenas Xerente e Funil*”, não obteve sucesso. Os *Akwê-Xerente* continuam sofrendo os impactos da hidroelétrica, principalmente no que tange às vazantes do rio, as quais consideramos o fio condutor de reprodução social e biológica desse povo.

Assim, é importante pensar a natureza como um sistema vivo, com todos os elementos interligados, no qual o homem é parte ativa. Quando se altera uma parte desse

sistema, todas as outras ficam fortemente comprometidas. No caso em análise, a construção de Lajeado quebrou todo o equilíbrio, alterando, inclusive, a soberania alimentar dos *Akwê-Xerente*. Nesse sentido, Capra (2006) nos ensina, que quanto mais estudamos os problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. Para o referido autor

São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. Por exemplo, somente será possível estabilizar a população quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial. A extinção de espécies animais e vegetais numa escala massiva continuará enquanto o Hemisfério Meridional estiver sob o fardo de enormes dívidas. A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com as populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós-guerra fria. (CAPRA, 2006, p. 23).

No caso dos *Akwê-Xerente*, que organizam suas atividades culturais e produtivas de acordo com os ciclos da natureza, os períodos de seca e chuva, as roças de vazante, por exemplo, obedecem ao ciclo *seca e cheia* do rio e é uma tradicional atividade do grupo, inseridas em seu universo mitológico. São pequenas de plantações com uma variedade significativa de alimentos. Para Porto-Gonçalves (2006),

Um dos maiores patrimônios de que a humanidade dispõe é a diversidade de cultivares, forjados nos mais diferentes nichos, adaptados à seca e à umidade, a altitudes e as mais diversas, assim como soluções para manter, pela cultura (conhecimento técnico, mítico e religioso), o equilíbrio das espécies eleitas, selecionadas e cultivadas. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 211).

Assim, para o autor, há uma forte correlação entre a agricultura e a expansão e consolidação dos diversos troncos linguísticos existentes no planeta. No caso dos *Akwê-Xerente*, a prática da roça de vazante está inserida na vida desse povo há milhares de anos. Para Porto-Gonçalves (2006), isso deve-se a um tipo de conhecimento, de enorme importância: pois eles sabem que as cheias e as vazantes repõem a fertilidade do solo. A construção da usina alterou o fluxo do rio, por isso, conforme os indígenas, houve uma diminuição significativa de alimentos, o que tem feito com que eles se tornassem dependentes de alimentos industrializados, alterando, inclusive a saúde deles.

Outro impacto que cabe ressaltar é a diminuição de peixes, fonte de proteínas importante na base alimentar desse povo. O barramento do rio interrompeu parcialmente a

rota migratória dos peixes, o que reduziu as quantidades disponíveis para a pesca. De acordo com depoimentos a pesca acontecia todos os dias e havia abundância de peixes.

A interpretação que os *Akwê-Xerente* fazem desse fato está expresso em um depoimento de um indígena da aldeia Porteira (S. Xerente, 2014), que relatou que, após a construção da barragem, eles perderam muito, “pois ‘magoou a mãe-natureza’ e como resposta ela diminuiu os alimentos e a quantidade de peixes; e nos últimos anos as crianças têm adoecido com frequência”. Dessa forma, a usina de Lajeado impactou os modos de vida dos Xerente, os modos de fazer e saber próprios do povo há milhares de anos e a diversidade biológica da fauna e da flora.

Diante do exposto, podemos considerar que a construção de grandes empreendimentos tem gerado significativas transformações socioespaciais, a partir dos impactos ambientais, socioeconômicos e culturais, com a remoção de milhares de famílias de seus lugares de vida. Essas pessoas, na maioria das vezes, vão para as periferias dos centros urbanos e/ou ingressam em movimentos de resistência e de denúncias contra as mazelas trazidas pelos projetos. É importante ressaltar que os interesses das populações atingidas não são levados em consideração e, em muitos casos, a população sequer é ouvida, são silenciadas.

A implantação de grandes empreendimentos conta com a mediação do Estado, a partir do fornecimento de infraestrutura, recursos subsidiados, criação de sistemas jurídicos/legais e, inclusive, uso da violência com o objetivo de coibir movimentos de resistência. As populações mais pobres estão mais vulneráveis aos efeitos desastrosos, provocados pelos investimentos. As comunidades tiveram seus recursos de uso comum explorados pelo capital, que não se importa com o bem-estar das populações locais (principalmente a de indígenas). Com isso, a exploração capitalista dos recursos naturais deixa para trás uma paisagem ímpar: de cidades abandonadas, solos esgotados, rios assoreados, despejos de resíduos tóxicos etc.

A construção da UHE de Lajeado causou enormes prejuízos ao povo *Akwê-Xerente*, levando-o a questionar as ações compensatórias das empresas construtoras da usina. Para eles, o que tem sido feito não tem compensado as enormes perdas que tiveram a partir da construção da barragem. Como o rio Tocantins, onde foi construída a barragem, é o meio de vida deles, eles sofreram a perda de parte do território e a diminuição de alimentos para a comunidade.

A construção de usinas hidrelétricas, conforme a matriz energética adotada pelo Brasil, tem sido motivo de preocupação de estudiosos e da sociedade civil organizada dados

os diferentes impactos que elas causam. Dessa forma, surgem vários conflitos entre as empresas construtoras dos empreendimentos e a população atingida, transformando o lugar em verdadeiros territórios em disputas.

Considerando que os *Akwê-Xerente* foram “vozes silenciadas” na construção de Lajeado, bem como na implementação de atividades compensatórias é que na seção seis, a partir de seu lugar de fala, mostraremos como esse povo sente os impactos de Lajeado e do Procambix.

6 O LUGAR DE FALA DOS AKWE-XERENTE EM SEU TERRITÓRIO: da barragem de Lajeado ao Procambix

[...].

De uma coisa temos certeza: a terra não pertence ao homem branco; o homem branco é que pertence à terra. Disso temos certeza. Todas as coisas estão relacionadas como o sangue que une uma família. Tudo está associado.

O que fere a terra fere também os filhos da terra. O homem não tece a teia da vida; é antes um de seus fios. O que quer que faça a essa teia, faz a si próprio.

Mesmo o homem branco, a quem Deus acompanha, e com quem conversa como amigo, não pode fugir a esse destino comum. Talvez, apesar de tudo, sejamos todos irmãos. Nós o veremos. De uma coisa sabemos — e que talvez o homem branco venha a descobrir um dia: nosso Deus é o mesmo Deus. Podeis pensar hoje que somente vós O possuís, como desejais possuir a terra, mas não podeis. Ele é o Deus do homem e Sua compaixão é igual tanto para o homem branco quanto para o homem vermelho. Esta terra é querida Dele, e ofender a terra é insultar o seu Criador. Os brancos também passarão; talvez mais cedo do que todas as outras tribos. Contaminai a vossa cama, e vos sufocareis numa noite no meio de vossos próprios excrementos.

Mas no vosso parecer, brilhareis alto, iluminados pela força do Deus que vos trouxe a esta terra e por algum favor especial vos outorgou domínio sobre ela e sobre o homem vermelho. Este destino é um mistério para nós, pois não compreendemos como será no dia em que o último búfalo for dizimado, os cavalos selvagens domesticados, os secretos recantos das florestas invadidos pelo odor do suor de muitos homens e a visão das brilhantes colinas bloqueadas por fios falantes. Onde está o matagal? Desapareceu. Onde está a águia? Desapareceu. O fim do viver e o início do sobreviver.

(Trechos da carta do cacique de Seattle, 1855)

A presente seção busca evidenciar essas vozes silenciadas e o seu lugar de fala do povo *Akwê-Xerente*, que teve seus territórios brutalmente dilapidados pela hidrelétrica de Lajeado. Durante os diálogos, em que eles falaram livremente sobre Lajeado e o Procambix, os *Akwê-Xerente* evidenciaram, com maior frequência os seguintes temas:

- as roças de várzeas;
- a soberania alimentar;
- os efeitos negativos de Lajeado, principalmente na capacidade produtiva;
- cultura;
- o Procambix e seus efeitos negativos;
- a saúde;
- a ganância pela riqueza na sociedade do capital e a destruição da natureza e;
- a natureza como dádiva.

Assim, conforme veremos no decorrer dessa seção, o que também ficou evidenciado parcialmente na seção dois, quando questionados sobre a construção de Lajeado e a implantação do Procambix, as falas dos *Akwê-Xerente* se divide o tempo de “antigamente” no de “hoje”; o de “antigamente” é o de antes de Lajeado e o de “hoje” é depois de Lajeado. Nesse sentido, a usina de Lajeado foi um verdadeiro divisor de águas, no sentido figurado, e no próprio. Suas falas, na maioria das vezes, se referiram à perda na capacidade produtiva de alimentos (o *saze* ou *desaze*), dado que o principal meio de produção, que são as várzeas (a *sdarã*), foi alterado com a construção de Lajeado. Diminuíram a quantidade e a produção de *saze*, conseqüentemente, houve mudanças nos hábitos alimentares, pois, para complementar a alimentação, os *Akwê-Xerente* recorrem aos produtos industrializados vendidos nos mercados das cidades próximas, como Tocantínia. O Procambix, que seria uma medida para amenizar as perdas sofridas, com seu discurso “moderno” e “utilitarista” do território, não produziu efeitos satisfatórios, chegando, inclusive (conforme ressaltaram todas as vozes participantes da pesquisa) a aprofundar ainda mais o processo de precarização de seu território.

Dessa forma, o que pretendemos aqui é um diálogo com os *Akwê-Xerente* no qual se evidencie seu lugar de fala sobre o território, antes e depois da construção da barragem e sua visão ela. Além disso, evidenciaremos o imaginário desse povo indígena sobre o Procambix.

Conforme mencionamos na seção dois, as informações que se seguem são frutos de entrevistas e anotações feitas em diário de campo. Cabe ressaltar que, quando evidenciamos o lugar de fala, queremos compreender as vozes participantes da pesquisa situadas em seus territórios de vida e, enquanto geógrafos, queremos conhecer as diversas faces em torno do conceito de território, que vai muito além da sua materialidade econômica, social, política. No caso dos *Akwê-Xerente*, o território tem um caráter simbólico e imaginário; nele ocorrem suas relações íntimas com a natureza, com a vida, com o sagrado e com seus antepassados.

6.1 Vozes silenciadas: os *Akwê-Xerente* e a construção de Lajeado

Conforme analisamos nas seções anteriores, há um projeto de modernidade em curso cujas raízes estão na constituição da América Latina e que se consolidou durante Século das Luzes (séc. XVIII). Nesse sentido, a Europa se apresenta como detentora de um projeto civilizatório e de uma narrativa única para todos os povos e todos os lugares do planeta (CASTRO-GOMEZ, 1998 e 2005; LANDER, 2008; DUSSEL, 2005; QUIJANO, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006; GROSGOUEL, 2010). A Europa se coloca, ela mesma, em um lugar de superioridade frente a outros povos e regiões e afirma, assim, que é necessária a colonização de populações consideradas atrasadas, para levar-lhes “progresso”, “civilização” e “desenvolvimento”, sendo o capitalismo, a globalização e o liberalismo econômico a expressão máxima de civilidade, que todos os povos e todos os lugares devem alcançar. Essa narrativa única apaga as multiplicidades, as coexistências, as resistências e as heterogeneidades do espaço geográfico, reduzindo-o a um lugar na fila histórica que vai do tradicional ao moderno, conforme ressaltou Massey (2008).

Essa narrativa única, de colocar-se como superior diante de outros povos e regiões, justifica o domínio dos povos e da natureza e, com isso, o *silenciamento* das vozes (RIBEIRO, 2017) daqueles e daquelas que não se encaixam no referido padrão civilizatório imposto pela Europa. Mesmo com o fim do colonialismo enquanto domínio do território, a colonialidade enquanto padrão de poder e do ser, permaneceu em diversas instâncias institucionais e da sociedade da América Latina, da África e da Ásia, como: nos livros didáticos e nos modelos educacionais, que narram os fatos históricos numa perspectiva única (eurocêntrica) e impõem linguagens e ideias; as mídias sociais que impõem padrões sociais e de consumo e; nas políticas desenvolvimentistas, cujo modelo é a ideia utilitarista do território e a exploração dos recursos naturais para a reprodução do modo capitalista de produção.

Dito de outra maneira, a ideia de ordem e de progresso que se consolidou com o Iluminismo seria um estágio *natural* que toda sociedade deveria alcançar; assim, naturalizou-se a escravidão e o genocídio dos povos afrodescendentes e indígenas dos países colonizados. Nesse sentido, a branquitude, o patriarcado, o cristianismo e a heterossexualidade se tornaram “modelos normais” (ou normativos) e hierarquicamente superiores da sociedade. Sobre isso, Porto-Gonçalves (2006) ressalta que:

A expansão do capitalismo revestia-se de uma aura de missão civilizatória e, dessa forma, absolvía-se o etnocídio e o genocídio que se cometia contra os povos da África, da Ásia e da América Latina, considerados primitivos e atrasados e, portanto, assimilados à natureza – selvagens (da selva) e bárbaros (para os romanos, os que falam como se fossem aves) –, estava justificada a sua dominação. A burguesia estaria cumprindo uma missão civilizatória ao destruir povos atrasados. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13).

Assim, várias populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e pescadoras, dentre outras, foram arrancadas de seus territórios (ou sobrevivem nele de forma precária, como no caso do povo *Akwẽ-Xerente*) para a implantação de grandes empreendimentos (barragens, mineração, lavouras de monoculturas) em nome do progresso civilizatório. O discurso de modernização da sociedade sob o ponto de vista eurocêntrico se tornou o discurso único, aquilo que toda sociedade deve alcançar, negando-se, dessa maneira, a coexistência e a diversidade de formas de *ser* e de *estar* no mundo. No caso em tela, a construção da barragem de Lajeado foi revestida de um discurso em que o progresso e a modernidade seriam mais importantes do que os territórios construídos pelos *Akwẽ-Xerente* numa relação íntima entre sociedade e natureza por várias gerações. As vozes dos indígenas, dos camponeses e dos trabalhadores que viviam do rio Tocantins foram silenciadas.

Diferentemente do discurso oficial homogeneizador, capitalista e eurocêntrico sobre a construção da hidrelétrica de Lajeado, em que essa obra era celebrada como símbolo da modernidade e da rapidez, as vozes dos *Akwẽ-Xerente* foram silenciadas durante todo o processo de implantação da barragem. As promessas de Lajeado de trazer “progresso” para a região e “salvar” o país do “apagão” encobriram as mazelas trazidas por ela mesma aos diversos povos que sobreviviam e tentam sobreviver do rio Tocantins. Vários deles foram expulsos para as cidades e os que ainda resistem sobrevivem de forma precarizada, em especial o povo *Akwẽ-Xerente*, como mostramos na seção cinco.

A “indispensável” construção de Lajeado para o “desenvolvimento” do Estado do Tocantins e do Brasil povoou os diversos discursos, principalmente nomeio político e nos

meios de comunicação. A barragem foi celebrada como um projeto moderno que colocaria, dessa maneira, o Estado do Tocantins no eixo de desenvolvimento da vida nacional e que garantiria energia mais barata, principalmente para a população local. Para exemplificar esse fato, o Senador da República pelo Estado do Tocantins, à época, a Sua Excelência Leomar Quintanilha (PPB-TO) em seu discurso na tribuna do Senado em 03 de outubro de 2001, ressaltou a importância da inauguração de Lajeado e da inauguração do Aeroporto de Palmas (capital do Estado) para a modernização do Tocantins, como registrado nas notas taquigráficas do Senado Federal:

[...] Mas, ainda hoje, pela manhã, Sr. Presidente, ao chegar em Palmas, já no novo aeroporto, tive a oportunidade de sobrevoar a usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, que teve as suas comportas fechadas. É um fato muito interessante, que possivelmente, não podendo ser observado agora, jamais poderemos vê-lo novamente, porque são as terras que estão sendo inundadas, no engrossamento das águas, no volume das águas, no represamento provocado pela barragem e no represamento dos seus afluentes, enfim, constituindo um lago extraordinário, que vai banhar e dar salto de qualidade à cidade de Palmas, constituindo também a conclusão da usina hidrelétrica do Lajeado, numa convocação importante do setor privado para a participação da produção de geração de energia elétrica neste Brasil, que, no momento, clama tanto pela multiplicação de produção de geração de energia elétrica.

Sr. Presidente, com o funcionamento da usina hidrelétrica do Lajeado, Luiz Eduardo Magalhães, marcada para o dia 5, como também será marcada para esse mesmo dia a inauguração do Aeroporto de Palmas, que coincide com a comemoração do 13º aniversário do nosso Estado, vai o Tocantins sair da condição de importador de energia elétrica e emprestar uma contribuição às regiões onde essa demanda de energia elétrica se revela mais acentuada. Portanto, é muita alegria e satisfação que venho registrar esses dois fatos para que sejam compartilhados com os meus Pares e com todos os brasileiros. (QUINTANILHA, 2001, NOTAS TAQUIGRÁFICAS).

O discurso do referido Senador evidencia a ideia da importância da barragem de Lajeado para a modernização do Estado. Nesse sentido, sua inauguração foi um grande acontecimento à época e contou com a participação de diversos atores do cenário político, tais como: o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o então Governador do Estado do Tocantins, Siqueira Campos, e o do Distrito Federal, Joaquim Roriz, além de Ministros de Estado e parlamentares da região. Os discursos inflamados ressaltaram a importância da obra para o desenvolvimento econômico do país, além de evidenciarem o caráter “moderno” do empreendimento, por ser o maior canteiro de obra civil em construção

na Amazônia e no Brasil⁴⁷ e inserido no Programa “Avança Brasil”. Esse evento contou com a cobertura ampla da mídia, que mostrou, por um lado, a rapidez na conclusão de Lajeado⁴⁸, e, por outro lado, negou os conflitos gerados pela obra, principalmente no que se refere aos impactos e às indenizações, uma vez que os movimentos sociais como o MAB reclamavam que as compensações não eram feitas de maneira correta.

Nesse sentido, os discursos criados em torno de Lajeado, que reivindicam a sua modernidade, ressaltam o progresso que ela traria a região em termos de trabalho, desenvolvimento econômico e social e, também, a sua importância como a salvação para o país, mascararam diversos conflitos que sua construção provocou e tentaram silenciar as outras vozes do lugar que (re)existiram e ainda (re)existem, como por exemplo, os barqueiros, os canoeiros e dragueiros, conforme mostram as fotos 17 e 18. Antes de Lajeado, o rio Tocantins tinha uma enorme importância para a economia local, principalmente para as cidades e comunidades ribeirinhas. Várias famílias que viviam do rio perderam suas fontes de sobrevivência, foram desterritorializadas de seus lugares de fala, de vida e de trabalho e reterritorializadas nas periferias das cidades, principalmente em Palmas.

Foto 18: Manifestação de barqueiros e canoeiros atingidos em frente ao escritório da Investco em Palmas (TO) exigindo justiça na negociação.



Fonte: ARAÚJO, 2003.

⁴⁷ Ver site do Ministério do Planejamento: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/noticias/avanca-brasil-presidente-visita-tocantins-e>

⁴⁸ Ver reportagem veiculada pela Rede Globo de Televisão em que mostra a importância da obra e também o emprego de 3.000 trabalhadores que se revezam dia e noite para a conclusão desse empreendimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AQjJn6samxs>.

Foto 19: Manifestação de dragueiros em frente ao escritório da Investco, comparando a boa areia que tinham antes da construção de Lajeado com a areia vermelha (de baixa qualidade) pós-construção de Lajeado



Fonte: ARAÚJO, 2003.

Assim, o discurso eurocêntrico do progresso e da modernidade em torno de Lajeado carrega em si a colonialidade, por meio da ideia de que a barragem é o único caminho possível para o desenvolvimento capitalista do Estado do Tocantins. Sendo o único caminho possível, outras formas de relacionamento com o rio são negadas, marginalizadas e/ou obrigadas a encaixarem-se nesse padrão de poder do capitalismo mundial. De acordo com Castro-Gomez (2005) e com Quijano (2005), a colonialidade não se refere apenas à dominação militar de outros povos, mas também à destruição radical de suas formas tradicionais de ser no mundo, levando, dessa maneira, o colonizado a assimilar o próprio universo cognitivo do colonizador.

As comunidades ribeirinhas, do rio Tocantins, foram alijadas da sua forma de *ser* e *estar* no mundo no momento em que foram expulsas de seus territórios de vida e de trabalho, ou neles passaram a sobreviver de forma precária, como no caso dos Akwê-Xerente, que têm nas várzeas do rio seu principal meio de reprodução social e biológica. Uma carta de repúdio de lideranças indígenas e ribeirinhas (2000), dentre vários problemas, destaca que:

[...] A hidrelétrica de Lajeado está trazendo para o povo Xerente doenças, prostituição, fome, bebedeiras e causando desrespeito a nossa cultura e aumento da violência na nossa terra. A Investco não cumpre com suas promessas. O diagnóstico etnoambiental deveria ser feito antes do início das obras. Até hoje não foi apresentado para a comunidade. Exigimos que os programas de agricultura, saúde e educação sejam permanentes, pois a hidrelétrica terá exploração de 35 anos. Não aceitamos ficar com os

impactos, que ameaça a continuidade do povo Xerente. A Investco viola os direitos econômicos e alimentares ao se apropriar dos meios de produção da população atingida uma vez que as terras são adquiridas a preços irrisórios, e ainda se nega a cumprir o que está proposto no PBA referente ao reassentamento rural, coletivo, o qual propõem reestruturar a comunidade e o meio de produção da mesma, em lotes produtivos que variam de 32ha a 100ha. [...] (NOTA DE REPÚDIO, 2000, s/p).

As atividades econômicas para sobrevivência dos *Akwẽ-Xerente* dependiam, praticamente todas do rio, como as roças de várzea, a caça e a pesca, o que garantia a esses povos a sua soberania alimentar. Além disso, os *Akwẽ-Xerente* criaram ao longo dos anos seus espaços de produção em que predominam a solidariedade e o respeito à natureza, o que escancara as contradições do discurso homogeneizador de que o capitalismo é o único caminho possível para todas as sociedades e para todos os lugares. O progresso eurocêntrico e modernizante ficou para o capital e as suas diversas contradições, para os *Akwẽ-Xerente*, como aponta o Sr. S. Xerente (2018).

Da barragem é assim. Tanto que antigamente era bom! Tanto como a água, [...] a terra produzia mais, dava produção melhor. Agora não tá tendo mais como antigamente. Não está tendo mais. Por exemplo, agora a gente planta qualquer coisa, banana, essas coisas. No meio do inverno. Plantô de fevereiro pra cá, aí, de fevereiro, pra março, e maio, desse tamanho aqui⁴⁹. Morre tudinho! Eu molhei a base de 20 pé que eu plantei no mês de abril pra cá. Foi de março pra abril, secou. Escapô uns 4. (Sr. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Essa voz fala de dois momentos distintos do território Xerente: aquele de antes da construção da barragem quando havia fartura na produção e na coleta de alimentos (arroz, feijão, banana, dentre outros gêneros alimentícios abundantes no universo *Akwẽ-Xerente*), o que garantia a sobrevivência deles e, aquele de depois da construção de Lajeado, em que houve uma queda, em quantidade e em qualidade na produção de alimentos. Essa forma de viver em torno do rio foi invisibilizada e/ou eliminada nos discursos dos agentes envolvidos na construção de Lajeado e na implantação do Procambix. Analisando as ideias de Castro-Gomes, Cruz (2017) salienta que a colonialidade significa a eliminação, por parte do colonizador, de muitas formas de conhecer e de viver dos povos colonizados e, conseqüentemente, a sua substituição por outras formas de conhecer e viver, que servem diretamente aos propósitos civilizatórios.

⁴⁹ O entrevistado se referia ao tamanho das bananeiras e outras plantações. Ele demonstrou o tamanho da planta posicionando a mão entre os joelhos e o chão, afirmando que elas não atingiram o tamanho desejado.

No caso dos indígenas, eles são, na maioria das vezes, inferiorizados na sua sobrevivência para que seja possível a eliminação das suas formas de conhecer e viver no mundo. Dessa forma, discursos como: “muita terra para pouco índio”, “índios miseráveis em cima de terra rica”, “índio preguiçoso” e “índios devem ser assimilados”, dentre outros, são justificativas comuns para naturalizar a exclusão, a violência ou o genocídio e a invasão dos territórios indígenas⁵⁰.

De acordo com o Sr. S. Xerente, se, antes da barragem, a produção de alimentos era autossuficiente e se dependia pouco da cidade, “hoje, o que produz mal dá para terminá ano”, sendo necessário complementar com gêneros alimentícios dos mercados urbanos, principalmente aqueles industrializados, como também ressaltou o Sr. R. Xerente (2018).

Com a barragem, a vazante acabou. A vazante era a roça de subsistência que está escrito aí por vários escritores que escreveram sobre os Xerente. Os antropólogos, estudiosos, falam da vazante, porque era uma área como o povo do Egito usava lá o Rio Nilo os Xerente usava a vazante do rio Tocantins. Então, quando a água subia e trazia aqueles sedimentos, e quando o rio baixava o sedimento ficava. Após o fechamento da barragem, começou assorear o rio e os sedimentos que a água deixava, acabou e aqueles sedimentos era adubo. La plantava de tudo. E tinha uma coisa importante que ele não dava praga e todo ano ele renovava. E ali dava maxixe, dava feijão, tudo dava, arroz, tudo! E dependia pouco da cidade porque produzia tudo ali. E hoje compra muita coisa na cidade e não produz mais como antigamente. (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Dessa forma, havia uma produção de alimentos bem organizada, o que contradiz o discurso de “pouca produção das terras indígenas”. É importante evidenciar também que não se trata apenas de perdas em termos de produção de alimentos, como faria a visão utilitarista e eurocêntrica de território. As perdas se referem também ao caráter simbólico do ser indígena. A natureza e seus recursos são partes constitutivas do território deles, e são eles que explicam toda a cosmologia da vida *Akwê*-Xerente e foram alterados. Mesmo com a destruição das vazantes do rio, as roças de várzeas, combinadas com o sistema de roças de toco (também

⁵⁰ O presidente da república, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), por exemplo, em 13/11/2015, quando ainda deputado federal, salientou em um discurso em Cuiabá (MT) que: “Temos uma área maior que a região Sudeste demarcada para índios e os índios devem ser integrados a nós. Criamos em 1985, no final do governo [José Sarney, o projeto Calha Norte para vivificar o Norte do nosso país e agora está demarcada como terra indígena. Estamos perdendo toda a região Norte por pessoas que não querem se inteirar do risco que estamos tendo de ter presidentes índios com borduna nas mãos”. De acordo com o presidente, a demarcação de áreas indígenas pode prejudicar os interesse do agronegócio e ele ainda complementou que: "A política ambiental é péssima em nosso país. Se quiser fazer uma hidrelétrica, em Roraima ou no Vale do Ribeiro, por exemplo, é impossível, tendo em vista a quantidade de terras indígenas, quilombolas, estação ecológica, parques nacionais. Tem que colocar um fim nessa política xiita que está sufocando o Brasil". Ver matéria completa em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/11/em-cuiaba-bolsonaro-se-diz-contrata-terra-para-indios-e-cota-para-negros.html>

conhecida como roça de pousio ou coivara), são os principais meios pelos quais os *Akwê-Xerente* garantem a sua subsistência e a reprodução da vida em seu território.

O Sr. R. Xerente ressaltou a importância das roças de várzeas (*Kâsdawa mba hã bru*) para a produção de alimentos. Por não ocorrerem pragas, não se necessitava, portanto, da utilização de agrotóxico; os sedimentos deixados às margens do rio são ricos em nutrientes, contribuindo, dessa maneira, para a produção de alimentos saudáveis, sem agredir o meio ambiente. O entrevistado ressaltou também que, nas várzeas, se colhia alimentos o ano todo, pois a área de plantio se renovava naturalmente. Outra questão interessante na fala dos *Akwê-Xerente* é a importância do rio (*kâ*) para o seu universo. O rio é o fio condutor da vida e principal elemento do território. Para eles, com a alteração de seu fluxo, alteraram-se também, o território, a saúde, a cultura e a interferência dos deuses, dentre outros elementos, ou seja, toda a sua forma de vida.

A partir do diálogo estabelecido com o Sr. S. Xerente, ele quis nos mostrar sua *Kâsdawa mba hã bru*; percebemos, então, que os *Akwê-Xerente* possuem um sistema agroflorestal sofisticado de produção em várzeas. Ele nos ensinou que há o espaço da roça e o espaço do rio, e ele obedece um calendário que se baseia no fluxo de água (seca e chuva). A espécie de planta a ser cultivada depende das estações do ano. Assim, o cultivo e a colheita ocorrem o ano todo. Ao nos mostrar como funciona o sistema de *Kâsdawa mba hã bru*, o Sr. S. Xerente nos disse que: “Nós mexe desse lado aqui. Ali a gente não mexe, pois aquela parte é do rio”. Na parte destinada ao plantio, a vegetação de grande porte é mantida intacta e é derrubada apenas a de menor porte, principalmente a vegetação rasteira, como mostram as fotos 16 e 17. É importante manter a vegetação de porte maior em pé porque ela oferece sombras para manter o equilíbrio da temperatura.

O preparo para o plantio da terra envolve conhecimentos milenares desse povo. Pode ser feito por grupos familiares ou toda a comunidade e ocorre sempre no início do ano (geralmente de abril a maio) com a escolha e a derrubada da vegetação menor. Esse trabalho é feito com machado, foice ou facão; depois, é realizada a queimada da área escolhida, que ocorre entre os meses de junho e julho. Nesse processo, ao mesmo tempo em que o terreno de plantio é limpo, a matéria orgânica oriunda das cinzas fornece os nutrientes necessários ao solo. Depois do preparo do solo, é feito o plantio das sementes, que obedece uma sequência lógica: primeiro planta-se mandioca e em seguida o arroz, o milho e outros alimentos, de acordo com o entrevistado, de forma que todas as plantas cresçam juntas. Depois que é feito o plantio, iniciam-se os cuidados com a limpeza e manutenção, até chegar o momento da

colheita, que ocorre de setembro a novembro; a colheita se inicia pelo arroz até chegar à mandioca, que é a última a ser colhida.

Foto 20: Sistema agroflorestal de várzea *Akwê-Xerente*, aldeia Salto: uma plantação de mandiocas combinada com a vegetação original



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.
Autor: VENÂNCIO, M.

Foto 21: Sistema agroflorestal de várzea *Akwê-Xerente*, aldeia Salto: uma plantação de milho, na área de plantio e o espaço do rio



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.
Autor: VENÂNCIO, M.

O uso dessa terra é feita por um determinado período, até que, na avaliação dos *Akwê-Xerente*, ela esgote sua capacidade produtiva. A partir daí, a terra é deixada para descansar por um período. A roça migra para outras áreas, reiniciando-se todo o processo: escolha do solo, preparo, plantio e colheita. Com o tempo, as plantas nativas voltam a crescer na terra em repouso, que será reutilizada novamente quando a produtividade da outra se esgotar. O trabalho de preparo da terra, o plantio e a colheita são realizados, sobretudo, pelos homens, pois é obrigação deles prover o sustento da família. Há também o auxílio de crianças e adolescentes, que aprendem desde cedo, com os mais velhos, a lidarem com a terra. Às mulheres cabe o preparo desses alimentos.

Dessa forma, para esse povo, quando se trabalha com respeito à natureza e aos seus recursos, ela devolve “muita fartura”, o que garante a sua sobrevivência biológica, social e cultural. Nas *Kâsdawa mba hã bru* há uma produção diversificada que obedece às necessidades desse povo e garante sua subsistência por um longo período. Esses alimentos são o arroz, o feijão, a mandioca, o milho, a batata doce, o pepino, a melancia e a banana, dentre outros alimentos.

Entretanto, apesar das *Kâsdawa mba hã bru* serem o principal meio de subsistência dos *Akwê-Xerente*, há o desinteresse, principalmente dos mais jovens, por essa agricultura. De acordo com o Sr. S. Xerente (2018), hoje os mais jovens buscam outras coisas, como estudar, por exemplo. Já o Sr. R. Xerente (2018) ressalta que a diminuição da capacidade produtiva em virtude de Lajeado ocasionou o desinteresse pela produção nas vazantes, já que do que se planta “perde muita coisa”, pois a terra “não tem mais aqueles nutrientes de antigamente”, deixadas pela água do rio. Como já afirmamos, em nossas conversas com os mais velhos, a maioria lembrava-se dos tempos de “antigamente”, em que o processo de cultivo era motivo de várias festas. Na fala do Sr. S. Xerente, ele relata que os processos de escolha e preparo do solo até a colheita eram motivos de muita festa e cantorias; todos se reuniam para agradecer aos deuses e à natureza e, com isso, as plantas crescem saudáveis e oferecem muita fartura. Relembrando esses momentos, ele nos disse: “Eu queria que virasse, de agora, pra trás; passado vim agora, porque, agora, pra mim, o rio Tocantins, já foi bom. Tinha praia, tinha praia, tinha tudo. Não tem mais”.

Outro problema que os *Akwê-Xerente* atribuem à Lajeado é a diminuição da caça, prática muito importante para a obtenção de proteínas e que compõe o universo cosmológico desse povo. Para eles “o rio é a mãe de tudo”. Quando ele foi destruído, todos e tudo que dele vivem entraram em processo de extinção. De acordo com o Sr. S. Xerente:

[...] A caça aqui, pouco também; mas caçava muito, também, né? Aqui depois que eu mudei pra cá, igual na outra aldeia, era um cercadinho. Rapaz, lá é só caça! Nós num comprava carne de gado, nós num comprava carne de porco, nem leite a gente não comprava. E hoje, tá difícil né. [...] Capivara tinha, mais era carne de tatu, catitu, veado. [Depois da barragem] diminui muito, diminui muito mesmo [...]. (Sr. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes acrescentados).

Além de falar sobre os impactos de Lajeado sobre a vida no/do território, o entrevistado também se refere à presença de fazendeiros e outros não indígenas atuando na área como um dos elementos que contribuem para a diminuição dos animais de caça:

Muito fazendeiro, fazendeiro, pessoal da cidade que vem de noite, [...] entra aí de noite e leva três veados de noite, quatro, mata muito; bandeira, aqueles tamanduá-bandeira, mata muito. (Sr. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

O entrevistado também se referiu à ação de invasores para pescar no rio. Além da preocupação com a diminuição de peixes em virtude das mudanças do fluxo do rio causadas pela barragem, *Akwẽ-Xerente* preocupam-se com a pesca pelos não indígenas, pois o problema não é apenas o ato deles pescarem, mas alguns pescarem, matarem e descartarem:

Tudo, hoje em dia; de primeiro, Marcelo, no rio Tocantins, o pessoal do Tocantins, de Miracema [pescava] aquele, sabe, o peixe baiacu e [também] aquele que tem um, como é que fala, aquele peixe arraia. Aquele [peixe] que o pessoal do Tocantins não comia, jogava, matava, jogava, e agora, a gente, esse pessoal do Tocantins, da cidade não comia aquele peixe, e agora [...]. De primeiro, a arraia jogava no rio, jogava aquele que é o baiacu [...] o pessoal não comia, e agora?⁵¹ (Sr. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes acrescentados).

Entre os *Akwẽ-Xerente*, o não desperdício de alimentos é uma forma de respeito ao que a natureza lhes oferece para a sua sobrevivência. Para eles, além de os não indígenas não terem esse respeito, podem também ter contribuído pra a diminuição da pesca hoje, e não só Lajeado. Diante desses fatos apontados, nos últimos anos, houve uma mudança na dieta alimentar desse povo, pois como o que é produzido não é o suficiente para alimentação das famílias, tampouco as proteínas de caça e pesca estão disponíveis em abundância, os *Akwẽ-Xerente* recorrem aos produtos industrializados. Em nossa pesquisa de campo, quando visitamos as cozinhas das casas, foi possível perceber a presença de carnes de gado e de

⁵¹ Quando o entrevistado questiona “E agora?” ele quis dizer que agora não é mais possível, pela diminuição da quantidade de peixes.

porco, alimentos enlatados, refrigerantes, arroz e feijão industrializados e óleos de cozinha, dentre outros.

Outro fato a ser relatado é o baixo interesse pela produção de artesanato com capim dourado⁵², prática muito comum entre os indígenas. Isso se justifica pelo fato de que “antigamente” o capim dourado era encontrado de forma abundante no Cerrado *Akwẽ*. De acordo com o que nos informou a professora da aldeia Porteira, a Sra. D. Xerente, atualmente é muito difícil a coleta da referida matéria-prima, pois para encontrá-la é necessário percorrer longas distâncias; mas os *Akwẽ*-Xerente se reinventam e criam meios para facilitar a coleta, na maior quantidade possível e em menos tempo. Sobre isso, transcrevemos aqui um de nossos diálogos com o Sr. S. Xerente, quando ele nos mostrou como é a coleta do capim dourado e seu preparo para a fabricação do artesanato.

Pesquisador: onde vocês colhem o capim dourado?

Sr. S. Xerente: Daqui uns 20 km. A gente pega o capim dourado é daqui 20 km.

Pesquisador: E quem colhe?

Sr. S. Xerente: Nós mesmo, a mulher, nós mesmo...

Pesquisador: E como vocês colhem?

Sr. S. Xerente: Rapaz! A gente, de primeiro, Marcelo, pegava com a mão, agora a gente inventou, né, a gente fez um tipo de pente, assim: tinha uma bicicleta, uma raia de bicicleta, corta em pedaços e coloca num... [pedaço de madeira]

Pesquisador: Deixe-me ver.

Sr. S. Xerente: Aqui, ó.

Pesquisador: Ah, sim!! E como é que passa esse “pente” no capim? Como usa?

Sr. S. Xerente: Aqui, ó, isso aqui, vem. Fica assim, ó... [mostrou posicionando o referido instrumento na vertical]

Pesquisador: Ah, tá!

Sr. S. Xerente: Aí, o pé fica assim...

Pesquisador: Ah, aí vai tirando...

Sr. S. Xerente: Faz um mói⁵³ aqui desse, com três, assim, e a gente viaja... Até meio dia, já tirou 30 mói, 30, 20, depende da pessoa.

Pesquisador: Tem que entrar no meio do mato para colher?

Sr. S. Xerente: Não, lá no brejo mesmo.

Pesquisador: E pelo que vejo, o artesanato dos Xerente faz muito sucesso...

Sr. S. Xerente: Hum hum, até na televisão, televisão⁵⁴... (risos)

Pesquisador: E realmente é bonito, viu. Ele brilha....

⁵²*Syngonanthus nitens*. Planta de cor dourada, muito comum nas áreas de Cerrado. Pelas suas belezas é muito utilizado não pelos indígenas na feitura de artesanato. Fonte: <http://www.cerratinga.org.br/capimdourado/> Acesso em: 22/01/2020.

⁵³ Se refere a “molho”, uma unidade de medida.

⁵⁴ No período dessa entrevista, estava sendo exibida pela Rede Globo de Televisão a novela “Do outro lado do Paraíso”, escrita por Walcyr Carrasco e ambientada na região de Palmas e do Jalapão. O artesanato elaborado por povos indígenas da região era sempre mostrado.

Sr. S. Xerente: A gente faz. Agora, de primeiro, a gente fazê isso aí ó, até meio dia a gente pegava cipó. [nesse momento, o entrevistado mostrou como trança os capins que dão corpo a alguma peça]

Pesquisador: Nossa! Seu S., o senhor é bem rápido.

Sr. S. Xerente: Se tiver muito capim, até pra 4 horas, 5 horas, fazia uns 50 desses...

Pesquisador: E não quebra fácil, né?

Sr. S. Xerente: Quebra, não; molha, assim; pra costurá tem que molhá. (Sr. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes acrescentados).

Além de lidar com as dificuldades da coleta do capim dourado e, conseqüentemente com as dificuldades na confecção do artesanato, os *Akwẽ*-Xerente têm que lidar com as dificuldades de sua comercialização, pois, para isso, eles dependem de atravessadores, que nem sempre pagam o preço justo.

Pesquisador: O pessoal compra aqui pra revender, né? Pagam o preço justo?

Sr. S. Xerente: Tem uns que paga 40, 50; o preço não é muito bom, não; pra mim não, não é muito bom não.

Pesquisador: Entendi!

Sr. S. Xerente: Tem bolsa desse tamanho aqui faz por R\$40, R\$30; a gente faz, assim, nós assim, porque a gente, assim, o pessoal vem e compra, revende; aqui ó Marcelo, a gente vende porque...o pessoal aqui não sai também pra vendê fora. O negócio é... faz aqui mesmo, igual esse pessoal aqui; o branco que comprá as coisas pra revendê e leva pra outro lugar.

Pesquisador: Eu vi uma bolsa dessas no aeroporto de Palmas por R\$150.

Sr. S. Xerente: Aqui a gente vende por R\$30, R\$40. Agora, o que a gente vende bem só o chapéu.

Pesquisador: O chapéu?

Sr. S. Xerente: O chapéu de capim dourado. O capim dourado, o chapéu a gente vende a R\$100.

Sr. S. Xerente: Mas, porque, foi assim, pouquinho. Foi vendo assim, R\$60, R\$70, assim também eu vendo, igual o chapéu, o chapéu R\$100. Agora quanto mais o pessoal que leva daqui, não sei nem quanto vende por lá, né? (Sr. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Além dos chapéus e das bolsas femininas, citadas pelo entrevistado, os *Akwẽ*-Xerente fabricam enfeites para cabelo, braceletes, pulseiras, colares e também artigos de decoração. Esses objetos, conforme salientam as vozes participantes da pesquisa, são muito apreciados pelos não indígenas são levados para diversas partes do Brasil e até de outros países. O que retiram na venda desses produtos serve, principalmente, para a compra de alimentos para complementar aquilo que é produzido na vazante, na caça e na pesca. Outras formas de complementar a dieta alimentar são os programas assistencialistas do governo federal (Bolsa-Família) e também outras ocupações, como servidores públicos, por exemplo.

Diante disso, os *Akwê*-Xerente ressaltam que os problemas socioambientais que eles vivenciam atualmente são culpa da ganância dos poderosos, que se preocupam apenas em acumular riquezas em detrimento da natureza, como afirma o Sr. S. Xerente (2018).

Então, hoje em dia, a barragem não está dando resultado. [Aliás] Está dando resultado, tá aí, ó [apontando em direção ao rio!] [...] O rico tá pronto pra acabá [com] o mundo. Acabá [com]o mundo. E ta, aqui, a energia nós pagando. E com isso aí nós vamo morrer. Que o branco vai, o rico vai, vai, vai acendê o fogo até a hora de energia [vai acabar]. Por exemplo, aqui, rodeou atrás todim, aí, acende a luz, pra acabar [com] a gente. Agora, não tá nem somando, né?! Convida a Deus, porque são ricos, né?! Já é pecador mesmo. Pra onde é que eles vão viver, será que eles vão acabar [com] Deus e viver no orgulho será? Você pensa né! (risos). (Sr. D. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes acrescentados).

Quando o entrevistado diz “rodeou atrás todim”, ele se refere às linhas de transmissão de energia que cercam os arredores da aldeia. Assim, para eles, a energia sem a natureza de nada adianta. Sem ela (a natureza) todos vão morrer, ou seja: “acende a luz para acabar com a gente”. Quando afirma que vão “acabar com Deus e viver no orgulho”, o Sr. D. Xerente se refere à natureza, que é o próprio Deus, ou obra Dele. Nesse universo sociocultural, é a natureza que rege a vida. De acordo com o entrevistado, o governo está a serviço dos interesses dos mais ricos em detrimento dos mais pobres. Os ricos buscam apenas o lucro. A busca incessante pela riqueza destrói os recursos naturais e isso coloca em risco a vida no mundo. Nesse sentido, a construção de Lajeado serviu apenas aos interesses do capital. Para os *Akwê*-Xerente que sobrevivem do rio (*kâ*), a barragem trouxe prejuízos materiais e simbólicos. A energia elétrica, símbolo da modernidade, que de acordo com os mesmos trouxe apenas degradação de seus meios de sobrevivência e, conseqüentemente, do território. Além de dilapidar o patrimônio natural, os *Akwê*-Xerente ainda têm que arcar com os preços injustamente altos de energia consumida.

Cabe ressaltar que os indígenas reconhecem a importância da energia elétrica para suas vidas. O que eles questionam é o preço a se pagar para tê-la, e isso não está relacionado ao valor em dinheiro, mas à destruição daquilo que eles acreditam que é o fio condutor de suas vidas: o *kâ*. Acreditam que de nada adianta ter energia elétrica, se um de seus bens mais preciosos foi destruído. Com a destruição do rio Tocantins, esse povo teme morrer, mas não apenas sofrerem uma morte física, mas daquilo que faz parte do ser indígena: a natureza, a memória, os deuses, enfim, o seu universo cosmológico.

Como os *Akwẽ-Xerente* dão caráter sagrado à natureza, considerando-a, portanto, como uma dádiva, quem a destrói, para eles, é um “pecador”. Sagrada, a natureza é homenageada em todas as festas/rituais desse povo, inclusive, eles retiram dela os nomes que dão as suas crianças, como ressaltamos na seção dois. Assim, enquanto para os agentes do capital a natureza é sinônimo de riqueza e de lucro, para os *Akwẽ-Xerente* ela é sinônimo de fartura e de sobrevivência.

Conforme já ressaltamos na seção cinco, com relação às indenizações, os *Akwẽ-Xerente* afirmaram, ainda, que eles ficaram alijados durante todo o processo de construção da barragem pelo fato de seu território estar à jusante; a época, a Resolução n. 1/1986 do CONAMA obrigava o pagamento de indenizações apenas para aqueles que estavam à montante das barragens, que teriam suas terras diretamente atingidas (visão patrimonialista de atingido). As vozes participantes da pesquisa ressaltaram que foi uma luta árdua para obter algum tipo de compensação pelas perdas sofridas devido à alteração do fluxo do rio, como afirma o Sr. R. Xerente.

Na verdade quando se iniciou a discussão da barragem, o estudo ambiental que foi feito não tinha nenhuma lei que garantisse ao índio, que mostrasse que o impacto fosse direto. Então, o estudo considerava como impacto indireto. Por quê? Porque o impacto, naquele momento, por falta de uma legislação que garantisse aos índios ou aos ribeirinhos que eles seriam afetados pelos impactos da barragem indiretamente, porque era quem estava acima do barramento que seria afetado diretamente, mas abaixo da barragem seria impacto indireto, e os Xerente estavam nesse impacto indireto. Depois, o governo Lula criou uma lei que dizia que quem estava abaixo da barragem também é direto. (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Os *Akwẽ-Xerente* narram que a discussão relativa à construção de Lajeado começou cerca de 20 anos antes da sua instalação. Eles lembraram-se que passaram vários técnicos por suas terras fazendo vários questionamentos sobre a área. Dessa época até a construção, eles não foram ouvidos. “As coisas aconteciam, era muito barulho e muita gente e a gente não tinha informação nenhuma. Destruiu nosso rio e passaram em cima do nosso modo de ser. Hoje tá aí, Tudo piorou, né?!” (Sr. D. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018). Salientaram ainda que a luta por justiça começou quando a empresa construtora começou a implantar o canteiro de obras e que o maior aliado deles, nesse momento, foi o Ministério Público Federal. Na voz do Sr. R. Xerente:

Na verdade, o nosso maior aliado mesmo foi o Ministério Público. O Ministério Público, então, nos primeiros momentos, a gente discutiu com a

barragem a implementação dos canteiros de obra, né?! Então foi um dos cuidados que a gente pediu que os canteiros fosse do outro lado do rio, para não ter aproximação da área indígena, né?! Se fosse fazer em Lajeado pegava direto a área indígena, né?! E aí criou o acampamento do outro lado. (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Dessa forma, desde o primeiro momento os indígenas, com o apoio do Ministério Público Federal, lutaram para amenizar os impactos sobre seu território e a primeira vitória foi a mudança do local do canteiro de obras. Os *Akwẽ-Xerente* salientam, porém, que, mesmo com essa mudança, sofreram com o barulho e tiveram suas terras, por diversas vezes, invadidas por caçadores e pescadores, o que colocava suas vidas em risco e também gerava o aprofundamento dos conflitos.

O discurso do progresso, já evidenciado nesse trabalho trouxe, de acordo com os *Akwẽ-Xerente*, o seu contrário: a destruição dos recursos naturais e os problemas daí decorrentes, já que sociedade e natureza não se excluem, conforme também ensina Porto-Gonçalves (2006). A sociedade se constrói *com* a natureza e, *com* a sociedade, a natureza socializada vai se construindo simultaneamente. Dessa forma, na medida em que se alterou o fluxo do rio Tocantins, simultaneamente, os *Akwẽ-Xerente* tiveram suas vidas precarizadas, como também nos ensina Capra (2006), quando salienta a interligação e a interdependência dos sistemas vivos. Sobre isso, o Sr. D. Xerente destacou que:

Assim, eles [a empresa construtora] falaram que a barragem ia ser bom pra nós. Mas, o que foi bom? Nosso rio tá aí. Planta na vazante, mas não é como antigamente [...]. Mas, não tem como ser bom, né? O rio tá aí! Muitos até achou que podia ser bom! Mas, bom onde se destruiu nosso rio, né?! Como pegar um Xerente que plantava na vazante e agora fazê outra coisa? O que a barragem trouxe de bom? Nossa vazante morreu, né?! Esse negócio de caçá e pescá é uma coisa dos Xerente. A barragem acabou com isso. [o] que é bom nisso né? (Sr. D. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2008, colchetes acrescentados).

Dessa forma, os *Akwẽ-Xerente* atribuem todo o processo de precarização do seu modo de vida à alteração do fluxo do rio a partir da construção da UHE de Lajeado. O rio, natural, é o fio condutor da territorialidade – e da vida – desse povo. O Procambix, conforme já mostramos, que foi o meio de mitigar e/ou amenizar as perdas sofridas, apresentou muitas contradições, foi ineficaz e insuficiente, desde que foi pensado até a sua implantação. O Procambix acabou por aprofundar os problemas trazidos pela barragem, pois foi um programa que, pensado de fora do território por outros sujeitos, e trazia em si mesmo conceitos colonialistas e de homogeneização da produção e exploração predatória da natureza a partir da

sociedade do capital. No tópico 5.2 traremos alguns discursos dos *Akwê-Xerente* sobre o Procambix: neles poderemos perceber que, além das contradições conceituais do que seja o modo de vida *Akwê-Xerente*, suas vozes foram silenciadas desde a concepção do Programa até a sua implantação.

6.2 Vozes silenciadas: os *Akwê-Xerente* e o Procambix

Conforme demonstrado pelas vozes dos próprios *Akwê-Xerente* no tópico 6.1 e já corroborado na seção cinco, a construção de Lajeado trouxe impactos significativos ao território, principalmente no que concerne às mudanças no fluxo d'água, alterando significativamente a agricultura de várzea ou de toco, que garantia a soberania alimentar desse povo. Com as mudanças no regime hidrológico houve também uma queda na quantidade de peixes e na de diversas outras espécies da fauna e da flora, diminuindo a caça e a pesca, o que, conseqüentemente, levou a redução na ingestão de proteínas e vitaminas necessárias à saúde deles. Nesse sentido, isso tem afetado a reprodução econômica e cultural desse povo, visto que eles dependem basicamente do rio Tocantins.

Durante as entrevistas relacionadas ao Procambix, os *Akwê-Xerente* ressaltaram, principalmente, a imposição de programas alheios as suas culturas e tradições, a ausência de capacitação técnica para as atividades impostas e a falta de diálogo entre os técnicos do Procambix eles quanto ao desenvolvimento das atividades. Ressaltaram ainda que, após muitas lutas, algumas vitórias começaram a ocorrer, dentre elas, o programa de monitoramento do entorno, a fim de evitar conflitos entre eles, os indígenas e operários de Lajeado, até chegarem a ser de fato reconhecidos, de fato e de direito, enquanto atingidos, com a implantação do programa de compensação. Conforme o Sr. R. Xerente (2018):

E depois de muita luta, criou um programa que a gente chamou de programa emergencial, que foi o primeiro programa a ser criado entre a hidrelétrica e a Funai para fazer o monitoramento no entorno, e a Funai não poderia custear as despesas. Então foi repassado um valor X desse recurso para que ela fizesse esse monitoramento. E daí, partiu para a discussão de ter um programa, um Programa de Compensação Ambiental Xerente. O valor desse programa emergencial era bem pouquinho. Era liberado para combustível, manutenção de veículo. O que a Funai fazia era um monitoramento do entorno para que não houvesse um choque, de um grande número de operários com as terras indígenas. (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Então, após muitos embates entre a Investco e os *Akwê-Xerente*, foi aprovado esse programa de monitoramento para evitar a invasão de trabalhadores da obra ao território e também para amenizar e/ou impedir conflitos. Eles consideram também que o reconhecimento enquanto atingidos só foi possível pela luta, uma vez que o consórcio construtor de Lajeado se negava a prestar qualquer tipo de reparação. O trunfo para discutir algum tipo de compensação foi a vazante modificada com a construção de Lajeado.

A indenização feita para os Xerente, não foi uma indenização feita por vontade deles, não. Foi uma luta e uma conquista, até porque os Xerente usou como base, a roça de vazante. Agora se fosse por base nos impactos, não poderia usar porque era indiretamente, pois os Xerente estava à jusante e não estava acima da barragem. Estava abaixo da barragem e quem estava abaixo não era impactado. [...]. Então foi feito primeiro um diagnóstico com o pessoal do Gera, e depois veio o “Projeto-Mãe” que eles chamam de Procambix, que tinham 15 projetos dentro. (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Conforme relatamos na seção cinco, esses quinze projetos a que se refere o Sr. R. Xerente são os subprogramas do Procambix (Quadro 5) voltados para segurança alimentar, redução de impactos e fomento à cultura e à cidadania. Interpelado se houve uma discussão anterior sobre quais projetos seriam importantes para esse povo, o Sr. R. Xerente afirmou que:

Não, não teve nenhuma discussão, nada. Veio de lá tudo pronto! E faltou o que? Um estudo de aptidão! Na verdade, não teve estudo de aptidão. A maioria não é da cultura Xerente! Os Xerente não consegue mexer com muita coisa do Procambix, por quê? Faltou aptidão! (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

De acordo com o entrevistado, na elaboração do Procambix não foram consideradas as demandas dos *Akwê-Xerente* e as perdas sofridas com a construção de Lajeado porque os técnicos não levaram em consideração atividades que fazem parte do universo cultural desse povo. Dessa forma, a maioria dos projetos implantados não teve continuidade, pois os *Akwê-Xerente* não estão habituados a lidar, por exemplo, com lavouras mecanizadas, visto que as *Kâsdawa mba hã bru* é uma atividade milenar desse povo e parte da cultura desse povo.

Você “pega” um Xerente que está há milhares de ano fazendo uma roça de vazante, né?! [...] uma roça de subsistência. E que há milhares de anos eles vêm morando às margens do [rio] Tocantins e vivendo isso, aprendendo a

lidar com essa vazante, com esse tipo de sedimento. Aí você cria uma barragem nesse rio, aí você entra com um projeto, que, às vezes no momento você acha que é importante, que vai suprir um pouco daquele impacto, mas na verdade ele não vai suprir, porque os Xerente não está acostumado a mexer com roça mecanizada. (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes acrescentados).

Assim, de acordo com a fala do Sr. R., há uma contradição entre os projetos impostos pelo Procambix e a cultura *Akwẽ*. Ele salientou que para uma roça mecanizada alcance uma produção satisfatória, há a necessidade de um alto custo de investimentos, em tecnologia e em insumos agrícolas, enquanto que nas roças de várzeas basta jogar as sementes que a natureza se encarrega do restante.

A roça mecanizada até que produz, mas para que a roça no Cerrado produza, ela precisa de tecnologia, um alto custo de tecnologia, enquanto lá [na vazante] você não gastava nada, pois o adubo já estava lá e era só jogar a semente. Então criaram um programa de roças mecanizadas diferenciadas, que chama no Procambix, né?! Só que essa roça mecanizada diferenciada é a roça que o fazendeiro planta. E aí depende do insumo agrícola, de adubo e agrotóxico também. Então você depende maquinário, do tempo, e aí você vai contar com a sorte se chover, né?! Ao contrário da beira do rio, que você pegava tudo prontinho, chegava e plantava e só mantinha aquilo limpo. (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes acrescentados).

Diante disso, as roças mecanizadas não tiveram o resultado esperado. Com o fim do Procambix, os *Akwẽ*-Xerente não conseguiram condições para mantê-las, pois eles também não têm acesso a linhas de crédito para a compra de insumos e maquinários. Mesmo com a queda da produção nas várzeas, os *Akwẽ*-Xerente abandonaram as roças mecanizadas e voltaram a se dedicar à cultura de vazante.

As lavouras mecanizadas viraram mata de novo e não produz nada, porque, na verdade, os recursos investidos em roças mecanizadas é alto e nós não conseguimos manter. O fazendeiro que produz com roça mecanizada ele faz o quê? Ele faz financiamento. E os Xerente vai fazer financiamento aonde? Não tem como! [Com Procambix] você tinha 10 mil para fazer uma roça e era só os 10 mil. Então você precisa gastar com adubo, com calcário, com sulfato de amônio, com outros agrotóxicos, com combustível pra trator, reposição de peças, gradiagem, depois aragem, quando você chegasse no fim, você ia plantar o que? (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes acrescentados).

Os recursos disponibilizados pelo Procambix não foram suficientes para que os *Akwẽ*-Xerente dessem continuidade às roças mecanizadas. Durante nossas pesquisas de campo, percebemos uma quantidade de máquinas abandonadas advindas do Procambix, pois,

de acordo com os *Akwê-Xerente*, com o fim do Procambix, eles não tiveram condições financeiras nem aptidão para mantê-las funcionando. Por isso, ao invés de uma agricultura conforme o padrão mundial, esse povo optou pela agricultura que necessita apenas da natureza e dos saberes de sua cultura, que eles têm há milhares de anos.

A implantação da bovinocultura, não fazia parte dos objetivos iniciais do Procambix, mas essa atividade foi escolhida pelos *Akwê-Xerente*, pois eles acreditavam que, com a queda na quantidade de peixes em virtude da construção de Lajeado, a proteína da carne de gado poderia substituir a dos peixes e a de outros animais de caça. Mas, um dos grandes problemas é que a criação de animais não faz da cultura desse povo e nem houve um estudo de aptidão para esta atividade, como também não houve para as outras Procambix, como ressaltou o Sr. R. Xerente durante a entrevista.

Dentro do programa Xerente não existia criação de gado. Não tem nenhum projeto, dentro do Procambix, de criação de gado. O que aconteceu é que a Associação Indígena *Akwe* entrou com um pedido que tinha um recurso disponível de 1 milhão, que é um recurso que deveria ser repassado para a associação e a Associação pegou esse recurso e falou: nós vamos comprar gado a pedido dos caciques e compramos o gado. E houve um outro erro também, porque nós não tínhamos um estudo de aptidão. E assim, como todos os projetos do Procambix elencado, você não encontra um estudo de aptidão, e era uma das primeiras coisas que deveria ter preocupado né?! Deveria primeiro saber o que a gente achava que poderia dar certo. Hoje você encontra algum gado em algumas aldeias, no Funil, no Rio Sono, mas quase não tem mais. A gente tem que ter conhecimento pra lidar com o gado e os Xerente não tinha. (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Uma das práticas importantes dos *Akwê-Xerente*, e que também é uma fonte significativa de alimentos, são as roças de quintais. Em nossa convivência com os indígenas, constatamos que é comum, nos arredores das casas a plantação de árvores frutíferas (laranja, mexerica, limão, figo, manga, etc), de plantas medicinais e de hortaliças, dentre outros. Também por causa disso, a criação de gado se tornou inviável. Como os animais eram criados soltos, acabavam impactando de forma negativa estes quintais, pois se alimentavam dessas plantações. Diante dos impactos negativos causados pela prática da bovinocultura, a maioria dos *Akwê-Xerente* optou por abater os animais. Atualmente são poucas as aldeias que ainda mantêm a criação de gados.

Outros projetos de criação de animais foram implantados via Procambix, como o de criação de peixes e de galinhas caipiras. Foram, porém, dois projetos também impostos nos quais não se atentou para as especificidades culturais dos *Akwê-Xerente* que sempre tiraram

diretamente do rio Tocantins a maior parte dos seus alimentos. Os *Akwẽ*-Xerente não se adaptaram à criação de peixes em cativeiro, pois, conforme eles mesmos disseram, faltou também a capacitação para que dessem continuidade ao projeto.

Teve um projeto de peixes, mas também não teve estudo de aptidão, porque primeiro você tem que ver se tem condições de criar esses peixes ou não. Aí: temos 3 ou 4 córregos e vamos fazer, mas não deu certo, talvez porque o lugar não era propício para peixes ou talvez porque aquela comunidade não queria peixe. Fizeram os tanques e secou tudo, os peixes morreu tudo. Igual o projeto de galinha caipira... não teve estudo de aptidão. Não deu certo... (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

No caso da criação de galinhas poedeiras, trata-se de uma espécie melhorada geneticamente, que tem com o bico cortado, própria para criação em cativeiro. De acordo com Baggio (2017), as aves, quando colocadas em cativeiro, ficam em estado de intenso estresse, por isso, a debicagem torna-se uma forma de evitar canibalismo, desperdício de ração, amputação de patas e bicagem dos ovos, dentre outros problemas. O corte do bico é feito com uma lâmina com temperatura de 700⁰C. Isso tem gerado uma série de discussões entre especialistas e defensores do bem-estar animal, por ser uma técnica invasiva, as aves são submetidas a um processo de intensa dor e mal-estar.

Dessa forma, durante a entrevista, os próprios *Akwẽ*-Xerente questionaram esse projeto, pois na cultura *Akwẽ* quando se cria algum animal eles são criados soltos e podem se alimentar de tudo o que a natureza dispõe. O Sr. D. Xerente (2018) comentou que:

Eles fizeram o projeto da galinha, até um dia eu fiquei pensando: Como é que eles procura um programa e deixa a galinha com bico cortado? Como é que eles come? Os bicho na cultura Xerente é assim, tudo solto. Pode comer tudo. Agora diz eles que corta o bico pra evitar doença. Mas como, se elas morriam de fome? (Sr. D. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Na verdade, os técnicos do Procambix, quiseram transformar em agropecuaristas “modernos” pessoas que não contrariam a natureza e não visam obter lucros, apenas, sobrevivência.

Um outro problema apontado pelos *Akwẽ*-Xerente, foi o fato de terem que lidar com a burocracia do Procambix. Para eles, isso atrapalhou bastante a compra de maquinários, carros e, principalmente, de insumos agrícolas, pois o processo de licitação é demorado e, na maioria das vezes, os produtos chegavam com bastante atraso, o que prejudicou fortemente a evolução das roças mecanizadas, por exemplo.

Teve uma coisa que eu falo que foi uma regra errada, mas que os especialistas do Tribunal de Contas disse que foi uma coisa que eles acharam muito certo, até porque não houve desvio de recurso, não comprova até hoje que tem 1 cruzeiro roubado do Procambix. O que houve realmente foi uma situação de criar dificuldades para a aplicação de recursos. Você pega um recurso privado, lança na conta do governo federal e joga ele de volta para os índios no SIAFI [Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal] e os índios vai ter que trabalhar com o SIAFI. Então quando você lança qualquer recurso no SIAFI para você comprar um carro desse daqui o que você precisa fazer? Licitação, pregão eletrônico! E leva quanto tempo? [...] eu não gosto disso e tivemos que aprender forçado. Aí você acha alguma coisa aqui no mercado local de 10 reais, mas com esse recurso no SIAFI você não pode comprar, pois você tem que fazer uma licitação de nível nacional, o pregão eletrônico, né?! Aí tem um produto lá do Paraná para chegar aqui nos Xerente. As vezes você precisava desse recurso para amanhã e ele vai chegar daqui a 60 dias. (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes acrescentados).

Além dos projetos desenvolvidos pelo Procambix para os *Akwẽ-Xerente*, eles participaram do conselho-gestor e das decisões tomadas por esse Programa. Mas, eles ressaltaram que, apesar de terem voz e voto durante as reuniões, suas propostas não poderiam fugir do projeto original que como sabe-se, veio pronto. Não havia, portanto, uma ampla discussão com os indígenas. A composição do conselho-gestor era paritária, havia bom relacionamento com os técnicos, mas o Programa não tinha flexibilidade e tinha muita burocracia, muitas reuniões e discussões nas quais na se resolvia nada porque tudo já estava programado, menos a resolução dos problemas. Isso dificultou a permanência do Procambix em longo prazo.

A escolha do membro do conselho gestor era feito por reunião geral, né? Era por região. Era cinco regiões. Como o conselho era um conselho paritário. Tinha cinco órgãos e instituição governamental e uma não governamental e tinha seis índios [...] Então era escolhido pela assembléia geral. Mas esse programa, o que eu falo sempre para o pessoal, foi interessante pelo seguinte: só de discussão para você chegar a apresentar uma proposta para a Investco sobre o Procambix, nós tivemos noventa e oito reuniões geral [...] acontecia mensalmente, semanalmente para discussão. Tinha uma relação boa com os técnicos, boa, boa. [...] Mas aí você está dentro do conselho. Aí você tinha uma proposta que você está dentro do conselho e aí você defende. Aí a gente tinha nossa proposta e a gente defendia nossa proposta, nossas ideias. E aí eles [os técnicos] também tinha o argumento deles né, o Ministério Público tinha o deles, né? Mas desde que não fugisse do Projeto-Mãe, tinha que está de acordo com o projeto mãe. Então você não tinha como fugir, tinha que cumprir os projetos. Esse é o grande problema. (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Perguntados sobre qual avaliação geral que eles fazem do Procambix, quanto aos pontos positivos e negativos, os *Akwẽ-Xerente* ressaltaram que o Programa trouxe como

ponto positivo momentos de grandes aprendizados. Mostram orgulho em dizer que o Procambix é referência para outros atingidos e que já receberam visitas de vários pesquisadores do Brasil. Mas, mesmo assim, trouxe vários pontos negativos, como, por exemplo, os impactos ambientais, sendo a criação de gado o grande responsável. Cabe ressaltar que criar gado foi uma escolha deles, pois eles acreditavam que essa atividade poderia suprir a necessidade deles de proteína animal cuja diminuição ocorreu devido a queda da quantidade de peixes com a construção de Lajeado.

É, até esses projetos também que nós ganhamos, necessita ser citado aí⁵⁵. Falei assim que, até hoje, o Procambix tá dando impacto. Aí ele falou: Por quê? Vocês não compraram gado no Procambix? Compramos. Pois é, hoje o gado é invasão ambiental pra território. Por que vai impactando. Até eles viram,... maior impacto. (Sr. D. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

De acordo com o entrevistado, os impactos da criação de gado foram muitos, inclusive, foram percebidos pelos técnicos do Procambix. Diante disso, consideram que as perdas sofridas pela construção de Lajeado não têm como ser compensadas, pois seu modo de vida e seu território, constituídos junto ao rio Tocantins, sendo as vazantes o aspecto mais importante do território, foram duramente atingidos e transformados.

Como compensá, professor? O que é compensá? Como compensá uma coisa [a vazante] que é a maior riqueza nossa? Quando veio o pessoal [os técnicos do Procambix] aqui a gente achou bom, pois eles falaram que ia compensá né? Mas acabou o Procambix, acabou tudo, e a vazante acabou também. (Sr. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2014, colchetes acrescentados).

Compreendendo o território Xerente como um sistema vivo (CAPRA, 2006), no qual há uma interdependência entre sociedade e natureza, é possível constatar, mais uma vez, perceber que a vazante é o fio condutor desse sistema, pois é ela que garante a vida a partir da atividade de produção de alimentos e, com isso, a soberania alimentar desse povo. Conforme já foi ressaltado, em todos os depoimentos colhidos em nossas pesquisas de campo, os *Akwẽ*-Xerente afirmaram que antes da construção da barragem comprava-se muito pouco na cidade, pois as várzeas ofereciam tudo o que eles necessitavam. Após a construção de Lajeado, com a consequente alteração do fluxo de água do rio Tocantins, essa lógica se inverteu, pois o que é

⁵⁵O entrevistado quis dizer que o Procambix deve ser citado no presente trabalho, dado aos referidos impactos que ele ocasionou. O trecho é uma citação de um diálogo que ocorreu entre o depoente e um dos técnicos do Programa.

colhido nas vazantes não alimenta a todos durante o ano todo. Hoje, conforme ressaltaram, se compra quase tudo na cidade, principalmente arroz, feijão e carnes, dentre outros alimentos.

Aqui a gente tinha tudo. Não precisava dessa barragem! Eles falava que ia melhorar tudo, né?! Melhorô nada não. A gente não precisava de Procambix[...] eu, menininha, via meu pai colhê muito e a gente não precisava nem de remédio. Tem tudo no quintal, até pra câncer, diabete [...] (Sra. E. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

De acordo com a anciã Sra. E. Xerente, se não tivesse havido a construção da barragem, não teria a necessidade de Procambix, pois a maior riqueza eles já possuíam: as vazantes e os quintais, que produzem muitas frutas e medicamentos para todos os tipos de enfermidades, tais como: dor de cabeça, diabetes, doenças do fígado e câncer, dentre outras. Conforme a anciã, o seu quintal oferece medicamentos naturais para toda a aldeia e os efeitos deles são superiores aos dos medicamentos fabricados pelas indústrias farmacêuticas. A Sra. E. relatou também, que seu esposo foi diagnosticado com câncer e foi internado no Hospital de Miracema (TO). O médico deu-lhe dois meses de vida. Diante disso, ela e alguns parentes levaram-no para a aldeia e ela começou a tratar o seu marido com as plantas medicinais do seu quintal. A melhora foi muito grande e ele viveu por mais dois anos, surpreendendo, inclusive, a equipe médica.

Diante disso, o balanço que os *Akwẽ*-Xerente fazem da construção de Lajeado e do Procambix é negativo, como apontam os depoimentos a seguir:

Coisa boa? Teve coisa boa não. A barragem acaba com tudo, leva tudo né? E a gente paga tudo, paga energia, paga os prejuízos na nossa mata né?! E esse Procambix foi isso né?! Prejuízo. (Sra. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Ninguém sentiu coisa boa do Procambix. Mas agora tá vindo um problema que a comunidade sentiu. A questão de impacto, a questão de cultura, a questão do meio ambiente, a questão de água, a questão de animais [...] sentiu. (Sr. D. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

A vazão, e outra, né, [a barragem está] acabando com a nascente do rio, então o que está impactando é a questão da própria convivência cultural, dentro cultura indígena. Por que hoje não tem animais, não tem peixe. A comunidade está esquecendo a cultura. (Sr. D. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Portanto, a construção de Lajeado trouxe problemas significativos ao território, principalmente no que se refere à produção de alimentos, devido às alterações no sistema de

vazante e também na queda da quantidade de peixes, principal fonte de obtenção de proteínas. Alguns *Akwẽ-Xerente* relataram também que, durante as festas nas aldeias, era possível sustentar a todos com o que era pescado no rio Tocantins, mas, hoje, isso não é mais possível.

O Procambix, que seria uma medida para tentar solucionar e/ou amenizar os problemas causados por Lajeado não trouxe os efeitos esperados, pelo contrário, aprofundou ainda mais o processo de precarização do território, pois destruiu o que para os *Akwẽ-Xerente* o maior bem que a natureza lhes ofereceu: as roças de vazante. Salientaram também que, Lajeado trouxe-lhes prejuízos monetários, pois eles agora precisam dispor de dinheiro para pagar o alto valor da energia elétrica, que é retirada, conforme eles disseram, do seu patrimônio.

A construção de Lajeado e a implantação do Procambix, além de acarretarem perdas irreversíveis, como na fauna e na flora, como alguns afirmaram estão levando os *Akwẽ-Xerente* a perderem sua cultura. Isso ocorre pela diminuição dos dias de festas, pela falta de condições de alimentar a todos por longos dias, pela falta de interesse dos mais jovens pela cultura e pela dependência da cidade em termos alimentícios. Os *Akwẽ-Xerente* lutam para amenizar as perdas sofridas e, para isso, tem a sua cultura como trunfo para (re)existir às imposições colonialistas que rondam o seu território.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As nossas experiências com os *Akwẽ-Xerente* mostram uma contradição com as legislações vigentes no Brasil (como as do CONAMA, por exemplo) que versam sobre a indenização de famílias atingidas por grandes empreendimentos barrageiros. Essas legislações trazem, em seu bojo, uma visão patrimonialista do que é ser atingido. Primeiramente, não há indenização possível pelas inúmeras perdas que esses atingidos sofrem, não apenas materiais, mas também de valores simbólicos (imateriais) que são construídos ao longo da vida nos seus territórios: a relação de comunidade e compadrio, a relação sagrada com o seu meio ambiente e a relação com os seus mortos enterrados no lugar, dentre outros. Em segundo lugar, a indenização é paga, principalmente, para aqueles que estão à montante do canteiro de obras e que tiveram suas terras ou outros bens materiais atingidos pelo reservatório; aqueles que estão à jusante e que sofrem com as mudanças do fluxo dos rios não são considerados nas avaliações de impacto ambiental, como no caso do povo *Akwẽ-Xerente*.

O MAB tem feito diversas ações contra-hegemônicas e antissistêmicas para que seja repensado o modelo energético brasileiro, sugerindo outras formas de produção de energia. Nesse sentido, o principal problema da energia no Brasil é o seu modelo; a maior parte é produzida a partir do barramento de grandes rios, o que significa que a água, um bem de todos, se transformou em mercadoria, comercializada por empresas, na sua maioria, multinacionais dos EUA e dos países europeus. A luta pela energia e pela água é uma luta anti-imperialista e anti-colonialista e requer a união de populações indígenas, quilombolas, camponeses e demais trabalhadores rurais e urbanos.

A energia é um bem necessário para a soberania de um país e, também por isso, é um bem de todos. Nesse sentido, ela não pode ser tratada como mercadoria e sua produção deve ocorrer em consonância com os diversos povos e territórios que formam o país. Deve-se, portanto, descolonizar a ideia de produção de energia. Para isso é necessário investir em outras alternativas menos predatórias para os povos e para o meio ambiente. No Brasil, existe uma diversidade de recursos naturais disponíveis que permitem essa diversificação, como a luz solar e os ventos. Isso demanda diversos investimentos em pesquisa e tecnologia, além de um debate profundo com a sociedade, considerando a sua diversidade espacial, temporal e territorial.

De acordo com um relatório publicado pelo MAB em 2011, a implantação de uma usina hidrelétrica causa inúmeros danos às famílias atingidas, como os deslocamentos compulsórios de população e alterações na organização cultural, social, econômica e

territorial, o que mostra que a ideia de atingido deve ir além da visão patrimonialista e técnica. Nesse sentido, o relatório sugere que, na identificação dos impactos gerados por uma obra dessa, devem-se levar em consideração os seguintes fatores:

- As alterações resultantes não apenas as da implantação do reservatório, mas também as das demais obras e intervenções, como canteiro, instalações funcionais e residenciais, estradas, linhas de transmissão etc;
- Os tipos de impactos também devem ser considerados, dentre eles: a) o deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários); b) a perda da terra e outros bens materiais; c) a perda e/ou a restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; d) perda e/ou a redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento; e) a ruptura de circuitos econômicos;
- As necessidades e anseios das comunidades e populações anfitriãs, isto é, que receberam reassentados deslocados pelo empreendimento barrageiro;
- Os efeitos à jusante da barragem, que se fazem sentir normalmente apenas após o enchimento do reservatório. A restrição ou perda do potencial pesqueiro, as mudanças do regime hídrico, os efeitos sobre a navegação e a comunicação, a perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de exploração das várzeas (garimpo, extração de materiais etc.), assim como todas as outras interferências à jusante deverão ser consideradas para efeito da identificação dos impactos;
- As alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade, sempre que implicarem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas;
- As perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, imateriais e intangíveis, e, por isso mesmo, não passíveis de quantificação ou de simples indenização financeira, devem ser consideradas e objeto de ampla e aberta discussão e negociação;
- Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros devem ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingidos;

- A dimensão temporal dos impactos, de modo a incorporar o caráter essencialmente dinâmico dos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Isto implicará em considerar impactos que se fazem sentir em diferentes momentos do ciclo do projeto, desde o início do planejamento;
- Os povos indígenas e demais comunidades tradicionais devem ser consideradas nas suas especificidades culturais, nos direitos históricos, constitucionais e reconhecidos por convenções internacionais.

No caso dos *Akwẽ-Xerente*, eles não tiveram seus direitos inicialmente reconhecidos por estarem à jusante da barragem. Mas, muito mais do que as perdas materiais, as perdas simbólicas foram as mais cruéis, pois são perdas daquilo que compõe a sua ordem cosmológica, que caracteriza o ser indígena *Akwẽ-Xerente*. Assim, para a avaliação dos impactos sobre esse povo, deve-se levar em consideração o território como construído na sua relação íntima com a natureza. Nesta relação, sociedade e natureza se complementam não podendo ser compreendidas separadas uma da outra. A natureza e o rio regem todo o sistema vivo, o ecossistema do qual faz parte os *Akwẽ-Xerente*. Dessa forma, como percebemos na pesquisa, mesmo não tendo suas terras alagadas pelo reservatório de Lajeado, a mudança do fluxo do rio à jusante alterou profundamente o modo de vida dos *Akwẽ-Xerente* e lhes causou prejuízos impossíveis de serem calculados.

Os *Akwẽ-Xerente* padecem e sua soberania sobre o território está em risco desde o processo de colonização da Amazônia e, conseqüentemente, desde o contato com a população não indígena que ocasionou a perda e a fragmentação territorial e o declínio de sua população por causa de doenças transmitidas e do genocídio causado pelos colonizadores. Após muitas lutas e enfrentamentos com os grupos não indígenas da sociedade, os *Akwẽ-Xerente* tiveram suas terras demarcadas e, com isso, houve um aumento da sua população. Mesmo com a demarcação de suas terras, os *Akwẽ-Xerente* ainda sofrem com um lado obscuro da colonização: a colonialidade inserida nos grandes empreendimentos econômico-financeiros que afetam seu território, como no caso de Lajeado e outros, que lhes são impostos, de fora para dentro, e implantam novos padrões de comportamento, de alimentação, de religião e de vestir, dentre outros. Dessa forma, nosso objeto de estudo, a colonialidade (o lado obscuro da colonização) sobre o Território *Akwẽ-Xerente* a partir da construção de Lajeado foi analisado em dois aspectos, a saber; a construção propriamente dita e Procambix implantado

A construção de Lajeado impactou o modo de vida *Akwẽ-Xerente* e os direitos desse povo não foram reconhecidos. Nesse processo, foi criada uma rede de técnicos e

instituições para elaborar e divulgar o discurso do progresso que a barragem poderia trazer para a região, em termos de investimento e renda, qualidade de vida, emprego e “desenvolvimento das cidades”, dentre outros. Nesse sentido, Lajeado seria o símbolo da modernidade e de progresso para o Estado do Tocantins e sua construção seria o único caminho para livrar o país do apagão que ele atravessava na década de 1990. Esse discurso mascarou e silenciou diversas vozes que mostravam o lado obscuro da construção de Lajeado. Os *Akwẽ-Xerente* travaram diversos embates com os empreendedores, mostrando o lado nefasto dessa obra sobre seus territórios, conforme já mencionamos no decorrer desse trabalho. Seus direitos de atingidos não foram reconhecidos, suas vozes foram silenciadas e, eles foram considerados um estorvo para o progresso e para o desenvolvimento do país.

O outro aspecto é Procambix. Diante de muitas lutas e embates, finalmente os *Akwẽ-Xerente* conseguiram ser reconhecidos no seu direito de atingidos. Então, com o discurso de amenizar os impactos negativos, a empresa construtora implantou o Procambix, contendo diversos subprogramas e cujo objetivo seria o fortalecimento da cultura e da produção de alimentos. Acontece que, conforme já mencionamos, o programa foi imposto de fora para dentro, sem se atentar para as especificidades do universo social e cultural indígena e sem uma ampla discussão com o povo *Akwẽ-Xerente*. Mesmo participando da gestão do programa, os mesmos não podiam fugir da proposta. Percebe-se então que aspectos do ser indígena foram negados e suas vozes mais uma vez foram silenciadas. Os subprogramas, que seriam voltados para o fortalecimento de sua cultura e para a produção de alimentos, foram muito mais uma imposição da cultura hegemônica da produção de alimentos de acordo com os padrões da sociedade dita moderna, com a utilização de maquinários pesados, monocultura com uso de agrotóxicos e de criação de animais em cativeiro, o que foge completamente do universo cultural desse povo.

Diante disso, tentamos mostrar ao longo desse trabalho que a barragem de Lajeado trouxe danos irreversíveis aos *Akwẽ-Xerente* porque impactou significativamente a natureza e o rio Tocantins que rege todo o sistema vivo de seu território, como as vazantes, por exemplo. O Procambix, ao invés de amenizar as perdas sofridas, precarizou ainda mais o território, pois os subprogramas propostos são alheios ao universo cultural do povo *Akwẽ-Xerente*.

É preciso destacar que, mesmo diante de tantas perdas, os *Akwẽ-Xerente* *(re)existem* e lutam por seus direitos e para manter viva a sua cultura. As memórias de “antigamente” continuam guardadas com os anciãos e são reavivadas em diversos momentos específicos na vida social da aldeia. Em nossa pesquisa de campo, pudemos perceber que a

escola, mesmo sendo uma imposição da sociedade nacional aos indígenas, se transformou em um importante espaço de atividades pedagógicas para a educação da cultura *Akwẽ*. Isso é perceptível no protagonismo da língua-mãe nas práticas pedagógicas, no ensinamento da cultura e também na preocupação de seus professores em contar, nas aulas, a história nacional sob o ponto de vista *Akwẽ-Xerente*. A Festa do *Daisipsê* é, não apenas um espaço de comemoração, mas também um espaço de formação *Akwẽ-Xerente*; os anciãos aproveitam esse momento para repassar o conhecimento do povo aos mais jovens.

Cabe ressaltar, também, que os *Akwẽ-Xerente* estão abertos ao diálogo com a sociedade envolvente. Mas isso não deve significar que esse diálogo será a assimilação da cultura não indígena. Deverá significar sim, uma troca de saberes, na qual as duas vozes, indígenas e não indígenas, sejam protagonistas de projetos de uma sociedade mais justa e igualitária. Os indígenas estão abertos, por exemplo, ao uso de algumas tecnologias, desde que essas tecnologias sejam uma forma de fortalecimento do povo e perpetuação de sua cultura. O modelo de sociedade vigente imposto pela ordem colonial trouxe para todos diversas crises, ambiental, social e filosófica, e se torna cada vez mais insustentável, conforme já mencionamos na seção três. É nesse sentido que o diálogo com os povos indígenas se torna fundamental, pois eles guardam saberes importantes, principalmente sobre o manejo da natureza, que podem contribuir para a amenização dessas crises.

O que esse povo necessita é de políticas públicas voltadas para o fortalecimento de sua cultura e para a produção de alimentos para sua autoconsumo. Mas não aquelas políticas públicas impostas com o objetivo de assimilação – e da padronização da deles – a uma cultura não indígena. Os *Akwẽ-Xerente* devem ser protagonistas dessas políticas desde a sua elaboração até a sua implantação. Enfim, é preciso desmistificar a ideia eurocêntrica de que a modernidade capitalista é o único caminho possível para todos os lugares e para todos os povos. Isso é possível com projetos de pesquisa que dialoguem com outras formas de conhecer o mundo e nos quais um conhecimento não se sobreponha ao outro. E, também, a partir de muita luta, que una trabalhadores rurais e urbanos, camponeses, operários, indígenas, quilombolas, mulheres, LGBTQI+...

As vozes foram silenciadas, porém sussurram resistência no ritmo da natureza...

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, J. As fontes na pesquisa histórica. In: _____. **Pesquisa e história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 21-36.
- ARAÚJO, R. M. **Uma retrospectiva da expansão do sistema elétrico na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso na região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional (TO), 1996-2003**. 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014.
<https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>
- BAGGIO, R. A. **Desempenho e bem-estar de galinhas poedeiras submetidas a diferentes métodos de debicagem em dois sistemas de criação**. 2017. 45 f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Programa de Pós-Graduação em Zootecnia, Universidade do Estado de Santa Catarina. 2017.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BENINCÁ, D. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRANDÃO, C. R. Olhares cruzados sobre um rio e suas gentes. In: LEAL, A. F.; BORGES, M. C. (Org.). **Etnocartografias do Rio São Francisco: comunidades tradicionais ribeirinhas do Norte de Minas Gerais**. Uberlândia: EDUFU, 2013. p. 11-17.
- BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953. **Plano de Valorização Econômica da Amazônia**. Brasília, 1953.
- BRIGGS, C. L. **Learning How to Ask: A Sociolinguistic Appraisal of the Role of the Interview in Social Science Research**. Cambridge: University Press, 1986.
<https://doi.org/10.1017/CBO9781139165990>
- CAPEL, H. **Geografia Contemporânea: ciência e filosofia**. Tradução de J. U. G. VILLALOBOS *et al.* Maringá: EDUEM, 2010.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução de N. R. Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARDOSO, F. H. Avança, Brasil: proposta de governo. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/62rp6/pdf/cardoso-9788599662687.pdf> Acesso em: maio 2016. <https://doi.org/10.7476/9788599662687>

CASTRO GOMES, S. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas**. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 80-87.

_____. Latinoamericanismo, Modernidad, Globalización. Prolegómenos a una crítica poscolonial de la razón. In: CASTRO-GÓMEZ, S. MENDIETA, E. (Org.). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. Pesquisa qualitativa com sujeitos da reforma agrária: desafios metodológicos em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J. C. de L. ; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 449-484

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências sociais**. São Paulo; Cortez, 1991.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p.87-121.

CLÉMENT, J. **O extrativismo na história agrária do Estado do Amazonas**. Relatório de pesquisa, Floresta Viva, 2008.

CLIFFORD, J. Las notas del campo. In: SANJEK, R. (Org.). **Field notes: the makings of anthropology**. Tradução de J. BOLAND, F. GIROLA e M. PICO. Cornell University Press, 1990, p. 47-70.

CORONEL, D. A. et al. Métodos qualitativos e quantitativos em pesquisa: uma abordagem introdutória. In: LANA, Rogério de Paula; GUIMARÃES, Gecimara; LIMA, Gumercindo Souza (Aut/Ed.). **V Simpósio Brasileiro de Agropecuária Sustentável/II Congresso Internacional de Agropecuária Sustentável: multifuncionalidades sustentáveis no campo: agricultura, pecuária e florestas (Anais de palestras e minicursos)**. Viçosa: Os Editores, 2013.p. 307-338.

CORONIL, F. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas**. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 50-62.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 15-47.

CRUZ, V. do C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: _____; OLIVEIRA, D. A. **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.

_____; OLIVEIRA, D. A. Apresentação. In: _____. **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 9-12.

DAMSÔKÊKWA XERENTE, E. C. **Processos de educação Akwẽ e os direitos indígenas a uma educação diferenciada: práticas educativas tradicionais e suas relações com a prática escolar**. 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

DE PAULA, L. R. **A dinâmica faccional Xerente: esfera local e processos sociopolíticos nacionais e internacionais**. 2000. 342 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DIAS, M. das G. S. Fundamentos da ocupação da Amazônia Colonial. Textos e debates: Revista da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. n. 5, p. 33-39, 2016.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas**. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

ELETROBRAS. Plano Nacional de Energia Elétrica. 1993-2015. vol. I, Brasília, DF: 1994.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização e pós-desenvolvimento. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas**. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 63-79..

FACHIN, O. Formulário e questionário. In: _____. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 140-156.

FARIAS, A. **Fluxos Sociais Xerente: Organização Social e Dinâmica**. São Paulo: UNESP, 1990.

FATHEUER, T. Amazônia: Região paradigmática situada entre destruição, valorização e resistência. **Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. 2012. Disponível em: <http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/> Acesso em: 5 ago. 2018.

FEARNSIDE, P. M. Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: Um Desafio à Sustentabilidade na Amazônia. **Sustentabilidade International Science Journal**, v.1, n.1. p. 38-52, abril/jun, 2019.

FERREIRA, S. M. P.; BASTOS, P. P. Z. As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). **Texto para discussão**. IE/Unicamp. Campinas, n. 266, p. 1-26, abr. 2016.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. Tradução de L. F. D. DUARTE. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). **Desvendando as máscaras sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990. p. 76-119.

FOSCHIERA, A. A.; BATISTA, L. S.; THOMAZ JÚNIOR, A. Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso do MAB/TO. **Pegada: a revista da Geografia do Trabalho**. v. 10, n. 1. p. 134-146, jul. 2009.

FUCHS, A. M. S.; FRANÇA, M. N.; PINHEIRO, M. S. de F. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013.
<https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-342-4>

FUNAI/INVESTCO S/A. **Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX)**: preservação Xerente é o X da questão. Palmas, 2001, 2002 p. Relatório.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Território? Territorialidades? In: RICARDO, F. (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação e natureza**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

GARCÍA-TONEL, F. C. **Sociedades y territorios em riesgo**. Barcelona: EdicionesdelSerbal, 2001.

GERMANI, G. I. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GONÇALVES, C. W. P. A Geografia está em crise. Viva a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 55, p. 5-29, Nov. 1978.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455-491. <https://doi.org/10.12957/periferia.2009.3428>

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. Manifiesto inaugural. In: CASTRO-GÓMEZ, S. MENDIETA, E. (Org.). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

HAESBART, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios Alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Diecisietecontradicciones y El fin del capitalismo**. Quito: Editorial IAEN, 2014.

INVESTCO. A UHE de Lajeado, 2010. Disponível em: <http://www.edp.com.br/geracao-renovaveis>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2015.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, ano 16, n. 45, p. 37-61, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>

LACOSTE, Y. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução de M. C. FRANÇA. 12. ed. Campinas: Papyrus, 1988.

LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas**. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005.

_____. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas**. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 8-23.

LIMA, G. B. L. **Os Akwẽ-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais**. 2016. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LISBOA, M. V. Balanço da política ambiental do governo Lula: grandes e duradouros impactos. In: PAULA, M. de (Org.). **“Nunca antes na história desse país”...?: um balanço das políticas do governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll. 2015.

LOPES, D. L. *et al.* O diário de campo e a memória do pesquisador. In: WHITACKER, D. C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Wenceslau: Letras à Margem, 2002. p. 131-134.

LOWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. 2005. **Ram-van: Red de Antropologías del Mundo – World Anthropologies Network**. Disponível em: <http://ram-wan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MALINOWSKI, B. Argonautas do pacífico ocidental. Tradução de O. L. CRUZ. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). **Desvendando as máscaras sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990. p. 39-61.

MARTINS, J. de S. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: HUCITEC. 1993.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução de H. P. MACIEL e R. HAESBAERT. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, P. F. de; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J. C. de L. ; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 279-291.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

MELO, E. A. P. de. **Sistema Xerente de educação matemática: negociações entre práticas socioculturais e comunidades de prática**. 2016. 211 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática) – Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

_____. de. **Investigação etnomatemática em contextos indígenas: caminhos para orientação da prática pedagógica**. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

_____; VENÂNCIO, M. **Elaboração de materiais didáticos e pedagógicos a partir da cultura Xerente...** Programa de extensão, 2013.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 458 f. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____; COSTA, W. M. da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MOREIRA, R. **O círculo e a espiral: para a crítica da geografia que se ensina**. Niterói: Edições AGB Niterói, 2004.

_____. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Pequeno histórico do setor elétrico brasileiro**. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/setor_eletrico.htm>. Acesso em: 16 de maio de 2010.

NASCIMENTO, M. das G. Migrações nordestinas para a Amazônia. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, v. 2, n. 12, p. 1-13, dez. 1998.

NEVES, R. C. Os Estudos Pós-Coloniais: um paradigma de globalização. **Babilônia**. n. 6. p. 231-239, 2009.

OLIVEIRA, A. E. de. Ocupação Humana. In: SALATI, E. *et al.* (Org.) **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 144-327.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988

OLIVEIRA, C. K. Uma introdução ao giro decolonial: poder, saber e ser. In: SEMINÁRIO CIENTÍFICO DA FACIG, 2., 2016, Manhuaçu, **Anais...** Manhuaçu, MG: Facig, 2016, p. 1-7.

PESSÔA, V. L. S. Nas “trilhas” da Geografia Agrária: reflexões sobre uma trajetória. In: CHELOTTI, M. C. *et al.* (Org.). **Geografia Agrária e diversidades territoriais do campo brasileiro**. Uberlândia: Assis Editora, 2012. p. 15-26.

_____. **Fundamentos de metodologia científica para elaboração de trabalhos acadêmicos: material para fins didáticos**. Uberlândia: UFU, 2007.130 p. Apostila.

_____; RAMIRES, J. C. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa em geografia. In: MARAFON, G. *et al.* (Org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 117-134.

PEZZODIPANE, R. V. Pós-colonial: a ruptura com história única. **Simbiótica: revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias da UFES**, Vitória, v. 1, n. 3, p. 87-97, jun. 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF**, Niterói (RJ), ano 8, n. 16, p. 41-55, Jul. 2008.

<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.816.a13521>

_____. A Geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros: Seção Três Lagoas, Três Lagoas (MS)*, ano 3, v. 1, n. 3. p. 5-26, maio de 2006

_____. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, M. *et al.* (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2005. p. 375-409.

_____. Amazônia enquanto acumulação desigual dos tempos: uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 63-90, set. 2015. <https://doi.org/10.4000/rccs.6018>

_____. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Amazônia: encruzilhada civilizatória**. Rio de Janeiro: Consequencia, 2017.

_____. Apresentação da edição em Português. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas**. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 3-4.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas**. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. Tradução de M. C. FRANÇA. São Paulo: Editora Ática, 2011.

RAMIRES, J. C. de L. ; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

RATZEL, F. **Atropogeografia**. Tradução e Organização de A. C. R. Moraes. São Paulo: Editora Ática, 1990. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 59.

RAVAGNANI, O. M. **A experiência Xavânte com o mundo dos brancos**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas ao Brasil Moderno**. 7. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

ROCHA, R. A. Alianças entre os índios e os portugueses na Amazônia Colonial. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v. 8, n. 2, p. 378-387, jul. 2009.

SANTOS, R. A. de. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Por uma Geografia Nova**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, M. M dos. Além dos impactos: reflexões sobre licenciamento ambiental e o Programa de Compensação Ambiental Xerente. In: SILVA, R. P. da (Org.). **Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos**. Palmas: Nagô Editora, 2015, p. 201-2017.

SCHROEDER, I. Os Xerente: estrutura, história e política. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 13, n 1, p. 67-78, jan. /jun. 2010. <https://doi.org/10.5216/sec.v13i1.11174>

SIEBEN, A. **Estado e política energética: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica de Estreito.** 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

SILVA, A. L. da; FARIAS, A. J. T. P. Pintura corporal e sociedade: os “partidos” Xerente. In: VIDAL, L. (Org.). **Grafismo Indígena: estudos de antropologia estética.** São Paulo: FAPESP, 2000. p. 89-116.

SILVA, C. A. da. Os Xerente e suas lutas em defesa de suas terras. In: SILVA, R. P. da (Org.). **Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos.** Palmas: Nagô Editora, 2015, p. 179-200.

SOUSA SANTOS, B. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010

SOUSA, J. O. Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial. **Em tempos de Histórias.** Brasília, n. 6, fev. 2002. p. 1-18.

SOUZA, A. F. G. de; BRANDÃO, C. R. Introdução. In: _____. (Org.). **Viver em ilhas.** Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 7-17.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77-116.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-território: revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>> Acesso em: 20 out. 2015.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

VAINER, C. B. **Águas para a vida, não para a morte.** Notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil. 2008. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br>>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VENÂNCIO, M.; PESSÔA, V. L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009, p. 317-336.

_____; CHELOTTI, M. C. Efeitos socioespaciais de grandes empreendimentos: o caso da barragem de Lajeado sobre o povo Xerente no Estado do Tocantins. Espaço em Revista, v. 18, n.1, p. 114-191, jan./jun. 2016.

VEYRET, Y. (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. Tradução de D. F. da Cruz. São Paulo, 2007.

WHITACKER, D. C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: WHITACKER, D. C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Wenceslau: Letras à Margem, 2002. p. 115-120.

_____. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Wenceslau: Letras à Margem, 2002.

ZITZKE, V. A. **A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 2007. 405f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Foto capa: Arquivo disponível em: <https://www.facebook.com/nacaoxerente/>: Acesso: 10 de fevereiro de 2020

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Doutorando: Marcelo Venâncio

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti

Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural

Título da tese: VOZES SILENCIADAS NO TERRITÓRIO INDÍGENA AKWĒ-XERENTE: expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com moradores do território indígena Xerente:
representantes de família da comunidade Porteira e Salto

1 DADOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS DA(O) ENTREVISTADA(O)

1.1 Nome: _____ 1.1.1 Idade: _____

1.2 Nome do(a) esposo(a): _____ 1.2.1 Idade: _____

1.3 Tem filhas(os)? () sim () não

1.3.1 Números de filhas(os)? () 1 a 2 () 3 a 4 () 5 a 6 () acima de 6

1.3.1.1 Idade das(os) filhas(os) respectivamente:

1.4 Quantidade de pessoas por ocupação

() caça e pesca

() agricultura e pecuária

() serviços domésticos

() artesanato

() servidores públicos. Quais:

() Outras. Quais?

- 1.5.1 Como é feita a divisão do trabalho entre homens e mulheres?
- 1.5.2 Quais os produtos agrícolas são cultivados individualmente? Quais os que são cultivados em comunidade? Onde e como são comercializados os excedentes?
- 1.5.3 Com relação a pecuária, quais animais são criados? Como é feita a criação?
- 1.5.4 Quais os produtos agrícolas cultivados nas várzeas do Rio Tocantins?
- 1.5.5 Quais os produtos agrícolas cultivados nos quintais?
- 1.5.6 Quais os produtos agrícolas cultivados na roça mecanizada?
- 1.5.7 O que é produzido satisfaz as necessidades da comunidade? Como é feito o complemento?

2 SOBRE O RIO TOCANTINS, A BARRAGEM DE LAGEADO E O PROCAMBIX

- 2.1 Fale sobre a importância (econômica, cultural) do Rio Tocantins para o povo Xerente?
- 2.2 A construção de Lajeado alterou a roça? Em que sentido?
- 2.3 Depois da construção da barragem, como a comunidade complementa a alimentação?
- 2.4 Como a construção da barragem interferiu nas manifestações culturais da comunidade?
- 2.5 Faça uma análise do Rio Tocantins antes e após a construção da barragem?
- 2.6 O Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX) compensou as perdas sofridas pela comunidade? Justifique?
- 2.7 Na implantação do PROCAMBIX, você foi ouvido pelos técnicos? Justifique?
- 2.8 Dos subprogramas do Procambix, você participa de algum? Como?
- 2.9 Da roça mecanizada, quais alimentos são produzidos? Atende as necessidades alimentares da família?
- 2.10 Com relação as roças de várzeas, o que é produzido? Justifique
- 2.11 Como é feita a divisão dos produtos entre as famílias?
- 2.12 Fale sobre as principais dificuldades da comunidade e quais as perspectivas para o futuro?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Doutorando: Marcelo Venâncio

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti

Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural

Título da tese: VOZES SILENCIADAS NO TERRITÓRIO INDÍGENA *AKWÊ*-XERENTE: expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com os Xerente que participaram do conselho gestor do Procambix

1 DADOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS XERENTE NO CONSELHO GESTOR DO PROCAMBIX

- 1.1 Fale um pouco do PROCAMBIX (planejamento, execução, objetivos, metodologias).
- 1.2 Como você foi escolhido para membro do conselho gestor? Havia exigências de perfil?.
- 1.3 Quanto tempo durava o mandato?
- 1.4 Como era feita as discussões dentro do conselho gestor? Como era a participação dos Xerente? Vocês eram sempre ouvidos? Justifique.
- 1.5 Havia muitos conflitos entre os membros indígenas do conselho gestor com os técnicos? Justifique.
- 1.6 Como era feita a comunicação entre membros do conselho gestor e a comunidade? Havia conflitos? Como?
- 1.7 Como era feita a reunião de prestação de contas?
- 1.8 Os subprogramas do PROCAMBIX foram escolhidos pela comunidade, ou já veio pronto?
- 1.9 Quais eram suas sugestões dentro do PROCAMBIX? Foram atendidas?

- 1.10 Qual o significado de Lajeado para vocês? O PROCAMBIX compensou as perdas sofridas devido sua construção? Justifique.
- 1.11 Qual o significado do Rio para vocês (econômico, cultural-religioso, ambiental...), e como a barragem e o PROCAMBIX impactou isso?
- 1.12 Quais os pontos negativos e os pontos positivos do PROCAMBIX?